

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS E LINGUÍSTICA

LYANNA CARVALHO

**A CULTURA NAS REPRESENTAÇÕES ARGENTINAS SOBRE O BRASIL
(1889-1922)**

Goiânia
2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Lyanna Costa Carvalho		
E-mail:	lyanna.carvalho@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	☒ Sim	☐ Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	UF:	CNPJ:	
Título:	A cultura nas representações argentinas sobre o Brasil (1889-1922)		
Palavras-chave:	Argentina, Brasil, cultura, representações, intelectuais		
Título em outra língua:	Culture in the argentinian representations about Brazil (1889-1922)		
Palavras-chave em outra língua:	Argentina, Brazil, culture, representations, intellectuals		
Área de concentração:	Estudos Literários		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	26/02/2014		
Programa de Pós-Graduação:	Letras e Linguística		
Orientador (a):	Prof. Dr. Antonio Corbacho Quintela		
E-mail:	corbachog@rocketmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

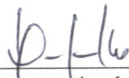
*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.


Assinatura do (a) autor (a)

Data: 07 / 11 / 2014

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS E LINGUÍSTICA

LYANNA CARVALHO

**A CULTURA NAS REPRESENTAÇÕES ARGENTINAS SOBRE O BRASIL
(1889-1922)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Corbacho Quintela.

Goiânia

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

C331c Carvalho, Lyanna Costa.
A cultura nas representações argentinas sobre o Brasil
(1889-1922) [manuscrito] / Lyanna Costa Carvalho. - 2014.
191 f..

Orientador: Prof. Dr. Antonio Corbacho Quintela.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Letras, 2014.
Bibliografia.
Apêndices.

1. Cultura – Brasil 2. Cultura – Integração – Brasil –
Argentina 3. Argentina – Brasil – Relações. I. Título.

CDU 008:327.39(81:82)

Lyanna Carvalho

**A CULTURA NAS REPRESENTAÇÕES ARGENTINAS SOBRE O BRASIL
(1889-1922)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras, avaliada em 26 de fevereiro de 2014, pela Banca Examinadora constituída pelos membros Prof. Dr. Antonio Corbacho Quintela, FL/UFG, presidente da banca, Prof. Dr. Alexandre Costa – FL/UFG, Prof. Dr. João Alberto Pinto – FCHF/UFG.

Goiânia

2014

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFG e à CAPES, pelo suporte à realização do trabalho.

Ao Prof. Antón, orientador no sentido mais essencial da palavra, pelo objeto de estudo, pelas fontes, pelas inúmeras leituras do trabalho e pelo rigor paciente com a minha inconstância analítica.

À Profa. Andrea Lucena e ao Prof. Alexandre Costa, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Aos meus pais e à Brunna, pela certeza em um mundo de hipóteses.

Ao Alexandre, pela coincidência de uma importante fonte.

Ao Felipe, pelas constantes indicações bibliográficas e pelo interesse por esta pesquisa.

À Tarsilla, pela Literatura, ao Luiz Felipe, pela História.

Aos amigos Victor Creti e Roberto, pelas discussões sobre cultura.

À Aline, pelo agradável togetherness.

Ao Manoel, por tanto.

*Ao passo que a vida tinha assim uma regularidade de
calendário, fazia-se a história e a civilização, e o homem,
nu e desarmado, armava-se e vestia-se, construía o
tugúrio e o palácio, a rude aldeia e Tebas de cem portas,
criava a ciência, que perscruta, e a arte que enleva, fazia-
se orador, mecânico, filósofo, corria a face do globo,
descia ao ventre da Terra, subia à esfera das nuvens,
colaborando assim na obra misteriosa, com que
entretinha a necessidade da vida e a melancolia do
desamparo.*

Machado de Assis.

RESUMO

Embora a produção acadêmica nos últimos 50 anos tenha gerado vários estudos sobre a relação entre Brasil e Argentina a partir do reconhecimento de um desenvolvimento histórico similar e da importância estratégica da vizinhança, as trocas imateriais tiveram um papel secundário nesses estudos, conforme tiveram também na história da relação bilateral. O trabalho, sob o diagnóstico de que a cultura como modelo de integração não depende somente de políticas governamentais, mas de todo um campo onde transitam as ideias de uma sociedade, objetiva verificar como se deram as trocas culturais no período de 1889 a 1922 no seio das relações bilaterais. Consideramos que as relações entre Brasil e Argentina evidenciam nas mais diversas perspectivas – históricas, diplomáticas, econômicas, estratégicas – um movimento histórico de tensão e distensão reconhecido sob um paradigma de rivalidade que, pelo menos desde a queda da monarquia no Brasil, caminha conjuntamente com a defesa discursiva dos benefícios mútuos da cooperação e da amizade, seja como projeto para o desenvolvimento interno, seja para a inserção internacional. Procuramos verificar, nesse sentido, por que essa vontade nunca se solidificou em projetos contínuos, permanecendo apenas nos discursos da teoria. Para isso, pretendemos a constituição de um acervo de obras impressas de editores, de autores e de tradutores argentinos interessados em remediar um pressuposto desconhecimento mútuo a dificultar os laços de amizade. Partindo de uma abordagem arqueológica, reunimos e analisamos um conjunto de crônicas de viagem, estudos, homenagens, a fim de caracterizar o domínio próprio de impressões e representações de viajantes, jornalistas, diplomatas, isto é, de um grupo de intelectuais interessados nos mais diversos aspectos do Brasil. Objetivamos, com isso, compreender os processos de emergência, permanência, transformação de percepções sobre o outro, evidenciando e questionando pressupostos, silêncios, rupturas que possam explicar e definir por que a cultura foi relegada a segundo plano no conjunto das relações bilaterais.

Palavras-chaves: Brasil, Argentina, cultura, representações, intelectuais.

ABSTRACT

Although the academic production in the past 50 years has generated many studies about the relationship between Brazil and Argentina from the recognition of a similar historical development and of the strategic importance of the neighbourhood, intangible exchanges had a supporting role in these studies, as they also had in the history of bilateral relations. The work, under the diagnosis of culture as a model of integration not only depends on Government policies, but on an entire field where the society ideas transit, aims to verify how cultural exchanges have taken place during the period from 1889 to 1922 within bilateral relations. We believe that relations between Brazil and Argentina put on evidence in several perspectives – historical, diplomatic, economic, strategic – a historical movement of tension and distension recognized under a paradigm of rivalry that, at least since the fall of the monarchy in Brazil, goes with the discursive defence of the mutual benefits of cooperation and friendship, for an internal development project or for the international insertion. We intend to assure, on this mean, why this will had never solidified on continuous projects, remaining only in theory. For this purpose, we intend to establish a collection of printed works of argentine publishers, lead-writers and translators interested into solve a mutual unacknowledged assumption that hinders the bonds of friendship. From an archaeological approach, we gathered and analyzed a set of travel chronicles, studies, tributes, in order to characterize the dominance of prints and representations of travellers, journalists, diplomats, in other words, of a group of intellectuals who were interested in several aspects of Brazil. By doing so, we aim to understand the processes of emergency, abidance, transformation of perceptions about each-other, indicating and questioning assumptions, silences, ruptures that can explain and define why the culture was relegated to the background in the set of bilateral relations.

Keywords: Argentina, Brazil, culture, representations, intellectuals.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
Aspectos teórico-metodológicos.....	20
1. Sobre o conceito de cultura.....	20
2. O método arqueológico.....	28
CAPÍTULO 1.....	42
1. Os viajantes.....	46
<i>O Brasil Intelectual.....</i>	<i>46</i>
As crônicas de Manuel Bernárdez.....	65
<i>Del Brasil, Chile y Paraguai: gratas reminiscencias.....</i>	<i>82</i>
O início dos intercâmbios acadêmicos entre o Brasil e a Argentina.....	88
O Brasil em seus aspectos estratégicos.....	96
Quadro dos viajantes.....	101
Conclusões do capítulo.....	102
CAPÍTULO 2	108
1. As viagens oficiais.....	110
Proclamação da República e Tratado de Missões.....	110
As visitas presidenciais.....	116
Lucas Ayarragaray no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.....	125
2. As preocupações internas.....	127
O primeiro estudo econômico.....	127
Juan Alberdi e a crítica ao Brasil imperial.....	133
<i>A Revista Americana.....</i>	<i>169</i>
<i>Nuestras Fronteras.....</i>	<i>145</i>
3. A tradução do Brasil ao Centenário da Independência.....	147
Conclusões do capítulo.....	168
SÍNTESE CONCLUSIVA.....	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	184

INTRODUÇÃO

A ambiguidade própria do termo “hermanos”, usado genericamente tanto para relembrar laços de proximidade quanto para uma taxaço pejorativa, é menos arbitrária do que parece nas relações entre brasileiros e argentinos, em alegoria de uma relação inconstante pelo menos até as últimas décadas do século XX. Essa rivalidade certamente tem raízes histórico-geográficas. Em um desenvolvimento histórico semelhante, ambas as nações foram colônias ibéricas, com um processo de independência condicionado em grande medida pelo contexto político internacional. Temos uma inserção econômica caracterizada pela economia agroexportadora e pelo lento avanço industrial e tecno-científico; fomos atingidos por situações políticas, tanto de governos ditatoriais quanto liberais, enquanto tendências políticas gerais da América do Sul submetidas ao cenário global; nossa organização institucional é pouco distinta, assim como nossa cultura, já que ambas guardam aspectos dominantes da cultura ocidental. São estas, entre inúmeras, algumas semelhanças que teoricamente nos isentariam de uma rivalidade proveniente da competição, por exemplo, por mercado, e que tornam evidentes as vantagens da inserção internacional pela via do conhecimento mútuo. Nossa história, no entanto, é caracterizada por constantes interrupções no processo de integração pela amizade.

A vasta bibliografia¹ que temos sobre o tema das relações entre Brasil e Argentina já nos confirmou tanto a rede de semelhanças históricas que permitem a abordagem comparatista, quanto o interesse pelos estudos que explorem as complexidades dessas relações, tão importantes ao sistema regional sul-americano. Tal produção é consensual em várias perspectivas: o movimento oscilatório de rivalidade adotado como modelo para compreensão, que identificamos inicialmente na leitura das

¹Há quase 40 anos Amado Cervo (1975, p. 21) assinalou a relativa abundância da literatura sobre as relações da Bacia do Prata no Brasil. Os principais e mais representativos estudos que abrangem as relações com a Argentina são vinculados a departamentos acadêmicos de Relações Internacionais, muitas vezes em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores, em perspectiva de interação entre os Estados nacionais; e e aos departamentos de História, em perspectivas principalmente comparatistas. Essas abordagens pouco divergem na compreensão de grandes processos e características gerais dos fatos históricos que apontam para determinadas tendências das políticas de ambas as nações voltadas uma à outra e às nações vizinhas. A bibliografia até o momento não passou por viradas revisionistas e atualmente é constantemente enriquecida pelas contribuições advindas de intercâmbios acadêmicos e culturais, a que também recorreremos (FUNAG, 2000; HOFMEISTER, ROJAS, SOLÍS, 2006). Os principais autores a que recorreremos para tratamento histórico da relação são Amado Luiz Cervo (1975, 2002, 2001), Clodoaldo Bueno (2000, 2002); os diplomatas Seixas Correa (2000), Alessandro Candéas (2010), Paulo Roberto Almeida (2011), Renato Mendonça (2013); Moniz Bandeira (1987, 2013), pela minúcia no tratamento de fontes primárias; Boris Fausto e Fernando Devoto (2004) e Luis Beired (1999) nos trabalhos comparados.

relações bilaterais em Miguel Scenna (1975); a primazia das relações estratégicas no seio das relações bilaterais (CANDEAS, 2010); a grande influência das relações com as potências e das relações bilaterais nas políticas subcontinentais (CERVO, BUENO (2008); CORREA, 2000; BANDEIRA, 2013; MENDONÇA, 2013). Além disso, há bastante conformidade na bibliografia quanto ao esquema histórico das rivalidades, que procuramos expor brevemente. Se por um lado a conveniência da cooperação sempre foi evidente pela proximidade geográfica e pela complementariedade econômica, o projeto de integração atravessou dificuldades que só permitiram sua consolidação após um século de república no Brasil, com as reaberturas democráticas na América do Sul. Essas dificuldades parecem responder a um padrão de comportamentos e políticas externas que podem ser evidenciados com a breve leitura das relações bilaterais.

O fato de Brasil e Argentina serem os dois maiores países da América do Sul, geográfica e economicamente, alternou-lhes, após as independências, a liderança no cenário regional. A região do Prata foi território fronteiro alvo da atenção das coroas espanhola e portuguesa desde a descoberta da prata na metade do século XVI. A bacia, principal fonte de escoamento inicialmente da prata e, adiante, dos demais produtos comercializados entre metrópoles e colônias, foi o principal alvo da disputa ibérica, e este alvo manteve-se pendente após as independências, gerando constantes atritos entre a futura Argentina e o Brasil. Além da proximidade geográfica, a perpetuação da monarquia lusitana após a independência imprimia tensão em uma vizinhança cujas fronteiras ainda não estavam definidas. Sob a herança monárquica vinculada às cortes europeias, o Império representava o braço sul-americano da Santa Aliança² face às independências antimonárquicas da maior parte da América Latina, que haviam instaurado o modelo democrático norte-americano³. A manutenção do uso da mão de obra escrava contribuía com as críticas a apontarem o Brasil como um país retrógrado, com instituições na contramão da História.

² Após o Congresso de Viena de 1815, Prússia, Áustria e Rússia assinaram o documento constitutivo da Santa Aliança, proposta pelo czar russo. A ordem objetivava unir as monarquias em um combate consertado às revoluções após o período napoleônico, tanto dentro da Europa quanto fora, como as independências da América Latina. “Metternich transformed the Tsar’s draft into what came to be known as the Holy Alliance, which interpreted the religious imperative as an obligation by the signatories to preserve the domestic status quo in Europe” (KISSINGER, 1994, p. 83).

³ A historiografia moderna rejeita a possibilidade de, na época, haver a retomada das colônias pelas metrópoles (CERVO; BUENO, 2008, p. 20); no entanto, face às guerras que ainda perduravam na América Latina à época da independência pacífica do Brasil, um Império ao lado despertara o temor dos países hispano-americanos frente a um braço fronteiro da Santa Aliança.

A Argentina, ao contrário, embora vinculada histórica e economicamente à Europa, inclusive por uma questão de semelhança climática – o que tornava os produtos argentinos bem mais interessantes ao mercado europeu do que os brasileiros –, sustentou discursivamente após a sua independência uma proposta de autonomia nacional. Félix Peña (1973) fala em uma “dependência consentida”, uma forma de submissão à Grã-Bretanha que parecia não ter passado despercebida pelos grupos de poder argentinos e que indicava por qual via o país tentaria se inserir na economia global.

Isso se manteve como componente da política externa argentina, manifestando-se, ao exemplo da Conferência Panamericana de 1890, em aberta oposição à Doutrina Monroe, explica Moniz Bandeira (1987, p. 18-19), sob o lema “América para a humanidade”. A rivalidade advinda da diferença das novas bases governamentais após as guerras de independência, e, posteriormente, a distinção de vínculos com as grandes potências para a inserção internacional, foram, assim, empecilho inicial para o estabelecimento de relações amistosas logo à Proclamação da República⁴. E o Brasil desta forma se manteve, não somente em relação à Argentina, mas à América Latina, também após sua independência: realista, distante, e voltado às parcerias bilaterais com a América do Norte e a Europa, estabelecendo com os vizinhos o que Amado Cervo (2008, p. 38) denomina “cordialidade oficial”⁵.

Mesmo com o fim de um dos pilares da desconfiança – as pretensões imperialistas do Brasil monárquico –, as boas relações com a Argentina rapidamente sofreram novos abalos. A questão do armamento militar, que se estendeu pelas duas

⁴ No tenso período imperial, os dois países entraram nas décadas de 20 e 50 em dois combates, os quais o diplomata Luiz Felipe Seixas Corrêa (2000) elenca como “paradigma da divergência”, nos episódios que resultaram, pela batalha de Itanzigú, no surgimento do Uruguai como nação soberana e, pela batalha de Caseros, na deposição de Rosas pela vitória dos federalistas na Argentina. A Guerra do Paraguai, pela união na denominada Tríplice Aliança, exemplifica, segundo o diplomata, o “paradigma da convergência”. O final desta guerra, no entanto, apesar da vitória dos aliados, trouxe imediatamente uma série de questões sobre as políticas para o Paraguai que elevaram o clima de tensão e distância entre os países. A disputa pelos territórios do Paraguai, especificamente a política do Império para conter a anexação Argentina de territórios paraguaios prometidos pelo tratado de 1865, gerou um distanciamento entre os Estados – o que Cervo denomina por parte do Brasil de “retramento vigilante” (2002, p. 109) –, que só voltaram a ter esperanças em relações amistosas com a convergência de regimes, em 1889.

⁵ Até por volta de 1860, a imagem de uma vizinhança constituída de Estados mal-administrados contribuiu para gerar a autoimagem de País provido de instituições civilizadas. A Argentina apenas obteve uma imagem positiva no conceito da opinião esclarecida brasileira após a ascensão de Bartolomeo Mitre, na década de 1860. Essa visão de si e do outro transferiu-se da diplomacia monárquica à diplomacia republicana e aprofundou-se com a gestão do Barão de Rio Branco entre 1902 e 1912. Assim, fortaleceu-se aquele acumulado histórico pela ideia de superioridade de força e de civilização diante dos vizinhos. Os vizinhos, concluía-se, devem ser bem tratados, mesmo porque são pouco relevantes para a vida nacional (2008, p. 38).

décadas de 1890 a 1910 (CERVO; BUENO, 2008), iniciava-se logo após a Proclamação da República com a recusa de Campos Sales em assinar o acordo para o desarmamento em Haia, em atenção ao balanço de poder que se estabelecia na América do Sul pelos armamentos navais da Argentina e do Chile (CERVO; BUENO, 2008, p. 169). A questão, explicam os autores, tomou proporções maiores com a permissão dada pelo Congresso brasileiro para a reorganização da Marinha Brasileira, assentando-se apenas ao final da década⁶.

Após a distância pelo contexto da Primeira Guerra e da crise de 1929, a troca de encontros presidenciais entre Getúlio Vargas e Arturo Frondizi, a remontar o de Júlio Roca e Sales mais de três décadas antes, foi um marco de solidariedade a gerar várias iniciativas estatais para um maior intercâmbio. O contexto externo acabou, no entanto, voltando-lhes a atenção ao cenário interno e às alianças com as potências da época. As conturbações internas e os governos autoritários e nacionalistas, com a revolução de 30 e o Estado Novo no Brasil, assim como as revoluções institucionais na Argentina, de 1930 e 1943, dificultaram o diálogo diplomático. No contexto da tensão com o Eixo, enquanto a Argentina buscava defender a imparcialidade do continente na Segunda Guerra e posteriormente na polarização Estados Unidos-União Soviética, o Brasil aproveitava-se da situação para adquirir benefícios em favor de uma postura mais contundente no conflito, a cunhada “equidistância pragmática”, por Gersom Moura (1980). Já no contexto externo da bipolaridade, as distintas diplomacias para a inserção internacional e as relações com os Estados Unidos geraram novas divergências que mantiveram distantes as duas nações (CERVO, 2001, P. 81-84). Nos primeiros anos da Guerra Fria, a Argentina sustentou objetivamente sua autonomia sob o paradigma da Terceira Posição, diferentemente do Brasil.

Na virada da década de 50 para 60, com a proposta da Operação Pan-Americana – a reunir os países do continente insatisfeitos com a parca atenção a eles dedicados no contexto bipolar –, as boas relações reapareceram, representadas nos Acordos de

⁶ Trata-se da aprovação de projeto para rearmamento da Marinha, em 1904, que causou grande descontentamento na opinião pública argentina, encabeçado principalmente pelo então ministro Estanislao Zeballos. À época, o jornal *La Nación* expressou a opinião da imprensa europeia sobre o projeto, acusando o Brasil de “uma diplomacia imperialista, uma hegemonia a ser partilhada entre o Brasil e a Norte América, prestando-se o primeiro a ser agente do segundo em suas ambições de domínio continental” (CERVO; BUENO, 2002, p. 194). No ano seguinte, com a elevação da legação brasileira em Washington à categoria de embaixada, os temores imperialistas se agravaram. *La Prensa*, que também reproduzia o discurso negativo, denunciou o episódio, que simbolizaria a pretensão de “ocupar diplomaticamente nos Estados Unidos uma posição superior às demais repúblicas sul-americanas” (idem, ibidem, p. 195).

Uruguaiana assinados por Jânio Quadros e Arturo Frondizi (CERVO, 2002). As ditaduras, no entanto, logo acabaram retornando a atenção ao contexto interno e às distintas parcerias externas. Dessa forma, a ALALC e a futura ALADI, as duas tentativas de formação de um bloco comercial na América do Sul, passaram por quase quatro décadas até a consolidação do Mercosul devido centralmente ao distanciamento entre Brasil e Argentina. Como os dois maiores países da América do Sul, um processo de integração regional obviamente dependia da relação bilateral. Na contrapartida, observa Seixas Correa (2010, p. 21), as relações bilaterais também responderam à tendência histórica de guiar as ações relativas aos vizinhos menores da América do Sul. Vemos, pelo exemplo da assinatura do Tratado de criação do Mercado Comum Brasil-Argentina de 1988, que, só após os interstícios democráticos e a abertura dos planos estratégicos de uso de tecnologia nuclear, foi possível a constância hoje observada nas relações bilaterais.

O diplomata Alessandro Candéas, a partir de um quadro dos componentes das relações internacionais⁷, oferece-nos uma pertinente síntese do percurso temporal da integração bilateral. Segundo as conclusões por este quadro, o diplomata divide a dinâmica das relações até os processos de redemocratização, no final da década de 80, em dois paradigmas, apresentados como uma instabilidade estrutural, advinda das diferenças institucionais, e uma instabilidade conjuntural com câmbios entre rivalidade e cooperação. As últimas décadas assistiram à estabilidade estrutural pela cooperação, e avançamos atualmente à integração (CANDEAS, 2010, p. 21). No entanto, devemos notar o que o discurso diplomático frequentemente eufemiza este caminho de integração, o qual não é em absoluto isento de obstáculos.

A estabilidade vislumbrada pela criação do Mercosul desde 1991 concretiza-se e elimina consensualmente qualquer possibilidade de guerra ou ruptura diplomática entre as nações. Apesar da certeza, porém, desde a crise econômica argentina em 2001 e a mais forte oscilação nas relações bilaterais dela advinda, o contexto parece ainda distante do ideal para o sucesso do bloco. O ressurgimento de desavenças, assim como os vários entraves encontrados no processo de integração, desenvolvidos minuciosamente nos trabalhos do diplomata Paulo Roberto de Almeida (2006, 2011),

⁷ O quadro (CANDEAS, 2010, p. 19) expõe graficamente a oscilação (ou seja, o nível de aproximação e afastamento) nas relações bilaterais considerando as seguintes variáveis, as positivas: estabelecimento de mecanismo permanentes de integração; estabelecimento de mecanismos de cooperação, tratado de limites e aliança militar; visitas presidenciais e assinaturas de acordos; e as variáveis negativas: declarações e gestos de afinidade política; desconfianças e gestos ambíguos; momentos de tensão e rivalidade; guerra.

rompem com qualquer ilusão de “fim da história”. A criação do grupo Unidos pelo Consenso, com participação da Argentina, em oposição à concessão de assento permanente na ONU ao Brasil, revela as intrigas no seio do âmbito estratégico. No âmbito econômico, a crise do Real, em 1999, havia levado a Argentina a intensificar os mecanismos protecionistas – utilizados pelo país desde 1996 (ALMEIDA, 2011), sob a suspeita de uma desvalorização competitiva do real, gerando contenciosos internacionais levados à OMC (ALMEIDA, 2011). Superada rapidamente tal crise, a fonte de consternação apenas transitou de origem, e o Brasil passou a liderar o bloco e o comércio mundial, ultrapassando a economia argentina, especialmente após a crise na virada do século, com a redução da competitividade do mercado argentino (ALMEIDA, 2011). O ano de 2003 inaugurou um comércio bilateral superavitário para a balança do Brasil, e, além disso, a Argentina teve que aceitar que, mais do que a relação de amizade entre os dois, é a economia brasileira a que atualmente sustenta a envergadura do bloco. As pesquisadoras argentinas Mercedes Botto e Diana Tussie (2006, p. 77) sintetizam como se segue o estado das relações:

Hoy por hoy, la relación con Brasil tiene algunas características de una cultura de condominio – más marcada en algunos ámbitos, como la defensa, el medio-ambiente, algunas iniciativas en la diplomacia. Sin embargo, en términos generales, el país vecino es visto como un socio necesario, más que como un amigo. Además, en algunos momentos, esa visión es acompañada de un cierto malestar, determinado por factores como el ir y venir de los conflictos comerciales, la presencia cada vez mayor de empresas brasileñas en territorio argentino, la reprimarización del perfil exportador argentino en el intercambio con Brasil o la resistencia a aceptar un liderazgo del país vecino.

Tais entraves a ressaltarem a lógica da desconfiança têm sido observados mais pela perspectiva da exceção (CANDEAS, 2010) em uma parceria já bastante avançada. Interessa-nos que, mesmo assim, o componente da rivalidade ainda se mantém forte especialmente por parte da Argentina, na análise conjuntural do Mercosul e também nas reinterpretações históricas do outro (NORTON, 2005). O paradigma construído por Ángel Scenna da rivalidade como tendência das relações ainda norteia em considerável medida as percepções mútuas, em maior intensidade das representações argentinas. Isso porque, como nos lembra Alessandro Candéas (2010, p. 30), a diplomacia expressa o *ethos* de uma nação:

Nessa perspectiva, de um lado, a cultura nacional torna a realidade mundial inteligível ao formulador e executor da política externa e orienta a ação do

seu país no cenário mundial, com base em suas necessidades e expectativas. De outro, cada cultura define um estilo próprio de sociabilidade internacional e de atuação junto aos demais atores mundiais.

Assim, observa-se, face à totalidade da percepção do desenvolvimento da proximidade Brasil-Argentina, a importância das ideias e das impressões nos debates atuais sobre o tema da integração, ainda marcado pelos modelos de leitura tradicionais. Além disso, acrescentamos que, por mais que as ideias determinem as tomadas de posição internacional, as causas de rivalidade parecem-nos em grande medida ideológicas, se observarmos que o conflito de fato nunca foi a prática diplomática das nações. Na apresentação da publicação pela FUNAG (2000) que foi resultado dos seminários realizados ao final da década de 90, os diplomatas Andrés Cisneros, da Argentina, e Azambuja, do Brasil (2000, p. 19-21), apontam semelhanças e diferenças entre os dois Estados. Uma listagem das semelhanças inclui, por exemplo, tomadas de posição no cenário internacional, proximidade de idiomas, características das colonizações, enfim, uma série de aspectos passíveis de verificação. As diferenças listadas, na contrapartida, dizem respeito ao *ethos* e ao olhar histórico que se parece apreender das nações vizinhas. Transcrevemo-las, em exemplo de sua localização no campo das ideias:

1) Brasil se percibe como una gran potencia tropical, con extensiones subtropicales; Argentina, como un gran país templado, con extensiones subtropicales; 2) Brasil se ve como un gran país mestizo y Argentina, como un país europeo, con presencia numéricamente grande pero políticamente débil de descendientes de amerindios originales; 3) Argentina asiente su autoestima en la extraordinaria fertilidad de sus tierras, su cultura y la calidad de vida de su población; Brasil, en la elocuencia cuantitativa de sus números, la energía y el optimismo de su gente y en su manifiesta vocación industrial; 4) Brasil siempre procuró y encontró en EEUU un interlocutor preferencial, mientras que Argentina mantuvo sus intereses y fidelidades casi siempre volcados hacia Europa. 5) A lo largo de la Historia, el péndulo brasileño osciló poco, en movimientos casi imperceptibles, en tanto que Argentina tuvo oscilaciones más abruptas. Brasil es más visceral y pedestre; Argentina, más visionaria y retórica; 6) Argentina se enorgulleció de la excelencia de su educación...; Brasil hizo una apuesta a la calidad de su burocracia estatal y de su diplomacia. (CISNEROS, AZAMBUJA, 2000, p. 22)

É na introdução dos estudos comparativos de Boris Fausto e Fernando Devoto que temos uma boa síntese da participação das ideias nas relações bilaterais. As diferenças apontadas pelos historiadores são percebidas pelos Estados historicamente e

também se submetem às leituras de uma elite intelectual local a fornecer visões nacionais edificantes. O fato de o Brasil ter passado por períodos de maior estabilidade e crescimento nas últimas décadas aponta para uma diferença de percepção que também pode explicar como o outro é visto, concluem (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 26)⁸. Outra diferença de olhar é oferecida por Candeas (2010, p. 24):

A política externa argentina, ao contrário do que explica a escola realista, responde mais às vicissitudes do sistema político-ideológico interno do que aos recursos clássicos de poder [...]. O lugar argentino no mundo, na visão da elite e da população, parece estar sempre muito além ou muito aquém do que lhe permitem os recursos de *hard power*.

A América Latina, de identidades múltiplas e identidade nenhuma, une-se por ser o quintal dos Estados Unidos, desde que este ascendeu como potência continental e global⁹. O cientista político João Feres Jr. (2005) desenvolve essa ideia, demonstrando a força do componente de oposição aos Estados Unidos na utilização do termo “América Latina”. O Brasil, no entanto, distintamente do Chile – mera cópia e reflexo de importação de costumes –, nunca pareceu ter-se identificado com os vizinhos subcontinentais. Sempre se viu à luz do mito de grandeza solitária sob o qual obteve seus ganhos pelas vias da diplomacia. O processo de alinhamento ou aproximação dos Estados Unidos com o advento da república parece-nos um marco disso. Enquanto Império, o Brasil estava naturalmente afastado de seus vizinhos, em busca de parcerias mais comerciais do que políticas. Com a Proclamação da República, a proximidade com a Argentina foi minada pela aproximação com Estados Unidos. A política externa se conduziu, dessa maneira, pelo projeto de uma integração sul-americana a serviço da projeção enquanto subpotência.

⁸ Os historiadores assim explicam a conclusão alcançada: [...] é necessário assinalar que [...] os brasileiros puderam, com mais frequência que os argentinos, nas últimas décadas, experimentar a sensação de ter superado desafios, numa trajetória nacional mais bem-sucedida que a dos seus vizinhos. [...] No Brasil, as demandas sociais insatisfeitas são onipresentes, mas apontam muito mais para um futuro que deve ser alcançado para que um passado no qual elas teriam sido contempladas. Os argentinos, ao contrário, estiveram muito mais dominados, durante o último meio século, por uma leitura de si mesmos à maneira de Hesíodo. Ou seja, por uma noção de que a idade de ouro ficara para trás, e muitos dos mal-estares e insatisfações estiveram ligados não somente a condições objetivas, como a essa exasperação pela impossibilidade de voltar à feliz situação que teria existido no passado [...]. (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 26).

⁹ Esta é uma sugestão que advém das colocações do diplomata Fernando Novais ao seminário de Seixas Correa e que achamos pertinente de desenvolvimento. O autor finaliza seu comentário com as seguintes palavras: “Eu acho que a América Latina, mais do que por causa de Napoleão III, que inventou a expressão, o que não tem a menor importância, é um produto do imperialismo americano. Não é por acaso que a tendência à integração resulta do que eles nos mostram o que nós temos de comum: somos todos quintais da política externa norte-americana. [...] O que nós temos de comum é que somos todos periferia desse mesmo sistema.” (NOVAIS in CORREA, 2000, p. 50-51).

A fórmula pragmática inaugurada com a república (CERVO, 2002), e acentuada especialmente no Gabinete de Rio Branco, tinha em si um problema, que aparecia em maior ou menor medida à luz das inclinações diplomáticas de cada período, e que entendemos se explicar pelo seguinte. Sabemos que a cooperação internacional está em enorme medida vinculada à confiança e à boa vontade mútuas. Ambos os Estados, e provavelmente o Brasil em maior medida, adotaram, para além do aspecto ideológico, práticas para a projeção subcontinental que se tornaram fontes de competição e rivalidade no seio das relações bilaterais. O Brasil costumeiramente associou-se por parcerias estratégicas, enquanto de maneira distinta a diplomacia argentina manteve a tendência ao caminho da autonomia, e barganhou pouco com as grandes potências. Colocar-se tradicionalmente como par dos Estados Unidos ou como subpotência na América são ações de um país que nunca se viu como quintal, desdobrando o parecer de Novais.

Assim, compreendemos a construção das diplomacias e sua relação com as ideias, mas entendemos também um processo maior, o reflexo das ideias surgidas no bojo da sociedade emergidas ao campo da diplomacia. A História e as Relações Internacionais parecem evidenciar um modelo objetivo – calcado ora na reafirmação ora na desmistificação do paradigma da rivalidade – que é característico das sociedades ao olhar o vizinho. Partindo dessa compreensão, colocamos como proposta do presente trabalho a observação do fluxo das ideias no seio das relações bilaterais.

De importância exaustivamente mencionada, praticamente um jargão no modelo de discurso a abordar de forma geral as relações entre Brasil e Argentina, as trocas simbólicas nunca se tornaram intensas a ponto de podermos, no presente trabalho, falar de um projeto e dos frutos desse projeto, ou a ponto de ser possível afirmar aprioristicamente alguma influência ou participação direta da cultura nas tomadas de decisão internacionais até o fim do período abordado. Entendemos que o vazio na cultura nas relações bilaterais é histórico, relegada que foi ao segundo plano em relações atentas principalmente à contingência das perspectivas estratégicas. Por um lado, lembramos que os bens culturais enquanto passíveis de acumulação nos mostram que sempre haverá mais informações e ideias cumuláveis sobre determinado tema. Além disso, a proximidade geográfica e a ideia de rivalidade no caso Brasil-Argentina condicionaram algum interesse mútuo mesmo que de lugares discursivos proeminentemente estratégicos, como a produção historiográfica local. Só que temos,

exatamente à luz destes fatores de possível aproximação, um fluxo de ideias bastante moroso e descontínuo.

Lembrando que Pierre Bourdieu (2003) considera o processo de institucionalização um meio para compreendermos a circulação e a proeminência de ideias em uma sociedade, percebemos que a importância do componente simbólico no processo de integração vem cada vez mais sendo notado nas análises das relações entre Brasil e Argentina. Atualmente, os estudos e as pesquisas acadêmicas sobre as trocas simbólicas andam avançados. Em 2000, a Funag (2000) publicou os seminários organizados entre 1997 e 1999 em instituições argentinas e brasileiras com a temática da “visão do outro”; a Konrad-Adenauer já publicou um conjunto de textos no âmbito das relações internacionais sobre a visão do Brasil na América Latina (2007). Estudos sobre a diplomacia cultural igualmente avançaram nesse sentido (CANDEAS, 2010). No impulso dos estudos culturais em verificações a partir dos discursos e práticas editoriais, já detectamos alguns trabalhos sobre as representações de um pelo outro, *Hermanos, pero no mucho* (2004), ou *Traducir al Brasil* (2003), a verificar as trocas no seio das sociedades.

O trabalho insere-se neste novo campo dos estudos sobre a cultura que têm se desenvolvido nas últimas décadas. Verificamos que as abordagens culturais sobre a temática Brasil-Argentina envolvem principalmente o período a partir da década de 70 e as ações no âmbito do Mercosul – momento quando de fato há integração maior do que jamais houve nas relações bilaterais – fomentadas inclusive pela proliferação dos intercâmbios acadêmicos sobre o assunto. Procuramos, em acréscimo a esses estudos, averiguar alguns componentes e modelos discursivos dessa integração, resgatando, para isso, um acervo histórico no campo literário argentino. Sob a perspectiva de que as iniciativas passadas são de suma importância para compreendermos o atual processo de integração e os principais paradigmas formadores de impressões e ideias atrelados à interpretação desse processo, consideramos de grande pertinência entender como se criou e organizou um domínio dos bens culturais, de forma a caracterizarmos o estado da cultura em determinado período.

Adotamos, pois, como objeto do trabalho uma amostragem expressiva de discursos da intelectualidade argentina sobre o Brasil – incluindo as relações Brasil-Argentina –, em seus mais diversos aspectos. Norteamos-nos pelas perguntas gerais: Quem falou sobre o Brasil? O que se falou? Como se falou? Para isso, inicialmente, propusemo-nos a reunir apenas obras literárias que tivessem adotado como temática o

Brasil. Vendo, porém, a escassez de obras, ampliamos o nosso critério de seleção a quaisquer publicações impressas para que obtivéssemos um panorama mais representativo dos principais discursos, dilemas, símbolos, características, enfim, do campo das ideias e do substrato intelectual de sua emergência no conjunto maior das relações bilaterais.

Para a observação, recortamos o período de 1889 a 1922. Entendemos o recorte significativo pelo seguinte. O novo regime republicano acrescentou à política externa brasileira o componente da atenção à dinâmica subcontinental. Além disso, a discrepância do regime imperial era vista pelos próprios vizinhos como um dos entraves à aproximação. O advento da república, nesse sentido, foi bastante celebrado pelo continente, especialmente pela Argentina, que, à ocasião, realizou várias homenagens ao Brasil. Acreditava-se naquele momento que os motivos para a rivalidade histórica tivessem finalmente sido superados. Além disso, acrescenta-se que, pouco antes da mudança de regime, o trabalho escravo, instituição também repudiada pelos vizinhos, fora abolido por lei. Assim, o interesse pelo Brasil e as iniciativas para fomentar o intercâmbio material e imaterial aumentaram com a superação da obsolescência institucional e social. Já o ano de 1922 marca a comemoração de um século de independência. Para a ocasião, o Brasil preparara durante mais de uma década uma projeção internacional que se dava pelas reformas urbanas e pelos investimentos culturais e artísticos a criarem a imagem de uma nação cosmopolita e em pleno progresso, ao molde das nações europeias. Avaliamos, pois, que a atenção da Argentina a tão significativa comemoração em muito reflete suas expectativas quanto ao Brasil.

Como principal meio de comunicação no período, as publicações impressas foram consideradas suficientes para que pudéssemos compreender e descrever o domínio da cultura nas relações bilaterais. A busca dos documentos deu-se principalmente por catálogos de acervos de bibliotecas e livrarias virtuais, e pela referenciação interna das obras. Foram de enorme ajuda também as organizações e bibliotecas a disponibilizarem acervos digitais. Construimos um conjunto documental bastante diverso, composto por estudos; por crônicas de viagens; por transcrições e descrições de missões diplomáticas, acadêmicas, jornalísticas; por traduções; por edições especiais e homenagens de jornais e revistas, produzidos pelos mais diversos atores e irredutíveis a uma categoria geral.

A reunião do nosso arquivo precede, segundo nossa compreensão, a uma empiria que sabemos não ter ocorrido no campo das relações bilaterais entre Brasil e Argentina,

qual seja a distinção de um longo processo de integração sociocultural, o qual poderia ser caracterizado em sua totalidade. Por um lado, institucionalmente não foram desenvolvidas práticas que se desdobraram e, continuidade e temos, relativamente, poucos autores engajados em uma construção da aproximação a ultrapassar uma ou poucas obras de apresentação ou estudos sobre o Brasil. Por outro lado, temos um conjunto de obras praticamente abandonadas no tempo. Os atores e as iniciativas argentinas na tarefa de apresentar o Brasil parecem esquecidos, se especificarmos o espaço das relações bilaterais, no silêncio de um processo de integração simbólica que não se concretizou. São pouco lembrados e estudados em seu conjunto, e ignorados em sua pertinência de contribuir com a compreensão do estado atual da integração. Essa afirmação abarca inclusive os estudos atuais sobre a cultura nas relações bilaterais entre Brasil e Argentina, que raramente consideram as primeiras iniciativas no fomento de um encontro simbólico entre as nações.

Por essa condição do nosso objeto, decidimos adotar o trabalho de análise e compreensão dos documentos reunidos no corpus por um viés interno a eles. Escolhemos, pois, o método arqueológico descrito por Michel Foucault em *A arqueologia do Saber* (2012). Com essa série de textos em mãos, pretendemos uma leitura que se volta para os documentos e para a relação que eles estabelecem entre si em um conjunto que objetiva analisar as representações recolhidas. As permanências, divergências, rupturas, transformações, apropriações, enfim, os fluxos e as séries que os discursos e os seus sujeitos emanam e evidenciam quando inseridos em relações de poder e jogos de interesses podem caracterizar o nosso objeto, bem como dar conta de sua dinamicidade. Inicialmente, partimos da hipótese da falta de continuidade entre os distintos projetos, embora estes apresentem uma intencionalidade clara de se criarem vínculos mais estreitos. Questionamos também a pertinência do “paradigma da rivalidade”, como pressuposto de que há uma distância histórica com base na rivalidade a ser sanada, para a formação das representações sobre o Brasil. Objetivamos, assim, descobrir os dilemas, as percepções proeminentes, os fatores e mecanismos de polarização discursiva a evidenciarem a particularidade do processo de integração cultural entre as duas nações.

Aspectos teórico-metodológicos

1. Sobre o conceito de cultura

Adotar como objeto de estudo a cultura, ou os fatos culturais, traz implicações teórico-metodológicas que carecem de maior explicação. Compreendemos que a conceituação de “cultura”, um termo que implica a ponderação do outro, encontra-se extremamente vinculada à relação de observação e de autoconstrução estabelecida entre um sujeito e um objeto. Por isso, tratamos do desenvolvimento do conceito considerando o trabalho epistemológico das ciências humanas e das teorias que buscam abordar a complexa relação estabelecida entre o “observador” e o “observado” para pensar a leitura de uma determinada realidade. As formulações conceituais das principais correntes filosóficas, históricas, sociológicas de um período, ciências com distintos objetos e métodos de análise, fornecem perspectivas significativas para entender como se percebe, compreende e verbaliza a existência do outro e, de forma essencialmente relacionada, de si.

Exposto isso, sabemos que as definições de cultura são muitas, e, embora a preocupação com uma conceituação ponha em diálogo várias áreas do conhecimento há mais de um século, não há um consenso sobre o significado do termo que dê conta das práticas cotidianas a refletirem, a todo momento, particularidades que se entendem como aspectos culturais. Se por um lado já se afirmou o grande sucesso da antropologia de ter definido o termo, parece também que ele adquiriu abrangências a ponto de torná-lo pouco operável, ao significar tudo ao mesmo tempo. O caminho entre as duas opiniões traz uma rede complexa de características que, ao nosso entender, mais evidencia as complexidades das relações humanas do que uma imprecisão conceitual.

O fato de trazer uma série de reflexões para as quais há muitas repostas, e, mais ainda, muitos questionamentos, permite que o termo seja usado normalmente, sem que haja a necessidade de uma definição precisa. Há uma aceitação subentendida de um sentido popular, que diz respeito a práticas sociais comuns, aceitas e incorporadas à memória de uma lógica social específica. Tal consenso torna o termo passível de uma relativização que, em determinada medida, o ampliou de forma a fazer-nos reconhecer a necessidade de explorar as ideias norteadoras e formadoras desse “consenso”. Isso de forma alguma significa distinguir um conceito ou uma reunião de conceitos que pareça totalizante ou, ainda, traçar um percurso exaustivo das mais diversas contribuições. Aceitando a complexidade da tarefa, procuramos aqui afunilar uma ideia de cultura que se mostre pertinente para indicar mecanismos de apreensão – em seu sentido mais amplo – do outro e que também, por um percurso em alguma medida discricionário,

torne esclarecedora a inserção da ideia de cultura na dinâmica das relações entre duas nações, que são o nosso foco.

O fato de que a cultura, na característica de ação, não é visível suscita a verificação de diversos indivíduos em um compartilhamento de saberes e comportamentos que supostamente devem diferenciá-los de outros indivíduos agrupados. Uma vez que a manifestação da cultura só pode ser percebida a partir da prática individual ou coletiva, surge a dificuldade de precisar quando e como um conjunto de práticas passará a ser observada vinculado a uma sociedade específica – considerando-se ainda a relativização tempo-espço – e não à outra; ou, ainda, como e por que estes comportamentos diferem-se de outros comportamentos para se incorporar à lógica da sociedade e tornarem-se tacitamente aceitos, reproduzíveis e, logo, característicos.

O uso moderno que fazemos do termo foi desenvolvido no ano de 1871 por Edward Tylor (1891, p. 1), e diz respeito ao conjunto imaterial – conhecimento, crenças, arte, costumes – adquirível e acumulável. Mesmo sob a crítica de Clifford Geertz (2008, p. 4) de que tal conceito e suas implicações tomaram proporções tão abrangentes que inviabilizaram sua funcionalidade, consideramos a origem importante porque fornece vários apontamentos caros ao percurso explicativo que pretendemos ora. Um deles é a categorização da cultura como artifício humano, pelo vocábulo “*acquired*”, *adquirida*, em oposição à natureza, como o meio no qual o homem interfere, no sentido cunhado pelos gregos; e aos aspectos biológicos em geral, ao que se possa considerar inato ao ser. Para compreender essa oposição, a ideia de natureza é das mais utilizadas como polo oposto, oposição que carece de algum esclarecimento. Alfredo Bosi (1995) no Brasil teve especial cuidado em resgatar as ideias advindas da etimologia latina do termo, “*kultur*”, para explicar o sentido de transformação, de interferência na terra pelo trabalho agrícola e de aprendizados reproduzíveis e transmissíveis, no sentido de perpetuação pelo ensinamento. Assim ele sintetiza: “Cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social” (BOSI, 1995, p. 16). Raymond Williams (2011, p. 89-114), no início da década de 80, partiu da crítica da cultura na sociedade industrial e colocou a natureza em oposição à indústria – natureza é onde a indústria não está. Ela adquire, por essa perspectiva, assim, um teor adâmico de projeção (que beira a saudade ou a vontade de retorno) do homem moderno caído, distante da natureza. Terry Eagleton (2011, p. 11), sobre essa dicotomia, fala em uma

dialética entre o artificial e o natural, acrescentando à ideia o componente de tensão e de transformação de polos que não são ou distantes ou independentes.

A definição negativa partindo do que é natural ou que existe e se transforma independentemente da ação humana permitiu uma aproximação da ideia de cultura com o saber-fazer ou o desenvolvimento material de uma sociedade, no sentido de que a apropriação do meio e sua instrumentalização em favor do homem passa a ser vista como prova material de avanço. É a cultura como “conceito hierárquico”, como Zygmunt Bauman (2012) categoriza. O afastamento físico e mental da natureza faz-se, por esse entendimento, critério para se valorar uma sociedade em relação a outra, sob a noção de avanço, de superioridade. Esta compreensão tornou-se extremamente pertinente no nível da composição do Estado para a construção de discursos e evidências que mostrassem a força e a coesão nacionais em um momento de necessidade. A “institucionalização” do tratamento da cultura, a sua apropriação pelo Estado como meio de concretização de certas demandas, ou seja, a colocação dos valores (religiosos, intelectuais, morais) de uma coletividade alavancadas ao nível de uma nação – mesmo que esta não possua um território definido – historicamente explica-se em dois impulsos distintos de uma mesma necessidade no seio do imperialismo moderno¹⁰, um historicamente vinculado ao pensamento francês e outro ao alemão.

A institucionalização da ideia de cultura em favor dos Estados nacionais, vinculada ao crescimento urbano-populacional decorrente do processo de industrialização, foi traduzida bem pelo pensamento francês, que desenvolveu a aproximação entre os conceitos “cultura” e “civilização” (BAUMAN, 2012, p. 47). No âmbito interno de uma sociedade, a noção de cultura manifesta-se nos critérios próprios da subdivisão desta cultura entre uma “alta cultura”, formada pelos detentores dos conhecimentos científicos e artísticos, e uma massa ignorante, ou não-civilizada. Bauman (2012, p. 48) assim explica o contexto ideológico da apropriação por parte de uma elite da cultura como tentativa de manter um *status quo* de controle:

[...] “as massas” teriam de se tornar (e permanecer, por um futuro previsível) *objeto* de uma atenção carinhosa voltada para sua elevação espiritual:

¹⁰ Hannah Arendt (2007, p. 147-152) define o Imperialismo como o período entre 1884 e 1914, que teve como característica principal a tensão ainda indefinida entre, de um lado, uma burguesia emancipada do Estado, que crescera economicamente desvinculada dele, mas que não exercia considerável papel dentro dos aparatos políticos, e, por outro lado, o sistema do Estado nacional, que não atendia exclusivamente os seus interesses de classe. Dessa tensão explica-se o uso da cultura em movimento ora como ferramenta da burguesia, ora como ferramenta do Estado nacional.

impedidas de seres *sujeitos* da ação autônoma, já que dificilmente se tornariam produtoras das *escolhas que se estaria pronto a aceitar*. Foi a presença das massas que criou a necessidade de liderança espiritual, e assim ofereceu à jurisdição da elite intelectual sua *raison d'être*. [grifos do autor]

Abrangendo a segregação entre pessoas e agires em uma sociedade, a transferência dessa ideia de cultura como algo a ser apreendido – e imposto – ao campo político opõe diferentes sociedades e diferentes etnias a partir do critério de superioridade de uma cultura, criando o que se localiza no surgimento histórico do discurso do “processo civilizador” como um processo que Bauman (2012, p. 49) denomina “dessincronização cultural”. À superioridade de um Estado-nação com o dever messiânico de levar a civilização e o progresso, o Romantismo Alemão acrescentou o componente da linguagem, da intelectualidade, enfim, da produção simbólica própria da coletividade, ao discurso eminentemente político, de forma a valorizá-los tanto quanto então se valorizava a unificação e a definição territorial, bem como os valores burgueses, enquanto constitutivos do Estado nacional.

A noção de identidade, enquanto pertencimento do ser, surge desta vinculação política entre o todo da cultura – Peter Burke (1990) identifica aí também o surgimento da noção de “cultura popular” – e o Estado nacional. Os dois movimentos, interno e externo, compõem, pois, uma mesma dinâmica e se autofomentam na construção da imagem de um “eu” forte. Ao mesmo tempo em que é criada uma identidade nacional, a legitimar o Estado-nação, essa “criação” deve ser também internalizada e naturalizada pelo indivíduo, através da educação, de forma a se tornar consistente – praticamente natural ao indivíduo – e passível de transmissão. Apesar de a perspectiva francesa guardar em seu bojo uma noção de progresso e avanço, e a visão alemã ir de encontro à visão progressista de um Estado nacional, as diferenças mais se complementam do que se afastam. Sob essa perspectiva, Bauman (2012, p. 97) relembra o lógico elo entre a apropriação de uma cultura pela elite para manter uma coesão interna (que pode se tornar mecanismo de autopromoção e de dominação) e a emergência ideológica de uma cultura como modelo às demais, como já notado por Marx e Engels (2004, p. 23):

A burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Ela criou cidades enormes, aumentou o número da população urbana, em face da rural, em alta escala e, assim, arrancou do idiotismo da vida rural uma parcela significativa da população. Da mesma forma como torna o campo dependente da cidade, ela torna os países bárbaros e semibárbaros dependentes dos civilizados, os

povos agrários dependentes dos povos burgueses, o Oriente dependente do Ocidente.

Na teoria do conhecimento, as críticas à sociedade industrial inauguram um novo paradigma para a apreensão do outro, na relação entre sujeito-objeto, a qual se discutia marcadamente desde Kant e Locke. A crítica da apreensão “pura” de um objeto, pela impossibilidade de afastamento completo de um observador, torna-se mais complexa na metade do século XIX, na observação marxiana das relações de produção. Pierre Bourdieu (2003) e Roger Chartier (2002) explicam esse acréscimo analítico em oposição a uma filosofia centrada no sujeito e constituída pela oposição criativa tese-antítese. Na tradição kantiana, o conhecimento adviria desse exercício dialético rumo ao consenso. Já Karl Marx inaugura uma nova forma de compreensão calcada no desvendar ideológico das práticas e ideias – a substituição da superstição mística pela ideologia enquanto produtor de um substrato imaterial a reger as relações sociais –, dando origem ao modelo de análise estrutural e a à acentuação do relativismo que voltou, com a definitiva ruptura da noção de permanência entre um sujeito e um objeto previamente estabelecidos, as investigações sociais para a observação dos processos analíticos.

O deslocamento da teoria do conhecimento para a relação estabelecida no processo de observação e compreensão, e, assim, para um lugar de relativização que dizia respeito à própria formação de si, projetou o problema dessa relação às diversas áreas das ciências humanas centradas no conhecer o outro. O surgimento das novas ciências a partir da década de 1960, a Linguística, a Psicologia, a Sociologia, dispuseram – com o que Chartier (2002) coloca como ameaça à disciplina da História – à análise social a questão epistêmica da observação do objeto, a teoria do conhecimento, e disso adveio uma multiplicação das ferramentas e modelos de *constituição* e de compreensão de um objeto. Nesse contexto, consideramos as filiações às correntes estruturalistas de suma importância pela complexidade das relações de conhecimento que a análise do discurso, a antropologia histórica, a *Nova História* nos fornecem para o tratamento de um objeto pertencente ao campo das ideias. O intercâmbio e a apropriação multilateral de diversos métodos e objetos por distintas áreas do saber trouxeram sob a perspectiva estruturalista um novo arcabouço conceitual e metodológico para a apreensão de como ocorrem as interações dentro de um domínio das ideias pré-estabelecido. Bauman (2012, p. 178) faz assim uma síntese do modelo analítico estruturalista:

[...] a estrutura buscada pela compreensão estruturalista da cultura é o conjunto de regras geradoras, historicamente selecionadas pela espécie humana, que governam a um só tempo a atividade mental e prática do indivíduo humano visto como ser epistêmico, assim como o conjunto de possibilidades em que essa atividade pode operar.

Consideramos, neste percurso, algumas contribuições de áreas distintas do saber de grande valia para a compreensão de uma tendência de considerar cada vez mais os aspectos imateriais (os fluxos, as polarizações, os processos, enfim, o “entre-meio” em que trafegam a ideologia, os subentendidos, o que há de mais obscuro como motor ou condicionante das formas desse tráfego) identificados na materialidade das fontes. A partir das ciências sociais, como herança do componente nietzschiano do centralismo da busca por poder nas relações humanas, Bourdieu imprimiu à tradição marxiana a importante conceituação de “poder simbólico”. A partir dos termos da teoria econômica para tratar a antropologia, o sociólogo abrange a leitura polarizada (ou o que Bourdieu [2003, p. 13] chama de efeito “curto circuito”) das lutas de classes identificadas por Marx ao conjunto das relações sociais. O “poder simbólico” seria uma força “invisível” exercida em determinados contextos nos quais se daria a luta tanto pela proeminência em um campo – espécie de correlato ao que Weber considerava o monopólio da violência simbólica – quanto pela manutenção da existência desse campo (BOURDIEU, 2003, p. 7-8). A luta de classes é complexizada dessa forma para os sistemas simbólicos enquanto estruturas estruturantes e estruturadas (BOURDIEU, 2003, p. 8-9)¹¹. Assim, a compreensão do funcionamento social parte para a observação das interrelações estabelecidas dentro de um *campo* – entendido a partir das conferências da década de 70 (BOURDIEU, 2003) como o conjunto de posições objetivas que determinam a ação –, com o objetivo de perpetuá-lo, e do *habitus* – entendido enquanto ação individual *incorporada* com vistas à proeminência nesse campo.

O relativismo na construção do conhecimento logo atingiu o patamar da linguagem, na denominada virada linguística¹², e, por consequência, da leitura

¹¹ Bourdieu (2003, p. 14) assim sintetiza a abordagem estruturalista quanto à dominação simbólica: “É na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objectivamente ajustadas às estruturas sociais”.

¹² Por essa via, a linguagem é colocada no cerne dos debates epistemológicos, ao deslocar a linguagem de meio mediador para meio constitutivo do objeto – e, portanto, do sujeito. Traz, pois, a língua, o texto, a textualidade como ponto central da análise do conhecimento. A linguagem sai, assim, da sua percepção referencial para se pensar a “mediação como relação constitutiva” (ORLANDI, 2008), inserindo-se no conjunto conceitual que procura retirar também do discurso uma noção tradicional de permanência: “Essa

documental. Em Michel Foucault, as relações de poder passam a ser percebidas na produção discursiva de um lugar. Na introdução de *A Arqueologia do saber*, Foucault descreve os métodos e as práticas tradicionais da construção histórica para romper com uma forma de análise que se tornara um modo operatório dado e inquestionável. Com o advento da *Nova História*, explica, “o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos” (FOUCAULT, 2012, p. 6). Neste contexto, o filósofo coloca em evidência o discurso para se pensar a teoria do conhecimento. A essa evidência se agregam outras três regiões do conhecimento, o materialismo histórico, a linguística, a teoria do discurso, no surgimento da Análise do Discurso (ORLANDI, 2008, p. 19).

A dinamicidade das noções (que arriscamos tratar como espécie de um correlato imaterial no seio das ciências sociais às últimas décadas do século XX e seus arcabouços teóricos próprios) de fluxo, processo, curvas, expressão, em um domínio que é uma rede, constelação, curva, enfim, colocam como o papel das ciências sociais tentar descrever como é possível o surgimento de uma ideia – ou formação discursiva, ou representação – e não outra, ou quais as relações estabelecidas entre os elementos relacionados à dinâmica social que condicionam as emergências ideológicas.

As novas disciplinas dos anos 60 e 70 também contestaram a historicidade – a crítica à factualidade e linearidade da disciplina histórica – na produção de conhecimento como estudo das conjunturas e estruturas sociais (CHARTIER, 2002), questionando o estabelecimento dos objetos em novos tratamentos distintos dos tradicionais métodos. Neste processo, a História também absorveu e expôs os problemas analíticos das disciplinas aglutinadas. Trata-se da *reação* em adotar para a produção histórica os objetos e métodos dessas disciplinas, em uma atualização da história das ideias. Para se inserir nesses debates e resgatar a legitimidade do conhecimento histórico, superar a dicotomia entre a filosofia do sujeito e o estruturalismo exige, segundo Chartier (2002, p. 183):

considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras ‘instituições sociais’, incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social [...], mas

tensão entre o mesmo e o diferente é que constitui as várias instâncias da linguagem a sua contenção (institucional). Expressa-se assim o conflito entre o garantido, o institucionalizado, o legitimado, e aquilo que, no domínio do múltiplo, tem de se garantir, se legitimar, se institucionalizar.” (ORLANDI, 2008, p. 20).

também considerar, corolariamente, estas representações coletivas como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social.

Há aí uma perspectiva que consideramos interessante, ao colocar a representação como unidade central das relações de poder. Assim, estas relações de poder estabelecem-se em fluxos e em tendências apreendidos e reproduzidos sob um interesse nem sempre evidente, inclusive pelos seus agentes imediatos. Chartier considera a revisão por que passou o status da linguagem e ainda as novas formas de lidar com um acervo documental. Nesse sentido, compreendemos enfim o olhar para o outro no nível da dinâmica de reconstrução e transformação do objeto, considerando os conflitos inerentes às leituras e representações de uma sociedade e a fluidez com que os conceitos aparecem em um “pano de fundo” social dinâmico, tenso. A imaterialidade do exercício de poder concede à teoria do conhecimento distintas ferramentas para a compreensão estruturalista das relações sociais. Em relação ao conceito de cultura, é em Raymond Williams (2011) que o conceito afilia-se a essa conjuntura epistemológica e adquire o caráter de processo, dinamizando a visão de continuidade e permanência da observação tradicional dos grandes sistemas. Afunilamos, por essa via, o conceito em uma síntese que Bauman (2012, p. 43) desenvolve colocando a noção de cultura como um fluxo, um processo:

[...] “dominar uma cultura” significa dominar uma matriz de permutações possíveis, um conjunto jamais implementado de modo definitivo e sempre inconcluso – e não uma coletânea finita de significações e a arte de reconhecer seus portadores. O que reúne os fenômenos culturais numa “cultura” é a presença dessa matriz, um convite constante à mudança, e não a sua “sistematicidade” – ou seja, não a natureza da petrificação de algumas escolhas (“normais”) e a eliminação de outras (“desviantes”). (BAUMAN, 2012, p. 43)

É nesse sentido que pretendemos verificar como se deu a criação cultural e as tensões desenvolvidas nas narrativas e representações do Brasil. Considerando a cultura como processo, procuramos a dinâmica das percepções, o sentido de construção da ideia de Brasil, e, assim, explicar o processo de entendimento de uma cultura – processo o qual camufla, em uma aparente homogeneidade da cultura, que é a cultura da elite, várias tensões internas.

2. O método arqueológico

A escolha da abordagem teórico-metodológica arqueológica de Foucault nos impõe algumas dificuldades imediatas, que procuramos desenvolver. É necessário esclarecer que a descrição do percurso arqueológico consiste em um desenvolvimento primeiro da teorização de uma forma de análise que Foucault já realizara, com maior ou menor explicitação disso, nos estudos *A história da loucura*, *O nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*. Advém, então, a teoria de uma prática, a qual, para ser entendida, pressupõe uma série de exemplos dos distintos estudos realizados por Foucault e dos grandes discursos do saber, como o da economia ou da biologia, por exemplo. Decorre disto uma tentativa de formulação em uma prosa negativa, em uma afirmação de o que o método não é, levando constantemente a levantar hipóteses e em seguida refutá-las e reformulá-las. Por isso, encontramos na descrição do método uma série de paradoxos que o próprio Foucault identifica em seu percurso, por um lado, e que, por outro, procedem da própria matriz epistemológica estruturalista¹³. Concordamos, no entanto, que este método se torna ideal por possibilitar bem a caracterização do nosso objeto, bem como por fornecer uma série de possibilidades que permitam sua observação e complexização.

O método está inserido nos debates da *Nova História*, que propõem uma nova forma de ler determinado evento ou conjunto de ideias, de representações, de práticas. Neste contexto, Foucault coloca em relevo o lugar do documento, e dos processos de formação da massa documental. Os modelos pré-estabelecidos ou as análises qualitativas e quantitativas, como exemplo das práticas tradicionais, seriam questionados em face de novos modos de operar um acervo de conhecimentos a partir das mudanças de seu status¹⁴. Estes modos buscariam, a partir de então, desestabilizar o

¹³ Tal paradoxo consiste na identificação de um modelo usado para definir objetos e, ao mesmo tempo, um objeto que se define pelo modelo. Alexandre Costa, a partir desta identificação primeira, de Umberto Eco, do paradoxo próprio da matriz estruturalista (ECO, 2001, p. 256-257 in COSTA, 2011, p. 36), enumera uma série de paradoxos à luz desse conflito ontológico e epistemológico no método arqueológico. Um primeiro advém do caráter dual da unidade de análise, o documento, que, ao mesmo tempo atrelado a um tempo-espço definido, emerge de seu contexto histórico na relação com outras unidades discursivas em uma rede textual independente dos contextos: “Eis o aparente ‘paradoxo produtivo’ da arqueologia foucaultiana. Pressupõe, explicitamente, que a descontinuidade histórica deriva da ‘irrupção’ dos enunciados como ‘acontecimentos’, mas assume, entretanto, que isso ocorre em um ‘espço’ cuja regularidade pode ser estabelecida. A condição ‘correlativa’ de enunciados e grupos de enunciados, seu ‘funcionamento mútuo’ e sua ‘determinação recíproca’ são, em outras palavras, uma condição estrutural.” (COSTA, 2011, p. 38) Resultante deste método das dispersões, surgem novos aparentes paradoxos: a organização e a regularidade das dispersões; a dualidade da descontinuidade como método e como objeto (FOUCAULT, 2012, p. 11)

¹⁴ Foucault (2012, p. 8) assim descreve tal mudança: “O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa.”

assentamento dos monumentos em um pano histórico impertubável, desestabilizar sua continuidade prévia, em favor da irrupção dos eventos-documentos:

A história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. (FOUCAULT, 2012, p. 8)

O problema historiográfico das fontes pretende-se tratar pela arqueologia, uma proposta de análise que remonta à interioridade do documento, pela tarefa de retirar o monumento, este que tem o caráter de perpetuação memorialística imutável, do seu invólucro histórico, para resgatar os monumentos mudos¹⁵. Trata-se, portanto, da inversão do percurso analítico da história tradicional (FOUCAULT, 2012, p. 9).

Ao mesmo tempo em que se volta para a concretude e completude do seu objeto, a arqueologia volta-se também aos espaços de relação destes objetos em um domínio. Decorre disso o duplo comportamento de um documento: ao mesmo tempo em que ele é fixo em um domínio, ou seja, constitui-se como um pilar temporal e espacialmente determinado, ele é também um acontecimento, um evento cuja realização, ou irrupção, é possibilitada por este domínio. A síntese da ideia de arqueologia é a “descrição intrínseca do monumento”, a ser realizada a partir da noção de descontinuidade (central na teorização do método), a qual se coloca como “ao mesmo tempo, instrumento e objeto de pesquisa” (FOUCAULT, 2012, p. 11). Isso quer dizer que a descontinuidade é forma de evidenciação do objeto, pela retirada do documento da narrativa histórica tradicional para formar um domínio em que documentos afins, regidos pelas mesmas regras de formação, possam ser relacionados por critérios de repartição, ou seja, possam ser observados “no jogo da sua instância” (FOUCAULT, 2012, p. 30), ao mesmo tempo em que a constituição da rede documental, entrelaçada pelas descontinuidades, revele as descontinuidades das relações.

Conceitualmente, o método foucaultiano parte da linguagem como cerne da análise e opera com a noção de *enunciado* para desvendar uma unidade mínima – distinta de sentenças linguísticas ou de assertivas autorais – cuja definição é desenvolvida e reformulada ao longo de todo o estudo. Pode ser sintetizada em duas definições que parecem abarcar suas principais características: é o enunciado “uma

¹⁵ O percurso metodológico que Foucault faz para diferenciá-los é discernir, pela oposição colocada por Le Goff (1990, p. 535), entre herança do passado (monumentos) e escolha do historiador (documentos).

função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2012, p. 105), e, ainda, é

uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 2012, p. 105).

O termo “função”, *fonction*, indica o caráter de acontecimento desse enunciado, que só aparece via inserção em um domínio. Assim, o documento é um enunciado a partir do momento em que se relaciona com outros enunciados. Similarmente, o termo “função” é utilizado também para tratar da definição de sujeito (FOUCAULT, 2012, p. 113). Assim como o evento pressupõe um tempo e um espaço específico, o sujeito do enunciado também está inserido em um lugar discursivo, sendo, pois, também, um acontecimento. Disso, advém a importância da diferença assinalada por Foucault entre autor e sujeito, e ainda, da extrapolação do valor da intencionalidade na emissão de um enunciado; este também não assume um papel invariável ou intrínseco, mas é determinado pelas formas de se configurar, posicionar-se e relacionar-se em determinada tessitura discursiva. A ideia de acontecimento, de evento, é, dessa forma, imprescindível para compreender tanto sujeito quanto enunciado, sendo ambos uma espécie de contingência. Por conseguinte, desloca-se o eixo de questionamento em relação ao discurso: importa-nos primeiramente as condições de seu surgimento. “Por que uma formação discursiva e não outra em determinados espaço e tempo?” É a pergunta que nos fazemos, que nos indicará o que, em um contexto, submerge nas fissuras enquanto se constrói a História.

Como evento, o enunciado é dissociável das ideias de signo, frase, sentido pré-determinado, pois sua condição de existência é sua relação com todo o “campo adjacente” (FOUCAULT, 2012, p. 118). Um enunciado é, portanto, acontecimento, continuidade; ele é enunciado somente na medida em que se relaciona com outros enunciados.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos,

transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2012, p. 47)

Este lugar da formação discursiva é, ao mesmo tempo que constituída por um enunciado, uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado (FOUCAULT, 2012, p. 116). O discurso seria, conseqüentemente, o “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2012, p. 131). No entanto, o discurso também não é o objeto de uma análise intrínseca, não se procuram nele os conceitos, os termos, a estruturação de ideias, proposições ou problemas:

Elas [as relações discursivas] estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes [...], determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática (FOUCAULT, 2012, p. 56).

O primeiro passo do método arqueológico para a definição de um discurso seria, então, a reunião de documentos a constituírem uma formação discursiva, cujas *regras de formação* são as condições a que se submetem tais documentos reunidos. Foucault levanta quatro hipóteses para a constituição da unidade documental, que, no desenvolvimento do método, veremos que, assim como todas as outras instâncias já apresentadas, comportam-se como os mecanismos de leitura e interpretação dessa unidade mínima. São as hipóteses a reunião da massa documental pelos objetos¹⁶, pelos tipos de enunciados ou modalidades enunciativas¹⁷, pelos conceitos¹⁸, pelas escolhas

¹⁶ Pode-se adotar o objeto como formação discursiva se, na relação entre as diferentes unidades discursivas, ele encontra sua “lei de aparecimento”. Foucault menciona, a serem encontradas, considerando o objeto, as relações estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização (FOUCAULT, 2012, p. 55). As três demarcações básicas para a delimitação do objeto são sua superfície de emergência (onde podem surgir), suas instâncias de delimitação (quem é responsável por sua delimitação ou dela participa), suas grades de especificação (a operação de opor, associar, agrupar as diferentes concepções do objeto) (idem, ibidem, p. 50-51).

¹⁷ A formação das modalidades enunciativas são as formas de enunciado. Questiona-se quem fala e quem é o titular da fala; quais os lugares institucional e técnico de quem fala; como quem fala se percebe; qual o estilo usado para falar. É de onde a noção de sujeito emerge como centro, já que desconsideraremos a noção de autoria: o mesmo sujeito pode produzir diferentes discursos, assim como um único autor pode ocupar o lugar de diferentes sujeitos.

¹⁸ A formação dos conceitos diz respeito à organização do discurso, considerando a ordem de descrições, ou os esquemas de generalização, por exemplo. Abarca os hábitos retóricos, assim como as relações e interferências enunciativas observáveis em textos diferentes. Tal hipótese abrange a formação dos conceitos no discurso e suas mudanças (permanência, recorrência, mutação, dispersão).

temáticas ou estratégias¹⁹. Todas estas hipóteses, que selecionam distintas formas de olhar e reunir o corpo documental, levantam problemas de análise que se resolvem na leitura da dispersão²⁰, ou seja, na análise do jogo de regras (relações por semelhança, diferença, proximidade, oposição, sobreposição, dentre outras) a que cada documento pode ser submetido se colocado em seu campo adjacente.

Não há a desconsideração das possibilidades de relações hierárquicas na formação discursiva, que Foucault afirma poderem surgir das interdependências entre os quatro chamados “feixes de relações” (FOUCAULT, 2012, p. 89), pelo contrário. Nesse sentido, a última hipótese, as estratégias discursivas, merece, na nossa compreensão, maior atenção, pois se encontra já no nível do discurso, e, diferentemente das três anteriores, é uma hipótese ainda não traduzida ou exemplificada em estudos anteriores do filósofo²¹. Trata ela de observar a chamada “economia da constelação discursiva” (FOUCAULT, 2012, p. 79), considerando-se então a formação de conjuntos e subconjuntos pelas relações entre objetos, conceitos e modalidades enunciativas. No entanto, esta metáfora da constelação não pode ser tomada irrestritamente, apresentando certos limites de averiguação. As estratégias discursivas identificam-se pela formação de conjuntos e subconjuntos a partir dos três feixes de relações anteriores, ou seja, não é possível afirmar uma independência e uma ausência de hierarquia entre os quatro feixes²², ou uma noção de equivalência plena entre eles. Além disso, acrescenta

¹⁹ A última hipótese já abarca o nível do discurso, a ponto de poder dizer sobre refrações, reformulações, equivalências que alcançam o âmbito do que, na história das ideias, seria a teoria ou o tema (FOUCAULT, 2012, p. 76). Subscrive-se às três hipóteses anteriores. Abarca também “o regime e os processos de apropriação do discurso” (idem, ibidem, p. 80), considerando, por exemplo, processos de reescrita e de reinterpretação.

²⁰ Em todo o destrinchamento das hipóteses de reunião e análise dos enunciados, Foucault deixa clara a atenção à dispersão, em uma semelhança que insistentemente se repete. Sobre o objeto: encontrar o objeto é dizer “o estabelecimento de relação entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados” (idem, ibidem, p. 57), e coloca, ainda: “fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão” (idem, ibidem, p. 58); sobre as modalidades enunciativas: “é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (idem, ibidem, p. 66); sobre a formação dos conceitos: “não associamos as constantes do discurso às estruturas ideais do conceitos, mas descrevemos a rede conceitual a partir das regularidades intrínsecas do discurso” (idem, ibidem, p. 73); sobre a formação estratégica: “Uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam” (idem, ibidem, p. 80-81)

²¹ Segundo Foucault, na *História da loucura* a ênfase de análise recaiu sobre o objeto; no *Nascimento da clínica* sobre as formas de enunciação e em *As palavras e as coisas* nas redes de conceitos e regras de formação, a análise da formação das estratégias “continuará incipiente até que se realize um estudo ulterior em que possa reter o essencial da atenção” (idem, ibidem, p. 78)

²² As escolhas estratégicas são determinadas por pontos de divergências nos jogos de conceitos; as modalidades de enunciação relacionam-se ao lugar do sujeito no discurso, e assim por diante. Isso implica também em uma relação oposta, pelo exemplo de que as escolhas teóricas, por exemplo, incluem ou excluem certos conceitos. (idem, ibidem, p. 86-87).

Foucault que as quatro hipóteses não são obrigatórias, ou igualmente pertinentes à análise de determinado corpo documental: elas se manifestam em maior ou menor medida de acordo com as demandas analíticas²³ do objeto de estudo.

Em suma, o que temos na arqueologia é um conjunto de conceitos com os quais operaremos e os quais emergirão na medida de sua operação. O enunciado só é enunciado em uma rede de enunciados; a formação discursiva só é formação se houver regras de repartição observáveis nestes enunciados, os quais são reunidos por suas regras de repartição; o discurso é o conjunto das regras de formação ao mesmo tempo em que sofre determinação por essas regras. O mesmo para as formas de identificação da unidade discursiva, que são, simultaneamente, constitutivas dessas unidades: o objeto só é objeto em uma rede de relações que o autodetermina, assim como as formas de enunciação, os conceitos e as estratégias só se determinam na rede de relações que elas mesmas estabelecem. Enfim: é todo um trabalho de autocriação e autorreferenciação que condiciona a existência dos conceitos operacionais de Foucault. Foge dessa regra, apresentado ao final do estudo sobre os objetos, o que não é um conceito, mas é o que, enfim, procuramos escavar pelo método arqueológico em nosso trabalho: “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (FOUCAULT, 2012, p. 60).

A nossa operação da massa documental procurará se organizar nessa lógica, sob a tensão em que se produz o discurso e em que medida a realidade aparece fraturada na História. Afinal, as nossas fontes são canônicas: são o que perdurou no tempo. Nossos autores são uma elite intelectual local, atenta às questões de seu tempo, e politicamente interessada. Apresentadas sumariamente a análise documental arqueológica, procuramos agora levantar algumas possibilidades de análise no nosso estudo, evidenciadas com a reunião inicial do corpus. Construimos um acervo documental, segundo os critérios arqueológicos, coerente, aberto e representativo. Trata-se de um conjunto de obras impressas que tiveram como objetivo conhecer, estudar, apresentar o Brasil em seus aspectos gerais ao público argentino ou que indicam diretamente um interesse da nação vizinha pelo Brasil. Sabemos que essas publicações não têm sua

²³ “[...] há sistematizações conceituais, encadeamentos enunciativos, grupos e organizações de objetos que teriam sido possíveis (e cuja ausência não pode ser justificada no nível de suas regras próprias de formação), mas que são excluídos por uma constelação discursiva de um nível mais elevado e de maior extensão” (FOUCAULT, 2012, p. 79).

produção condicionada apenas a uma curiosidade idiossincrática, pessoal de seus autores ou de um possível grupo de leitores, mas a uma mobilização autoral e editorial, que inclui circulação de pessoas e de capital, e que é gerada para sanar demandas concretas vinculadas às relações estabelecidas no seio de uma elite intelectual e política argentina. São estas obras impressas que procuramos analisar, a fim de perceber como se construíram os discursos sobre o Brasil criados pelas práticas textuais argentinas e quais tensões esses discursos iluminam em seu domínio específico. Os documentos componentes do corpus são livros, folhetos, edições especiais de revistas e de jornais; e, em seu conteúdo, envolvem estudos, teóricos ou empíricos, crônicas de viagem, relatos de viagem, traduções, artigos sobre os mais diversos assuntos, homenagens com a temática do Brasil etc. São, percebemos por essa reunião, poucas obras, e por isso consideramos que conseguimos reunir um corpus representativo, ao qual poderão posteriormente ser incorporados novos documentos, sem prejuízo da abordagem ora proposta.

Entendemos por representações o conceito desenvolvido a partir da teoria da história em Chartier (2002), pela sua pertinência em evidenciar o componente ideológico na produção de interpretação. Assim o autor explica o conceito:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enuncia, em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 2002, p. 17)

À luz das obras reunidas, os escritos que resultaram de viagens em estudos e impressões sobre aspectos do Brasil são uma espécie de fonte primária. São evidentemente as obras características do corpus, que correspondem mais intimamente aos nossos critérios de seleção. Apresentam os mais diversos aspectos introdutórios, políticos, sociais, intelectuais, econômicos, geográficos, a partir de uma pretensão descritiva, expositiva ou narrativa que visa a sanar uma lacuna no saber argentino – o desconhecimento geral do Brasil. Este repertório sobre o país pôde ser adquirido na

prática, por relatos e crônicas de viagens pelo país, viagens geralmente limitadas às principais cidades de um eixo político e econômico dominante, e, na maior parte das vezes, à capital política e cultural – o Rio de Janeiro.

As missões e os intercâmbios de estudos foram também considerados, por deterem uma credibilidade institucional (e não pessoal) que fomenta tanto o reconhecimento de sua legitimidade na produção de conhecimento quanto sua perpetuação. Na produção impressa motivadora ou resultante dessas missões, percebemos comumente o tom elogioso sobre a recepção e sobre o círculo receptor. Apresentam os escritos geralmente um tom de homenagem e gratidão a partir dos relatos das missões e, também constantemente, de vontade de que as trocas se perpetuem. Além disso, as missões têm o status de uma mobilização de recursos financeiros internos e mostram, como vitrine, uma elite intelectual e a produção de um saber do país vizinho, o que naturalmente gera, no círculo receptor, o constrangimento da necessidade de comparação pela retribuição.

As homenagens produzidas internamente na Argentina, motivadas pelos mais diversos eventos, como visitas de legações oficiais brasileiras ou por datas comemorativas, são-nos igualmente importantes por representarem um meta-interesse argentino em evidenciar interesse pelo Brasil. Além disso, elas já apontam para uma consubstanciação de algumas apreciações em nível secundário, como conhecimento adquirido sobre o outro. Se o autor ou as instituições não precisam mais transladar-se ao Brasil para criar um repertório coerente ou, em alguma medida, denso, ou, ainda, construir a partir de pesquisas iniciais um conhecimento sobre o Brasil, isto significa que esse repertório já se encontra, de alguma maneira, instalado ou difundido, mesmo que precariamente, nos campos de produção argentinos.

As traduções também nos parecem de suma importância pela mobilização de recursos a indicar demandas no conjunto das publicações nacionais sobre a temática do Brasil. A tradução, enquanto parte de uma economia do mercado literário, articula-se a uma dinâmica de relações e interesses que muitas vezes geram mobilização maior do que a produção interna de obra de similar valor. Além disso, consideramos no presente caso, de construção de um domínio literário sobre o país vizinho, que elas correspondem bem a um dos critérios motivadores, estabelecidos por Itamar Even-Zohar (1990), para a inclusão das traduções em um polissistema literário, isto é, o fato de ele ainda estar em estágio de formação. Eis a sua importância na opinião do autor:

Moreover, in such a state when new literary models are emerging, translation is likely to become one of the means of elaborating the new repertoire. Through the foreign works, features (both principles and elements) are introduced into the home literature which did not exist there before. These include possibly not only new models of reality to replace the old and established ones that are no longer effective, but a whole range of other features as well, such as a new (poetic) language, or compositional patterns and techniques. It is clear that the very principles of selecting the works to be translated are determined by the situation governing the (home) poly-system: the texts are chosen according to their compatibility with the new approaches and the supposedly innovatory role they may assume within the target literature. (EVEN-ZOHAR, 1990, p. 47)

Descrevemos as características do corpus reunido. Procuramos agora discriminar sumariamente o que nele nos parece pertinente para a análise a se construir: as referências aos eventos históricos, à formação sociocultural do povo, às práticas sociais, às principais instituições culturais, ao círculo político e intelectual do Brasil; os principais conceitos e temas, assim como os campos semânticos por eles criados, que os sujeitos estabelecem para falar sobre o Brasil; os sujeitos, seus lugares sociais e a posição política que ocupam, bem como os lugares nacionais em que se inserem; as instituições, governamentais ou não, a possibilitarem as publicações, como os ministérios públicos e as editoras; a recorrência numérica e a distribuição dos temas, dos conceitos, dos sujeitos, das instituições responsáveis pelas publicações; os momentos e os espaços das publicações. Procuramos organizar conjuntos e subconjuntos que permitam explicitar os referidos dados e, a partir dessa organização, comparar, cruzar, sobrepor, interpretar, inferir e, enfim, abranger ao máximo as possibilidades de caracterização, especificação e compreensão do nosso domínio. Enfim, procuramos escavar quaisquer características, que, tornando-se legítimas frente a sua articulação ao corpo documental, esclareçam e tornem possível a compreensão do objeto do nosso presente trabalho.

Mesmo não desenvolvida até o momento, no entanto, já podemos identificar alguns caminhos analíticos a partir dos feixes. A produção impressa sobre o Brasil de que se ocupou a Argentina corresponde em grande parte a demandas político-econômicas diretas. Os aspectos pelos quais o Brasil é observado dizem respeito às práticas políticas internas e a externas. Os principais focos da atenção argentina foram os temas da Guerra do Paraguai, do rearmamento brasileiro, da escravidão (e a abolição), do regime imperial (e a Proclamação da República); trata-se de assuntos

recorrentes no corpo documental, mas abordados por diferentes aproximações e leituras, as quais procuraremos verificar. A superfície de emergência de tais objetos concentra-se principalmente no campo da diplomacia, já que o grande interesse da Argentina pelo Brasil era concernente especificamente à região do Prata e às tentativas brasileiras de projeção subcontinental. Participam também os periódicos como parte da superfície de emergência, com importância crescente pela expansão de sua circulação e pelo aumento da influência da opinião pública nos debates e nas tomadas de decisão governamentais. Além disso, participam dos periódicos figuras políticas influentes, relacionadas muitas vezes à diplomacia e ao fazer-político dos seus estados no comum intercâmbio que a vida política e intelectual assume, nos dois países. Como instâncias de delimitação, sugerimos as narrativas cronísticas, a crítica literária, os estudos políticos, os discursos dos periódicos, os relatos de missões, manifestações pelas quais se delimitarão as descrições a fazerem surgir os objetos.

Instituições, tanto governamentais, como o Ministério das Relações Exteriores ou as academias militares, quanto não-governamentais, como os institutos que proliferam a fim de relacionar cultural e socialmente os dois países e como os jornais, são as responsáveis pela construção dos discursos. Ainda, envolvem os objetos tanto os processos econômicos (e políticos, no caso de jornais vinculados a agentes do governo) como as mobilizações editoriais. São as editoras também objeto de nossa preocupação. A função enunciativa, segundo Foucault, não se exerce sem um domínio associado, ou seja, uma mediação escrita, oral, “incisão vazia de um traço” (FOUCAULT, 2012, p. 116). Este ponto nos é particularmente importante em face de uma reunião de documentos cujo significado é modificável pela forma de circulação²⁴. Consideraremos, assim, para que no trabalho também se possam perceber as propostas de circulação, quais foram as editoras e os jornais responsáveis pela impressão e quais foram suas escolhas de meio para tal. Sobre a materialidade em relação com o enunciado, Foucault explica ainda que “O enunciado não se identifica com um fragmento de matéria, mas sua identidade varia de acordo com um regime complexo de instituições materiais” (FOUCAULT, 2012, p. 125).

Questionamos ainda quem são os indivíduos que falam de onde falam e como ocupam este lugar de fala. Foucault chama de *status* a competência que eles têm para

²⁴ Sobre isso, Foucault (2012, p. 125-126) diz ainda “O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes *possibilidades de reinscrição e de transcrição* (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis”.

dizer o que dizem, e é este status que pretendemos avaliar a partir dos autores do nosso corpus. Necessitamos observar os objetos para identificar também quem fala, mas, em meio a essas iniciativas, de vários indivíduos, a figura do viajante destaca-se. Se não se conhece nada sobre o vizinho, é natural o interesse de uma descrição que não se limita a impressões e aprendizados em publicações, então praticamente inexistentes na Argentina. É o viajante o responsável por conhecer e descrever aspectos a ele imediatos e relatar suas impressões.

A intenção teórica de “sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções do objeto” (BOURDIEU, 2003, p. 62) levou Bourdieu, ao tentar abranger algumas perspectivas estruturalistas, a resgatar o termo “habitus” para pensar também, na produção do conhecimento antropológico, a disposição e o conhecimento incorporados do indivíduo. Originalmente o termo está bastante relacionado à manifestação corporal de indivíduos em seu agir social, mas adquire socialmente a carga de caracterizador de um domínio em que os fluxos de relações levam ao campo simbólico a luta de classes. Como Bourdieu (2003, p. 81) expôs, entendemos que:

A razão e a razão de ser de uma instituição (ou de uma medida administrativa) e dos seus efeitos sociais, não está na “vontade” de um indivíduo ou de um grupo mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e do *habitus* dos seus ocupantes, se geram as “vontades” e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade de instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos.

Do modo de se vestir ao modo de falar, há uma dinâmica de costumes externos aos quais os indivíduos procuram adequar-se em acúmulo de um capital simbólico que lhes dará proeminência no campo ao mesmo tempo em que conservam este campo. A apropriação do termo marxiano às práticas simbólicas interessa-nos, por mostrar a constante relação de poder nos campos sociais. A partir da explicação de que capital: “não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura de sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio” (BOURDIEU, 2003, p. 145), consideramos o funcionamento de um campo como um fluxo de relações tensas em busca da hegemonia no campo, ou seja, no “espaço social de relações objetivas” (BOURDIEU, 2003, p. 64), um universo de interações e

forças que caracterizam um domínio em que os agentes procuram afirmar sua hegemonia.

As perspectivas de Bourdieu e de Chartier abrangem as possibilidades de compreensão desse agente responsável pela produção dos discursos. Assim, procuramos entender o *habitus* dos intelectuais interessados pelo Brasil e qual era o sistema de relações aparente ao campo intelectual em que transitavam. Os viajantes guardam a particularidade de serem agentes com um objetivo bastante específico dentro de um conjunto maior de interesses no Brasil. São sujeitos que, embora possam ter vivido no Brasil por alguns meses ou anos, não eram imigrantes, turistas ou foragidos, e, logo, não tinham intenção em inserir-se na sociedade, agregando costumes e hábitos. Dedicaram-se a uma missão que satisfaria demandas argentinas, e não brasileiras; encontravam-se a serviço de disponibilizar informações que, apesar de poderem se transformar em benefícios mútuos pela integração, satisfaziam imediatamente a interesses próprios de sua terra natal. Sem uma necessidade de integração e de absorção da cultura estrangeira, incumbiam-se, caracteristicamente, de um olhar pretensamente neutro, acobertado por uma ética da verdade, que é tanto um pressuposto do seu campo de atuação quanto uma exigência do receptor, de uma primeira descrição e apresentação de aspectos até então desconhecidos (ou pouco conhecidos). Assumem, assim, uma multiplicidade de papéis: do servidor de seu país, do autor/cronista, do viajante/estrangeiro, do produtor de conhecimento. Abordam os mais diversos temas e dialogam com os mais diversos campos da sociedade. Procuramos, dessa forma, também perceber no corpus quais aspectos do Brasil se observaram, e como das abordagens estritamente econômicas e políticas, aspectos mais imediato nas demandas para as relações internacionais, o *hard-power*, submergiram e se apresentaram os aspectos relativos a sociedade e cultura, os componentes do chamado *soft-power*.

Consideramos, por fim, também a perspectiva histórica interessante para organizar e interpretar os dados, pelas ferramentas analíticas fornecidas pela história a um objeto dinâmico a transitar pelas diversas áreas do conhecimento. Especificamente, consideramo-la porque, em primeiro lugar, podemos afirmar tendências históricas nas aproximações entre Brasil e Argentina. Os vários e ricos estudos que temos sobre a dinâmica das relações entre as duas nações já evidenciam um encadeamento de fatos em um sistema que permite investigá-los e explicar suas causas. Assim, temos disponível uma rica interpretação da dinâmica das relações que achamos pertinente em considerar. Em segundo lugar, guiamo-nos pelo entendimento, a partir de Bourdieu (2003, p. 63),

de que os estudos e desenvolvimento conceitual e teórico do conhecimento são cumulativos, e, ainda, consideramos que estão vinculados às demandas epistemológicas de determinados contextos intelectuais. Embora lento e com oscilações no caso do presente estudo, observamos um percurso de acúmulo e a tendência à integração com o surgimento de cada vez mais gêneros e perspectivas de abordagem no tema Brasil-Argentina.

No primeiro capítulo, ocupamo-nos dos intelectuais que estiveram no Brasil e procuraram conhecê-lo ou transmitir impressões. São os viajantes encarregados de construir um conhecimento sobre o Brasil que ainda não se tem, e, por isso, a constante afirmação da importância das viagens nestes discursos. No segundo e no terceiro capítulos, analisamos as obras produzidas na Argentina que denotassem interesse pelo Brasil. Disso encontramos duas distinções que possibilitaram nossa compreensão do domínio. Primeiro, temos publicações em ocasião de datas comemorativas, de visitas presidenciais. São obras em geral financiadas por instituições interessadas e com transcrição e descrição de discursos e eventos relacionados a essas homenagens. Um segundo grupo são os estudos produzidos na Argentina voltados para um recorte do Brasil. E, por último, em obra de 1922, procuramos sintetizar a construção histórica do Brasil pelo olhar Argentino durante o período estudado.

Em síntese, procuramos conhecer um acervo documental sobre o Brasil que possa, em um trabalho de análise nos diversos níveis, caracterizar o domínio da cultura no sistema das relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina. Queremos compreender como foi o processo de conhecer o Brasil e de aproximação cultural no período de mais de 30 anos, e que impressões emergiram no corpo documental para evidenciar esse fluxo tenso de relações que caracteriza o campo intelectual e quais representações polarizaram os conceitos formadores do nosso objeto: a cultura nas relações bilaterais.

CAPÍTULO 1

Historicamente, os fluxos de viajantes ao Brasil correspondem a duas categorias maiores, constituídas por diferentes perspectivas e diferentes objetivos das iniciativas: a dos viajantes coloniais europeus a descreverem as novas terras e a das viagens científicas, intensificadas após a abertura dos portos no Brasil e o incentivo da política imperial²⁵. O tema das viagens e dos viajantes no Brasil já foi tratado por estudos brasileiros, a exemplo dos desenvolvidos por Flora Süssekind (1990), Miriam Leite (2001) e Lilia Schwarcz (2012), com as necessárias considerações sobre a relatividade da construção do outro e da construção de si, enquanto processos simultâneos. Entendemos a partir da vasta bibliografia sobre os viajantes ao Brasil que o olhar se dá em uma espécie de trânsito em que as percepções fluem ciclicamente, se auto-formando e transformando²⁶, relação análoga à da constituição do nosso objeto de estudo.

Além da complexa constituição de um suposto sujeito discursivo e de um objeto, o viajante assume alguns papéis frente à sociedade mandante e receptora. Por um lado, é responsável pela reprodução de uma experiência social que, na condição de viajante, ele não totalmente experimenta, e ainda percebe de forma diferente do sujeito nacional inserido na cultura. No país de origem, ainda, como agentes que assistem, observam no tempo presente, eles detêm uma confiabilidade (SÜSSEKIND, 1990, p. 80) a que se soma, no nosso caso, o capital simbólico intelectual já acumulado pela sua atuação intelectual no país mandatário. São então os formadores das representações legítimas.

²⁵Lilian Schwarz (2012) explica bem a relação entre a vinda da Família Real e uma mudança na agenda cultural e de viagens que intensificou no Brasil a circulação das ideias europeias, empregando suas principais correntes científicas para uma leitura da sociedade brasileira. Assim, as viagens científicas se proliferaram em atenção maior à sociedade do que à natureza, inclusive por parte da intelectualidade brasileira.

²⁶ Para não cair no relativismo incipiente de tomar tudo por tudo, mantemos em nossa análise as noções de sujeito e objeto para verificar as leituras dos viajantes, mas frisamos a necessidade de ter sempre em mente a noção de ideologia na observação do objeto.

No caso do nosso tema, temos uma Argentina praticamente pouco participante das duas correntes históricas de viajantes ao Brasil. Antes da instauração da república, poucos viajantes argentinos haviam narrado impressões sobre a nação vizinha. Domingo Faustino Sarmiento, em *Viajes por Europa, África y América* (1849/1922)²⁷; *Ráfagas*, de Carlos Guido y Spano, (1884/1908); *En Viaje*, de Miguel Cané (1883/1907), publicado pelo Biblioteca de *La Nación*, são algumas exceções. Uma leva maior dos viajantes argentinos concentra-se no período iniciado pela Proclamação da República. Os viajantes são estimulados por esse espírito. Não é o caso das impressões comuns aos dois fluxos anteriores. Os relatos das viagens das descobertas marítimas formavam-se embebidos de um imaginário frente ao novo, com pano de fundo nos mitos do Éden, do Eldorado, ou da nova terra “não caída”. No século XIX, embora consigamos identificar traços narrativos do olhar dos viajantes da literatura europeia, especialmente se considerarmos a atenção à natureza e à miscigenação étnica que o Brasil sempre ensejou ao estrangeiro, observamos na Argentina um observador distinto: atento às reais potencialidades do Brasil, vinculadas às políticas públicas, às atividades econômicas, às riquezas naturais e ao que fosse intercambiável na construção da reciprocidade e da cooperação. O viajante não sai de sua lógica cotidiana em uma experiência extraordinária.

Contribuiu para a definição do campo intelectual de viajantes, além da fé pública que detinham – são eles as pessoas que *veem* –, o fato de a circulação de pessoas ser dificultada pelos gastos e durações de viagens, assim como ser escassa a mobilização de recursos para a produção e publicação de estudos. Por isso, foram relegadas à mão de uma pequena elite as viagens e publicações. A profissão de diplomata era então particularmente interessante para a tarefa. Eram supostamente os diplomatas detentores de uma formação escolástica e de um lugar político e discursivo que lhes aferia um capital intelectual legítimo, que lhes atribuía às ideias autonomia e confiança pública. Além disso, na prática, a profissão tornava possível – quando não obrigatório – aos agentes nacionais deslocarem-se ao Brasil. Ademais, quando já no Brasil, a semelhança de campos a que pertenciam no país de origem possibilitava-lhes a recepção pelos mais altos círculos políticos e intelectuais, meio no qual se inseriam com certa facilidade pelo interesse ao estrangeiro – o de fora, o atípico, o exótico – e pelo respeito mútuo

²⁷ Foram reeditados, mas sem alterações. Segundo esta edição de 1922, havia sido publicada primeiramente em Santiago, em 1949, e em 1856 em Buenos Aires. Em 1909, sua obra completa foi publicada em cinco tomos, dos quais a presente reunião de 1922 havia retirado três, os tomos de Vaparaíso a Paris (o mais rico em menções ao Brasil), Espanha a Itália e Estados Unidos.

ensejado pelo compartilhamento do *habitus*. O jornalista dispunha de condições similares. Havia, para essa profissão, um financiamento a partir de interesses de uma instituição, bem como a credibilidade pública e a facilidade de inserção no país receptor. Assim, os viajantes não tinham dificuldade de se relacionarem com a sociedade – mesmo que uma parte ínfima dela, a elite – e não encontravam um ambiente hostil ou inóspito, como parece ser o lugar de chegada ao imigrante trabalhador ou ao exilado.

Além dessas primeiras facilidades, não há uniformidade nas impressões que reunimos. Cada um dos nossos autores perpassa pelo Brasil em circunstâncias distintas, com olhares condicionados por diferentes fatores, e com projetos intelectuais próprios. García Mérou passou dois anos como representante da Argentina no Rio de Janeiro e foi o único autor argentino identificado a produzir um estudo sobre a intelectualidade e a literatura no Brasil, sendo este também seu único estudo sobre o Brasil. O diplomata inaugurou, no início do século, um modelo discursivo, calcado no pressuposto da distância e do desconhecimento mútuo em que os vizinhos se encontravam, que se repetiu em uma série de viagens, estudos, traduções, críticas, consubstanciando o que Gustavo Sorá (2003) denomina “fórmula Mérou”, como justificativa para os empreendimentos de diversos escritores, críticos, editores voltadas ao Brasil como vizinho pouco conhecido.

No exercício da carreira diplomática em viagens ao Brasil, temos também dois intelectuais militares de carreira que se ocuparam de algumas impressões e estudos. José Ignacio Garmendia conheceu o Brasil pelas participações em legações diplomáticas em trabalhos de demarcação territorial, dentre eles a demarcação das terras litigiosas de Missões. Viajou ao Rio de Janeiro como acompanhante na visita de Julio Roca de 1899. O diplomata não chegou exatamente a desenvolver um projeto específico de conhecer e apresentar o Brasil. A publicação *Del Brasil, Chile y Paraguai: gratas reminiscencias* traz a reunião de alguns textos motivados por eventos distintos, em que consta, por exemplo, a descrição da recepção à legação argentina de Roca, já publicado em homenagem do governo de Buenos Aires sobre a troca das visitas (LAINEZ; VARELA, 1901), e algumas considerações históricas sobre a Guerra do Paraguai. O Major Jorge Crespo também esteve no Brasil nos anos de 1916 e 1917, mas ocupou-se pouco das impressões de viagem no seu estudo dedicado a sanar uma lacuna de informações geográficas e econômicas do Brasil, sob a presunção da crescente importância do país para a Argentina.

Manuel Bernárdez, o único do nosso conjunto documental a aprofundar-se nas impressões sobre a sociedade do Brasil, não é propriamente um viajante. Após sua primeira missão jornalística a serviço de um periódico argentino, voltou e passou dez anos como representante uruguaio no Rio de Janeiro, período em que produziu e aprofundou a maior parte de seus estudos sobre aspectos sociais e econômicos na nação brasileira, inclusive em uma produção literária em português, publicada também no Brasil. É o autor que mais se ocupou da proposta de fazer conhecer os aspectos apreendidos pelo olhar das viagens. Procura apresentar com descrições de impressão o círculo intelectual, as principais ideias, as atividades econômicas, o território, as principais cidades ao leitor. É ele, no nosso acervo, quem mais se encarrega de impressões de viagens por uma prosa crónística fascinada com as particularidades do Brasil.

Fora do campo da diplomacia e do jornalismo, temos o primeiro ensaio de um programa de intercâmbios acadêmicos. José León Suárez, em 1918, procura institucionalizar a prática do intercâmbio, em uma resposta, com sua vinda ao Brasil, às visitas acadêmicas de Rui Barbosa e de Oliveira Lima em anos anteriores. Propõe consubstanciar o modelo de aproximação intelectual que então se iniciava entre Brasil e Argentina. Em ocasião de sua presença com este fim, acabou prolongando a viagem a pedido de instituições do Brasil e do Uruguai e produziu também algumas impressões e observações sobre a sociedade e as atividades econômicas no Brasil, em conjunto de textos publicados em Buenos Aires, um ano depois, sob o título *Diplomacia universitaria americana*.

Os projetos expostos individualmente buscam, na seguinte exposição, evidenciar as principais características narrativas, as estratégias discursivas utilizadas para se perceber o Brasil em favor de um interesse no outro identificado na Argentina, e os modelos das impressões pela passagem dos autores pelo Brasil a partir dos distintos aspectos com que eles procuraram se relacionar.

1. Os viajantes

O Brasil Intelectual

Martín García Mérou (1862-1905), nascido na cidade de Buenos Aires, foi poeta e crítico literário, colaborador do jornal *La Nación*, e diplomata²⁸. Iniciou aos 17 anos

²⁸ Araripe Júnior escreveu o artigo publicado em vários tomos no jornal *A Semana*, nos meses de março, abril e maio de 1895, intitulado “Don Martín García Mérou” (1963, p. 23-61), no qual apresenta a

sua carreira diplomática, e teve, como um de seus primeiros postos, o Brasil, onde, em 1883, passou como primeiro secretário da legação argentina chefiada por Vicente Quesada. No mesmo ano seguiu como primeiro secretário a Madrid. Retornou ao Brasil como Ministro Plenipotenciário da Argentina quase uma década depois, em 1894, e, após apenas dois anos de serviço, foi designado a igual cargo em representação argentina nos Estados Unidos. À época de sua segunda estadia no Rio de Janeiro, escreveu *El Brasil Intelectual: Impresiones y Notas Literarias*, o primeiro estudo sobre a intelectualidade do Brasil realizado por um argentino²⁹. A obra foi publicada em 1900, em 200 exemplares de luxo, em papel vergê, impressos pela editora particular Félix Lajouane, pela qual García Mérou já havia anteriormente publicado³⁰.

El Brasil Intelectual representa no conjunto documental do nosso trabalho uma Argentina atenta ao contexto da recém proclamada república, e preocupada em estabelecer vínculos mais fortes do que o de meros vizinhos distantes. Embora sua produção e publicação não parta de um incentivo do Estado argentino ou de algum órgão ou instituição a ele relacionado, como o Ministério das Relações Exteriores, ela foi lançada no contexto político das festividades em ocasião da viagem de Campos

biografia do diplomata até então. Os textos foram escritos por causa da visita de García Mérou ao jornal, que despertara em Araripe curiosidade tanto pela pessoa do autor quanto por sua produção literária, que consistia então em alguns textos poéticos e de crítica e, estes nas quais Araripe detém-se por mais tempo em seu artigo, nos ensaios biográficos de Juan Alberdi e de Esteban Echeverría. A partir do percurso diplomático de Mérou, Araripe apresenta suas principais obras.

²⁹ No mesmo ano de publicação, Araripe Júnior escreveu breve resenha ao jornal *Gazeta de Notícias* publicada ao 13 de novembro intitulada “O Brasil Intelectual” (1963, p. 497-502). Nele, afirma a ausência, por ambas as nações, de produção como as do estudo em questão. O pioneirismo de García Mérou só recebeu resposta equivalente do Brasil em 1920, quando o diplomata Oliveira Lima publicou obra de igual proposta – um olhar do Brasil sobre a intelectualidade argentina. Lima passara sete meses em Buenos Aires, viagem que resultou em uma obra de impressões – como é apresentado o estudo no prefácio datado do 25 de maio do mesmo ano de publicação. Sobre o contexto e a pertinência de sua obra, o autor apresenta o seguinte: “Pareceu-me que não convinha deixar desfolharem-se aquellas primeiras impressões, em summa as mais directas e espontaneas, sem as apresentar reunidas e systematizadas, ficando para mais tarde a tentativa de outro ensaio mais refletido e aprofundado, ao qual faltará comtudo a naturalidade e portanto o frescor do primeiro. [...] Seriam muitas as razões a apontar pelas quaes deveríamos estudar e conhecer a prospera nação do Prata, mas como ninguém entre nós parece muito empenhado e desfazer essa ignorancia, a não ser com estudados encomios sem base e sem sinceridade, compensadores de diatribes igualmente enfadonhas, e tanto assim é que não se menciona um só livro brasileiro parecido com o Brasil Intelectual, de Martin Garcia Mérou, inscrevo-me n’essa obra de cordialidade internacional por meio do conhecimento reciproco de paisez que nunca poderiam pegar em armas um contra o outro, si se dessem mutuamente seu justo valor, apreciando cada um as intenções, os objectivos e os predicados do outro.” (LIMA, 1920, p. 3) Quanto a sua recepção, *El Brasil intelectual* nunca foi reeditada, ou traduzida para o português.

³⁰ Dentre as obras do autor publicadas até então, grande parte havia sido pela Félix Lajouane, considerando que outra boa parte produzida na Espanha. São algumas das primeiras: *Ley Social* (Costumbres contemporâneas), 1885; *Libros y Autores* (La novela en la Plata. De todo un poco. Bosquejos históricos), 1886; *Juan Bautista Alberdi* (Ensayo crítico), 1890; *Recuerdos Literarios*, 1891; *Historia de la República Argentina*, em dois tomos, 1899; *Estudios Americanos*, 1900. A quantidade parece-nos indicar um vínculo da editora ao autor, e não exatamente o interesse mercadológico na temática de *El Brasil Intelectual*.

Sales à nação argentina, em retribuição à recente visita do presidente Julio Roca ao Brasil. O estudo é, pois, ao mesmo tempo que atende um dever que já começava a fazer parte de um projeto de aproximação entre as duas repúblicas, um projeto pessoal de fomento das trocas culturais entre os vizinhos sul-americanos a partir do diagnóstico do desconhecimento do outro – “De todas las literaturas sudamericanas, ninguna es tan poco conocida entre nosotros como la del Brasil” (MÉROU, 1900, p. 1). García Mérou (1900, p. 9) cita Joseph Texte para justificar a pertinência do estudo ao público leitor argentino: “El estudio de un ser viviente se compone, en gran parte, del estudio de las relaciones que lo unen á los seres vecinos. Del mismo modo, no hay literatura cuya historia se encierre en los límites de su país de origen”. Compreender a intelectualidade brasileira seria, então, na opinião do autor, um projeto importante para compreender a totalidade das literaturas nacionais em formação na América do Sul.

Em *El Brasil Intelectual*, a motivação de compreensão do outro já parece lançar bases para o que se desenvolveria ao que compreendemos hoje por *diplomacia cultural*³¹. No prefácio de setembro de 1900 – dedicado a Julio Roca, presidente da Argentina, de quem havia sido secretário privado nos anos de 1885 e 1886 – ele descreve o trabalho realizado:

Mi esfuerzos constantes por hacer más íntimos los vínculos que nos ligán con aquel país, contaron siempre con su apoyo y con su simpatía. Alentado por ese estímulo amistoso, al estudiar al Brasil, en el desempeño de mi misión, no solo bajo el aspecto político, económico y comercial, sino también bajo el aspecto intelectual, no hice sino realizar el programa á que para usted, como para mí, debe ajustarse una acción diplomática inspirada en las conveniencias nacionales y en los sentimientos de respeto y mutua consideración, que cimientan sólidamente la amistad de los pueblos. (MÉROU, 1900, p. V)

Em tom ensaístico, reúne um mosaico de textos sobre as principais correntes de ideias, de autores como Sílvio Romero, José Veríssimo, Araripe Jr., Tobias Barreto, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Visconde Alfredo de Taunay, e também da produção

³¹ A diplomacia cultural, cujo objetivo é, segundo o diplomata brasileiro Telles Ribeiro (2011, p. 24), “a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica”, faz parte de um conjunto maior que são as relações culturais, que visam a “desenvolver, ao longo do tempo, maior compreensão e aproximação entre os povos e instituições em proveito mútuo” entre Estados (idem, ibidem, p. 33). Entende-se, assim, que o conjunto das relações culturais, para que possa resultar em específicos nacionais, deve ser desenvolvido, em seu aproveitamento mútuo, a fim de diversificar e estreitar as possibilidades de uma atuação mais específica. Em outras palavras: uma diplomacia cultural aplicada a um solo de relações culturais infecundo não traz resultados tão eficientes quanto no caso de estratégias dentro de relações culturais sólidas e constantemente desenvolvidas no espírito de solidariedade e cooperação entre nações distintas.

literária de autores já proeminentes no Brasil, como Basílio da Gama, Rita Durão, Cláudio Manoel da Costa, José de Alencar, Gregório de Matos, Gonçalves Dias, Olavo Bilac, Fontoura Xavier. Trata-se de ideias, desses autores em geral, tocantes à formação de uma identidade e de uma literatura brasileira a partir de aspectos políticos, filosóficos, sociológicos, discutidos em 39 capítulos. Estes capítulos são definidos de forma heterogênea: a maior parte dedicada à produção específica e a dados biográficos de autores específicos (são eles Tobias Barreto, Érico Veríssimo, Visconde de Taunay, Assis Brasil, Araripe Júnior, Gregório de Mattos, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa), e outros dedicados a um conjunto de escritores aparentemente menores sob recortes temáticos, como, por exemplo, a filosofia ou o jornalismo no Brasil. O foco maior da obra recai sobre os problemas que a formação social e intelectual encontra na jovem república, e que são em grande medida os mesmos enfrentados pelas demais ex-colônias ibéricas, e, por isso, de interesse geral. Os poemas e a prosa fictícia são apresentados majoritariamente a partir da crítica literária brasileira já existente. Dessa escolha do autor, resulta, por exemplo, a desproporção de quatro capítulos dedicados à obra de Sílvio Romero e apenas uma página dedicada a Machado de Assis, autor que à época já havia sido, aliás, traduzido e publicado na Argentina.

Tal estudo é mais uma coleção de impressões, pouco sistematizadas no que seria um saber científico ou uma pesquisa. Um cânone de escritores é selecionado e apresentado ao leitor a partir de sua biografia e de publicações consideradas, com uma parcela de arbitrariedade pessoal, mais relevantes tanto no conjunto de obras de seu autor quanto para o projeto de expor o que é mais relevante e representativo na literatura do Brasil. São impressões mais expositivas do que interpretativas, e poucas questões são de fato discutidas e contrapostas pelas opiniões de García Mérou, o qual com frequência aponta matérias de interesse nacional ao público leitor que, em razão do objetivo expositivo da obra, acabam escusadas de desenvolvimento. As referências aos intelectuais se organizam na busca de uma identidade social e intelectual brasileira, perpassando pela questão originária de se ela sequer já existe.

O primeiro capítulo centra-se na justificativa do estudo. Questiona-se

¿Á cuántos de nuestros jóvenes escritores son familiares las producciones de Ruy Barbosa, de Joaquín Nabuco ó de José Carlos Rodríguez; las novelas de José de Alencar ó de Machado de Assis; los ensayos críticos de Sílvio Romero, de José Veríssimo, de Carlos de Laët, de Araripe Junior? (MÉROU, 1900, p. 2)

E, ainda,

¿quién sospecha la existencia de artistas distinguidos, de poetas refinados y pensadores eminentes, como Eduardo Padro, Coelho Netto, Raul Pompeia, Affonso Celso, Lucio de Mendonça, Raymundo Corrêa, Olavo Bilac, Aluizio Acevedo, Medeiros y Albuquerque, Rodrigo Octavio, João Ribeiro, Fontoura Xavier y tantos otros que sería largo enumerar? (MÉROU, 1900, p. 3)

Os nomes elencados na pergunta evidenciam a formação de um cânone de pensadores à época e indicam sob qual perspectiva filosófica e sociológica se dará a apresentação da literatura do Brasil ao público leitor de García Mérou. O desconhecimento generalizado desses intelectuais refletia certamente, segundo o autor, na produção intelectual de seu próprio país. Antes do presente estudo, noticia-se brevemente que, havia na Argentina, no tocante às letras no Brasil, apenas alguns estudos de Ernesto Quesada, publicados na *Nueva Revista de Buenos Aires*, o estudo sobre a *Confederação dos Tamoios* de Juan María Gutiérrez³², uma descrição da paisagem fluminense de Groussac em seu *Fruto Vedado*, e os relatos de viagem de Sarmiento, nos quais o autor se demora. Nestes relatos constam as primeiras impressões do estadista argentino sobre o Brasil, que García Mérou cuida de reproduzir. A imediata impressão é o sopro de vida tropical que opõe homem e natureza³³. A segunda é “una penosa impresión moral” (1900, p. 12): a presença da mão de obra escrava e negra, a qual García Mérou chama em seguida de “cáncer de la esclavitud” (1900, p. 13). O autor (1900, p. 13) compara o quadro das “mulas humanas” que faz o estadista às palavras de Rui Barbosa, a quem futuramente se dedicarão alguns capítulos da obra relembrando especialmente sua crítica à escravidão. Em seguida, ainda nas impressões de Sarmiento, reproduz-se a descrição da paisagem do Rio de Janeiro. Desta, em meios ao deslumbramento com a diversidade da fauna e da flora brasileiras, destaca-se a humanização dos acidentes geográficos, recurso que veremos recorrente para a descrição da paisagem fluminense: “Desde el mar, llégase á un estrecho pasaje que custodian de pie el gigantesco Pan de Azúcar, y una extraña figura de cadáver humano

³² Juntamente com o ensaio, foi publicada no volume 3 da Revista del Rio de la Plata (p. 481-518) uma carta de Domingo de Magalhães a Juan María Gutiérrez em resposta ao ensaio crítico. Disponíveis em: [http://books.google.com.br/books?id=YrxmAAAAMAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summari_r&cad=0#v=onepage&q&f=false] acesso em 12.2013.

³³ “la vida bulle por todas partes, menos en el hombre, que se apoca y anonada, acaso para guardar un equilibrio desconocido entre las fuerzas de la producción” (SARMIENTO in MÉROU, 1900, p. 12).

que parece un rey Borbón tendido sobre su tumba...” (1900, p. 13)³⁴. Convém, segundo o autor (1900, p. 14), alongar-se nas impressões de Sarmiento à guisa de contraste por um “gran encanto retrospectivo” entre a situação de uma sociedade escravista e monárquica e a atual sociedade brasileira, com nova organização social e novas instituições. Das duas visitas de Sarmiento ao Brasil em 1846 e em 1852, nesta em que conheceu pessoalmente D. Pedro II, destaca-se uma mudança de postura pessoal do estadista argentino, principalmente pelo encanto com a erudição do monarca. Ao encontro entre os dois, dedicam-se mais algumas páginas de transcrição das boas impressões de Sarmiento, endossadas pelo respeito pessoal do diplomata para com a figura do imperador intelectual.

García Mérou explicita em seguida que o desconhecimento mútuo dos povos se justifica inicialmente pela ilha lusófona que era o Brasil na América do Sul, em meio às ex-colônias hispânicas, falantes do espanhol. No entanto, ao lado de tanto em comum, a língua como fator de dissociação não deveria ser elemento determinante de segregação em um contexto de tantas convergências. Segue a descrição do que se elenca como fatores de proximidade:

El Brasil está ligado á nuestro país por vínculos estrechos. Nuestra historia política está en contacto con la suya, desde la época colonial. Hemos cruzado nuestras armas en guerras gloriosas, hemos favorecido juntos el nacimiento de otras nacionalidades, hemos luchado después en las mismas filas, en una campaña brillante pero deplorable; nuestros intereses comerciales son solidarios y los productos de nuestro suelo se complementan; la extensa línea de nuestras fronteras facilita la amistad de pueblo á pueblo; nuestras grandes capitales, los centros pensantes y dirigentes de ambos países, están apenas á tres días de navegación; finalmente, hemos vaciado en el mismo molde nuestras instituciones políticas y hemos chocado con los mismos obstáculos al llevar á la práctica sus principios liberales. (MÉROU, 1900, p. 4)

Nessa citação, observa-se que os elementos históricos são considerados como motivadores do contato entre os vizinhos pela identificação de um progresso semelhante, e não exatamente pela oposição ou convergência que as práticas nacionais ilustraram empiricamente. Assim, é possível que se aproximem tanto os conflitos que

³⁴ Sarmiento prossegue: “Botafogo tiene una bahía aparte, que semeja un lago tranquilo, casi encerrado por promoneterios coronados de palmeras, y su espalda se levanta el Corcovado, inmenso fragmento de granito que se avanza de una manera amenazante sobre la línea perpendicular, como se el núcleo de la montaña hubiera querido sacar la cabeza, en medio de las convulsiones de la agonía, á respirar el aire libre, sofocado por las masas de vegetación: yerbas, arbustos, árboles, enredaderas, amontonadas, superpuestas, intrincadas é impenetrables que la cubren, desde la base hasta los cuatro quintos de su elevación total” (p. 14)

opuseram Brasil e unitaristas argentinos pela deposição de Rosas, ou os conflitos pelo território posteriormente uruguaio, quanto a união na Tríplice Aliança contra o Paraguai. Os três são percebidos similarmente, como fatores de construção de uma história em comum. Além disso, acrescenta, há os fatores naturais de convergência, econômicos e políticos, como o fato de não haver competitividade entre os produtos de exportação ou de, finalmente, haver uma semelhança entre as instituições, democráticas, de ambas as nações. Considerando-se tal compartilhamento de interesses e ausência de elementos de rivalidade, não deveria haver, pois, qualquer motivo para o desconhecimento mútuo percebido em relação às duas sociedades.

A primeira questão é de se de fato há uma literatura própria e distintiva para os países sul-americanos, como já havia nos Estados Unidos, país o qual se manterá como o padrão para a análise do estado da literatura brasileira. Justifica-se inicialmente o não-desenvolvimento – ou o seu retardo – das belas-artes em favor do desenvolvimento político-econômico-social, necessidade mais urgentes para um colonizador/desbravador longe do meio civilizado europeu. O exemplo do olhar para a natureza é pertinente, segundo García Mérou, para a distinção de mentalidades desenvolvidas nas belas-artes: enquanto a perspectiva europeia era a de tranquilidade, reflexão – observava-se a natureza “para señalar el contraste de su permanencia con la inestabilidad de la vida humana” –, ao domínio e à admiração da natureza opõe-se a perspectiva do Novo Continente de um ambiente feroz, inóspito, que, segundo a teoria emprestada de Araripe Júnior de “obnubilación”³⁵ (MÉROU, 1900, p. 7), acabava por animalizar os homens, tirando-lhes os hábitos civilizados. Passavam, assim, a desenvolver as práticas selvagens dos nativos. Ao contrário do pensamento do próprio Araripe Júnior, pelo qual se entende o fenômeno como componente da originalidade do que se viria a ser a

³⁵ É o chamado “obnubilación brásilica”, que Araripe Jr. define: “Consiste este fenômeno na transformação por que passavam os colonos atravessando o oceano Atlântico, e na sua posterior adaptação ao meio físico e ao ambiente primitivo. Basta percorrer as paginas dos cronistas para reconhecer esta verdade. Portugueses, franceses, espanhóis, apenas saltavam no Brasil e internavam-se, perdendo de vista as pinças e caravelas, esqueciam as origens respectivas. Dominados pela rudez do meio, entontecidos pela natureza tropical, abraçados com a terra, todos eles se transformavam quase em selvagens; e se um núcleo forte de colonos, renovado por continuas viagens, não os sustinha na luta, raro era que não acabassem pintando o corpo de jenipapo e urucu e adotando idéias, costumes e até as brutalidades dos indígenas. Os exemplos históricos surgem em penca: Hans Staden, Soares Moreno, Pai Pina (Amanayara), Anhangüera, e os trugimões ou línguas que deram tanto que fazer a Villegaignon. O mesmo jesuíta Anchietá não espaçou a esta influência; a sua vida entre os selvagens e o seu prestígio contra os sacerdotes índios atestam que este padre, se não por imposição do meio, ao menos por arte refinada, se fez um legítimo pajé. A missão do taumaturgo brasileiro, como o chamavam, nas florestas do Sul, não se pode explicar senão pelas feitiçarias, aceitas ou habilmente copiadas, dos piagas, e com que ele catequizou os seus caboclos.” (1878, p. 300).

literatura brasileira³⁶, García Mérou explica, a partir dessa teoria da obnubilação, que as belas-artes se apresentavam, em suas origens na América do Sul, deficientes, como mera projeção ou adaptação da literatura das metrópoles. O autor corrobora em seu estudo a perspectiva conflituosa e de dominação entre o homem e a natureza como uma das determinantes do atual estágio, de pouco avanço, da literatura não só brasileira como subcontinental. O europeu já dominara o meio, enquanto o colonizador dedicava-se a tal tarefa ao mesmo tempo que chafurdava nos costumes bárbaros das novas terras. Dessa forma justificam-se as dificuldades do desenvolvimento literário comum às ex-colônias:

La influencia de nuevas gentes, la facilidad del contacto con los pueblos del viejo mundo, las corrientes inmigratorias, que se difunden en todos los ámbitos del país, y que luchan sin tregua por el sometimiento de la naturaleza, son otras tantas causas que en el Brasil concurren para que la acción del medio se debilite, en detrimento de la originalidad individual. Consecuencia de estos hechos, es el espíritu de imitación que estraga la cultura intelectual de aquella nación, como la de la república del Norte. (MÉROU, 1900, p. 7)

Mesmo sob todos os empecilhos para o desenvolvimento, em relação aos outros países da América do Sul, o Brasil parecia então avançado no tocante à formação cultural³⁷. A Argentina, após o processo de independência, ainda sofria com a atenção às lutas políticas intestinas, que comprometiam a dedicação dos homens às letras. O longo conflito pela centralização do poder em oposição às autonomias provinciais causara não só na Argentina, mas no conjunto das ex-colônias hispânicas, um atraso civilizatório que conferira ao Brasil, principalmente durante o período imperial, o status

³⁶ Na resenha sobre *El Brasil Intelectual*, Araripe Jr. descreve o atual estado da literatura brasileira: “Até poucos anos a nossa luta literária regia-se pelo pensamento de insurreição contra os próceres da literatura portuguesa. Queríamos ser originais; e o único meio que se nos afigurava conducente a êsse resultado era repelir a imitação dos autores pertencentes àquela nacionalidade. Hoje, com as tendências de integração americana, surge um outro movimento de ordem moral, e portanto de ordem literária, que anuncia uma fase estranha de progresso e uma grande mudança de hábitos mentais na América do Sul. Êsse movimento, que se acentua agora por uma viva curiosidade de país a país, relativamente à fisionomia de cada um e às idiossincrasias de seus escritores, não pode deixar de gerar uma enorme e befnéfica emulação, bem como uma maior confiança nos produtos indígenas – confiança resultante da comparação. Esse fenômeno de subjetivismo nacional não tardará em converter-se um aumento de força coletiva, e então não será surpresa para nós a glorificação estética dêste grupo de nações, que parece destinado a reproduzir em outros moldes a civilização que nos legaram as raças educadas no verbo latino”. (ARARIPE, 1963, p. 499).

³⁷ Eis o parecer de García Mérou sobre a situação do campo intelectual no Brasil: “La actividad intelectual de aquella nación es superior, sin duda alguna, á la que presentan sus hermanos del continente. ella puede mostrar con orgullo, en el pasado y en el presente, un núcleo compacto de sabios, de escritores y de estadistas dignos de figurar en cualquiera de los centros más avanzados del viejo mundo” (MÉROU, 1900, p. 18).

de nação coesa, preparada política para desenvolver-se social e culturalmente³⁸. O ano de 1838 era, segundo o autor, um excelente exemplo dessa distinção. Ao mesmo tempo que se fundava por iniciativa imperial o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a ditadura então estabelecida na Argentina dispersava a intelectualidade ao exílio³⁹. A desorganização interna causada pelo golpe republicano e pelo surgimento de alguns focos de guerra civil no Brasil, além de pouco evidentes pela sua brandura, foram silenciadas pelas comemorações pelo novo sistema de governo. Por isso, pouco contribuíram para a ruptura da percepção de um Brasil já organizado.

Para explorar a questão da existência de uma literatura nacional, dúvida que surge pelo que se chama “espírito de imitação” brasileiro pela influência estrangeira, García Mérou apresenta os críticos de uma geração cujo pensamento se desenvolvia a partir dos conceitos-chaves das correntes biossociológicas e etnocêntricas em voga na Europa, como os de raça, território, nação, língua, natureza, clima, etc. A produção filosófica e sociológica brasileira à época foi marcada pela exportação das ideologias advindas do positivismo europeu adaptadas à situação de países periféricos como o Brasil para explicar o retardo sociopolítico, sendo a mistura étnica e as condições climáticas e geográficas eram, dessa forma, as principais causas da condição geral de atraso no Brasil. Essas ideologias acabaram por influenciar boa parte da elite intelectual das décadas finais do século XIX e do início do XX no Brasil. Nesse sentido, a ênfase do estudo argentino recai em Sílvia Romero, José Veríssimo e Araripe. O autor parece concordar com a teoria determinista que ele expõe através de Franklin Távora, ao

³⁸ Em *Homens e coisas estrangeiras*, no ensaio “Letras argentinas”, José Veríssimo concorda com um atraso no desenvolvimento da literatura argentina. À época, ele já tivera contato com *El Brasil intelectual*, também comentado no ensaio: Como a própria nação argentina, ainda sob o regime colonial, passado o período da conquista, foi uma das últimas a formar-se na América, a literatura argentina também demorou-se em constituir-se. Se a sociedade colonial argentina só de fato se fez na segunda metade do século XVII, as primeiras manifestações intelectuais do Rio da Prata datam apenas dos fins do século XVIII (VERÍSSIMO, 1985, p. 87). No entanto, Veríssimo aproxima as letras de ambos os países, além do que faz García Mérou, propondo uma expressão totalizante que substitui *as literaturas* da América Latina por *a literatura*, “porque se nós lhes analisarmos os últimos elementos e os mais salientes caracteres é quase certo que as acharemos uma só” (idem, ibidem, p. 86), assim como, em diferente ensaio, insere as literaturas latino-americanas em um mesmo momento de imitação da literatura europeia: [...] a maioria dessas páginas revelam, com os influxos já ditos do pensamento livre senão do livre pensamento europeu, e das teorias mais ou menos revolucionárias dele derivadas, a ação imediata do Romantismo, que sobrevive na América, e do Naturalismo, que, nos países hispano-americanos, como no Brasil, se demora e procrastina. (idem, ibidem, p. 84).

³⁹ “El cultor de las letras, el investigador tranquilo y aísduo de la historia patria encontraban un centro propicio y silencioso, en que unir sus esfuerzos y colabora en la obra benéfica de su civilización y su progreso moral. ¡Ay!, en aquel mismo año, las sombras de la dictadura trataban de apagar todos los destellos de la inteligencia argentina! Alberdi se alejaba de la tierra de su cuna, para no deprimir su alma jurando fidelidad al déspota, é iba á encontrar en playas extrañas á Sarmiento, á Mitre, á Mármol, á Gutiérrez, dispersos por la ola de la barbarie.” (MÉROU, 1900, p. 20)

apontar uma subdivisão no campo literário do Brasil, entre o Norte e o Sul, separados pelo rio São Francisco:

El norte, de todos modos, ha contribuido á la vida intelectual del Brasil con una pléyade notable de hombres políticos, de oradores y de literatos, entre los cuales se cuentan además de los citados, de Tobías Barreto, de Silvio Romero y muchos otros, estadistas como Saraiva en el pasado, y actualmente hombres de ciencia como el doctor Francisco de Castro y escritores de la talla de Joaquín Nabuco y Ruy Barbosa. Tal vez está allí la cepa genuinamente brasileira; por lo menos, es allí donde se conserva más la originalidad nativa de la raza, adulterada ya en el sur por la infusión de sangre extranjera. (MÉROU, 1900, p. 98)

Sílvio Romero é apresentado como o principal estudioso da história da literatura brasileira, tendo um similar apenas no austríaco Ferdinand Wolf, que em 1863 publicara em francês, em Berlim, um compêndio sobre o tema: *Le Brésil littéraire. Histoire de la littérature brésilienne*. Romero é importante por seu trabalho audacioso, que tenta englobar diversos aspectos da vida intelectual em sua terra⁴⁰. O brasileiro chama a atenção por ter trazido aos estudos cientificistas um componente alemão, na predominância da escola francesa. O negro, o índio, o português, o meio físico e a imitação estrangeira eram, segundo a paráfrase de Romero, os elementos formadores do brasileiro, e daí a ausência de uma produção literária e filosófica de envergadura considerável. García Mérou (p. 1900, p. 27), em acordo, cita longo trecho do brasileiro a justificar a indisposição do brasileiro para o trabalho intelectual, “o martírio”, e estende tal condição ao meio sul-americano, onde não há equivalente aos exemplos tomados de Shakespeare ou Goethe. Assim, sob a perspectiva cientificista de que Romero é o principal expoente no Brasil, a ser respaldada pelos demais intelectuais apresentados, segue a compreensão do desenvolvimento das letras no Brasil.

A literatura colonial era, segundo o autor, o “puro espírito de imitação”, um conjunto composto de cronistas e poetas “más o menos mediocres”, como Padre Anchieta, os Alvarengas, Gandavo, Cardim, Gabriel Soares, Teixeira Pinto, Manoel de Moraes etc., cuja produção sequer se distinguia da produção cronística das Índias⁴¹.

⁴⁰ Assim é introduzido o projeto do autor brasileiro: “[...] se inicia con un estudio del Brasil, de sus elementos etnográficos, de la constitución de su pueblo, del medio y las modificaciones operadas á su influjo, y extrae de todos estos datos lo que llama la psicología nacional, siguiendo las huellas abiertas por Buckle y Gervinus, por Taine y por Renán, y mostrando las relaciones de la vida intelectual con la historia política, social y económica de la nación” (MÉROU, 1900, p. 21-22).

⁴¹ Estes cronistas, que, segundo Mérou (1900, p. 32) “nos han dejado tan sesudos y largos mamotrelos, repletos de indicaciones desiguales, de detalles útiles y fantásticos, de descripciones verdaderas é imaginativas; y a está á la altura de sus congéneres europeos, tanto lusitanos como españoles, por la

Mesmo pouco avançado no campo da arte, o Brasil já projetava, no entanto, focos de uma literatura nacional expressiva. Já foram esboçadas, em algumas obras literárias do período colonial, alguns mitos e epopeias de formação nacional, como *Confederação dos Tamoios*, *Uruguai*, *Caramuru*, *I-Juca Pirama*, que se destacavam por um componente literário de fato brasileiro, não limitado à pura imitação europeia. Por isso, preocupa-se García Mérou em traduzir ao espanhol longos trechos e algumas observações elogiosas de cada dessas obras que ele julga formadoras da literatura nacional.

A emancipação intelectual pretendida por José Veríssimo, precursor no Brasil de uma produção crítica direcionada à literatura argentina e à latino-americana como um todo, é apresentada na sequência. Quanto à questão da formação étnica, ponto inicial pelo qual se apresenta o brasileiro, Veríssimo também era da opinião de que o Brasil necessitava ainda de um caráter artístico verdadeiramente nacional. A ausência desse caráter dava-se, segundo ele, à falta de uma educação científica e à carência de uma crítica que abandonasse os estilos “horacianos y quintilianescos” (MÉROU, 1900, p. 102). Na questão da formação étnica, as ideias de Veríssimo e Romero parecem convergentes, já que este também havia abandonado, ao contrário do que se percebia no idealismo característico do estudo da identidade brasileira, o foco no índio e arrastado a questão para o problema do negro na sociedade. Veríssimo era de grande importância a tal discussão porque, salienta García Mérou, havia aprofundado os estudos sobre o componente indianista da etnia brasileira. Chegara à conclusão, no entanto, de que, enquanto cidadãos, os índios pouco tinham a contribuir para a formação da nacionalidade⁴². Os autóctones de *Caramuru*, *Uruguai*, *I-Juca Pirama* e *Guarani* não eram mais do que a projeção dos espíritos românticos, segundo o brasileiro. Nos *Estudos brasileiros*, José Veríssimo traz uma perspectiva interessante por extrapolar a discussão apenas geográfica e étnica para pensar práticas culturais típicas da nação. O crítico havia se disposto a estudar a cultura popular, as manifestações folclóricas, e as manifestações genuinamente brasileiras em geral, a fim de, pela observação de elementos típicos ou recorrentes, entender a identidade cultural da nação para além da

ampulosidad del estilo, la grandeza de las ampliaciones retóricas, y la deformación del pensamiento torturado en el borceguí chinesco del cultismo gongórico”.

⁴² García Mérou (1900, p. 107) traduz assim a conclusão a que chega Veríssimo após os estudos das comunicadas à margem de Maués e de Canumán: “Asaltanos, por más que luchemos contra ella, la convicción de que el indio es un individuo con quien la civilización no debe contar. Nada más desolador que estas tolderías en ruinas, sin cultura, sin trabajo, sin progreso, sin vida, donde vegeta, sin vivir, una población mezquina de gente débil, sin ningún vigor moral, ni salvaje ni civilizada, miserable, indolente, paupérrima, em medio de las mayores riquezas naturales”.

produção intelectual e artística, esta que quedava alheia à maior parcela da sociedade. No entanto, o projeto intelectual de Veríssimo era barrado por um problema, que García Mérou aponta como não exclusivo do Brasil e da Argentina, mas concernente à América em geral: a desvalorização do trabalho intelectual, ou seja, o fato de um escritor não poder viver de sua produção literária e jornalística, tornando-se, pela profissão, apenas mero diletante (MÉROU, 1900, p. 114-115).

Às considerações sobre Veríssimo seguem quatro capítulos sobre a vida e a obra do Visconde de Taunay. Em meio à apresentação de dados biográficos e da produção literária, o penúltimo destes capítulos dedica-se a *La Retraite de Laguna* (*A retirada da Laguna*), que já estava em sua segunda reimpressão na França. A partir dela, García Mérou dedica alguma atenção à Guerra do Paraguai, “larga y encarnizada campaña”, tema de grande interesse das duas nações. García Mérou certamente tinha conhecimento das opiniões de Bautista Alberdi – sobre quem já havia publicado uma biografia – a grande voz dos ataques às políticas imperiais para o Prata. No entanto, Alberdi não é trazido à discussão, tampouco quanto às críticas à política ou ao regime imperial, e García Mérou limita-se a expor brevemente a campanha (1900, p. 164), sobre a qual, explica, “no se ha formado todavía de una manera decisiva el juicio de la posteridad”. Transcrevemos a seguir um trecho que sintetiza sua opinião diplomática sobre o conflito, a qual, aliás, não deixa de transparecer a opinião de que fora a Argentina bem mais prejudicada que o Brasil.

Los actos aislados de heroísmo que en ella demostraron los contendientes, la resistencia tenaz del país invadido y el empuje noble y varonil de los asaltantes, mucho me temo que no basten para disculpar el error fundamental envuelto en la triple alianza, y la destrucción de un pueblo cuya existencia interesaba al equilibrio político del Río de la Plata. De todos modos, los resultados de esa guerra han sido negativos, el desarrollo de sus operaciones se presta con facilidad á críticas importantes, y sus ventajas para las naciones interesadas en ella han sido precarias, especialmente para nuestra patria. (MÉROU, 1900, p. 164)

O breve comentário sobre a obra de Taunay atém-se mais à visão pessoal do autor que às consequências da guerra, mas é elogioso quando parte à análise da obra literária. Para Mérou, a obra converge com a percepção que esta pretendia inicialmente transmitir: a agonia de uma terrível guerra vencida pelo heroísmo dos soldados, inclusive os paraguaios, subjugados por todas as intempéries possíveis, como a distância da pátria, a fome e as doenças e mazelas da natureza (MÉROU, 1900, p. 164-165).

Os capítulos dedicados a Joaquim Nabuco e Rui Barbosa são os mais elogiosos. Os dois pensadores personalizam o que de mais elevado, na opinião do autor, havia surgido entre os homens das letras do Brasil. São ambos “las dos columnas más sólidas de la intelectualidad brasileira, los más altos representantes del espíritu y el ingenio de su raza” (MÉROU, 1900, p. 239). Em relação a Nabuco, autor que rende as maiores discussões, ele começa a tratar da política abolicionista. O sistema escravista do Brasil é, sem dúvida, o tema de abordagem mais calorosa pelo argentino. Juntamente com ele, a formação das tendências intelectuais brasileiras e as dificuldades que Brasil, Argentina e vizinhos em geral enfrentavam para a consolidação de repúblicas democráticas são os maiores focos de discussão.

Já se sugerira a condenação à instituição do trabalho escravo logo à introdução da crônica de Sarmiento, como um dos pareceres sobre a paisagem do Rio de Janeiro. Mesmo com esse pressuposto, a longa discussão da formação étnica pela união das três raças, percebida através das ideias de Romero, Veríssimo e Araripe, não acordara os ânimos do autor. Isso talvez porque a indiferença que García Mérou demonstra quanto ao tratamento da nação brasileira a desvalorizar a presença do negro – em aparente concordância com a pertinência de tal leitura para a compreensão de problemas do Brasil – em nada, em seus pareceres, se aproxima de uma defesa ou resignação quanto aos direitos individuais do negro, mas às consequências gerais da escravidão à sociedade brasileira. Joaquim Nabuco é quem desdobra um longo debate em que percebemos com maior ênfase na disposição intelectual iluminista de García Mérou quanto ao assunto. Comenta o autor argentino que conhecera o ensaio *Abolicionismo*, de Nabuco, por acaso no Paraguai, dez anos antes. García Mérou é de opinião que era um tratamento valioso do tema, embora já havia mais de uma década a escravidão tivesse sido abolida definitivamente no Brasil.

O ensaio detém-se por mais tempo na inserção que Nabuco realiza da política de D. Pedro II na questão, discussão de que resume ou traduz ao leitor longos trechos. Para o brasileiro, os anarco-republicanos aproveitar-se-iam do discurso abolicionista em combate à monarquia, o que acabaria por provocar uma irremediável crise política no Brasil⁴³. Nesse contexto, o imperador, por sua projeção, poderia ter tomado mais

⁴³ Explica Nabuco o motivo, traduzido ao leitor argentino: “Por de pronto, en su libro se ve que el artido republicano, por boca del consejero Cristino ottoni, defensor de los intereses de la gran propiedad, aprovechó la hostilidad de los propietarios de esclavos en contra el Emperador, á quien se suponía instigador del movimiento abolicionista, hasta que más tarde el abolicionismo se impuso al espíritu de

atitudes em combate ao sistema escravista do Brasil, já que sua inclinação pessoal sempre fora pela completa emancipação dos povos, partindo do exemplo familiar iniciado com a independência. Tanto era tal a postura de D. Pedro II que, Nabuco exemplifica, os traficantes de negros africanos, em riqueza por uma atividade extremamente lucrativa até a década de 1950, só foram barrados de aquisição de terras e de status social por uma política imperial de marginalização do comércio de escravos⁴⁴. García Mérou posiciona-se enfaticamente quanto ao assunto, como em poucas vezes na obra. Segue o encadeamento de questionamentos retóricos que levanta:

¿ni se encuentra acaso en ella [la esclavitud] la explicación más clara, más racional y filosófica del movimiento que derrocó la dinastía reinante, á raíz de la emancipación? ¿No era lógico que al caer derribada la horrible institución, ella aplastara entre sus ruinas todo el sistema político, históricamente vinculado con la esclavitud, y que el régimen monárquico fuera el objeto principal de la odiosidad mancomunada de los abolicionistas, que debían mirarlo con antipatía como representante de un período funesto, y de los señores de esclavos cuyos intereses al fin no había querido ni podido defender? ¿Qué responsabilidad y qué fuerza moral podía oponer el Imperio al avance de la ola popular, el día que la libertad de los esclavos minara una de sus bases tradicionales y abriera una ancha brecha en sus reductos? (MÉROU, 1900, p. 263-264)

Essa crítica ao imperador era a opinião de juventude de Nabuco, salienta o autor, quando ainda não ocorrera o golpe que levou o Brasil a, segundo as ideias de Nabuco, uma anarquia política intolerável, o que acabou por tornar, posteriormente ao golpe, o exímio escritor brasileiro em um defensor do Império. Sob esta perspectiva, García Mérou aceita que tal postura de Nabuco parece mais um elogio a D. Pedro II, que significava uma condenação à condição republicana, do que de fato uma condescendência com a escravidão. Assim, García Mérou continua expondo as principais obras de Nabuco com um tom justificador de algumas ideias relativamente problemáticas do brasileiro em apego ao regime derrubado. *Balmaceda* também exemplificava o que García Mérou considera um certo rancor com a situação brasileira que acaba resvalando, às vezes com alguma injustiça, nos juízos gerais do autor. A obra, explica, é um conjunto de artigos publicados no *Jornal do Comércio*, sobre o estadista

gran número de republicanos como una abligación mayor que la de la mudanza de gobierno con ayuda de aquellos propietarios.” (MÉROU, 1900, p. 262)

⁴⁴Consideramos que as leis abolicionistas e as leis reguladoras de aquisição de terras fazem parte dessa marginalização, embora seu foco tenha sido reconhecidamente o negro. Bóris Fausto (2004, p. 196-197) nos lembra de que, duas semanas após a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, que conteve de fato o tráfico de escravos, foi criada a Lei de Terras.

chileno José Manuel Balmaceda e a guerra civil que se instalara no Chile ao seu governo no ano de 1891. Os artigos haviam sido escritos em ocasião da publicação, no Chile, de *Balmaceda, seu governo e a Revolução de 1891*, de Júlio Bañados Espinosa. Para García Mérou, a análise de Nabuco prestava pouca atenção aos verdadeiros fatos da guerra civil, atribuída pelo argentino à ditadura de Balmaceda, em detrimento das convicções pessoais de Nabuco à luz da situação de desordem em que se encontrava o Brasil. Surpreendido pela ditadura de Floriano Peixoto, o intelectual transferia o exame do contexto brasileiro aos seus juízos sobre o ditador chileno, o que gerava, na opinião do argentino, uma interpretação equivocada do contexto andino.

A “questão da América Latina” também surge a partir das preocupações de Nabuco com o atual regime. Trata-se de uma discussão levantada ao apêndice de *Balmaceda* que, expõe García Mérou, parte de uma premissa negativista, relacionada ao saudosismo pela organização social e paz atribuídas ao regime monárquico. O continente encontrava-se em um estado de perturbação generalizado, do qual, na opinião de Nabuco, apenas o Chile seria uma exceção. Este era, aliás, o único país em que a experiência republicana então vingava. Pela observação da calamidade em que se encontravam as situações internas dos países sul-americanos em sua tentativa de instalar uma república democrática, Nabuco colocava a interrogação de se esse regime de fato seria adequado ao contexto do Brasil e dos vizinhos⁴⁵.

García Mérou é de opinião de que o problema poderia ser tratado mais objetivamente, já que seu cerne não necessariamente era o regime adotado após as independências hispânicas. A questão da América Latina já havia sido bem desenvolvida por estadistas e pensadores argentinos por ser um problema antigo, que assolava o país bem anteriormente às perturbações republicanas no Brasil. Há a menção a um compêndio de autores através dos quais García Mérou articula sua opinião sobre o assunto. A obra *Peregrinación de Luz del día*, de Alberdi, era até então o melhor tratamento que fora dado ao assunto, mas não só tal autor “tan poco apreciado todavía en nuestras sociedades americanas” (1900, p. 290), como também Mitre, López, Nicolás Avellaneda, Arturo Rawson, José Manuel Estrada e outros argentinos o teriam feito. Assim, García Mérou inicia uma síntese das origens da questão da América Latina e de

⁴⁵ Tal exceção é em seguida refutada por García Mérou (1900, p. 284-285): “Como se ve, aquí nadamos em plena fantasía, en pleno delirio de la apología. Chile, gobernado invariavelmente hasta hoy por una oligarquía aristocrática, como el mismo señor Nabuco lo reconoce en el curso de su libre, es el menos republicano, — y no digo que esto sea una desgracia para él — de los países de Sud América. Esta proximidad de sus instituciones reales con el régiimen monárquico, es tal vez lo que en el fondo deleita al señor Nabuco, cuyo celo por la dinastía llo llevaba así insensiblemente á tomar como modelo de república.

algumas possíveis intervenções. A partir de três pontos de vista – histórico, étnico e social⁴⁶ –, o problema é exposto. A colonização ibérica, explica o autor, havia organizado economicamente a colônia de forma a sugar suas riquezas e a não criar uma sociedade orgânica e autônoma, e, além disso, fomentava pessoalmente em alguns conquistadores o espírito individualista de dominação e enriquecimento, germe anárquico de qualquer sociedade e que levava os homens a várias lutas entre si. Além disso, o sistema colonial ainda colocara três etnias em precária situação da América Latina. O índio, principalmente nas regiões mineiras, fora dizimado em décadas; os colonizadores europeus haviam sido abandonados pelos auxílios da metrópole e estavam à mercê do ambiente natural das colônias; e, finalmente, havia o problema étnico mais grave, que explicado por García Mérou (1900, p. 293) em citação de Miguel Samper: “La introducción de negros africanos trajo á las colonias un nuevo elemento perturbador para el desarrollo de una población homogénea y compacta, como la que en el norte preparaba la formación de una nacionalidad propia para la democracia”. Assim, sintetiza no estudo:

Así, al empezar la guerra de la emancipación política, las naciones latino-americanas entran en la lucha con fuerzas suficientes para lograr su independencia, pero destituidas de elementos de gobierno, sin pueblo apto para el ejercicio de los derechos conquistados y de las libertades con que soñaban. Nada más contrario á sus antecedentes y costumbres, que el sistema republicano que adoptaron como norma de gobierno. (MÉROU, 1900, p. 294)

Mencionando a semelhança da proposta de Nabuco com as ideias de Alberdi, García Mérou parafraseia em duas páginas a solução proposta pelo brasileiro, que é a da educação⁴⁷, solução com a qual concorda para reforçar a desarticulação entre o problema e o regime republicano. Alberdi fala em saber governar-se a si mesmo (MÉROU, 1900, p. 296), ou seja: haver uma população com condições para a *escolha* de um governo a partir de uma leitura consciente do próprio contexto e das próprias necessidades. Isso, sim, significaria a verdadeira liberdade dos latino-americanos. O

⁴⁶ García Mérou refere-se, como se segue, aos fatores condicionantes da “cuestión de América Latina”: “los antecedentes históricos de nuestra vida política y administrativa, los caracteres étnicos del núcleo de las poblaciones latino-americanas, las condiciones sociales de nuestro continente en la época de la independencia y posteriores á nuestra emancipación” (MÉROU, 1900, p. 291).

⁴⁷ La educación de las masas, la transformación del indio analfabeto, del negro liberto ó descendiente de esclavo, del gaucho, del roto, del charro, la transformación del elemento criollo y la amalgamación del elemento extranjero por medio de la escuela, – he aquí la vieja y única solución que tiene la “cuestión de la América Latina”. (idem, ibidem, p. 299).

ataque de Nabuco não deveria ser dirigido, portanto, ao regime de governo, já que seria a educação a responsável pela formação dos novos cidadãos, pela formação de uma nação, para que, então, se pudesse organizar propriamente a República. Deveria antes de tudo surgir uma solução às consequências sociais do sistema colonial. Alberdi havia proposto alguns caminhos, em uma associação de educação e civilização pelo branqueamento racial, explicados da seguinte forma:

Alberdi, espíritu eminentemente práctico en este asunto, veía el mejor y más rápido medio de efectuar esta educación atrayendo la inmigración europea. Su fórmula famosa “gobernar es poblar”, no se refería solamente al hecho brutal y descarnado de la población del territorio. El miraba al extranjero, especialmente, como un elemento de civilización. Comprendía que no es con representantes de razas indígenas mantenidas en la ignorancia y el embrutecimiento con lo que se podía formar un pueblo libre y consciente de sus destinos. (MÉROU, 1900, p. 295-296)

O argumento da resolução pela educação, e não pelo tipo de governo, é defendido também com base na autoridade discursiva da experiência histórica da Argentina e de suas instituições políticas, tão mais evoluídas quanto mais antigas que as do Brasil: “El hecho histórico de que seamos nosotros los que más hayamos profundizado la enfermedad, es una presunción de que seremos los que más pronto dominen sus postreros estragos” (MÉROU, 1900, p. 290). Na visão do autor, se o Brasil estava mais avançado do que a Argentina no âmbito da produção artística e intelectual, a Argentina era mais desenvolvida politicamente. Deveria cumprir ao intercâmbio de ideias oferecer as soluções já colocadas em prática no processo histórico de outras nações.

Rui Barbosa é apresentado logo em seguida em vários capítulos divididos pelas áreas de produção intelectual pelas quais se interessou. García Mérou lembra que teve oportunidade de conhecê-lo por intermédio de Tobias Monteiro, ocasião em que visitou sua casa. Dela destacou a riqueza e vastidão da biblioteca pessoal de Rui Barbosa, embebida principalmente de literatura em língua inglesa. O primeiro comentário sobre a produção do autor continua a questão levantada com Nabuco, e diz respeito à luta de Barbosa pela abolição, considerando os discursos e artigos que o autor produziu em favor da causa, especialmente a *Conferência sobre o abolicionismo* e o *Despacho a propósito do projeto de Emancipação dos Escravos*. Ao contrário do que ocorre com Nabuco, no entanto, García Mérou parece concordar integralmente com as inclinações político-sociais de Rui Barbosa, e pouco as discute, expondo-as e elogiando-as mais do

que tecendo comentário mesmo que em acréscimo. Assim a discussão sobre a abolição não é retomada, apenas citada, para dar prosseguimento à apresentação de todo um pensamento liberal, não restrito apenas a uma etnia.

Como jurista, o brasileiro aparece como grande defensor dos direitos e das liberdades individuais, pela postura na qual se coloca contra o Estado e suas medidas em períodos de exceção – como o advindo do golpe republicano –, compreendida a partir do ensaio *El Estado de Sítio* e do pedido de *habeas corpus* para cidadãos presos por medidas arbitrárias de exceção. Rui Barbosa também foi o primeiro Ministro da Fazenda do novo regime. Os discursos reunidos sob o título de *Finanças e Política da República* são obra de grande valor para compreender os fenômenos atuais do papel moeda, da especulação financeira, da organização bancária (MÉROU, 1900, p. 348). Sua atuação, no entanto, considera García Mérou a partir da opinião de Max Leclerc, mesmo que acobertada pelo vasto conhecimento teórico do autor, fora prejudicial aos interesses econômicos do Brasil. Todavia, mesmo frisando a pertinência, geral à América do Sul, de se compreender estes problemas econômicos que então fragilizavam o país, o autor não julga pertinente para a obra, de temática intelectual, deter-se neles. Aliás, García Mérou não se detém em nenhum tipo de crítica a Rui Barbosa, e os capítulos dedicados a ele são largamente os mais elogiosos da coletânea, com ênfase especial ao espírito liberal do brasileiro e à erudição que sustentava sua eloquência – já reconhecida consensualmente pela intelectualidade brasileira. Rui Barbosa, no entanto, levanta García Mérou, e talvez seja o único aspecto de branda contestação, apresentava também o mesmo desgosto para com a situação republicana que Nabuco, e, como este, ficava à mercê de uma capacidade de análise parcial. Assim como Nabuco levanta na figura de Balmaceda, há em Rui Barbosa comparação nas *Cartas da Inglaterra* (em apreciação aos juízos de Carlyle) entre o ditador paraguaio Francia e o marechal Peixoto, do Brasil (MÉROU, 1900, p. 375). A crítica metafórica ao então governante do Brasil estende-se e em seguida com sua comparação a Juan Manuel de Rosas, a que o diplomata argentino não se opõe.

Depois disso, há os capítulos dedicados às novas gerações de autores brasileiros. A nova geração de poetas, a quem, pela extensão da obra, García Mérou não poderia se demorar, parece, na opinião do autor, ter abandonado o componente idealista romântico da formação das raças. *Confederação dos Tamoios*, *I-Juca Pirama*, *Uruguai* pareciam, então, abandonados, anacrônicos, face à nova produção literária embebida das características vanguardistas europeias. O autor reserva algumas páginas à transcrição

de trechos de *I-Juca Pirama*, em sua opinião o ápice do Indianismo, a fim de demonstrar ao leitor por que, mesmo aparentemente defasado à luz da nova literatura no Brasil, tinha enorme valor. A este único poema é dedicado todo o capítulo XXXV. Alberto de Oliveira, seguido de Olavo Bilac e Raimundo Corrêa, são os três principais representantes do movimento recém-nascido que se consolida como o Parnasianismo. Deles, García Mérou transcreve um poema de cada, com poucos comentários, apenas à guisa de exemplo. Acrescenta a nota de que a poesia com tendências políticas e sociais tem, no Brasil, poucos adeptos (MÉROU, 1900, p. 407). Exceção é Fontoura Xavier; desse autor, comenta, abrangendo da compreensão do seu tratamento da mulher aos movimentos literários brasileiro, a seguinte breve impressão:

La musa femenina tiene en el Brasil numerosos y distinguidos representantes. El carácter imaginativo y melancólico de la mujer brasilera, la dulzura acariciadora de sus sentimientos, se presta admirablemente para el cultivo de la poesía y se traduce en manifestaciones de un lirismo soñador y romántico, ó en cantos en que se refleja un alma ardiente y abnegada, en lucha con condiciones sociales que no facilitan la expansión de su mórbida languidez. (1900, p. 411)

O que na poesia pouco aparece, que é o interesse político objetivo, desloca-se para o lugar do jornalismo. Explica García Mérou que toda a intelectualidade brasileira faz ou já fez parte da circulação periódica no Brasil, cuja tradição estava intimamente ligada à formação do espírito nacional e dos rumos da opinião pública. Eis uma percepção sua das características da imprensa brasileira:

Los diarios brasileiros, menos *yankees* que los nuestros, menos provistos de todos los elementos de la información contemporánea, más parcos en el uso de los cables y en la abundancia de las correspondencias extranjeras, – llevan á éstos la ventaja de que encarnan y representan los ideales de fracciones políticas subordinadas á un programa de gobierno y que detrás de sus artículos editoriales existen personalidades caracterizadas, que no se limitan al examen negativo y demoledor de los actos gubernativos. En ellos predomina por otra parte, el elemento nacional, más susceptible de comprender las cuestiones locales y palpar con el alma popular, que escritores extranjeros, inclinados no obstante la claridad de su talento y su honorabilidad personal á divorciarse de los sentimientos y aspiraciones de los hombres á quienes tienen encargo de combatir por deber profesional. (MÉROU, 1900, p. 415-416)

Na imprensa brasileira, prossegue Mérou, não aparecem tão extensamente as firmas e companhias europeias tão numerosas nos jornais argentinos pelas cartas

enviadas pelos seus dirigentes e gestores. São tipos mais literários, assim como os jornais europeus, com crônica, notas, pareceres, impressões gerais. A colocação elogiosa sobre os jornais brasileiros diz respeito ao tom ensaístico, e o não jornalístico, que parece bastante fecundo ao autor para a produção de conhecimento da vida pública. Observando-se tal estilo, recorda o trabalho com maestria dos autores Coelho Netto, Olavo Bilac, Ferreyra de Araujo, fundador da *Gazeta de Notícias*; Carlos de Laët, contribuinte do *Jornal do Brasil*, este dirigido por Fernando Mendes de Almeida, outro jornalista notável; ou Machado de Assis, este que se destaca por, após atravessar o jornalismo, ter sido um dos poucos, ou, na opinião de Mérou, talvez o único escritor, que tenha conseguido fazer da literatura sua única uma preocupação intelectual, tendo alcançado “vivir de las letras y para las letras”, como diz Mérou ao retomar José Veríssimo, que atentara em seus *Estudos Brasileiros* para a condição única de Machado.

Em tom elogioso à prosa calma, elegante, erudita e capaz de absorver brilhantemente em palavras as nuances da sociedade carioca, entre tantas outras qualidades atribuídas a Machado de Assis, García Mérou levanta uma nota de rodapé lembrando a necessidade de dedicar tanto a ele quanto a Coelho Netto, Bilac, Aluísio Azevedo, Rodrigo Octavio, Affonso Celso, Raul Pompeia, Isidoro Martins Junior uma segunda obra de estudos aprofundados. Quintino Bocaiúva também é lembrado por suas contribuições a *O Paiz*. O autor lembra como ele é conhecido entre os argentinos e demais sul-americanos por sua diplomacia após a Proclamação da República, e pela defesa da libertação dos escravos. José Carlos Rodrigues e Tobias Monteiro são lembrados por sua participação no *Jornal do Comércio*. O primeiro escrevera, em ocasião da ascensão ao poder de Prudente de Moraes, nota minuciosa sobre a situação do Brasil. O artigo insistia em que a existência de grandes líderes a conduzir uma situação de ruínas era passado. O capítulo XXXVIII também fica a cargo de mencionar brevemente os autores que, pela extensão da obra e não por mérito, não puderam ser devidamente apreciados no estudo, como Inglês de Souza, pelas obras *Contos Amazônicos* e principalmente *O missionário*, e Affonso Celso, Rodrigo Octávio, Aluísio Azevedo, Manoel de Oliveira Lima. Nos últimos capítulos, são apenas citados os principais jornais e periódicos circulantes no país, como *Gazeta de Notícias*, *O paiz*, *Jornal do Brasil*, e são expostas considerações finais mencionando-se autores apreciados pelos seus estudos.

O último capítulo da obra foi dedicado a Campos Sales, com uma introdução sobre o estado da literatura no Brasil entre os governantes em que se destaca o seguinte:

“Casi ninguno de los hombres dirigentes que actúan en la escena pública [...] carece de una educación literaria sólida, desconoce las manifestaciones del espíritu artístico ó deja de penetrar á fondo las grandes cuestiones que agitan á su tiempo” (MÉROU, 1900, p. 439). García Mérou contrasta os presidentes brasileiros com Máximo Santos, do Uruguai, Hilarión Daza, da Bolívia, e Cipriano Castro e Joaquín Crespo, da Venezuela, carentes de formação intelectual. Contudo, Campos Sales é apresentado como brilhante intelectual, com o exemplo de sua literatura nas *Cartas da Europa*. O fato de ser ele o chefe do governo provisório consequência de um golpe de Estado é assim descrito:

El golpe de Estado de 3 de Noviembre á que fué arrastrado por una camarilla de ambiciosos el noble mariscal Deodoro da Fonseca, produjo la enérgica reacción de 23 de Noviembre, que llevó al poder al mariscal Peixoto y fué la iniciación del lúgubre período cerrado con el estéril y glorioso sacrificio de Saldanha. (MÉROU, 1900, p. 442)

Assim, o autor finaliza sua apresentação tanto aproveitando a visita de Campos Sales à Argentina para a homenagem a sua figura pessoal quanto unindo à representação do governo republicano do Brasil a rica formação intelectual que caracterizava a nação em desenvolvimento

As crônicas de Manuel Bernárdez

Manuel Bernárdez nasceu na Galiza (Europa), mas já na infância vivia no Uruguai. Suas primeiras publicações são relatos de viagem ao interior do Uruguai e em seguida à Argentina, inicialmente em missão cronística de apresentá-la ao Uruguai⁴⁸. Da Argentina, em 1908, veio em missão ao Brasil, pelo jornal *El Diario*. Posteriormente a esta primeira missão, Bernárdez acabou passando dez anos no Brasil nos cargos de cônsul (1910-1916) e Ministro Plenipotenciário (1916-1920) a serviço Uruguai, período em que aprofundou seus estudos sobre o país. Tanto as circunstâncias propícias quanto o interesse pelas potencialidades do Brasil acabaram ocupando por anos o projeto do autor de fomentar o intercâmbio e a amizade continental pelo conhecimento recíproco, que ele mesmo buscava construir e fomentar em suas narrativas. A defesa do intercâmbio comercial, turístico, cultural, e de formas, em geral, de aproximação, confunde-se com as descrições minuciosas da paisagem e da sociedade do Brasil em

⁴⁸ 25 días de Campo, de 1887, sobre o Uruguai; e *De Buenos Aires al Iguazú*, 1901; *Santa Fé*, 1902; *La Argentina en los Mares Antárticos*, 1903; *Chile en la Argentina (Crónicas conmemorativas del Tratado de límites adino-paragónicos)*, 1903; *La Nación en marcha (Viajes por la República Argentina)*, 1904; *La Estancia Argentina*, 1904; *Hacia las Cumbres (Crónicas al galope)*, 1905, são algumas de suas publicações anteriores às viagens ao Brasil, listadas em *O gigante deitado* (1922).

uma narrativa constantemente deslumbrada. A obra *El Brasil: su vida, su trabajo, su futuro* resultou da primeira viagem, a serviço do periódico argentino *El Diario*⁴⁹. Posteriormente, já a serviço do Uruguai, o autor publicou *El Brasil por dentro: Un continente de paz*, no ano de 1913 em Buenos Aires (1913), e no Rio de Janeiro em 1912⁵⁰. Finalmente, já passada mais uma década de sua estadia no Brasil, publicou no Rio de Janeiro em 1918, em português, *O Gigante deitado (Notas e actos de doze annos de vida no Brasil)* (1922)⁵¹.

El Brasil tem claramente o objetivo de apresentação do vizinho à Argentina e à América Hispânica. O jornalismo brasileiro, explica o autor, despertava naquele momento a incerteza quanto aos rumos da política externa brasileira. Isso advinha principalmente da defesa do projeto de rearmamento naval, aprovado pelo Congresso em 1904⁵². Fazia-se então necessário conhecer melhor o país. Pela falta de produção ao respeito e de dados precisos que pudessem ser intercambiados, e a “conveniencia de ir á observarlo por dentro, á conocer sus ideas y sus hombres, su verdadero estado orgánico, su trabajo y sus elementos de acción en la paz” (BERNÁRDEZ, 1908, p. V-VI), o jornal o enviou ao Brasil. As desconfianças logo passaram em um momento inicial de encontro com diversos estadistas e intelectuais. O Brasil logo mostrou riquezas e potencialidades que deveriam ser mais causa de cooperação do que de rivalidade⁵³. O governo republicano já estava então estabelecido após seis governos de crescimento, e a jovem república era governada, na percepção de Bernárdez, por espíritos joviais (1908, p. xiii) que imprimiam o tom de ruptura com as antigas instituições e conduziam o Brasil à maturidade política. Além das instituições, especialmente após a confirmação da falta de motivos para fomentar-se a rivalidade, cumpria também conhecer os aspectos materiais do país, sua produção agropecuária e industrial, que já num primeiro

⁴⁹ A fines del año pasado, El Diario de Buenos Aires, que en varias ocaciones me confiara la tarea de informar al público argentino acerca de cuestiones atinentes á sus grandes preocupaciones morales, á la marcha de sus progresos en lo interno y de sus intereses en la vecindad geográfica, me propuso un viaje periodístico al Brasil. (BERNÁRDEZ, 1908, p III).

⁵⁰ Utilizamos a edição de 1913. Em lista à contracapa de *O Gigante Deitado* (1922a), consta a edição brasileira.

⁵¹ Especificamente sobre a economia agropecuária, teve uma série de conferências publicada no Brasil pelo Ministerio da Viação do Brasil em 1912 e outra pela Secretaria da Agricultura de São Paulo em 1913. Publicou ainda a obra *Paysandú-Manaos (Problemas del intercambio uruguayo brasileiro)* no Uruguai em 1914.

⁵² Clodoaldo Buenos (2002, p. 194-196) explica o atrito, encabeçado na Argentina principalmente pelo jornal *La Prensa*, a alcançar a opinião pública das duas repúblicas.

⁵³ . Como obra permeada por ilustrações, a edição parece ilustrar o entusiasmo com a interrupção do prefácio pela página seguinte (BERNÁRDEZ, 1908, p. vii) intitulada “Los palacios del océano”, com foto do navio brasileiro Araguaia e pequeno texto incentivador do turismo, iniciado com as palavras “Atractivos para el turismo platense de invierno”.

momento esboçavam a imagem de país em avanço. A recente “metamorfose” do Rio de Janeiro, como Bernárdez (1908, p. XVIII) chama as políticas sanitárias e estruturais do governo de Rodrigues Alves, ilustrava este desenvolvimento. Em trecho que julgamos pertinente reproduzir, Bernárdez compara as duas grandes capitais sul-americanas para mostrar que as dessemelhanças advinham, antes, de causas naturais, e que nada mais banal havia do que a competitividade em um desenvolvimento que era paralelo, não concorrente:

Nada es más trivialmente insostenible ni nada sería tampoco más lamentable y estrecho, que creer que el engrandecimiento y el prestigio de cada una de estas capitales de Sud América [Rio de Janeiro e Buenos Aires] no puede producirse sino á expensas de la otra. Conociéndolas, penetra y apacigua el espíritu la certidumbre de una doble grandeza, nutrida á pechos de dos nacionalidades ampliamente capaces de alimentar su progreso en una incalculable medida, sin necesidad de menoscabar el porvenir de nadie, ni hacerse sombra, ni tenerse celos. El desarrollo progresivo, el aspecto característico de cada una de ellas, son cosas que van siendo impuestas por la naturaleza, con fuerza simple e incoercible de una fatalidad. Por lo demás, cuanto más crezcan, menos se parecerán y, en consecuencia, menos podrán mirarse con recelo de sufrir en la importancia y en el destino que cada una se está labrando. Imposible pretender comparaciones entre las dos metrópolis; y esto es un feliz accidente, porque evita aprensiones y jactancias que, aunque sólo prendan en los espíritus superficiales, incomodan y ofenden. En cambio, cada una en su papel, en su aspecto y en su estilo, tienen razones poderosas para estimarse y elementos para complementarse, para intercambiar regalías de confort y placer, ofreciéndolas al turismo universal, y gozándolas ellas mismas, en una recíproca permuta de simpatías. (BERNÁRDEZ, 1908, p. XVIII-XIX)

Bernárdez passa assim a propor aspectos fecundos de cooperação entre as duas nações, sugerindo acordos, alianças, e mostrar-se um grande incentivador do intercâmbio material – o autor demora-se tanto no comércio de gado quanto no turismo –, pois o intercâmbio reforçaria o que ele considera o dever supranacional de paz para com a “civilización de Sud-América”. A obra é mais elogiosa do que crítica, e o autor não se abstém de expressar enorme deslumbre, além de pelas potencialidades, pelos estadistas e intelectuais brasileiros. Aspectos econômicos, urbanos e sociais também são observados com otimismo.

Além do texto, a coletânea contém inúmeras ilustrações: fotos e gravuras de pessoas, de espécies bovinas, de ferrovias, de monumentos, de projetos estaduais e

estatais etc., enfim, do que pudesse enriquecer com imagens sua apresentação do Brasil do começo do século XX. À contracapa de *El Brasil*, abaixo de uma gravura de paisagem, associa a imagem do território à ilha de Itacari com o perfil de Rio Branco. O patrono, veremos, é a personalidade de maior destaque nas observações de Bernárdez em sua obra sobre o Brasil.

O início da narrativa coincide com o início do percurso – a chegada ao Porto de Santos –, descrita com eloquência. A natureza, como aspecto primeiro observado pelos viajantes, é personificada – assim como em Sarmiento –, em recurso retórico de suspense frente a um rústico, a um desconhecido, mas que em alguma medida não deixa de ser encantador e potencialmente acolhedor (BERNÁRDEZ, 1908, p. 1-2)⁵⁴. Na contrapartida, o grande porto levantava indícios da contenção da natureza pelo progresso brasileiro, que já se manifestava em uma série de aspectos notados por Bernárdez: a higienização da paisagem, a integração do imigrante à mão de obra e o desenvolvimento industrial e urbano, frutos das reformas urbanas governamentais e de iniciativas empresarias particulares. O autor logo descreve o resultado das reformas recentemente realizadas, inserindo o componente negro como um dos aspectos do atraso urbano já em alguma medida eliminado, assim como as doenças tropicais e seus causadores:

Se construyeron los docks, suprimiendo el pantano donde se incubaba y hervía el veneno febril. Vastas extensiones fueron rellenadas, construyéndose sobre ellas los enormes almacenes actuales, capaces para guardar 300.000 toneladas; y después de hecha la obra con dificultades inauditas, se encontró la ciudad con el bello e inesperado aguinaldo de su salud, asegurada junto con su progreso. Y la evolución fatal y benéfica se completó rápidamente: fiebre, mosquitos y negros fueron barridos con el mismo escobazo. Hoy Santos es un puerto limpio en la acepción completa del vocablo, y es un gran puerto, en potencia de ser de los primeros, en el Brasil, en el continente y en el mundo. (BERNÁRDEZ, 1908, p. 6-7)

O maior foco de industrialização segundo o autor foram as áreas a englobar o componente estrangeiro em construção de uma forte “sub-raça” capaz de suportar e combater o meio intrépido (BERNÁRDEZ, 1908, p. 21). Como a herança negra do

⁵⁴ Transcrevemos breve trecho a exemplo: “Los montes que flanquean aquella ciclópea desgarradura de 15kilómetros de fondo, por donde el mar, apaciguado, entra como buscando reposo, están, lo mismo que toda esa sierra de la costa, cubiertos de floresta de um verde bruno, donde uma que outra palmera, anticipo de la flora del trópico, abre su trémulo quitasol. [...] A la derecha, uma fortaleza dos veces secular, claava sus muros em la roca viva, y de su plataforma almenada vienen ecos de diana, que parecen saludar á la vez al día que nace y al viajero que llega.” (BERNÁRDEZ, 1908, p. 1-2).

trabalho escravo, o regime imperial é igualmente visto na obra como um dos motivos de atraso porque o condicionamento do meio implicava também um tipo ideal de governo, e o centralismo monárquico mostrava-se inadequado a território tão vasto e heterogêneo. “Todo lo que la geografía argentina pugna para el unitarismo, impone la geografía brasileña al régimen federal.”, coloca (1908, p. 22). A receptividade material, as facilidades oferecidas ao viajante que acabava de desembarcar (saindo do porto, encontra-se uma empresa de telégrafos, duas igrejas, o correio, e rápido acesso às grandes vias e ao centro), é estendida a uma característica geral do povo brasileiro: “He de volver quizás á hablar de esto, que acusa un rasgo del carácter y la cultura colectiva” (BERNÁRDEZ, 1908, p. 28). Tal modernização com que o autor se deparou também reservava menção, segundo ele, ao incremento dos serviços de transporte ferroviário e de fornecimento energético relacionados à empresa *Light and Power* e à figura pessoal de um dos seus fundadores, Alexander Mackenzie.

Ao visitar os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, Bernárdez procurou reunir-se com figuras proeminentes da política no Brasil, a exemplo de Afonso Pena, Quintino Bocaiúva, Pinheiro Machado e, quem particularmente lhe interessava, o Barão do Rio Branco. A eles, chegava com as questões estratégicas motivadoras da viagem ao Brasil, mas rapidamente deparava-se com o consensual desinteresse em qualquer conflito com a república amiga, e logo partia a discussões de interesses pessoais relativos à proximidade entre as duas repúblicas. A primeira defesa das boas intenções do Brasil já ocorrera antes de sua chegada, em encontro com Assis Brasil a bordo do Araguaya. O brasileiro, assim como os demais entrevistados, compreendia o projeto de rearmamento como mera consequência do progresso por que o país passava: “al moverse la nación, se mueve, como todo, en un sentido de prudente y razonable mejoramiento”, reproduz Bernárdez (1908, p. 27) as palavras de Assis Brasil. Em encontro com Bocaiúva, este atribuiu a importância da compra apenas à economia interna, e tanto ele quanto Pinheiro Machado concordavam que uma frota como a que se constituía não poderia ser usada contra a Argentina, pelo óbvio motivo de que o Brasil jamais teria motivos para se virar contra o vizinho. Indo além, Pinheiro Machado levantou também o argumento da impossibilidade geográfica de um ataque, já que a frota brasileira jamais poderia alcançar o território de Buenos Aires e, portanto, não consistia motivo razoável de preocupação, ainda mais face aos sistemas de arbitragem e de solução pacífica de controvérsias que a diplomacia brasileira hasteava internacionalmente e que tomava como base para sua definição territorial

(BERNÁRDEZ, 1908, p. 148-149). Com relativa variedade de perspectivas, Bernárdez satisfaz-se e passa, assim, a tratar das possibilidades de intercâmbio e cooperação.

O turismo mostrava-se fecundo para um projeto de integração, já que, utilizando-se da opinião pessoal de Afonso Pena, Bernárdez crê que o fluxo material abriria vias ao fluxo simbólico. Adiante, no encontro com Quintino Bocaiúva, este havia-se apresentado bastante convicto de que eram justamente as semelhanças – econômicas, históricas – a causa de tantos atritos, e afirmou estarem no conhecimento mútuo as armas para dissipar as contrariedades, que eram tão-somente uma escolha de perspectiva para compreender as relações. Assim colocou a Bernárdez:

Diferencias de idioma y residuos de viejos atavismos coloniales, parecían ocasionar óbices aparentes á una armonía perfecta – pero nada de eso pasaba de la superficie: no eran sino deficiencias de la cultura, asperezas que la educación y el roce constante de los intereses afines iban limando. Para apresurar esta buena obra, la propaganda de ideas concretas, el conocimiento recíproco, el mutuo estudio de los idiomas, de la historia, de las literaturas, el examen del progreso que cada cual realiza, del trabajo en que cada uno vierte honrados sudores, las visitas de vecino á vecino, todo eso, era preciso fomentarlo, aconsejarlo con vehemencia, como el mejor calmante de antipatías sin motivo, como el mejor argumento para disipar desconfianzas. (BERNÁRDEZ, p. 1908, 144-145)

Estes encontros compõem a orientação do Brasil no cenário internacional apresentada pela obra. Bernárdez conclui essa série de entrevistas apontando, então, que faltava apenas a impressão advinda do Barão do Rio Branco, “síntesis de todos los juicios y centro en que, como en el focus de la lente, convergen, en lo internacional, todos los rayos luminosos de la circunferencia” (BERNÁRDEZ, 1908, p. 151)⁵⁵, à qual Bernárdez dedica todo o seguinte capítulo. O primeiro encontro não ocorreu, por um

⁵⁵ À época, José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, já havia adquirido a projeção pela condução da política externa brasileira. O diplomata assumira o gabinete das relações exteriores em um contexto interno conturbado pela transição republicana. No período de 1889 a 1902, apenas quatro anos, a inconstância política era evidenciada pela sucessão de 11 ministros das Relações Exteriores. No contexto externo, o Brasil encontrava-se anteriormente isolado na América Latina, pelos constantes atritos especialmente com a Argentina, que a comemoração da proclamação da República somente amenizara; pelo silêncio frente às manifestações revoltosas, encabeçadas pelo argentino Drago, sobre o bloqueio naval anglo-germânico imposto à Venezuela em 1902, devido ao não pagamento de dívidas externas (CERVO, BUENO, p. 178-179); e pelas contendas do território do Acre com a Bolívia e o Peru. Advinda desse isolacionismo na América do Sul e do exercício de poder político e comercial norte-americano, a política do Barão para a inserção do Brasil apoiou-se, no contexto global, num alinhamento estratégico e pragmático aos Estados Unidos, e, no contexto regional, na construção de uma coesão latino-americana sob a liderança do Brasil. Para isso, as primeiras medidas do gabinete Rio Branco foram a solução das questões fronteiriças pendentes desde o Império. Até 1889, só haviam se definido de fato os limites com o Paraguai e o Uruguai. Nos anos seguintes, em sua gestão, foram assinados tratados definitivos com Grã-Bretanha, Colômbia, Venezuela, Holanda, e, finalmente, em 1909, com o Peru e o Paraguai.

evento que o argentino descreve em introdução ao seu deslumbre pelo barão: Sob o aviso de Rio Branco ser um homem “muy matinal, como lo son generalmente los hombres de trabajo en Río, porque el clima lo pide” (BERNÁRDEZ, 1908, p. 152), Bernárdez organizara sua visita e chegou ao Palácio do Itamaraty às nove da manhã. Foi recebido por um mordomo que, ao ser perguntado sobre o Barão, respondeu “Su Excelencia [...] se acostó á las ocho, así es que, hasta después de las doce, considero difícil” (BERNÁRDEZ, 1908, p. 152). A necessidade de o mordomo explicar que eram “oito” da manhã e que o Barão era *matinal* pelo costume de varar a noite em estudos, intrigou mais ainda Bernárdez para a segunda tentativa de visita, na qual também teve oportunidade de passear pelo Itamaraty e também conhecer o gabinete de trabalho do Barão.

Nos relatos do encontro, logo se aponta a coincidência entre as palavras de Rio Branco e Bocaiúva ao tratar como loucura (“Con ninguna locura!”, diz o barão [BERNÁRDEZ, 1908, p. 164]) qualquer discórdia entre os vizinhos. Rio Branco cuidou de expor na conversa os princípios regentes da política externa do Brasil, de um pragmatismo atento aos benefícios das relações de cordialidade e reciprocidade. Apontou a necessidade de uma inserção internacional conjunta e coletiva: o mal de um dos países da América era, em sua opinião, o mal de todos. Deveria, segundo a fala do Barão, ser objetivo dos países da América “cultivar la civilización general, la justicia, la lealtad y un insospechable concepto de intereses solidarios, para que todo eso haga escuela y forme un cuerpo virtual de doctrina sudamericana” (BERNÁRDEZ, 1908, p. 164). Em termos práticos, a fala aponta (sem a menção literal ao acordo) a ideia de formação do *Pacto ABC*, já que eram Brasil, Argentina e Chile, no momento, os países capazes de formar um conjunto de poder efetivo (BERNÁRDEZ, 1908, p. 165). Defendeu, igualmente às visitas anteriores, a inexistência de motivos para a preocupação com a questão das aquisições navais, já que nada poderia comprometer a amizade entre os dois povos, sendo as frotas nacionais um problema apenas à luz de um sentimento descabido de desconfiança – o que não era o caso.

Para além da síntese do tratamento das questões políticas, é constantemente evidenciado na narrativa de Bernárdez o encanto com a personalidade do barão, em seu ofício completamente voltado aos interesses nacionais do Brasil – a verdadeira tarefa do diplomata –, e não a interesses políticos ou contendas particulares. Bernárdez finaliza o relato do encontro recordando o Visconde de Rio Branco, “eminente memoria, grata en

ambas orillas del Plata” (BERNÁRDEZ, 1908, p. 167), pai do barão, evocado também como um dos responsáveis pelas políticas contra a escravidão.

Na ocasião da morte de Rio Branco no ano de 1913, foram publicadas, pela *Revista Americana*, em homenagem, duas correspondências de Bernárdez sobre dois encontros com o Barão, um deles resumido em *El Brasil*. Na primeira, uma carta de 30 de outubro de 1909 a Don Barreira y Ramos, Bernárdez trata da publicação em exemplar separado do capítulo sobre o Barão, dados tanto seu encanto pessoal quanto a importância da figura para o Brasil. Mesmo dois anos após a publicação de *El Brasil*, comenta que suas impressões estavam confirmadas, e haviam sido apenas ampliadas pelas posteriores conquistas diplomáticas brasileiras – as que ele acrescentaria na futura edição. Comenta também o capítulo de *El Brasil*:

Allí está, creo que por primera vez, lanzada públicamente a la circulación universal, la fórmula de la paz y de la defensa de Sud América, sintetizada en la combinación de fuerzas del Brasil, la Argentina y Chile, a la que forzosamente debe ser incorporado el Uruguay, del que no sería ya posible prescindir; allí está, afirmada en horas de inquietud y recelo, la fé profunda y fuerte de Río Branco en la armonía indestructible de los destinos de estas nacionalidades, que sólo ofuscaciones de arrabal, incapaces de tomar altura y dominar conjuntos, pueden creer destinadas a atacarse y destruirse; allí está aquel concepto superior de la política de Río Branco, dirigida a suprimir dificultades de aproximación dentro del Continente, a reforzar el poder y el prestigio común para unirlos después en la común defensa y beneficio; allí está, culminante e imperiosa como un dedo que marca una ruta, aquella síntesis del pensamiento de Río Branco: “se trata de poner en recaudo nuestra herencia y asegurar nuestro común derecho a trabajar y prosperar en paz. Para esto es para lo que deben ser nuestras fuerzas eficaces; pero mientras no se unan deliberadamente no lo serán sino en grado precario”. (BERNÁRDEZ, 1913, apud FUNAG, 2002, p. 62-63)⁵⁶

Na segunda correspondência publicada, de 12 de maio de 1913, o uruguaio relata, ao amigo Doutor Antonio Maria Rodriguez, a recente conversa entre eles, que o amigo disse que deveria ser escrita. Assim, o uruguaio, sentindo-se “reintegrado hoy a la paz laboriosa de mi hogar argentino” (FUNAG, 2002, p. 65), relembra que, em um novo encontro com o Barão do Rio Branco, Bernárdez foi o primeiro a experimentar a emoção de ver o Tratado de Limites sobre as regiões de Yaguarón e Merim, que o Barão apresentaria em breve ao presidente da República. O encontro, coincidentemente,

⁵⁶ A obra reúne a série de discursos publicados na *Revista Americana* em homenagem ao Barão do Rio Branco.

deu-se no momento em que Euclides da Cunha, “quizá el más fuerte cerebro de pensador y el más rutilante y terso estilo de publicista que hoy escribe la lengua lusitana” (FUNAG, 2002, p. 66), lia ao barão o texto do tratado.

O ano de morte do barão é também o ano de publicação da obra *Un continente de paz: el Brasil por dentro*. Os eventos estão relacionados. Lamenta Bernárdez no prólogo (1913, p. XV-XVI) a morte precoce do maior diplomata brasileiro, mas levanta o fato de que o capítulo a ele dedicado em *El Brasil* havia sido publicado em jornais brasileiros em meio às homenagens prestadas. É esta reverberação o ânimo para que o autor persista em suas impressões sobre o Brasil. A pertinência de seu artigo para os brasileiros havia mostrado que suas leituras, embora, segundo o autor, deslumbradas em um primeiro contato, não eram equivocadas, e que conseguira reunir aspectos pertinentes do país vizinho. No momento, já como cônsul, o autor tinha, além do conhecimento adquirido em um maior período passado no Brasil, um rol de documentos à mão que aprofundariam seus estudos. Com esse acúmulo, explicou no prefácio o projeto de uma sequência de publicações sobre o país, a partir de diferentes perspectivas. “El Brasil por dentro”, nome dado a este projeto, surgia em oposição ao que ele considera ter exposto em *El Brasil*, “el Brasil por fora” (BERNÁRDEZ, 1913, p. X).

Un continente de paz intentava uma abordagem de questões caras à política externa do Brasil – e à América do Sul –, aproveitando-se de, na ocasião, realizar-se a Junta Internacional de Jurisconsultos. A obra traz uma coleção de quatro ensaios do ano de 1912 enviados ao jornal *La Nación* e reproduzidos no *Jornal do Comércio* e em outros jornais brasileiros. O primeiro texto desta série observa os novos rumos da política externa do Brasil após a morte de Rio Branco e traz algumas reflexões acerca do novo ministro Lauro Müller. “Un continente de paz” é também o nome de uma subdivisão interna com os três seguintes artigos, que versam sobre o andamento e os resultados da recém finalizada Junta Internacional de Jurisconsultos recepcionada no Rio de Janeiro.

Bernárdez encontra em Müller um sucessor à altura do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores. O novo paradigma direcionava foco maior às relações financeiras e comerciais do Brasil, e adotava medidas liberais de proximidade com os Estados Unidos, então maior comprador do café nacional. Estes novos rumos indicavam, ressaltava o autor, não uma ruptura com a diplomacia de Rio Branco, mas a continuação de sua obra. Os dez anos que resultaram em toda a definição das fronteiras

e na inauguração da política de boa vizinhança concentraram a atenção do Barão de forma a excluir tudo o que não fosse parte da consolidação territorial e soberana do Brasil. No momento, finalizado este grande projeto de Rio Branco, iniciava-se coerentemente uma nova etapa, a “diplomacia econômica” (BERNÁRDEZ, 1913, p. 6), que Müller então definia.

Bernárdez também dá notícias das pretensões amistosas do novo gabinete quanto à política para a Argentina. Além de sua disposição para as boas relações no Prata, especificamente quanto à Argentina o Ministro faz uma colocação que Bernárdez (1913, p. 9) reproduz por sua extrema pertinência à interpretação da rivalidade bilateral: “Yo sé perfectamente – dijo – que ni la Argentina ni el Brasil piensan en agredirse – pero cada uno de ellos ‘piensa’ que el otro ‘piensa’... y eso es lo que tenemos que destruir”. O autor celebra que a primeira medida nesse sentido havia sido a insistência na designação do ex-presidente Campos Sales para a representação brasileira na Argentina. Convencido dos frutos certos da nova política externa, Bernárdez passa então a ocupar-se com certo humor da apreciação física – “desconcertante para la fotografía” – de Müller. Em seguida, discorre sobre alguns dados biográficos. Informa que enquanto jovem Müller havia sido aluno de Benjamin Constant e de Quintino Bocaiúva; menciona sua gestão no Ministério do Desenvolvimento e lembra também seu vínculo de ex-presidência com a Sociedade Nacional de Agricultura (BERNÁRDEZ, 1913, p. 22) e a sua admiração pessoal pelo labor do trabalho no campo, sem qualquer menção à relação entre esta inclinação oligárquica e a aproximação comercial com os Estados Unidos.

A reunião da Junta Internacional de Jurisconsultos é o tema da parte seguinte. O encontro, cuida de explicar Bernárdez, objetivava codificar um direito unificado para a América. Para a formulação do projeto, haviam-se reunido juristas representantes de cada país americano. Já em seu início, o encontro evidenciava o que Bernárdez considerava um sucesso, pois contava com grande participação do continente, reunindo o total de 14 nações (sendo que a ausência de um de Honduras, Nicarágua e Haiti, salienta o autor, era apenas accidental). Representavam o Brasil Epitácio Pessoa, Cândido de Oliveira, Souza Bandeira e Helio Lobo. Em relação à evolução histórica das tentativas de pensar um direito único às Américas, já haviam ocorrido reuniões pertinentes à matéria nos anos de 1857, em Santiago; em 1856 e em 1878 em Lima; na Conferência de Washignton, em 1890; na Conferência do México em 1902. O autor lembra que o período imperial ensimesmara o Brasil, mas que a ideia da codificação

também já havia despontado entre a intelectualidade nacional, a exemplo do precursor Teixeira de Freitas e de Tobias Barreto, Clovis Bevilacqua e Juan Monteiro. José Hygino, acrescenta Bernárdez, recentemente ratificara o interesse do Brasil republicano na unificação no México.

Além das dificuldades práticas – o atraso para o envio do texto-base, feito pelo Brasil, e atraso para a chegada de parte dos representantes ao evento, por exemplo –, os juristas depararam com vários obstáculos teóricos a travarem o progresso das discussões. Parecia consensual a consciência histórica de que os processos específicos da América, como a colonização e a imigração, careciam de normatização que o direito europeu ainda não oferecia, no entanto não se sabia ainda, por exemplo, qual seria o tipo de relação entre o direito americano e o direito europeu, e nem como a criação de um novo direito deveria afetar as relações entre os continentes. Os resultados da convenção são descritos por Bernárdez com o costumeiro estilo entusiasmado, justificado que tais discussões por si só já notabilizavam o caminhar de um processo de integração. Eles, no entanto, expostos no ensaio final, eram praticamente nulos na prática: as legações apenas concluem a complexidade da tarefa a que se propunham e a necessidade de uma agenda de reuniões periódicas para dar sequência àquela primeira.

No ano de 1918, Bernárdez publicou em dois volumes ensaios mais específicos sobre aspectos gerais do Brasil, intitulados *O Gigante Deitado – Notas e Actos de Doze Annos de Vida no Brasil*. A expressão título da obra diz respeito à paisagem carioca, que desenha com a Gávea e a Tijuca a cabeça e o rosto, com o Corcovado o troco e as pernas, e com o Pão de Açúcar os pés de um Gigante Brasil, que, profetiza o autor, chega à hora de se levantar e cumprir “un glorioso destino” (BERNÁRDEZ, 1908, p. 6). A coletânea nasceu da missão que resultara primeiramente em *El Brasil*, com o resultado já definido dez anos antes, a percepção imediata das riquezas do Brasil e das potencialidades de uma relação de cooperação entre as nações do continente⁵⁷. Os estudos do cronista, inclusive incentivados pelas criações bovinas e pela estrutura

⁵⁷ A missão jornalística havia na experiência prática, segundo o autor, transformado-se em “um assiduo e agradável labor encaminhado a provar, pela evidencia de um cada vez mais intenso intercambio de interesses materiaes e pela troca amavel de nobres valores intellectuaes e sociaes, que aquelles dous grandes povos não tinham – segundo meu pouco saber e entender pudera constatar no Brasil, e sabia de cór em relação á Argentina – ambições outras que cultivar em paz sus opulentas herdades, nem existia nenhum ponto forçoso de attrito nos seus roteiros; antes podendo-se nestes enxergar um feliz parallelismo, até no facto de que suas respectivas grandezas, mesmo quando viessem, no tempo, a ser equivalentes, serão sempre, e cada vez mais, dessemelhantes – de onde se podia inferir sem medo que nunca viriam seus destinos a se enfrentar na fatalidade inextricavel de uma encruzilhada.” (BERNÁRDEZ, 1922a, p. XII)

econômica pecuária geral do Brasil, pareciam haver-se aprofundado nos seguintes dez anos. Iniciando a obra com estudos relacionados à pecuária, perpassa por longas análises da conjuntura econômica do Brasil, com descrições do território, das formas de integração territorial e de transporte, e da formação étnica da população. O Brasil é constantemente tratado como o maior potencial da América do Sul, faltando-lhe apenas organização produtiva e compreensão de sua própria situação para desfrutar da condição de gigante continental.

O projeto de criação e aprofundamento de vínculos de amizade entre os vizinhos sul-americanos, como objetivo da missão de Bernárdez ao Brasil, é apresentado na primeira parte do livro, intitulada “A cruz de fogo”. Nesta, preocupou ao autor justificar a necessidade e explicar os benefícios de uma América do Sul integrada, e, ainda, explicar como se daria em sua opinião uma articulação fecunda na América. Bernárdez defende na obra não uma integração bilateral, Brasil-Argentina (ou Brasil-Uruguai), limitada ao país mandante da missão (ou ao país natal do autor) e ao país que a recebe, mas um pan-americanismo, um desenvolvimento integrado de todo o continente. O autor justifica o pan-americanismo “por um impulso americanista ligeiramente romântico, que desde muito cedo influiu na minha visão das cousas continentais, as que em nenhuma circunstancia poudes deixar de considerar de interesse commum.” (BERNÁRDEZ, 1922a, p. XIV). Fundamenta-se, assim, a matriz regional do seu projeto de integração americana devido a um contexto de progresso semelhante entre os vizinhos que, aparentemente alheios a essa semelhança, insistiam em um percurso solitário para o desenvolvimento próprio⁵⁸. Além disso, a força econômica do conjunto de países, enquanto tema concernente à segurança de Estado, é defendida por Bernárdez tanto como meio de proteção quanto como arma. Retomando dizeres do Barão do Rio Branco em 1908 (BERNÁRDEZ, 1922a, p. XXIX), o autor exemplifica uma forma possível de coerção coletiva:

O dia em que, para repelir um injusto bloqueio em qualquer sector de qualquer mar americano, todos os algodões, todas as lãs, os cereaes e as carnes, os assucares, os cafés, os cacaos, os minerios industriaes, os guanos e os salitres, toda a multipla producção das tres zonas da nossa America, se

⁵⁸ O autor assim descreve a situação de afsatamento: “Andamos desnorteados dentro do nosso vasto continente, demasiadamente absorptos em nossos pequenos egoismos, preocupado cada um de nós em excesso com o seu caso nacional, com sua politica, com seu orçamento, ignorando o que fazem os outros, fazendo uma aprendizagem democratica muito desigual e muito lenta porque ninguém procura aprender de ninguém; quando, se estivessemos em relações mais familiares, podiamos nos passar uns aos outros tanta lição util, tanta experiencia proveitosa por cima dos nossos muros divisorios.” (BERNÁRDEZ, 1922a, p. XIV).

recusar de chofre a embaarcar para as fabricas e para o estomago universal, muita carestia, muito rio e muita fome havia de se ter a humanidade, e milhões de operarios e de camponezes, bruscamente privados de trabalho por falta da nutrição indispensavel ás suas terras empobrecidas, serão em todo o mundo nossos providenciaes aliados. (BERNÁRDEZ, 1922a, p. XXIX)

Adiante, explica como a integração continental seria mecanismo de proteção da área quando em “contingencias sombrias” (BERNÁRDEZ, 1922a, p. LIII), ou em caso de ataques estrangeiros⁵⁹. O pan-americanismo objetivado por Bernárdez, contudo, não se baseava em uma matriz político-territorial, como o bolivarismo, mas deveria articular-se em termos de cooperação continental a partir da vontade mútua, em programas políticos, financeiros, econômico-comerciais, turísticos⁶⁰ e – atipicamente no nosso conjunto documental – esportivos⁶¹. Ou seja, o programa manteria a autonomia e a soberania de cada república, e deveria ocorrer mais pelo fluxo material e imaterial, por ações de integração e de trocas, ou seja: a cooperação deveria ser, enfim, “um valor político cotizável” (BERNÁRDEZ, 1922a, p. XVIII). Na América independente já apareciam indícios dessa integração pelos novos rumos da diplomacia brasileira a concordarem com os princípios do Direito Internacional então em vias de consolidação nas relações continentais. Tanto pelos usos dos mecanismos pacíficos de solução de controvérsias quanto pela participação em Congressos e Conferências regionais, o Brasil ia-se mostrando adaptado ao modelo norte-americano, e continental. Por essa perspectiva, os Estados Unidos não se configuravam como uma ameaça imperialista, mas como uma tendência liberal a ser seguida especialmente pelo Brasil, sob o diagnóstico da necessidade de uma subpotência na América do Sul em defesa da autonomia americana (face à Europa) e em contrapeso à hegemonia monroísta

⁵⁹ O autor explica a possibilidade de uma defesa pela união continental da seguinte forma: “Se um bloqueio marítimo nos obstruisse os caminhos do mar, estaríamos tranquilos tendo expeditas desde oito graus ao Norte da linha equatorial até o grau 45 de latitude Sul, as largas e seguras estradas das grandes águas continentais, por onde todas as nações, desde a Venezuela [...] e Colômbia, Equador, Perú, Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai e naturalmente Brasil, poderiam operar vastas concentrações de toda ordem, sobre todos os setores desse mundo interior, intangível contra qualquer poder e inteiramente senhor dos seus movimentos e da sua indestrutível vitalidade.” (BERNÁRDEZ, 1922a, p. LIII).

⁶⁰ Destaca-se entre os textos também o incentivo ao intercâmbio material. Bernárdez escreve carta diretamente a *O Paiz* cogitando a possibilidade de um jornal de grande circulação fomentar campanhas de turismo entre Brasil e Montevidéu. (idem, ibidem, p. 206-211). Os dois textos seguintes são do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã* sobre a proposta do cronista, analisando-as com apoio e elogio. O capítulo e o volume são concluídos com notas e diretrizes para um tratado de comércio entre Brasil e Uruguai.

⁶¹ Há ainda uma série de cartas no capítulo intitulado “Pela nossa raça, na nossa América”, versando principalmente sobre a criação de uma Confederação Olímpica Sulamericana, formada por Uruguai, Argentina, Brasil e Chile (idem, ibidem, p. 216, v. II). Tal ideia rendeu um projeto de lei na Argentina que visava a fazer caminhar a integração pela via dos esportes. Há também neste capítulo um artigo que foi publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, no ano de 1913, versando sobre o projeto.

(BERNÁRDEZ, 1922a, p. XXXVI). O Brasil poderia desempenhar esse papel. O “gigante”⁶², coloca o autor naquele momento presente, “já está de pé, e trabalha sem repouso, movido pelo afan da sua imminente grandeza” (BERNÁRDEZ, 1922a, p. LXII).

Seus estudos acabam focando, sobretudo, a pecuária, atividade que ele mostra ser antiga atividade dele, aludindo a experimentos que já fizera com criação de raças do Brasil e raças platinas. É nesta área, inclusive, que ele mostra um exemplo concreto da importância da troca de conhecimentos. Ele nos dá, no segundo volume, um exemplo empírico de realização dessa ideia: já com seus estudos sobre criação bovina reconhecidos no Brasil, Bernárdez havia sido convidado para a verificação de um projeto para a construção do açougue de Barretos. Ele explica ao leitor que o projeto era logisticamente dispendioso, já que as etapas de produção encontravam-se distantes – o gado criado em uma região, o abate e aproveitamento das várias partes do boi em outra. Assim, havia proposto que o açougue fosse também o espaço de criação, organizando no mesmo local uma pequena economia pecuária, inclusive a intensificar a economia da região e a gerar fluxo maior de pessoas. Gaba-se o autor que o projeto foi, assim, extremamente bem sucedido e posteriormente copiado em outros estados da federação. O primeiro capítulo do segundo volume, “A Praga Bíblica”, é a transcrição de uma conferência dada pelo autor à Sociedade Nacional de Agricultura em 1916; nele disserta sobre o combate a pragas de gafanhotos, também sob o fundamento de que o conhecimento já adquirido pelas repúblicas vizinhas no progresso agropecuário interno seria de enorme serventia para que o Brasil não precisasse atravessar os mesmos percursos de aprendizagem lenta e dispendiosa, já vivenciados anteriormente pelos vizinhos.

“De Re Rustica”, o terceiro capítulo deste volume, interessa-nos também pelas discussões que o autor dispõe-se a fazer sobre o gado brasileiro com base no conhecimento adquirido aqui: trata-se de uma coletânea de artigos (publicados em 1911 no jornal *O Estado de São Paulo*) em que Bernárdez põe-se a debater acaloradamente o tema das raças bovinas mestiças contra as ideias do cientista Arnaldo Vieira de Carvalho sob o pseudônimo “Epicarnus”. Ambos trocam algumas crônicas no embate em torno da preservação da pureza de raças europeias, opinião defendida por Epicarnus,

⁶² Reproduzimos a metáfora completa: “O gigante que ainda dorme é o Genio da nossa raça, é o bom gigante latinoamericano, que repousa descuidado, na inconsciência do misterioso perigo que, para os que dormem o somno da imprevidência, pode vir na alforja de cada caminhante que chega, ou no seio electrisado de cada nuvem que passa.” (BERNÁRDEZ, 1922a, p. LXIII)

e, em oposição, na atenção ao melhoramento pelo cruzamento do gado, percebido em algumas misturas criadas na Bacia do Prata, ponto de vista que Bernárdez animadamente advoga. A insistência do Epicarnus em desqualificar os cruzamentos platinos em relação aos padrões europeus leva Bernárdez a meia dúzia de textos em que critica o purismo teórico do cientista paulista e defende os benefícios empíricos – vistos tanto na produção de leite quanto na engorda – de raças misturadas e adaptadas às condições específicas da região (BERNÁRDEZ, 1922b, p. 96). Como estudioso do assunto, a indústria frigorífica é igualmente tema de interesse para Bernárdez, já que esta começava a se desenvolver no país no momento das observações do cronista. O autor (1922b, p. 204), ao final dos artigos, salienta a profecia de que, embora a jornada pudesse ser atrapalhada pela desorganização produtiva ou pelos conflitos de classes e interesses, o Brasil estava predestinado a ser o maior produtor de carne bovina para o mercado mundial.

O Estado de Minas Gerais é tratado nos textos como o lugar mais fecundo ao progresso do Brasil, exemplo do que o território contém de mais rico e de potencialidades: “Observando Minas vê-se o Brasil por dentro” (BERNÁRDEZ, 1922a, p. 60), salienta o autor no ensaio “As forças da terra”, uma conferência de 1908 à Organização da Indústria Pecuária de Minas Gerais, posteriormente publicada por *O Paiz*, em alusão ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, mineiras e industriais do estado. A condição praticamente única, reproduzida em alguma medida apenas em São Paulo, devia-se à junção do clima propício às atividades agropecuárias e à assimilação do imigrante italiano – que, em São Paulo, possibilitou, na opinião do autor, a superação do café carioca. “Conceitos e Sugestões”, um conjunto de textos sobre a visita de Bernárdez à companhia agrícola da Fazenda São Martinho, reforça a descrição dos benefícios do elemento italiano nas imigrações imediatas à abolição. A presença do caboclo, união do branco e do índio, como o que o autor considera figura síntese da miscigenação étnica brasileira (“Esse bello producto ethnico – o caboclo – é um elemento superior para toda a finalidade, e é o que mais caracteriza no Brasil a mistura de raças” [BERNÁRDEZ, 1922a, p. 159]), só foi possível pelo ingresso do trabalhador europeu. No ensaio, o autor também expõe a dificuldade implicada pela inserção social da *nova classe* populacional surgida após a abolição. Mesmo com os supostos esforços institucionais e com a “bondade” branca para com ele, o negro ficava marginalizado devido aos seus hábitos próprios:

O negro, no mapa ethnico do Brasil, não pode figurar senão como um phenomeno vindo do exterior, um factor adventicio, em geral acentuado na longa faixa litoranea, e mesmo assim, muito debil desde Paranaguá para o sul. Essa invasão, que não tinha nenhuma força expansiva porque não vinha trazida por sua vontade, teve ainda a conte-la a natural relutancia da gente branca em se misturar com ella. De forma que uma vez cortado o laço material da escravidão, o negro ficou sem destino certo, e, a pesar da marcada bondade effectiva que para elle mantem o brasileiro, desaparece rapidamente, em parte absorvido por energias ethnicas superiores quando chega a cruzar, e em parte – principal – levado de vencida pelos seus tres inimigos mortaes: o alcool, a siphilis e a tuberculose. (BERNÁRDEZ, 1922a, p. 161)

O último capítulo, “Pantheon”, teve a escrita estimulada por notas que Bernárdez encontrou, retiradas do jornal *El Dia* de Montevidéu em ocasião da morte de Machado de Assis. Assim, o autor decide fazer breves apontamentos sobre a intelectualidade brasileira. Em nota introdutória à sequência de três pequenos textos, mostra-se surpreso com a transformação do círculo intelectual do Brasil, mais de uma década após a morte de Machado, em 1908 (“Meu Deus! Quanta mudança! Quanta morte! Quantas excelsas luzes que ahi ardiam com vivo fulgor, apagadas para sempre!” [BERNÁRDEZ, 1922b, p. 245]). Por isso, procura lembrar os grandes nomes da nação que nesse período decorrido deixaram de existir. Cita, dentre vários, o Barão do Rio Branco (“o mais alto entre os mais altos”) primeiramente, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Olavo Bilac. São mencionados ainda, seguidos de breve comentário elogioso, Enrique Chaves, Leitão, Arthur Azevedo, Manoel Rocha, Ernesto Senna, Alcino Guanabara, Affonso Arinos, Carmen Dolores, Curvello de Mendonça, Raymundo Correa, Salvador Mendonça, Fernando Mendes, João do Rio.

O texto divide-se em três partes, a primeira apresentando a elite intelectual a partir da presença do autor em uma festa no Rio de Janeiro em consagração ao poeta Olavo Bilac. Relembra em sua primeira visita ao então distrito federal ter comparecido a tal evento, que, segundo consta na descrição, reuniu o mai seleteo grupo, “alternando em um banquete que foi um torneio de eloquencia [...] grandes damas, escriptores illustres, Ministros de Estado, artistas e diplomatas, cadetes e marechaes, banqueiros e políticos” (BERNÁRDEZ, 1922b, p. 246-247). A compreensão do significado daquela reunião em sua plenitude não se deu imediatamente, viria tanto com a permanência por anos do autor no Brasil quanto com a observação das homenagens prestadas em razão da morte de Rio Branco e de Machado de Assis. A mesma estrutura de listagem e descrição de

nomes influentes na cultura brasileira, com o acréscimo de Arrigo Boito, Medeiros e Albuquerque, Graça Aranha, entre outros, aponta vários centros de produção de alta cultura, e fundamenta a conclusão do autor sobre a intelectualidade brasileira, lugar, segundo o autor:

[...] onde as disciplinas scientifico-literarias constituem molas de acção, cada vez com mais clara tendencia para applicações de utilidade economico-social, cada vez menos escolasticas e mais humanamente intencionadas, cada vez menos dadas a alimentar a poesia sentimental e a declamação rethorica, e mais forte a prosa do investigador, do romancista, do escriptor de viagens e costumes, do descobridor litterario da sua terra, do commentador ironico, do economista vulgarizador, do critico dos factos, cujo melhor typo actual é o jornalista [...]. (1922b, p. 250-251)

A figura típica do jornalista brasileiro será a responsável pela questão ainda explicitada nesta primeira parte, sobre a desorganização estética dos jornais no país, em aspectos gerais, de temas, títulos, de forma a praticamente obrigar o leitor a “ingerir todo o jornal” (BERNÁRDEZ, 1922b, p. 251). A segunda parte discorre diretamente sobre o campo do jornalismo, que não abarca toda a potencialidade de seus intelectuais. Em contraste com o jornalismo Argentino, Bernárdez (1922b, p. 253) explica: “O genero abunda [...] podendo-se dizer sem paradoxo que em Buenos Aires os jornaes valem mais do que os seus escriptores, e no Rio, os escriptores valem mais do que os seus jornaes”. No Brasil, embebido por uma “parcimonia jornalística”, faltam colunas sociais sobre o círculo intelectual da capital carioca, e do Brasil, um espaço à circulação cultural que permita ver de onde emergem as ideias políticas e econômicas que massificam a opinião pública. O autor faz uma breve listagem de jornais e periódicos em crítica à timidez que os limita, enumerando com elogios alguns dos colunistas que considera de maior destaque, como Félix Pacheco, João Luso, Dr. Leitão, Ernesto Senna, Enrique Chaes, Manoel da Rocha, Bilac, Medeiros e Albuquerque, Eduardo Salamonde, Nuno de Andrade, Carlos de Laët, Lindolpho de Azevedo, Curvello de Mendonça, Quintino Bocaiúva etc. No conjunto dos jornais de maior circulação, *O Paiz* é o jornal que detém, segundo o autor, o mais valoroso quadro de jornalistas, e o *Jornal do Brasil*, explica, é o equivalente ao argentino *La Prensa*, pela sua difusão entre as classes populares. A terceira parte é uma homenagem a Machado de Assis, com tratamento em acento à magnitude da perda do povo brasileiro. À época, *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Esaú e Jacó* já haviam sido traduzidos e apresentadas ao público platino, que então já tinha notícias do autor brasileiro.

Del Brasil, Chile y Paraguay: gratas reminiscencias

Del Brasil, Chile y Paraguay: gratas reminiscencias é uma coleção de textos, com direitos doados pelo seu autor, o militar, diplomata e historiador José Ignacio Garmendia (1841-1925) e reunidos pela editora Facultad. Os gêneros abrangem discursos, crônicas, correspondências tocantes à vida militar do autor e às suas missões às três nações sul-americanas a intitulem a obra, documentos reunidos aparentemente (já que o autor não tece uma explicação sobre o projeto ou a seleção das fontes) para um panorama geral do continente à época de publicação. Divide-se em duas partes, uma primeira sobre as viagens de Garmendia ao Chile e ao Brasil no ano de 1911 e uma seguinte, intitulada “Miscelánea Literaria”, com textos de variados temas e de distintas épocas, especialmente da primeira metade da década de 1910. De crônicas das passagens do autor pelo continente, pouco temos: a obra é antes um conjunto de documentos e arquivos de suas experiências como diplomata argentino e de seus estudos enquanto historiador especialmente da Guerra do Paraguai.

Apesar do título, ao Brasil dedicam-se poucas páginas, sendo o país mais parte arbitrária do percurso da carreira de Garmendia do que um foco de interesse pessoal. Por isso as impressões apresentadas parecem ficar na superfície do que ou já se reconhece discursivamente como característica do Brasil ou do que se espera das observações de uma relação de cordialidade, evidenciando algumas recorrências nas impressões e nos discursos argentinos. A primeira parte, que segue até a página 84, versa sobre o Chile até a página 73, restando ao Brasil três capítulos concentrados em menos de dez páginas, “Ecos de las fiestas en Río de Janeiro”, “Notas fugaces” e “El ejército brasileiro en la guerra del Paraguay”. A segunda parte, em meio aos variados escritos, trata do Brasil em dois textos que aludem à Guerra do Paraguai e à contenda entre os comandantes dos exércitos aliados Bartolomé Mitre e Duque de Caxias. Esta contenda, segundo percebe o autor, fora particularmente fomentada pela imprensa brasileira. O primeiro destes textos é uma entrevista organizada pelos editores de La Facultad e apresenta-se em resposta, no formato de uma entrevista a Garmendia, a uma reportagem do *Jornal do Comércio* a atacar Mitre, e o segundo é também um texto em resposta ao jornal fluminense, organizado por Garmendia em tópicos sobre a atuação de Mitre e de Caxias na guerra.

A introdução, datada em 24 de janeiro de 1915, é do professor universitário de História da Argentina Carlos Ibarguren. Ele escreve um prólogo, mas surpreende com

uma apresentação em carta aberta dirigida ao autor, a afirmar a dispensa de introdução à figura de Garmendia, e a sua atuação na política argentina e sua produção intelectual. Pede, pois, ao homenageado, que reúne “em su persona al valoroso soldado del Paraguay y del desierto com el Hidalgo de alta cepa” (IBAGUREN in GARMENDIA, 1915, p. VII), que este mesmo escreva uma biografia, com as memórias de sua importante participação na organização interna da República Argentina, em lutas ao lado de Venâncio Flores contra os exércitos do general Justo José de Urquiza ao início da década de 1860, e na defesa de seu país e da liberdade dos povos na Guerra do Paraguai. Prosseguem os editores, após a carta aberta, antecipando tal tarefa, e fornecendo alguns dados biográficos do autor, que seguia carreira militar desde sua juventude e já havia atuado em representação diplomática da argentina, especialmente nas questões de demarcação territorial.

Os dados biográficos de Garmendia permitem perceber que sua relação com o Brasil, pouco estreita, mais se vinculou às políticas militares e diplomáticas argentinas do que a um interesse ou uma curiosidade a fomentar um projeto pessoal. A progressão de sua carreira militar mostra algumas atuações relacionadas ou conjuntas com o Brasil. Em 1864, foi nomeado oficial da legação argentina em Montevideu e Rio de Janeiro, com o Ministro José Mármol, cargo este renunciado no ano seguinte, com o estouro da Guerra do Paraguai, para que o argentino pudesse se alistar às tropas aliadas como capitão da Primeira Companhia do Primeiro Batalhão de divisão de Buenos Aires. A partir de meados da década de 1880, passou a liderar missões de visitas a territórios fronteiriços da Argentina, e em março 1887 participou da campanha para o reconhecimento dos rios do território em litígio de Missões como chefe da Comissão Argentina de demarcação de limites com o Brasil. Em 1890, já com o cargo de general, tornou-se membro da Comissão distribuidora das medalhas brasileiras pela campanha do Paraguai.

O primeiro texto especificamente sobre o Brasil é a transcrição do discurso pronunciado no banquete militar oferecido em 31 de outubro de 1889, no Ministério da Guerra no Rio de Janeiro, à ocasião da visita do presidente Julio Roca. Nele, Garmendia faz elogiosa menção à união pelas armas entre Brasil e Argentina. Compara, a exemplo dessa união, a Guerra do Paraguai com o combate a Rosas culminado na batalha vitoriosa de Caseros, uma “Hermosa coincidencia que hace actuar bizarramente a brasileiros y argentinos y orientales en el derrocamento de los dos más bárbaros déspotas de la América contemporanea” (GARMENDIA, 1915, p. 75). Menciona

brevemente vários nomes de soldados argentinos e brasileiros, assim como alguns de seus feitos, para propor finalmente um brinde aos falecidos na guerra e ao Presidente Campos Sales, “que en los vigorosos rasgos de su franca fisonomía se revela el tipo de um soldado” (GARMENDIA, 1915, p. 77). O discurso é curto, textos mais longos são os dois seguintes capítulos: algumas notas sobre a recepção do Brasil à delegação argentina à época da visita a Sales e um relato da atuação do Brasil na Guerra do Paraguai. Em “Notas fugaces”, escrito a bordo do San Martín em partida do Rio de Janeiro, o autor propõe relatar a generosa recepção oferecida recentemente a ele, ao presidente Roca, e à República Argentina como um todo, assim como algumas impressões gerais sobre o Brasil. Inicia o texto com sua chegada:

Nuestra entrada en la Bahía fué un cuadro de un colorido tan vibrante, de un movimiento tan imponente, que aun emocionado veo pasar ante mis ojos la deslumbrante escena, entre los estentóreo vótores de la majestuosa fraternidade de dos pueblos, que se produce por primera vez teniendo por testigos esas seculares y hermosas moles de granito que parecen los eternos centinelas de la gloria del Brasil. En ese momento no alcanzo a comprender qué fatalidad ha impedido que antes de ahora estas dos nobles naciones no se hayan confundido en un eterno abrazo. (GARMENDIA, 1915, p. 78)

As descrições seguintes são objetivas, abrangendo os aspectos mais imediatos de uma breve visita. A paisagem do Rio, partindo do ponto de chegada portuário, é apresentada primeiro geograficamente, com a costumeira humanização da paisagem e o tom epopeico nos relatos de visitantes ao Rio de Janeiro: “allí donde el monolito Pan de Azúcar, ese cíclope pétreo de inmensas formas, nos saluda a gran distancia con la gravedad de lo insondable.” (GARMENDIA, 1915, p. 78). Com a descrição do percurso feito pela legação às ruas do Rio de Janeiro, apresenta sua opinião, extremamente elogiosa, sobre o exército brasileiro ao comando do Ministro da Guerra General Medeiros Mallet, filho do marechal Emílio Mallet, patrono da artilharia do exército brasileiro. Elogia também ao presidente Campos Sales, distinguido, além das lembranças pela figura de estadista, pelo saber intelectual, consubstanciando esse encontro na figura de Sales em “un gobierno de grandes progresos” (GARMENDIA, 1915, p. 81).

O autor, ainda, sem mencionar questões étnicas relativas à formação do brasileiro, distingue o povo brasileiro como um dos aspectos a mais chamar-lhe a atenção. “Su cultura [do povo] es remarcable, allí no se ve la policía, y uno no concibe, en medio de esos grandes amontonamientos de gente, que no haya desórdenes ni se

incomode a nadia.”, afirma (GARMENDIA, 1915, p. 81), a partir da experiência de uma organização forjada pela grande recepção preparada, a enfileirar tropas de soldados e levar uma multidão de brasileiros às ruas em saudação à Argentina. Garmendia coloca que não eram, naquela situação, vistos estrangeiros: “todo era brasileiro”. Os elogios são gerais, sem ressalvas, e alcançam a calorosa recepção pelo governo, pelo exército, pelo povo e pela imprensa, esta, salienta, encabeçada por Rui Barbosa e por Quintino Bocaiúva.

O capítulo seguinte é uma conferência lida por Garmendia aos senhores representantes do exército brasileiro, recebidos em Buenos Aires ao 31 de outubro de 1900, no Teatro de la Opera, no contexto da visita de Campos Sales em retribuição à anterior de Roca. O tema da conferência, “El ejército brasileiro en la guerra del Paraguay”, resume-se, segundo o autor, a louvores e homenagens, que são o que se pode oferecer a um exército que atuara há um quarto de século tão brilhantemente. Ao abandonar sua tradição pacífica, diz, “el [ejército] brasileiro, que surge repentino e imponente del seno tranquilo de la paz como el ángel exterminador de los tiranos.” (GARMENDIA, 1915, p. 86). Sob a perspectiva da união contra Solano López, ou, mais ainda, contra a abstração romântica de um grande locus autoritário no cerne das liberdades republicanas dominantes na América do Sul, Garmendia faz uma síntese das principais batalhas da guerra. Coloca em evidência as ações da liderança militar brasileira, e, mais ainda, como o fizeram também as narrativas heroicizantes construídas no Brasil, destaca as intempéries de um clima e um solo inóspitos às batalhas, que dificultavam com pântanos e chuvas, sede e fome o longo caminhar até a definitiva derrota da ditadura lopista. Retoma, na página 90, as palavras de Mitre “que el ejército brasileiro soportó gallarda y triunfalmente el mayor esfuerzo” (GARMENDIA, 1915, p. 90). Aliás, com bastante frequência o autor remonta aos comentários sempre elogiosos dos arquivos de Mitre sobre a participação brasileira na guerra. A batalha de Paso de la Patria, vencida pelo general Osório, “brioso como César”, denota um momento delicado de passagem pelo Rio Paraná. Mitre diz a Osorio sobre este momento: “General, yo he elegido a V. E. para que sea el héroe clásico de esta operación, y estoy seguro que la victoria no ha de abandonar ni un instante a las gloriosas banderas brasileras” (GARMENDIA, 1915, p. 87-88). Dentre os grandes feitos no decorrer do conflito, enfatiza-se a proeminente atuação brasileira, em oposição às aparições menores da Argentina e do Uruguai. São os brasileiros os primeiros a penetrar o território inimigo, assim como “son ellos los únicos actores de la victoria final” (GARMENDIA, 1915, p.

96). O triunfo está, mantém o elogio dos anos de guerra ao presente, em uma escola tradicional de guerra (GARMENDIA, 1915, p. 96), baseada na experiências e nos brilhos individuais de seus comandantes.

Essa postura ufana no discurso oferecido ao exército abala-se em dois artigos sobre a Guerra já à segunda parte da obra. No texto “La guerra de Paraguay: El generalísimo, sus cualidades de táctico y de estadista”, os editores de La Facultad propõem-se a contestações a alguns artigos de periódicos do Rio de Janeiro que haviam então atacado o general Mitre, dentre eles a publicação pelo Jornal do Comércio em comemoração ao centenário do Duque de Caxias. O texto dos editores apresenta-se como uma entrevista a Garmendia, que de pronto condena o grande causador da indisposição materializada no discurso periodista do Brasil, Duque de Caxias. Ao início do conflito, denuncia, o que se tinha era um grande exército brasileiro desorganizado a ser conduzido:

[...] y en ese caso era necesario que el generalísimo se presentara como un militar de una calma estoica y de una autoridad y decisión suprema para contrarrestar todas las oposiciones y pequeñas psiones que enervaban tal empresa como el orgullo herido del amor propio exagerado de los brasileros a mérito de ser un extranjero el que los mandaba. Estas emulaciones siempre se sintieron antes, en la contienda y después de ella. (GARMENDIA, 1915, p. 273)

Esse comando estrangeiro pelas mãos de Mitre afetou principalmente o juízo e as ações do orgulhoso Duque de Caxias, contrariamente à postura dos generais Osório e Porto Alegre, os nomes mais exaltados pelo argentino. O entrevistado consegue identificar o que levava às hostilidades:

los brasileños, presentando mayores caudales, elementos materiales, y más numerosas tropas para esa contienda, y dominados por un amor propio excesivo, pretendías la inferioridad en todo para sus aliados, siendo la más elocuente encarnación de este espíritu el duque de Caxias, ilustre brasileño, hecho de la pasta de los antiguos portugueses. (GARMENDIA, 1915, p. 273)

O artigo é escrito depois da abertura dos arquivos do general, que permitem fazer uma avaliação do desenrolar da guerra. À pergunta “Qué puede usted decirme del movimiento envolvente sobre Tuyucué?”, que parece ser o ponto crucial das desavenças geradas pelo comando de Mitre, Garmendia aponta o suposto equívoco de Caxias em relação à ordem de Mitre (“inexplicable en tan seria operación”) nesta batalha específica, em organização de uma marcha que separou os exércitos. Se os paraguaiois conhecessem tal situação, afirma o autor (1915, p. 184), certamente teriam atacado os

aliados com distinta vantagem. Há assim uma condenação à personalidade de Caxias, “impaciente e irreflexivo”, guiado por temperamento que, além das desavenças com Mitre, conduziu à perda de vários soldados brasileiros. O autor exemplifica com os seguintes números em batalhas: 3000 em Itororó, 4000 em Lomas (este segundo erro, Garmendia [1915, p. 275] explica, ele discute aprofundadamente em texto específico sobre a linha de Pisiquirí). Consistia no pior erro do general brasileiro não haver atacado a debilitada linha de Pisiquirí na Batalha de Lomas e, por isso, com a perda de tantos homens, ter precisado retirar então a divisão do general Vasco Alvez de Mármol e, por lá, deixar escapar López, o que prolongou a guerra em busca de López por mais um ano. Garmendia (1915, p. 276) afirma que não era somente um pensamento seu, mas que essa postura de condenação a Caxias já havia sido também irrompido no discurso do próprio Senado Brasileiro.

O capítulo seguinte, “Lo inexacto en la historia, Caxias y Mitre: breves apuntes para un artículo” dá continuidade à discussão. A introdução é o apontamento do mesmo texto publicado pelo *Jornal do Comércio*, em que Mitre recebia apreciações “maquiavélicas y malévolas” sobre sua campanha no Paraguai. A fim de responder à antipatia do jornal fluminense, em crítica infundada a uma figura que sempre se evidenciara amigo do Brasil, Garmendia enumera alguns tópicos em apontamentos para um futuro artigo. Nele, expõe várias informações em favor de Mitre e contra Caxias, dentre as quais algumas mais relevantes para a compreensão do atrito: de 1865 a 1867, quando o exército aliado conduzia-se sob o comando de Mitre, a guerra mostrava-se mais dinâmica, em comparação à agonia que se tornaram os anos seguintes de perseguição a López pelo território do Paraguai. Grandes vitórias de Mitre são rememoradas: a campanha estratégica de Corrientes e Rio Grande, que derrotou todo o exército de Estigarribia e a quinta parte do de Resquín; a passagem pelo rio Paraná; a batalha vitoriosa do 24 de maio; a estratégia do movimento contornante de Tuyucué, executada por Caxias. Em ataque ao Duque de Caxias, Garmendia relembra que, quando este chegou no campo aliado, mesmo com apenas os restos do exército paraguaio já no estágio avançado da guerra, perdeu 18 mil homens brasileiros, retomando os dados já apresentados na entrevista anterior, os números de Lomas e Itororó. Finaliza o texto com uma comparação entre Caxias, Osorio, Polidoro, Argollo e Porto Alegre, dentre todos os quais o primeiro é certamente inferior, e finaliza o texto com um ataque direto ao jornal:

Ahora, antes de concluir diremos que es necesario que por la dignidad nacional hable el archivo del general Mitre y que con los mismos documentos brasileños confunda la diatriba desleal del “Jounal do Comercio”, pues es preciso que se contesten los inexactos relatos que a cada momento publican los escritores brasileños sobre la guerra del Paraguay, demostrando la petulancia de su enorme vanidad y la antipatía que nos tienen. Una alianza a este precio es demasiado cara. (GARMENDIA, 1915, p. 281-282)

Os conflitos diplomáticos que alcançaram também o período de resolução dos restos da Guerra do Paraguai e que também diziam respeito à figura de Mitre, incluindo sua visita ao Brasil, não são discutidos. Parecem de interesse do autor somente os entraves surgidos no seio da Tríplice Aliança enquanto nos combates, e relativos à personalidade de Caxias, não à nação brasileira. De sua visão, temos uma aproximação entre as duas nações que encontra entraves nas ações pessoais dos líderes, do norte da massa populacional amorfa. Anteriormente ao conjunto de artigos reunidos para *Del Brasil, Chile y Paraguay*, o autor já havia demonstrado especial interesse pelos estudos históricos sobre as batalhas na Guerra do Paraguai, em uma série de publicações à virada do século, nas quais nos detemos no capítulo adiante.

O início dos intercâmbios acadêmicos entre o Brasil e a Argentina

O primeiro intercâmbio acadêmico bilateral reconhecido nesta pesquisa ocorreu em 1918, com a viagem do jurista José León Suárez ao Brasil, a qual objetivava “dar algunas lecturas universitarias, y más que a eso, a iniciar una nueva corriente de vinculación intelectual entre profesores y alumnos de los dos países” (SUÁREZ, 1918, p. 69), vinculação reconhecidamente importante pela publicação, dado principalmente o contexto mundial da Primeira Guerra. O jurista representante da Universidade de Buenos Aires encontrava-se, juntamente com quatro estudantes, no Brasil, por uma iniciativa da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, a convite, em 6 de abril, do Prof. Sá Vianna, complementado pelo convite em seguida feito pela USP através de Helio Lobo, com o incentivo do governo brasileiro. Nos agradecimentos, à primeira conferência dada na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1918, ele procura reforçar a importância, e o pioneirismo do Brasil, de iniciativas como esta em torno de um projeto de integração que ele assim caracteriza e defende:

Las más grandes iniciativas requieren un principio, como las primeras gotas de agua de un manantial han sido el origen necesario de los más grandes ríos.

Esta idea cardinal del Brasil, previsor y precursora, de fundamentar las buenas amistades no sólo entre los órganos oficiales, forzosamente abstractos y convencionales del Estado que es, por su naturaleza, una abstracción jurídica, sino por el cultivo de relaciones intelectuales y sociales, está destinada a resultados más sólidos y fecundos que los alcanzados hasta ahora por las, sin embargo, meritorias labores diplomáticas, porque a medida que se hace efectiva en el mundo la soberanía popular, se va imponiendo en las relaciones internas, al lado de la oficial, la diplomacia de los pueblos, destinada a inspirar cada vez más vivamente la diplomacia de los gobiernos. (SUÁREZ, 1918, p. 10-11)

A visita tem caráter acadêmico. As palestras, publicadas em Buenos Aires no mesmo ano sob o título *Diplomacia universitaria americana argentina en el Brasil*, são estudos sobre temas tocantes às relações bilaterais e, principalmente, à sua situação conjunta na América do Sul sob as perspectivas do Direito Internacional, da Política Internacional e da História Diplomática na América. A publicação resultante da viagem é dividida em: quatro conferências temáticas, sobre a fraternidade e a cooperação argentino-brasileira, as negociações de limites territoriais, a Doutrina Monroe e a questão do Mar Territorial no direito; um ciclo de sete conferências sobre a juventude e a vida política de Buenos Aires, a Guerra do Paraguai e seus desdobramentos, a diplomacia, o direito internacional, a solidariedade econômica entre os vizinhos; e finalmente alguns discursos proferidos na passagem da legação de juristas pelo Brasil, e, por último, as homenagens e distinções que lhes foram dadas.

O autor salienta na primeira conferência que os temas serão discutidos por um viés acadêmico. Ao explicar que não poderia tratar de assuntos específicos de nossa história diplomática, porque a conhecia deficientemente, ele cita alguns nomes de famílias tradicionais de diplomatas brasileiros e figuras únicas que participaram eficazmente da política internacional do Brasil, dentre eles o Conde D'Eu, o Visconde do Uruguai, Lafayette Pereira, o Visconde e o Barão do Rio Branco. Logo em seguida, sobre o atual contexto da Primeira Guerra, León Suárez afirma a postura largamente predominante da imprensa argentina, favorável aos Aliados e, sobre a imparcialidade oficial declarada por seu país, justifica ainda:

Las contestaciones del gobierno a los Estados Unidos y a vosotros mismos con motivo respectivamente de la declaración de guerra y la ruptura de relaciones con Alemania; su negativa a no asumir el compromiso de neutral, que es de uso tradicional en el derecho de gentes; la recepción de la escuadra norteamericana que comanda el Almirante Caperton; la del buque de guerra

inglês “Glasgow” y la venta de la cosecha y apertura de un crédito extraordinario, sin garantías, a naciones de la alianza, así como el arreglo de los cambios con Estados Unidos y otros Estados, en condiciones muy ventajosas para los beligerantes contratantes, son todos hechos que evidencian una neutralidad tan especial que, casi únicamente consiste en no disparar las armas que se tienen empuñadas. (SUÁREZ, 1918, p. 22).

A postura pessoal de Suárez quanto ao conflito, que ele inclusive evidenciara em carta a Viana e a que recorre na conferência, remontava ao Pacto ABC firmado em 1915 sobre a solução pacífica de conflitos e a defesa recíproca das liberdades continentais⁶³, ainda que este não tenha chegado a ser protocolado pelo Congresso argentino.

Em 14 de julho, falou em conferência na Faculdade de Direito e Ciências Sociais sobre “Los Conceptos Modernos del Derecho Internacional” (SUÁREZ, 1918, p. 33). Na explícita condenação à guerra que ocorria por iniciativa do Eixo, explica Suárez, Rui Barbosa levou os ouvintes ao êxtase, sendo aplaudido e ovacionado⁶⁴. A palestra causou, pois, enorme polêmica no Brasil e na Argentina. O jurista cita o argumento crítico da imprensa argentina, de que o discurso poderia ter comprometido a neutralidade oficial frente à guerra, e o contrapõe em elogio ao brasileiro e a sua defesa das liberdades individuais com um paralelo com a França revolucionária: “Desde esa fecha Ruy Barbosa, el ilustre hombre, que me hace el honor de escucharme, es para nosotros, sin disputa, el Mirabeau americano” (SUÁREZ, 1918, p. 34). Sá Vianna havia, também no período da guerra, ministrado no Círculo de Estudios Diplomáticos e na Facultad de Ciencias Económicas a palestra intitulada “Fuentes y Débiles”, uma seleção de argumentos em aspectos históricos e jurídicos explicitamente contra a Alemanha (SUÁREZ, 1918, p. 35). As duas palestras foram vistas como uma ação brasileira que superava o formalismo da neutralidade, e que aproximava as repúblicas vizinhas em sua defesa comum da liberdade. Sem prolongar sua postura pessoal quanto ao conflito, deixando-a entendida apenas pelo apoio retórico aos intelectuais brasileiros, nesta primeira palestra Suárez limita-se a apresentar o programa de conferências que

⁶³ “Si de mí dependiera, procuraría que el Nuevo Mundo, encabezado por los Estados Unidos y el A.B.C. (la Argentina, Brasil y Chile), iniciara la idea de invitar las naciones signatarias en la Haya, con el objeto de apoyar a los que se defienden y castigar ejemplarmente y para siempre a los que han perturbado la paz del mundo y dañado a la humanidad, que hoy, felizmente, es solidaria en sus intereses y aún en sus sentimientos.” (SUÁREZ, 1918, p. 26).

⁶⁴ O brasileiro é largamente elogiado nesta palestra. Rui Barbosa, que havia comparecido à comemoração do centenário da declaração de independência argentina, é descrito por uma referência às palavras do Ministro de Estado norte-americano John W. Foster: “era uno de los más notables hombres de la asamblea por la destilidad de su talento y la facilidad de su palabra”; e “quedó consagrado como uno de los más potentes polemistas y de los más eruditos miembros” (SUÁREZ, 1918, p. 32).

apresentará no decorrer da visita, assim como algumas ideias gerais suas sobre a atual política exterior brasileira e, por fim, o exemplo das viagens precursoras de Rui Barbosa e Sá Vianna, como fundamento para os intercâmbios acadêmicos que então se iniciavam.

Na segunda conferência iniciam-se os temas específicos, sendo que particularmente nos interessa no trabalho o primeiro a tocar questões referentes ao Brasil. Em “El Uti possidetis y los límites americanos”, oferecida nas faculdades de Direito do Rio e de São Paulo, em 22 de agosto e 16 de setembro, e, posteriormente, resumida na Universidad de Montevideo, Suárez discute a posição do Brasil no Congresso do Panamá de defesa do princípio geral do *uti possidetis* (segundo o qual a terra pertence a quem a ocupa) para as definições territoriais que se negociavam então pelo continente. À época, era notável que o país já definira todas as suas fronteiras e, afora a contenda contra a Guiana Holandesa, não havia perdido uma arbitragem, evidenciando a envergadura de sua diplomacia. O Brasil, que avançara ao oeste desconsiderando os tratados de limites entre as coroas ibéricas⁶⁵, utilizara-se também das leis do Direito para legitimar suas fronteiras expandidas, e é esse manejo das regras internacionais de forma tão bem adaptada pela diplomacia brasileira a sua realidade, e em serviço de sua própria soberania, que o autor se detém a explicar.

O feito da expansão do Brasil, por um lado, atribui-se individualmente aos grandes diplomatas, Visconde de Cabo Frio e os dois Rio Branco, sobretudo o primeiro. (SUÁREZ, 1918, p. 48). Tanto na breve listagem de nomes proeminentes da política externa brasileira da primeira conferência quanto nesta da segunda, ressaltamos, há uma dissonância entre as obras argentinas em tratamento, principalmente em questões de direito e política internacional, no tocante à pessoa de Rio Branco, que, nestas conferências, não recebe o profundo reconhecimento em geral dedicado ao Barão. Por outro lado, a extensão continental adquirida não se tratava de uma conquista apenas individual, mas refletia uma diplomacia consistente em princípios jurídicos adotados, obviamente, em favor dos benefícios conquistados. Para explicar essa diplomacia, o autor apresenta primeiro a contrapartida do *uti possidetis de Facto* brasileiro, que é o princípio do *utis possidetis Juris*, adotado pelas demais ex-colônias nos processos de

⁶⁵ “La historia de la ocupación de territorios en Sud América, (estudiada cronológica y cartográficamente), es la evidencia del avance incesante e inteligente del Brasil, que aumenta muchas veces lo que se le adjudicó en un principio a Portugal por el tratado de Tordesillas. Parece una mancha de aceite, que lenta, pero seguramente, se ensancha hasta saturar la permeabilidad de la tela.” (SUÁREZ, 1918, p. 48).

arbitragem internacional. Este princípio, que atribui a terra a um dono de direito (confirmado por leis e tratados internacionais, como os assinados pelas coroas ibéricas), e não de ocupação efetiva, foi usado na América Hispânica de forma precipitada e inconsistente, segundo Suárez (1918, p. 39-66). O erro inicial encontrava-se na tentativa de transplantar o direito europeu à realidade das arbitragens americanas, ou, ainda, de colocar em defesa das novas repúblicas um direito nascido no seio das monarquias. Por esse viés, salienta o autor que o Brasil naturalmente não deveria se submeter às regras jurídicas interessantes à coroa espanhola e posteriormente às ex-colônias espanholas, já que fora colônia portuguesa. O intento de confirmar a própria posse da terra com base nas arcaicas leis tratadísticas, que não alcançavam o povoamento da América, foi o erro que contribuiu com todas as vitórias brasileiras, sob o princípio do *uti possidetis de facto* nas arbitragens.

Na segunda parte da obra, o ciclo de conferências “El General Mitre y las relaciones diplomáticas Sud Americanas” apresenta episódios biográficos da vida de Mitre relacionados à atuação nas políticas de Estado argentinas. O estadista é escolhido como tema por representar, na opinião de Suárez, os vínculos que deveriam caracterizar as relações entre Brasil e a Argentina – era ele o que o autor considera “amigo del Brasil”. Fora ele que inaugurara o paradigma das relações amistosas antes da Proclamação da República, ao aceitar que a unidade do grande Vice-Reino já não era mais uma possibilidade no continente, devendo ser observado pelo viés da união entre as províncias e não da anexação. Segundo Suárez (1918, p. 208), em acordo com as ideias recentemente proferidas pelo intercâmbio acadêmico de Sá Viana, essa postura de Mitre neutralizara as desconfianças do império ao leste do Prata, já que a atenção da diplomacia de D. Pedro II, ao mesmo tempo que se articulava para a desagregação da grande Argentina, não detinha condições materiais para anexação territorial, dando-se então por satisfeita com a autonomia das províncias. Aliás, Suárez (1918, p. 216) não deixa de acrescentar que Mitre foi sobremaneira criticado por esta primeira ação, como um agente em conluio com o Brasil. A acusação da opinião pública estende-se também, vemos nas seguintes conferências, aos acordos para a resolução da Guerra do Paraguai, sobre o combinado do Tratado de conferir à Argentina o território do Chaco (por fim conduzido a arbitragem internacional favorável ao Paraguai) ao fim do conflito. A quinta conferência, dada no Instituto da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, enfoca a Guerra do Paraguai e seus desdobramentos, “el punto más escabroso de la vida diplomática del general Mitre” (SUÁREZ, 1918, p. 307). Nesta e nas seguintes

conferências, ministradas em Belo Horizonte, sobre o mesmo assunto – as diretrizes políticas seguidas por Mitre –, o autor relata alguns episódios e impressões da estadia de Mitre no Brasil em 1872. Dada a proporção que os desentendimentos entre os aliados tomava a partir de 1869, em muito aumentada na década de 70 com a negociação bilateral do Barão de Cotegipe com Montevideu sobre a independência do Paraguai (SUÁREZ, 1918, p. 347), Mitre é percebido como a personificação de uma sobriedade que era a única chance de uma resolução pacífica, num momento em que, na Argentina, proclamava-se uma espécie de “Santa Aliança Americana Republicana” (SUÁREZ, 1918, p. 357) contra o império. A missão de Mitre ao Brasil é, nas conferências sobre sua atuação diplomática, detalhadamente reproduzida a partir da comunicação do ministro com a Argentina, informando a pouca importância conferida a ele em uma recepção lacônica por D. Pedro II⁶⁶. Tanto mais pela paciência do enviado de Sarmiento na manutenção da cordialidade com vistas à paz em um ambiente hostil, Suárez o confirma como patrono do espírito de amizade.

⁶⁶ Em 1872, foi documentada a viagem do general Bartolomé Mitre ao Brasil (LA NACIÓN, 1914). Tratou-se de uma viagem destinada a resolver questões conflituosas concernentes às resoluções do término da Guerra do Paraguai. A publicação dos documentos ocorreu em 1914, em uma série de publicações do acervo de documentos de Mitre, e o tomo XXVIII é dedicado exclusivamente a essa missão. Aos 31 de janeiro de 1872, Mitre recebeu correspondência de Carlos Tejedor, então Ministro das Relações Exteriores, sobre o regresso do Barão de Cotegipe ao Rio de Janeiro após firmar em Assunção um tratado de limites com o Paraguai. Duas semanas depois, o ministro enviou-lhe também o texto final do tratado. A imprensa argentina, frente ao acordo, instantaneamente se manifestou avessamente à política imperial, pela suposta violação do tratado de 1º de maio (LA NACIÓN, 1914, p. 25). O texto do tratado de Assunção, escreveu Mitre ao Visconde do Rio Branco no dia seguinte ao seu recebimento, bem como as ações do Barão de Cotegipe, não correspondiam aos princípios e negociações firmados pela Tríplice Aliança. “No sólo el señor barón de Cotegipe al tratar por si solo, no ha buscado ventajas comunes para los aliados, según me lo aseguró el señor consejero Correia, sino que ha tratado con cierto modo en contra de ellos, olvidando los deberes, los derechos y los sacrificios comunes.” (LA NACIÓN, 1914, p. 32). No contexto dessa querela, Mitre foi convidado então pelo governo do Brasil a uma missão no Rio de Janeiro com o objetivo de chegar a um acordo, e partiu, na qualidade de ministro plenipotenciário, em missão especial. O clima de hostilidade que as correspondências oficiais camuflam manifestara-se imediatamente à chegada de Mitre ao Brasil: “A mi llegada no recibí á bordo ninguna atención de parte de estas autoridades, lo que aunque no sea de un estricto deber, debo consignar aquí, por cuanto aun en mi carácter particular he recibido en caso análogo atenciones de todo género, y habiéndolas usado con los agentes argentinos acreditados en esta corte, así como nosotros las hemos dispensado constantemente á los agentes brasileiros, parecería que esto hubiera sido intencional, tanto más cuanto que la bandera de honor de la República estuvo izada en el palo mayor mientras permanecí á bordo.” (LA NACIÓN, 1914, p. 69). A missão de Mitre durou quase todo o ano. Pelos informes constantes a Tejedor, o ministro das relações exteriores argentino, subentende-se uma displicência e uma falta de urgência na resolução, por parte do Brasil, das desavenças que vigoravam. D. Pedro II o recebeu friamente, em discurso “lacônico” sobre sua chegada, e ignorou-o nos meses seguintes de sua permanência no país. Em troca de correspondência com Tejedor (LA NACIÓN, 1914, p. 203-204), Mitre expõe a decepção com a falta de atenção para com sua estadia, lembrando que estava disposto a encontrar o imperador – que até então não fizera contatos ou convites – só por se tratar de sua despedida devido ao seu retorno a Buenos Aires. O encontro entre os dois estadistas em novembro de 1872, no entanto, ao contrário do que constituíram os antecedentes, foi amistoso, e o clima de boas relações foi afirmado em acordo.

Ao fim do ciclo de conferências, Suárez transcreve em apêndice um artigo do jornal *La Prensa*, de 25 de agosto de 1918, sobre sua viagem ao Brasil. A nota, com uma referência à viagem do ano anterior de Helio Lobo à Argentina, na qual este, como Suárez no Brasil, proferiu conferências, critica os intercâmbios realizados como trocas pessoais:

Algunos políticos de países vecinos han hablado en la Universidad de Buenos Aires, y otros han ido a dar conferencias en dichos países, realizando viajes intelectuales, sin duda meritorios, pero no autorizados universitaria y oficialmente. Son actos de carácter privado, que conviene fijar, para evitar rozamientos internacionales, pues por exceso de language algunos de dichos actos has sido denominados “misiones universitarias” y “diplomacia universitaria”. (SUÁREZ, 1919, p. 434)

La Prensa alude principalmente ao suposto espírito anti-paraguaio inflamado pelas conferências, o que prontamente Suárez desmente com referências a suas falas e ideias, bem como afirma o artigo ter sido produzido de má vontade, pela prova de que um grande amigo seu, a viver em Assunção, dissera que as conferências não tiveram repercussão negativa que não por esse jornal argentino (SUÁREZ, 1918, p. 435). A tensão é apagada pelo diretor do jornal Ezequiel Paz, que, ao dia do retorno de Suárez à Argentina, envia-lhe um redator que realiza uma entrevista para “reportaje verdadero”, que já circula nas páginas impressas do dia seguinte. Nele, Suárez conta como foi a viagem, como foi tão bem recebido nos círculos científicos e universitários do Brasil, e como foi solícita e bem receptiva também a República do Uruguai, o que o compeliu a lá também oferecer algumas conferências. O texto, a partir da entrevista, foca principalmente na refuta do jurista à acusação de incitamentos contra o Paraguai, e é concluído com uma explicação⁶⁷:

También hablamos con el doctor Suárez sobre algunos comentarios expresados acerca del carácter con que nuestras Facultades envían al extranjero a algunos de sus profesores, sin darle su representación completa y oficial, y nuestro interlocutor nos dijo que piensa que el intercambio de profesores con otros países debe regulamentarse y hasta es de opinión que su

⁶⁷ As páginas seguintes dedicam também a resposta dirigida ao texto de *La Prensa*, chamada “Mis representaciones universitarias”, em que Suárez prolonga a discussão. Afirma, certamente, ser responsável pelo próprio discurso “pues no está en las prácticas de mi modesta vida intelectual someterme a la previa censura de ninguna autoridad por respetable que ella pretenda ser”, postura sua que é “el estímulo más eficaz del progreso moderno” (SUÁREZ, 1918, p. 440). Em seguida apresenta as credenciais de representatividade a ele conferidas pela Universidade de Buenos Aires e seu reitor, e das Facultades de Ciências Econômicas e de Direito e Ciências Sociais, e, ainda, as várias condecorações e representações honrosas que lhes foram concedidas pelas várias faculdades e institutos do Brasil por que passou.

excursión por el Brasil será el primer paso en el camino que puede llevar a esa regulamentación. (SUÁREZ, 1918, p. 439)

Após o ciclo temático sobre Mitre, a obra transcreve uma série de conferências sobre temas diversos. Há conferências no Brasil à Sociedade Brasileira de Direito Internacional, em que Suárez discute conceitos e princípios do direito internacional, como soberania, neutralidade, justiça, enfim, e à Academia de Comércio, na qual discute os estudos comerciais na Argentina, assim como reafirma a importância de ações americanas conjuntas para desenvolvimento desses estudos. Destaca-se-nos, na miscelânea de temas, a conferência improvisada, a convite de Eduardo Cotrim, à Sociedade Nacional de Agricultura, sobre a produção agropecuária no Brasil. Sob um olhar comparativo, Suárez percebe a especialização argentina de produção na agricultura e na pecuária, que a torna indubitavelmente superior à brasileira. No entanto, o Brasil é dotado de uma variedade única, tanto além da produção agropecuária, com a economia mineira e as indústrias florestais, como por uma diversidade de gêneros alimentícios devido à extensão territorial e à variedade climática (SUÁREZ, 1918, p. 500-501). Os dois países, coloca o autor, participavam da inserção na economia internacional como países agroexportadores. Isso acarretava, por um lado, a missão moral de sustentarem um mercado europeu, principalmente com a carne bovina, componente essencial de uma base alimentar – diferentemente, por exemplo, do café, produto supérfluo. Aliás, o aumento do consumo de carne – León Suárez (1918, p. 508-509) fala com base em hipótese de um ensaio mencionado apenas por sua grande circulação – diz respeito ao avanço democrático de uma nação, a propiciar alimentação de qualidade a parcela cada vez maior da sociedade. Juntamente a isso, por outro lado, tal inserção gerava uma especialização produtiva que, o autor relembra retomando ideia antiga de “De re rustica” de Columella, deveria trazer alguma variedade para o mercado nacional. Sem desconsiderar, por exemplo, a boa ideia da criação de galináceos nas fazendas para consumo interno, León Suárez passa a tratar da complementação entre as atividades primárias da Argentina e do Brasil. O autor (1918, p. 511-12) defende a cooperação pela diversificação produtiva de ambos: explica, em linhas gerais, que não sendo viável que um país dê conta da produção de todo o seu consumo interno, especialmente no tocante à variedade, não havia motivo para a organização de esforços produtivos sendo que a produção do vizinho já se dedicava à exportação. É o caso do café e do algodão brasileiros na contrapartida da lã e do trigo argentinos.

Detentor de alguma autoridade sobre o assunto, por haver sido diretor administrativo de Dirección General de la Ganadería, Suárez apresenta também nesta conferência a defesa dos rumos da pecuária brasileira, concordando exatamente com os diagnósticos fornecidos no mesmo ano por Manuel Bernárdez. Compartilhava também com Eduardo Cotrim⁶⁸ a opinião defensora da mistura de raças para seleção de características em formação de um gado adaptado às condições de produção nacionais, contrariando o preciosismo embutido na defesa da preservação da pureza europeia que, muitas vezes, se mostrava desvantajosa às condições do ambiente distinto (SUÁREZ, 1918, p. 502-503). À luz de tudo isso, a solidariedade econômica era, em sua opinião, imprescindível, já que a Argentina havia-se há muito adiantado no assunto e desenvolvido misturas lucrativas nas criações do Prata. Conclui esta palestra defendendo a necessidade de trocas de conhecimento e de tecnologia nos campos administrativos e científicos para o desenvolvimento conjunto das atividades econômicas, uma tarefa, em sua opinião, também da diplomacia entre os povos (SUÁREZ, 1918, p. 515). Após as conferências diversas, há uma meia centena de páginas dedicadas aos discursos, às condecorações e às homenagens conferidas em ocasião das visitas aos juristas e à nação argentina como um todo.

O Brasil em seus aspectos estratégicos

Mayor Jorge B. Crespo, em *Geografía Económica del Brasil*, procura estudar aspectos gerais da geografia, da sociedade, das principais atividades econômicas. A obra, publicada pelo Instituto Geográfico Militar da Argentina, em 1919, reúne uma série de dados para descrever o estado atual do país. Com o conjunto de informações, o autor constrói uma narrativa essencialmente expositiva, e fartamente ilustrada com, além das várias tabelas e gráficos de cruzamento de informações, fotos e gravuras dos mais diversos aspectos do Brasil, principalmente da paisagem natural.

O prefácio é de León Suárez, assinado ao 11 de outubro de 1919. Nele, elogia o Major Crespo pelo olhar perspicaz a este vizinho que, em sua opinião, é “el país que [...] más nos interesa conocer a los argentinos” (SUÁREZ in CRESPO, 1919, p. XVI). Procura reforçar a importância das trocas, não só comerciais, mas de ideias, principalmente para as relações com a sociedade brasileira, a qual carrega a seguinte especificidade: “Creo haber comprendido el carácter brasileño y que su filosofía puede

⁶⁸ Eduardo Cotrim era então segundo vice-presidente da Sociedade, encarregado da recepção de León Suárez. Lauro Müller, então presidente, explica o autor, não pudera comparecer.

resumirse así: es un pueblo al que para conquistar su adhesión, se requiere no tan solo habla a sus intereses, sino inspirar sinceridad a sus sentimientos y convicción a sus ideas.” (SUÁREZ in CRESPO, 1919, p. XVI). León Suárez também lembra sua recente passagem pelo Brasil ao ano de 1918, ocasião em que teve a oportunidade de testemunhar o alcance dos estudos de Crespo.

Uma reprodução do quadro “Grito do Ipiranga”, de Pedro Américo, separa o prefácio do primeiro capítulo. A ênfase na abordagem dos aspectos do Brasil pelo Major Crespo recai aos temas caros à perspectiva geográfica e estratégica, especialmente o das comunicações e da integração do território. A obra divide-se em três partes, uma primeira que se detém nos portos do Brasil, uma segunda dedicada às comunicações e ao transporte e uma terceira reservada às indústrias e às finanças do Brasil. Todos estes temas são discutidos a partir da perspectiva do progresso, compondo uma leitura bastante pragmática e avessa a divagações. Sobre o território, o que se observa é o estágio de sua integração pelos transportes e as principais empresas responsáveis pelo serviço; sobre a população, o nível de progresso advindo da intensificação imigratória das últimas décadas; sobre a economia, a administração das finanças e a exploração dos principais produtos agropecuários e minerais. O que o autor repara em todos estes aspectos são as evidências objetivas de progresso (o crescimento, o enriquecimento, enfim, o retorno na prática que a gestão geral dos negócios e as políticas no Brasil obtêm). Além disso, toda a descrição das engrenagens políticas, econômicas, sociais dá-se a partir de suas instituições organizadoras, dos órgãos responsáveis com detalhamento teórico e legislativo do funcionamento, da organização, da classificação de tudo, resultando na impressão mimética de que, como traz o texto de Crespo, o Brasil é um país organizado.

Em uma primeira parte, com as “Condições generales del país”, Crespo apresenta em dois capítulos primeiramente toda a situação geográfica do Brasil, considerando os limites de seu território, o clima, a formação topográfica das costas marítimas, a localização dos portos, as bacias hidrográficas etc.; e, secundamente, as condições gerais da população – em exame dos processos de colonização e imigração – a distribuição de terras e de riquezas, e a economia nacional em geral. O capítulo II desta primeira parte trata da imigração e da colonização e das propriedades da terra. Os fluxos imigratórios são explicados pelas experiências do sudeste e sul do país, sem se considerarem os primeiros séculos da chegada dos europeus. Crespo, além disso, não se detém no elemento nativo e no africano, sugerindo apenas os avanços que a aplicação

das políticas de imigração europeia proporcionaram às atividades econômicas. A abolição da escravidão havia sido, na opinião do autor (1919, p. 38), “uno de los principales factores que facilitó considerablemente el desarrollo económico de las industrias del país”. No entanto, a libertação do negro, por acabar reestruturando o mercado da mão de obra, havia também gerado impactos negativos para a população de imigrantes, ocasionados pela desarticulação entre os estados da federação e o governo federal. As unidades federativas eram autônomas quanto às iniciativas para admissão e locação da força de trabalho, no entanto os problemas diplomáticos relativos à recepção deste imigrante – devidos essencialmente à discrepância entre as promessas propagandísticas dos incentivos e as condições reais do trabalho no Brasil – recaíam sobre o governo federal.

Em condições geográficas gerais, o Brasil é visto como país privilegiado, com grande diversidade de recursos a serem explorados, principalmente no tocante à terra. Só à época do estudo, no entanto, essas potencialidades parecem começar de fato a serem aproveitadas em favor do crescimento econômico do país. O quadro da produção pouco diversificada de produtos agropecuários destinados à exportação deixava o Brasil, explica o autor, à mercê do cenário externo. Na contrapartida, as necessidades geradas pela interrupção do comércio exterior no período da Primeira Guerra despertaram o desenvolvimento produtivo interno do Brasil. O que se via recentemente era o desenvolvimento da indústria – de manganês, de exploração do ouro e de pedras preciosas, de carvão, de tecidos, e a diversificação da economia agropecuária – pela expansão da produção de algodão, arroz, cacau, madeiras, derivados bovinos etc. –, de cujos principais dados e informações se ocupam separadamente os últimos capítulos da obra. Crespo (1919, p. 274) acentua tal crescimento quanto à indústria de frios: praticamente desconhecida quatro anos antes, contava no momento com matadouros e açougues recém instalados no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais.

Demora-se por mais páginas na segunda parte, sobre “comunicaciones y transportes”, divididas em quatro capítulos sobre as comunicações terrestres, fluviais e marítimas e seu desenvolvimento. No entanto, três desses aprofundam a questão do desenvolvimento das comunicações ferroviárias. A importância das comunicações marítimas sustenta-se pelo pressuposto de que o meio geográfico determina em grande parte a evolução dos sistemas de comunicação, sendo o mais desenvolvido no Brasil pela vastidão da costa e pela condição litorânea dos maiores centros populacionais. O

capítulo VI é todo dedicado aos transportes marítimos e fluviais, o transporte até então mais desenvolvido no Brasil “por las condicones de sus fronteras marítimas y vocación hereditaria de la raza de navegantes” (CRESPO, 1919, p. 161). O transporte ferroviário é o mais detalhado na apresentação do autor, que perpassa por várias unidades e grupos de unidades da federação para apresentar o tamanho e a articulação das linhas existentes, as empresas responsáveis por elas e os principais produtos transportados. Detém-se mais tempo onde estão as principais ferrovias, o que chama de o “Grupo Central”, composto pelos estados das atuais regiões Sudeste e Centro-Oeste, e “Grupo Sur”, com estados do Sul. Finalizando o tratamento dos transportes, tece considerações também sobre o sistema de correios e telégrafos. A tanto aqueles quanto a estes dois atribui-se a característica de um surgimento e crescimento relativamente tardios, embora estivessem no atual estágio já bastante avançados, mesmo com as dificuldades de integração inerentes a território tão vasto e tão acidentado.

A terceira parte da obra é sobre “Industria, comércio, finanzas”. Consideram-se nela principais produtos agropecuários do Brasil, bem como a gestão econômica e a regulação estatal do mercado. O último capítulo da obra, também nesta terceira parte, é destinado à abordagem das finanças e das políticas comerciais do Brasil sob uma perspectiva histórica a retomar a situação antes da guerra e seu estado atual, que já novamente esboçava certo crescimento. O Brasil até o início da Primeira Guerra havia, segundo Crespo, alcançado certa prosperidade. No âmbito interno, tal progresso relaciona-se na narrativa às grandes obras portuárias, ferroviárias e de saneamento e modernização das cidades financiadas pelo capital estrangeiro e organizadas por indústrias também estrangeiras. Isso tudo com a ressalva de que o país não conseguia até então gerir o pagamento das dívidas ou das amortizações nem com as rendas do país e nem com o comércio exterior (CRESPO, 1919, p. 331), já que boa parte dos ganhos retornava aos países de origem. A grande dependência da economia internacional, e a interrupção do comércio internacional, de cujas tarifas o Brasil tirava grande parte de sua renda, haviam gerado grande crise econômica que ora se tentava solucionar com empréstimos no exterior (o *funding*) e com a emissão sem lastro de papel moeda (CRESPO, 1919, p. 333).

Conclui seu estudo com o tópico “Intercambio argentino-brasileño”, aparentemente mais a cumprimento de praxe. Este intercâmbio de que fala o autor, percebemos, está no âmbito das trocas comerciais. Há pouco havia começado, mas já encontrava entraves de ambos os lados, assim explicados:

Tanto uno como otro Parlamento, han tomado por práctica introducir en la ley del presupuesto, cláusulas facultativas para la reducción en los gravámenes aduaneros a ciertos pero muy limitado número de productos, obteniendo beneficios tan exigüos que, positivamente, y dado la forma que se realizan, constituyen simplemente reciprocidades que tienen más carácter diplomático que de buena política económica. No parece que resulten provechosas ni suficientes tales actitudes protocolares ni que llenen decididamente las aspiraciones de la industria y del comercio de ambas naciones. (CRESPO, 1919, p. 384).

No entanto, amenizando essa crítica, o autor lembra as fecundas iniciativas da Câmara de Comércio Argentino-brasileira que, nos últimos anos, espontaneamente levava várias personalidades ligadas ao comércio e à indústria à Argentina, na “verdadera política” que havia de produzir os frutos do intercâmbio. Lamenta ainda que a Argentina esboçasse dificuldades em retribuir tais visitas. Como principal objeto de troca, o autor sugere a favorável exportação de gado argentino ao Brasil, cuja economia agropecuária estava ainda se aprimorando, mas que carecia de um melhoramento na seleção e no cruzamento de raças bovinas. Comércio de trigos e farinha; a indústria frutícola; os vinhos, em substituição ao monopólio do mercado português, também contribuiriam com a dinâmica comercial. Crespo não chega a advogar o turismo ou o intercâmbio de ideias, num fluxo maior de informações para educação e crescimento pela cooperação, a qual fica, então, limitada aos aspectos estratégicos.

Obra/ gênero	Autor/ formação e profissão quando compôs a obra	Ano	Cidade	Editora/ Característ icas da editora	Nacionalidade e trajetória profissional do autor	(a) Descrição da edição/ (b) Traduções recebidas/ (c) Reedições	Motivação da obra	Período(s) em que o autor esteve no Brasil
<i>El Brasil intelectual</i>	García Mérou (1862 - 1905)	1900	Buenos Aires	Félix Lajoune	Argentina, diplomata.	Conjunto de estudos.	Pessoal. Estudo bibliográfico sobre a intelectualidade brasileira.	1891-94
<i>El Brasil: su vida, su trabajo, su futuro</i>	Manuel Bernárdez (1867 - 1942)	1908	Buenos Aires	Ortega y Radaelli	Uruguai, jornalista/ diplomata	Coletânea de crônicas e conferências sobre impressões de viagem.	Missão ao jornal <i>El Diario</i> .	1908
<i>Del Brasil, Chile y Paraguay</i>	Jose Ignacio Garmendia (1841-1925)	1915	Buenos Aires	La Facultad	Argentina, diplomata	Impressões de viagens.	Recordos pessoais.	1899
<i>O gigante deitado: Notas e actos de doze anos de vida no Brasil</i>	Manuel Bernárdez (1867 - 1942)	1918	Rio de Janeiro	Leite Ribeiro	Uruguai, jornalista/ diplomata	Coletânea de crônicas e conferências sobre impressões de viagem.	Continuação do projeto de <i>El Brasil</i>	1910-1920
<i>Diplomacia universitaria americana argentina en el Brasil</i>	José León Suárez (1872 - 1927)	1918	Buenos Aires	Imprenta Escoffier, Caracciolo y cía	Argentina, jurista.	Conferências em universidades e institutos	Intercâmbio universitário	Agosto de 1918
<i>Geografía Económica del Brasil</i>	Major Jorge Crespo	1919	Buenos Aires	Instituto Geográfico Militar da Argentina	Argentina, militar, diplomata	Coletânea de informações sobre aspectos gerais do Brasil	Pessoal. Estudo sobre aspectos estratégicos do Brasil	--

Conclusões do capítulo

Analizamos um conjunto de textos distintos em vários níveis. O quadro da página 106 procura evidenciar as diferenças mais imediatas, quanto aos processos de editoração às diferentes propostas de cada autor, no período passado no Brasil. Temos no conjunto apenas uma única obra publicada no Brasil, inclusive reeditada poucos anos depois, enquanto as demais circularam primeiramente pela Argentina. Manuel Bernárdez é o caso único de um intelectual que aqui viveu durante mais de uma década, em diferença das passagens mais breves. Afora o Instituto Militar Geográfico, as edições são todas financiadas particularmente, em um aparente silêncio dos órgãos oficiais para o interesse identificado pelos autores. Essa diversidade quanto à reunião dos produtos dos estudos e relatos também alcança um viés interno aos discursos formulados sobre o Brasil.

É possível notar que os intelectuais não se mencionam. Nenhum projeto apresenta a mesma perspectiva ou disciplina no tratamento do Brasil ou retoma, em continuidade, uma publicação anterior, e não há objetivamente, em verificação por meio das referências e das citações, uma constituição direta de um progresso neste domínio textual, salvo raríssimas menções ou o exemplo da prefaciação de León Suárez ao estudo de Crespo. As aproximações, as repetições, as reformulações discursivas ocorrem, dessa maneira, por fatores que concluímos externos à materialidade textual dos diversos projetos literários de conhecer o Brasil. Não acabou se organizando, por exemplo, um grupo de intelectuais unidos *por* iniciativas afins, mas *para* elas. Assim, propostas de intensificação do fluxo das ideias – os intercâmbios acadêmicos, a produção de estudos, etc. – são constantes, mas mais se mantiveram como horizonte em formulações teóricas que cuidassem de uma constância. Na materialidade do discurso, pouco se tem de continuidade no que se produzia nesse lugar temático específico.

Cada profissão demonstra nos textos também um tipo de relação específica com a sociedade brasileira. As observações partem da elite intelectual e política no Brasil, como aspecto de maior interesse imediato, mas também como lugar primevo de inserção do viajante. Quanto à população em geral, as interações não ocorrem diretamente, e não temos descrições de indivíduos ou de comunidades regionais como objeto de avaliação. A sociedade em geral é, pois, observada ao nível da paisagem, do que se vê, e disso advém a recorrência da categorização, para essa abordagem, nas três raças. As leituras da sociedade partem da observação, no sentido mais imediato da apreensão dos sentidos, da cor da pele e do tratamento que se deu a isso pela escola

cientificista. Assim, contrói-se uma visão das formas de “funcionamento” social de cada um dos três elementos, mas pouco se tem de caracterização do conjunto todo ou de outras categorizações possíveis, como a de profissões – de classes – ou de subculturas.

No tratamento dos três componentes étnicos, a participação social do índio tem lugar apenas através da intelectualidade brasileira. O negro é o mais comentado, coerentemente com a distinção em relação às sociedades hispano-americanas. Pelos vieses históricos e das teorias sociais, pululam em torno das impressões sobre o remanescente negro (figura indesejada após a abolição), por um lado, toda a herança pejorativa atribuída aos traços psicológicos – a languidez, a preguiça – intrínsecos à etnia e, por outro lado, a mancha histórica da exportação forçada da mão de obra africana. O problema advinha assim de um lugar irremediável, qual fosse o caráter próprio do negro (péssimo para a vida civilizada), mas também de um problema gerado pela colonização portuguesa. A solução, no entanto, não partia das responsabilidades – ou dívidas –, para com o negro, adquiridas historicamente. Isso porque há pouca relação entre os três tratamentos distintos destinados à questão racial: a condenação da escravidão; a consideração do negro como elemento formador da nação brasileira; a camada pobre negra da sociedade como parte das péssimas condições higiênicas e sanitárias da virada do século. Esta última acarretava toda a compreensão da permanência do negro pobre na sociedade como, assim como era a escravidão, indicativo de atraso social.

A Lei Áurea, comemorada enquanto abandono a uma instituição obsoleta, fica diretamente relacionada com o processo de modernização interno e a maior participação nos valores continentais. A marginalização do negro desempregado, no entanto, não é discursada como causa direta de uma abolição sem qualquer subsídio para a integração social, ou, que fosse o caso, a emigração. A questão relaciona-se ao puro fato de recordar a instituição obsoleta da escravidão, e não às consequências individuais relacionas às novas condições de vida a que estavam submetidos nas cidades. Pelo contrário: o negro é tratado como sintoma, e não como vítima da enfermidade social. É tratado como coletividade, na contramão do individualismo liberal a que se filiam os autores. Tanto é que as medidas possíveis, tanto pelas medidas programáticas de saneamento urbano – mudança radical a agradar o olhar –, quanto pelo branqueamento da raça defendido pelos teóricos sociais – processo lento, gradual articulada a teorias sociais –, confundem a eliminação da escravidão com a eliminação do negro.

No discurso intelectual, entende-se, a partir do pensamento cientificista brasileiro, a solução da miscigenação rumo ao clareamento. Observamos também um segundo olhar, que trata dos benefícios econômicos que a supressão dos traços da personalidade trouxe. Crespo assinala *en passant* o escravo, selecionando para falar do povo brasileiro os imigrantes, mão de obra que havia possibilitado o recente desenvolvimento do Brasil. Qual seja a perspectiva, os restos da escravidão são vistos como tendentes à desapareição pelo – ou como causador do – da industrialização que o Brasil vinha atravessando.

Tal qual a abolição, a queda da monarquia é associada à quebra de um padrão de sociedade arcaica. No entanto, se há preocupação posterior com as reverberações sócio-urbanas da primeira, as revoltas que explodiram no Brasil e os conflitos entre as classes oligárquicas e industriais pela apropriação dos aparatos institucionais do novo governo não têm nenhum tipo de atenção. A situação interna do Brasil só é percebida como problema secundariamente, pelas críticas e insatisfações da intelectualidade brasileira, ou como união do povo brasileiro quanto aos antigos modelos. As viagens pelo território nacional não encontram as revoltas ou qualquer manifestação da desordem republicana.

Nesse sentido, o reconhecimento dos projetos de modernização que o Rio de Janeiro havia recentemente atravessado é um sucesso da política de construção da imagem de sucesso – calcados na ordem, na higiene –, em que o Brasil se engajara desde o começo do século. O historiador Ilmar Mattos sintetiza as bases da construção dessa impressão pelo governo nacional, no contexto externo como a “conciliação dos partidos imperiais, extinção do tráfico negreiro, intervenções na América platina” e, no âmbito interno, pela “implantação de comunicações regulares a vapor com Europa, construção de ferroviárias e melhoramentos urbanos exemplificados na atuação de Mauá” (MATTOS, p. 68-69). São todos os fatos e as mudanças observados pelos intelectuais argentinos, em uma conformidade de projeto e resultado das impressões sobre o Brasil.

Ainda quanto o tipo da relação estabelecida com o Brasil, notamos, no nosso acervo, que os dois diplomatas militares de carreira são os menos interessados na produção de impressões sobre o Brasil. Crespo procura uma caracterização do Brasil pela interpretação e pelo cruzamento objetivo de dados sobre a sociedade em formulações didáticas e pouco valorativas. Garmendia, aparentemente mais em uma publicação que afirme o *habitus* do diplomata/militar intelectual, publicou uma compilação com textos acerca de sua experiência enquanto representante argentino. O

Brasil calha de ser tema pela sua viagem na ocasião da visita de Julio Roca ao Rio de Janeiro e pelo seu interesse em aspectos militares da Guerra do Paraguai. Assim, isenta-se o autor de impressões diretas que demonstrem algum interesse particular no país em geral e utiliza-o como palco de impressões de mais imediatos interesses seus, como a mulher carioca ou a atuação da liderança do exército aliado por Duque de Caxias. Esta observação especificamente nos parece de suma importância, pelo fato de a despreensão com a amizade para dar lugar a uma precisão histórica apresentar-nos uma gênese alternativa às hostilidades nos anos consecutivos à guerra. Estas rivalidades, justificadas usualmente pela diplomacia esquiva do Brasil em cumprir com o Tratado da Tríplice quando findada a guerra, originam-se anteriormente pelo julgamento pessoal de Caxias no decorrer das campanhas no Paraguai. Fomentado por uma personalidade vulgar, o chefe brasileiro conduziu debilmente o exército aliado a mais um ano de guerra e de perdas desnecessárias, antecipando a hostilidade mútua que se intensificaria nos anos posteriores.

Fornecidas por outras visões mais interessadas nas amizades mais comuns ao discurso jornalístico e diplomático, mesmo tendo sido causa de grande atenção, atribui-se menor culpa aos agentes individuais em questionamento do que em geral seria necessário para a manutenção das boas amizades, como um fluxo natural das relações. Sob os mais diversos interesses em torno de diminuir a distância entre as nações, adotam costumeiramente uma perspectiva de olhar otimista ou de críticas ponderadas. Nesse sentido, as releituras do arquivo de Mitre por León Suárez, ou as lembranças a Sarmiento por García Mérou focam as relações de amizade passíveis de se estabelecer pela leitura dos documentos à luz do presente. Acabam por isentar a política imperial dos conflitos e a desviar a culpa para o lugar do indivíduo, pelas atitudes obscuras, por exemplo, da política de Cotegipe ou de Duque de Caxias. Aliás, o olhar cordial resvala às antigas instituições como um todo: Mérou e León Suárez colocam as impressões pessoais sobre D. Pedro II, as adquiridas por Mitre e Sarmiento, no lugar de um parecer favorável sobre sua pessoa. Os aspectos negativos da monarquia e da escravidão, segundo essa perspectiva avante, parecem superados por um porvir eivado de boas vontades.

Em termos de comparação técnicas, a Argentina já possuía o desenvolvimento e a educação de que o Brasil ainda não dispunha. Os traços estilísticos das crônicas do descobrimento, usados frequentemente no nosso corpus para descrição paisagística, fazem parte de um conjunto de olhares coerentes com os aspectos geográficos do Brasil,

a que os visitantes também recorrem. Trata-se de um olhar duplo: por um lado, temos a vastidão territorial, a diversidade natural, enfim, um conjunto de potencialidades que ensejam um sem número de profecias sobre a predestinação à grandeza; ao mesmo tempo, percebe-se a autonomia da natureza em relação a um povo que ainda não conseguiu domá-la em benefício próprio devido às adversidades herdadas do processo colonizatório atípico de Portugal em relação às demais colônias ibéricas. Ambas as perspectivas para a natureza compõem um Brasil técnica e industrialmente pouco desenvolvido, mas em caminho rápido rumo ao progresso. As potencialidades naturais tardam em um manejo humano disperso ou relativamente despreparado, à luz da comparação com as demais nações do Prata. Isso implica em alguns fatores de atraso que os visitantes notam e para os quais ou identificam soluções implantadas pelas políticas públicas do Brasil ou levantam sugestões de práticas já desenvolvidas pelos conterrâneos. Assim, mantendo-se a comparação, o que é visto como mais avançado no Brasil do que na Argentina são frutos de um mero acaso: as riquezas naturais, a intelectualidade – possibilitada pela paz durante o Império – ou, quando muito, aspectos do processo histórico distinto, como o caso da paz interna promovida pelo Império, que, no entanto, não deixa de ser uma instituição retrógrada.

Na economia agropecuária isso é mais evidente, já que não parece difícil de enxergar o consenso de que os países à esquerda do Prata encontram-se mais avançados tanto no cruzamento das raças quanto na organização da indústria de carnes e derivados bovinos. É neste aspecto que se encontram os maiores incentivos de intercâmbio, tanto comercial de exportação de touros alfas para incremento das raças brasileiras, quanto de ideias para o fortalecimento das raças já existentes no Brasil, pelas vacinas ou por um *upgrade* logístico da produção, por exemplo. O incentivo material emerge com maior ênfase na obra do General Crespo dedicado ao público leitor argentino, enquanto o intercâmbio de ideias advém dos discursos de Manuel Bernárdez e de León Suárez, em palestras e conferências voltadas a ambas as sociedades, mas com um público primeiro do Brasil. Aliás, a Sociedade Agrícola Nacional parece nesse contexto como o órgão mais interessado, participando e recebendo os dois únicos projetos identificados de viajantes e intelectuais dispostos a fomentar o intercâmbio Brasil-Argentina.

O despreparo que o Brasil parece superar aos poucos concerne em parte aos aspectos técnicos, mas tem raízes no sistema de governo e no desenvolvimento de uma nação de fato brasileira, o que coloca a Argentina, face a isso, como uma espécie de farol de um processo histórico a que o Brasil deveria seguir, e o qual a troca de

informações poderia acelerar. Em todo nosso acervo, necessariamente, a proximidade é colocada como mais como vantajosa do que desvantajosa, embora o que seja evidente seja a distância. Para isso contribuiria o intercâmbio tanto material quanto imaterial, dos quais os autores se alegam paladinos.

CAPÍTULO 2

Procuramos, neste capítulo, abarcar um rol de produções que tiveram o Brasil como temática, mas que se distinguem da produção pelos viajantes. Trata-se na verdade das publicações que partem mais diretamente de um conhecimento ou de impressões apriorísticas, a que os autores se agarram sem a comprovação pela experiência imediata da presença, e por isso fazem uso de uma série de recursos e impressões prévias que o discurso dos viajantes, embora obviamente influenciados por um conjunto de pressupostos, procura colocar de lado. Interessam-nos por evidenciarem o que de substrato de impressões existia já na Argentina sem o alego da necessidade da observação pela presença.

Isso acarreta uma série de distinções em relação à produção dos viajantes. Uma delas é a diferença no tempo de produção e publicação. Neste segundo capítulo, temos uma série de homenagens que respondem a um momento específico, em ocasião de datas comemorativas, como a Proclamação da República e o Centenário da Independência, ou para assinalar eventos especiais como a troca de visitas presidenciais entre Júlio Roca e Campos Sales ou como o ingresso de Ayarragaray como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1914, com a publicação do discurso proferido na ocasião. Essas homenagens são produzidas posteriormente a eventos importantes, e publicadas no mesmo ano (ou com a diferença anual concentrada em meses), mostrando mais urgência na marcação histórica a que elas se prestam do que uma atenção minuciosa ao tema a ser desenvolvido. Ou seja, elas, por não se submeterem diretamente a uma idiosincrasia produtiva do viajante, mas a uma exigência externa, uma espécie de encomenda, acompanham mais brevemente os fatos sociais marcantes das relações bilaterais. As publicações das homenagens, por exemplo, relatam uma presença nas ruas de contingentes populacionais a experienciarem o objeto das descrições, as visitas presidenciais – obviamente de incontáveis maneiras e perspectivas, absorvendo impressões no limite da individualidade –, de modo a comportarem as ideias compartilhadas e celebradas pela sociedade. São obras também que, por seu objetivo, comportam a particularidade do interesse no elogio que a cordialidade da situação impõe em detrimento de uma análise crítica. Por isso procuramos organizá-las em um subconjunto para apontar com mais precisão suas particularidades, a indicarem diretamente as estratégias para consolidação da amizade na prática, na organização dos eventos que os textos procuram rememorar.

Uma outra distinção destas obras em relação às do primeiro capítulo consiste no fato de que a produção na Argentina, sem a necessidade de visitas exploratórias e comprobatórias de saberes e impressões sobre o Brasil, nos põe à luz aspectos já cimentados no imaginário nacional em relação à visão do outro. Assim, podemos notar que lugares de emergência produziram discursos sobre áreas de interesse do vizinho e como esses discursos eram comprovados e colocados a partir de um conhecimento não empírico, com recorrência a fontes ou impressões já existentes. Um suporte para a precisão desse conhecimento que se tenta formar é a legitimidade do tratamento das fontes documentais. Há, dessa forma, na análise histórica tradicional, a comportar os grandes eventos, como as guerras, um espaço particularmente fecundo para a produção argentina posterior a incluir o Brasil.

Como aliado ou como opositor em conflitos no século XIX, o Brasil participada das produções historiográficas, por exemplo, de Alberto Palomeque (1828), Amadeo Baldrich (1904) e Ignacio Garmendia (1890). Ainda embebidas do espírito tradicional cientificista, tais obras apenas encontram no percurso de sanarem seus objetivos de tratamento sobre determinado algumas considerações sobre o Brasil, tornando-se possível fonte de impressões posteriores. As impressões de Juan Alberdi, por exemplo, principal crítico do império brasileiro, formam-se a partir do arcabouço histórico das ações do Brasil no Prata, intensificadas pela política voltado ao Paraguai, que o autor acompanhou.

Temos ainda neste capítulo alguns estudos particulares, como o estudo econômico do americano Paul Wileman (1896) ou a compilação de dados de Eugenio Ramirez (1917). Neste capítulo, descrevemos também a participação argentina no projeto brasileiro da Revista Americana, entre os anos de 1909 a 1919. A participação na Revista Americana inclui intelectuais que desdobraram projetos para o Brasil, como o caso de León Suárez, e mostram também que tipo de inserção buscava a Argentina entre o círculo intelectual que a diplomacia do Brasil buscava pensar e configurar para o continente.

A pesar da multiplicidade de gêneros, há ainda déficits consideráveis no conjunto das publicações. Não há também, afora em Ramirez, e a produção brasileira na homenagem de 1922, estudos sobre o Brasil ou obras que versem diretamente sobre aspectos seus considerados de interesse. Ainda no período, não identificamos, por exemplo, nenhuma tradução ao espanhol de obras brasileiras sobre o Brasil afora o grande projeto de *Homenaje de La Nación al Brasil*, à ocasião da comemoração do

Centenário da Independência. As traduções ficaram limitadas à literatura brasileira, ao que parecia ser mais essencial para se conhecer as letras no Brasil⁶⁹. Nessa homenagem, temos a especificidade de um conjunto de traduções de autores brasileiros direcionados ao público argentino, ainda à época de um grande evento em que o Brasil se coloca como vitrine de um modelo político-social liberal, rumo ao progresso. Com ela, finalizamos a análise das obras reunidas.

1. As viagens oficiais

Proclamação da República e Tratado de Missões

A Proclamação da República foi duplamente comemorada pela Argentina. Além do acontecimento simbólico, que significava o fim dos receios quanto às inclinações imperialistas do regime monárquico, percebiam-se já, na prática, os novos rumos da política externa brasileira a priorizarem as relações continentais, sob o lema republicano “Somos da América e queremos ser americanos”. Pouco antes do novembro de 1889, o Império havia decidido pela condução à arbitragem internacional do litígio referente ao território de Missões. Na ausência de um consenso entre as partes e devido à resistência do Brasil à última proposta do Tratado de 1885, segundo o qual se dividiria igualmente o território, a decisão seria submetida ao parecer dos Estados Unidos. Corrigindo esta decisão do Império, o novo governo republicano propôs de imediato uma resolução pacífica, resgatando o texto quatro anos antes rechaçado. O gabinete de Quintino Bocaiúva assinou-o o Tratado no começo do ano seguinte ao da Proclamação⁷⁰.

⁶⁹ No campo estritamente literário, entre 1902 e 1912, a Biblioteca de La Nación havia publicado cinco traduções literárias, ficando em termos de traduções ao exterior de obras brasileiras, atrás somente da França (SORÁ, 2003, p. 22). Juntamente com os clássicos de Cervantes, Victor Hugo, Alexandre Dumas, Charles Dickens, são publicados Inocência, de Taunay – o autor de A retirada de Laguna –, em 1902, Esaú e Jacó, de Machado de Assis, em 1905, e Canaã, de Graça Aranha. Juntamente com Inocência, Gustavo Sorá (ibidem, p. 73) acrescenta Memórias póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis, ao ano de 1902, traduzido por Arturo Costa Alvarez; El Mutalo, de Aluísio Azevedo, em 1904, também traduzido por Costa Alvarez, La esfinge, de Afrânio Peixoto, em 1912. Além disso, Gustavo Sorá (ibidem, p. 78) aponta também algumas traduções surgidas no editorial da Nueva Revista de Buenos Aires, “La literatura brasileira - Escritores del norte del Brasil”, de Franklin Távora, de “Ceos e terras do Brasil” e “Quadros da Natureza Brasileira”, de Taunay, e da obra “Democracia representativa. Del voto y del modo de votar”, de Assis Brasil.

⁷⁰ Enquanto o Tratado talvez tenha sido motivo tão grande de comemoração para a Argentina quanto a própria Proclamação da República, enquanto resultado objetivo da recente mudança de regime, a opinião pública e o Congresso Nacional no Brasil manifestaram-se ativamente contra o acordo, em consenso de que era aquela uma divisão extremamente prejudicial aos interesses do Brasil, a deixar uma lacuna a ameaçar a integração territorial nacional. Considerava-se, inclusive, que, em último caso, melhor teria sido de fato relegar a questão à arbitragem internacional (BUENO, 2000, p. 247). Foi o que acabou ocorrendo: o litígio não foi solucionado, pois o Congresso brasileiro não confirmou o texto do Tratado. Futuramente, nas mãos do Barão de Rio Branco, o litígio seria a sua primeira atuação vitoriosa, pelo princípio jurídico do *uti possidetis*, em favor do território nacional do Brasil e em favor do que seria a

A obra *Tratado de Misiones 1889-90* é uma publicação da editora A. Sommaruga y Cia Editores⁷¹ em comemoração à, então, recente proclamação da República no Brasil e juntamente à assinatura do Tratado de Missões, acordo que, à época, parecia definitivo, especialmente com as viagens de Bocaiúva a várias cidades argentinas, em visitas oficiais de celebração ao novo regime e à nova diplomacia. Ao apresentar o objetivo da obra, os editores – a autoria da obra não está identificada na edição – esclarecem que, além de uma comemoração ao contexto de um Brasil que se inaugura, trata-se também de um tributo à pessoa de Bocaiúva. A obra inicia-se, pois, com uma direta homenagem ao então ministro – considerado o patrono da nova República e, ainda, o responsável pela resolução pacífica de uma controvérsia que se arrastava há séculos e que se mantinha como símbolo do antigo conflito colonial ibérico. Não se deixa de salientar que se trata de uma resolução bastante favorável à Argentina, praticamente uma concessão. Bocaiúva é apresentado, segundo a homenagem, como uma das mais altas pessoas que “han condensado sus simpatías por el hecho grandioso que borra del suelo americano la última huella de los tiranos y rompe el último eslabón de la cadena de los reyes” (s/a, 1890, p. 1). Comparado a Garibaldi, a Cavour, a Hugo, a homenagem coloca que o ministro “ha vivido por una idea, consagrándole toda su existencia” (s/a, 1890, p. 2).

Não há uma introdução ou conclusão apresentando os autores ou as editoras responsáveis pelo texto, então o leitor tem apenas uma voz a apresentar, descrever e organizar de forma pretensamente neutra uma série de documentos que envolvem tratados e telegramas; discursos dos atores políticos envolvidos nas homenagens, como Bocaiúva, Manuel Gorostiaga, Araújo Silva, José Ignacio Garmendia, Estanislao Zeballos; textos de jornais com descrições das comemorações e homenagens pelo novo regime, e resenhas e opiniões sobre o curso da assinatura do Tratado. Embora não se observe tal recorrência entre os textos de jornais e os discursos transcritos na obra, os editores expressam-se utilizando com frequência as frases “las dos repúblicas” e “las Repúblicas Brasileira y Argentina”, dando ênfase à nova configuração política na América do Sul. Os assuntos apresentados em capítulos já aparecem listados na

construção da imagem da diplomacia brasileira. Clodoaldo Bueno atribui o erro da negociação de Bocaiúva à “falta de *savoir faire* do ministro, no romantismo que se traduzia na ânsia de ‘republicanizar’ e ‘americanizar’ as relações internacionais do Brasil, no desejo de ser agradável aos argentinos e na falta de suficiente conhecimento da questão” (idem, *ibidem*, p. 247).

⁷¹ A obra encontra-se também digitalizada tanto no projeto Archive (disponível em: <<https://archive.org/stream/tratadodemision00brazgoog#page/n7/mode/2up>>) quanto no Forgotten Books (disponível em: <http://www.forgottenbooks.org/books/Tratado_de_Misiones_1400010718>). Em ambos não há a homenagem a Quintino Bocaiúva; iniciam-se já com os textos do Tratado de 1885.

contracapa indiscriminadamente, como se fossem todos títulos, e/ ou eventos igualmente relevantes, na seguinte ordem: “Tratado de Misiones – Litigio Solucionado”, “Las Repúblicas Brasileira y Argentina”, “Homenajes”, “El Ministro brasileiro Bocayuva en la Plata”, “Firma del Tratado en Montevideo”, “Resumen General de las Fiestas (1889-90)”.

Após a homenagem a Bocaiúva, o primeiro documento apresentado é o texto do Tratado de Missões de 1885, celebrado por Francisco J. Ortiz e Leonel M. de Alencar aos 25 de setembro desse ano, pondo um fim ao litígio e então dissolvendo a comissão mista reunida para tal. O título completo do tratado é “Tratado para el Reconocimiento de los ríos Pepirí-Guazú y San Antonio, Chapecó ó Pequirí-Guazú y Chopin ó San Antonio Guazú, del territorio que lo separa y que está en litigio entre la República Argentina y el Brasil”⁷² (s/a, 1890, p. 4). Nos jornais argentinos, a contenda é nitidamente analisada por dois vieses, um histórico, aproveitando-se largamente da recente troca de regimes para denunciar a morosidade e as hostilidades impressas ao tratamento da questão como elementos advindos da política imperial. A principal causa dos desacertos históricos era fruto, segundo estes jornais, das disputas coloniais transplantadas ao território americano, mas que quedavam perpetuadas após as independências devido à manutenção do regime e da diplomacia imperial, “astuta y maliciosa”⁷³. O jornal *La Prensa* acrescenta em fundamento aos obstáculos desarrazoados da “pirraça” imperial, que o acordo que se assinava naquele momento era o mesmo, e mantinha sua base em um reconhecimento a que, em aparente contradição, negara-se veementemente o Brasil dez anos antes (s/a, 1890, p. 10).

“El Asunto de Misiones”, de *El Diario* (s/a, 1890, p. 16), é um texto em que também se critica a morosidade do governo anterior. Trata-se de um texto pouco cordial, sendo um dos poucos que se dedica a acusações e depreciações diretas à figura pessoal de D. Pedro II, algumas das quais transcritas na sequência, à guisa de exemplo:

⁷² O texto completo do Tratado pode ser encontrado no site do Ministério das Relações Exteriores: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1885/b_104/>. Acesso em: 10.2012.

⁷³ Diz o jornal *La Prensa*: “La cuestion Misiones no era, pues, simplemente, la disputa de una fracción de territorio: era una herencia histórica y abrumadora, de antiguas discordias, de luchas y de odios seculares.” (s/a, 1890, p. 9). Os editores resgatam também as palavras do Barão de Cotegipe – já conhecido empecilho para as relações férteis, lembrada a indisposição gerada ao fim da Guerra do Paraguai –, em discurso que deixa clara a indisposição brasileira a uma cessão amistosa de território em favor de relações cordiais: Assim explicam: “no puede permitirse, decía el Baron de Cotegipe en 1875, no puede permitirse que el territorio argentino avance hacia el centro de tres provincias brasileiras, comprometiendo para siempre nuestra seguridad nacional.” (idem, ibidem, p. 9).

La cuestión hace mucho que se hubiera resuelto pacífica y honrosamente para ambas naciones, si el ex-emperador del Brasil no hubiera insistido en repetir los estudios realizados y que daban razón á nuestras justas exigencias.[...]

Esta exigencia del viejo monarca que por repetidas veces puso en peligro la paz de esta parte del continente, caerá sin duda ante la justicia con que el actual gobierno del Brasil procede en todos los actos en que interviene. [...]

El soberano caído empleó todos los medios para posesionarse de nuestra frontera, y aun hoy campea en los valles de Misiones, en los terrenos últimamente explorados, el pabellón brasileiro, contrariando pactos solemnes celebrados con nosotros y revestidos de la más sincera lealtad. (s/a 1890, p. 17)

Finaliza o artigo assumindo a esperança de que o novo governo não incorra nos mesmos problemas do anterior, frisando – acertadamente – que a questão não era tão definitiva quanto parecia, já que o governo brasileiro teria ainda o prazo de 90 dias para estudar os limites.

Já um segundo olhar diz respeito à inauguração do novo momento das relações bilaterais. Sobre a evolução da contenda até o momento atual, os jornais *Sud-América* e *La Nación* têm os textos mais cordiais, com foco nas atuais celebrações. Os dois jornais (s/a, 1890, p. 11, 14) enfatizam que a questão poderia ser levada à arbitragem internacional, mas que o Brasil havia cordialmente proposto uma resolução pacífica, embebido da melhor das intenções. Lembram também das lideranças que os dois mantinham no equilíbrio do concerto sul-americano e que, por isso, um conflito entre ambos significaria um conflito entre todas as nações na América do Sul (s/a, 1890, p. 11, 15). A riqueza do Brasil e a expansão econômica que então atravessava, também são associadas ao novo regime pelo *Sud-América*. A república não era de interesse apenas externo, os vizinhos mostravam-se atentos à prosperidade que já se vislumbraava internamente:

La benéfica influencia de la política del actual Gobierno, no solo se hace sentir en toda la extensión del país, que ve aumentada la fortuna pública y privada, multiplicadas las industrias y los ferrocarriles, poblados los desiertos en paz y armonía á las Provincias con el Gobierno general de la Nación, sinó que repercute victoriosamente en el exterior y ayuda á solucionar con éxito cuestiones y rencillas internacionales que se habían hecho seculares. (s/a, 1890, p. 10)

No Brasil, os jornais já colocavam no horizonte as desvantagens da assinatura do acordo. “La cuestion Misiones” é a transcrição em espanhol de trechos de editorial do *Jornal do Comércio* (s/a, 1890, p. 16), discurso que não detém uma postura

comemorativa quanto ao acordo, a prenunciar o que seria a contrariedade pública que ele acabou gerando no Brasil. Expõe a demarcação, descrevendo-a, como a confirmação do antigo tratado de 1857⁷⁴, em tom de crítica.

Apenas se sabe, vagamente que el territorio en litigio será repartido entre las dos naciones que pretendían tener derecho exclusivo, cediendo el Brasil la parte que sustentaba ser propiedad nacional y limitando la República Argentina sus antiquísimas pretensiones. (s/a, 1890, p. 16)

Os capítulos seguintes cuidam da comemoração pelo novo regime. “Homenage á la República de los Estados Unidos del Brasil” traz ao leitor o texto do decreto de 3 de dezembro de 1889 com as diretrizes da homenagem argentina à recente Proclamação da República, a qual respondeu prontamente o Brasil com semelhante homenagem, autorizada pelo Congresso brasileiro, ambos transcritos integralmente nesta edição (s/a, 1890, p. 19-20; 32-33). Em “Las fiestas en honor del Brasil – Manifestación del pueblo argentino al Ministro Alencar – Los discursos – Retreta militar – Descripción hecha por el diario ‘La Nación’, em 8 de dezembro de 1889”, o jornal *La Nación* descreve as comemorações do feriado do dia 8 de dezembro. Apresenta o motivo das festas, trazendo ao motivo da comemoração também a recente assinatura da Lei Áurea:

Así han repercutido en el seno de esta sociedad en los últimos tempos los dos grandes acontecimientos que han cambiado profundamente el carácter del país brasileiro.

Fué primero la abolición de la esclavatura, celebrada en la capital argentina con el alborozo que provocaba la desaparición del esclavo en América, y es en el momento presente el advenimiento de la república, que da en tierra con el único trono americano, sellando tan grave trastorno político con la actitud grandiosa de un Pueblo que solo esgrime la idea como ariete y con ella triunfa. (s/a, 1890, p. 21)

Após isso, inicia a descrição dos eventos. As comemorações se deram, segundo o relato dos jornais, em passeata que saiu da Calle Victoria em direção ao Centro Republicano Brasileiro. Reuniram-se nas ruas várias pessoas e vários clubes e instituições com suas bandeiras e representantes; acompanharam várias bandas militares. Todo o percurso, descreve o jornal, era interrompido por discursos dos representantes e homens de destaque de governo e instituições, argentinos e brasileiros. Por ocasião, o Centro Republicano Brasileiro entregou aos delegados da província e aos presidentes de associações presentes na manifestação, além de um diploma impresso em

⁷⁴ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1857/b_54/>. Acesso em: nov. 2013.

pergaminho (agradecimento assinado por Idelfonso Burcello, Cipriano de la Peña, Alfonso Roche, Alberto Manotti, Eduardo Monteiro da Silva, Antonio C. de la Pereira, Joaquin Pedro da Rocha, Manuel da Costa Amaro, Luiz Rheingantz), uma medalha com os escritos na frente “Lembrança do dia 15 de Novembro de 1889” e no verso “Os republicanos brasileiros em Buenos Aires ao povo argentino”. (s/a, 1890, p. 23). Sobre o clima geral do evento, *La Nación* publicou o seguinte:

La calidad misma de los ciudadanos, nacionales y extranjeros, que se adhirieron al acto, y su posición en la sociedad, imprimían á aquel un carácter bien significativo, puesto que aparecía rodeado de todas las voluntades y de todos los concursos, demostrándose así, al par que se celebraba la fiesta de la república, como concepto, las simpatías con que este pueblo acompaña a quienes fueron sus amigos en días de prueba, lo son hoy en las horas apacibles y lo serán en adelante aún más, vinculados como están por demostraciones de amistad recíproca. (s/a, 1890, p. 21)

O jornal também divulgou integralmente os discursos à ocasião de Gorostiaga, de Cipriano de la Peña, vice-presidente do Centro Republicano Brasileiro na Argentina, em agradecimento, em nome dos brasileiros; do Ministro Coronel Garmendía, em nome do exército argentino e em elogio ao exército brasileiro; e do diplomata brasileiro Araújo Silva. Nesses discursos, surgem alguns termos e conceitos que não se repetirão na obra ou nos escritos dos jornais, como o de “concerto americano”, em Gorostiaga⁷⁵; ou o de “hermanos”, em Cipriano de La Peña⁷⁶, em Garmendía⁷⁷ em Araújo Silva⁷⁸, este em agradecimento pela hospitalidade e homenagens argentinas. “Hermanos” encontra outras cinco ocorrências, uma em jornal (s/a, 1890, p. 44), uma em discurso de Bocaiúva (s/a, 1890, p. 103); e as outras em discursos dos argentinos Valdéz (s/a, 1890,

⁷⁵ “La república tardaba ya en concurrir á la cita dada por el concierto americano. Las simpatías del pueblo argentino la seguían con avidez en su esfuerzo silencioso de organización, la han visto tangir y asistir á las primeras manifestaciones de su existencia visible, con tanto interés como si su suerte comprometiera la suerte nacional, porque la causa de la república es causa común” (s/a, 1890, p. 24).

⁷⁶ Introduza a citação: “Ciudadanos: ahora más que nunca somos hermanos – republicanos y americanos – y podemos enarbolar una misma bandera en la que inscribamos estas gloriosas palabras, que resumen nuestras comunes aspiraciones” (idem, ibidem, p. 27).

⁷⁷ Introduza a citação: “Los vínculos de las glorias que ligan á nuestras dos naciones, serán imperecederos; porque estos han sido escritos con la sangre de sus nobles hijos en la epopeya más magna de Sud América; y ese pacto solemne de los campos de batalla donde gallardamente combatieron brasileiros y argentinos por la libertad y la civilización de pueblos Hermanos, será una valla que se oponga violenta al impulso de las pasiones del momento, si en mala hora enarbolasen insensatas el pendón de la discordia, oyéndose entonces, á no dudarlo, la voz íntima del patriotismo que clamaría contra ese error inexplicable” (idem, ibidem, p. 27).

⁷⁸ Introduza a citação: “Pueblos tantas veces hermanos no pueden sentir diversamente; y esta es la razón porque no permaneceremos jamás indiferentes el uno al otro en los acontecimientos de nuestra vida nacional, y porque el suelo argentino y el suelo brasileiro son y serán recíprocamente como una prolongación de la patria de dos naciones tan fraternalmente unidas” (idem, ibidem, p. 30-31).

p. 97), Dentone (s/a, 1890, p. 108) e Paul Angulo (s/a, 1890, p. 108). “Cooperação”, “solidariedade”, “integração”, conceitos futuramente presentes no repertório das relações bilaterais, ainda não aparecem nos discursos e nos textos da obra, sendo “amistad” o termo de maior recorrência para se referir à relação entre Brasil e Argentina.

Depois da exposição das comemorações, a questão de Missões volta a ser apresentada pela obra, a partir das notícias do andamento das combinações, ainda sem aparentes conflitos, caminhando para um acerto peremptório. Ao dia 8 de janeiro, já parece definitiva a resolução, pelos encontros entre Quintino Bocaiúva e Enrique Moreno, representante argentino no Rio de Janeiro, e entre Estanislao Zeballos, Barão de Alencar e José Garmendia, em Buenos Aires. Os dois encontros confirmaram os tratados. Bocaiúva, nos dias seguintes, foi recebido na Argentina pelas cidades de Rosário e Córdoba, depois de breve estadia na capital. Em ocasião de sua chegada a Buenos Aires, aos 29 de janeiro, houve novo decreto de feriado nacional para a recepção. Na obra, como conclusão, a questão de Missões era vista como de fato resolvida e, assim, frisava-se o novo clima de paz que finalmente se consolidava na América do Sul. Os editores (1890, p. 109), inclusive, prometiam uma segunda publicação com a finalização do acordo.

As visitas presidenciais

El Brasil y la Argentina: Confraternidad Sud-Americana (Homenaje al Presidente Dr. Campos Salles) é uma publicação em homenagem à amizade entre as nações na ocasião da primeira troca de visitas presidenciais da história. O texto é datado do primeiro dia de 1901, representado a entrada em um novo momento das relações bilaterais à virada do século. Trata-se do relato mais representativo – vários relatos, discursos completos transcritos, farta ilustração – que encontramos sobre as duas visitas presidenciais ao final da década, a de Julio Roca ao Rio de Janeiro em 1899 e a de Campos Sales a Buenos Aires em outubro de 1900, escrito pelos autores Luis V. Varela e Barnabé Lainez e de editoração financiada pela Intendência Municipal de Buenos Aires.

A costumeira relação entre a abolição e o advento da República, estabelecida pelos autores como causal⁷⁹, inauguram nos textos a proximidade entre as duas nações e

⁷⁹ “Pero, sólo también para el Brasil la hora suprema en que las naciones alcanzan su completa redención. Tras de la abolición absoluta de la esclavatura, una revolución sin sangre, fruto maduro del

uma disposição à paz percebida também por parte do Brasil, em conformidade com as transições históricas por que o país havia passado⁸⁰. “Los súbditos, convertidos en ciudadanos, y los esclavos reconocidos como hombres, encontraron en cada argentino un hermano” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. IX-X), afirmam, e completam que, a partir da convergência social pela resolução interna do problema da escravidão e da monarquia, poder-se-ia pensar em uma “política eminentemente continental” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. VI). A “solidaridad común internacional”, segundo os autores (1901, p. VI), não poderia ser sustentada somente pela diplomacia, mas deveria contar com o encontro das sociedades, dos povos, pela via da confraternidade. A pessoalidade das visitas às nações amigas seria, por isso, essencial à constituição dos vínculos de amizade. À conclusão da obra, retomando tal pressuposto, os autores relembram que as diplomacias de cada um dos países já sabia da importância do vizinho para manter o equilíbrio sul-americano (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 442), ou seja, já se reconheciam como parceiros estratégicos: o que faltava, e havia sido cumprido pelos recentes eventos, era a confirmação pelo povo do que os governos já vinham construindo no caminho da solidariedade.

Além disso, a visita do presidente Roca também cumpria outra necessidade que o governo argentino parecia já ter identificado. Sem mencionar diretamente as contendas fronteiriças entre Chile e Argentina e a ampliação das frotas navais nacionais que geraram desconfianças a alcançarem a opinião pública no Brasil, os autores na introdução sugerem um estado de rivalidade passível de amortecimento por meio da supressão de uma possível imagem negativa que um presidente militar sugeria às impressões do outro. Os autores dessa forma justificam a impressão pessoal que o general Roca poderia ter despertado:

El mismo carácter militar del General Roca; el éxito de sus campañas anteriores en las guerras civiles; su competencia táctica y científica reconocidas, unido todo esto á la aglomeración de inmensos y poderosos elementos bélicos, amontonados en la tierra y en el mar, hacían temer que, la nueva Presidencia Argentinale, se inaugurase rompiendo el prolongado statu quo, y buscando, en las contingencias de la guerra, la solución de todos los

convencimiento nacional, produjo el cambio radical en la forma del gobierno brasileño. El Imperio constitucional hereditario, fué reemplazado por la República Federativa.” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. IX-X).

⁸⁰ “Sin sangre, proclamó el Brasil su independencia del Portugal: sin sangre abdicó Pedro I su corona imperial, colocándola sobre la cabeza de su hijo adolescente; sin sangre, pues, debía también Pedro II entregar su cetro de emperador, á los que acababan de levantar, como emblema de las futuras instituciones, el glorioso forro frigio de la antigua Grecia”. (LAINEZ; VARELA, 1901 p. 9.).

problemas pendientes hasta entonces del debate de las cancillerías. (LAINEZ; VARELA, 1901, p. VI)

A necessidade e a disposição da Argentina em pegar armas para resolver problemas continentais, havia, no entanto, insistem os autores, definitivamente findado com o tratado territorial de 1881 assinado com o Chile. A resolução havia-se acordado pacificamente entre os presidentes a bordo do O'Higgins simbolicamente em um dos focos de conflito, o Estreito de Magalhães. A política externa argentina já dava então indícios da política externa cordial⁸¹, da qual a aceitação do laudo extremamente desfavorável da arbitragem dos Estados Unidos na contenda de Missões também era amostra (LAINEZ; VARELA, 1901, p. XII). Dada a pouca publicidade do episódio de 1881, e por isso o fato de a assinatura do tratado não ter alcançado a devida repercussão entre as sociedades envolvidas, e ainda os novos rumos diplomáticos que o Brasil esboçava em acordo com a política de paz do continente, os autores quiseram aproveitar os encontros presidenciais para publicizar a amizade sul-americana e, assim, transferi-la também ao campo social. Por esse motivo o título escolhido pelos autores, “La confraternidad Sud-Americana”, extrapola as relações meramente bilaterais. A intenção de tratamento discursivo e criativo de repertório próprio à amizade continental, no entanto, parece realizar-se apenas no título, já que os autores pouco observam qualquer tema além da agenda das visitas oficiais. A narrativa não menciona os demais Estados da América do Sul, salvo uma ou outra lembrança de participação dos encontros entre as legações do Brasil e da Argentina.

As visitas presidenciais, segundo os autores (1901, p. XIII), não deixam de despertar o que colocam como “los recuerdos de los días de glorias y sacrificios comunes pasados en los esteros paraguayos, cuando las tres Naciones aliadas se sacrificaron por dar al Paraguay la libertad y el gobierno popular á que tenía derecho”. Além disso, a rápida proliferação da ideologia republicana após a campanha do Paraguai mostrava que fora esta guerra, e, logo, a união das três repúblicas, em parte

⁸¹ “Al Paraguay derrotado, no le impusimos la ley del vencedor que se apropia lo que cree que por derecho le pertenece. Por el contrario: sin tomar en cuenta la situación exangüe y abatida en que la guerra reciente había dejado á su enemigo de ayer, la Argentina mostró al mundo que no tenía ambición de expansiones territoriales, y sometió al arbitraje de una Nación amiga la decisión de sus derechos tradicionales sobre una parte de la margen occidental del Río Paraguay. El fallo nos fué desfavorable, y no obstante de que pudimos haver retenido por la fuerza lo que se nos negaba en derecho, entregamos lealmente al Paraguay los territorios que el laudo le reconocía, consgrando con nuestra conducta los dos primordiales principios del derecho internacional sud-americano, que señalan, por una parte, á cada una de las antiguas Colonias españolas, como límites propios, el *uti possidetis* de 1810, y que, por la otra, establece que, en las guerras de este continente, la victoria nos dá derechos de conquista.” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. XI)

responsável pela queda do regime imperial, em processo histórico comparável à Revolução Francesa⁸². A guerra contra Rosas ao lado do general Urquiza é similantemente percebida como uma união dos três povos contra a ditadura rosista. (LAINEZ; VARELA, 1901, p. XVI). Em poucas páginas, os autores procuram colocar as relações com a Argentina e com o continente como parte condicionante dos recentes avanços institucionais do Brasil, a partir do encadeamento histórico entre a formação da Tríplice Aliança, o golpe republicano e a abolição – “una revolución sin sangre, fruto maduro del convencimiento nacional” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. IX-X) – em um percurso unívoco.

Os presidentes são apresentados ao leitor antes do relato das comemorações. Campos Sales é notado como um dos precursores no Brasil do ideal de libertação dos escravos para a transformação da sociedade brasileira, com a seguinte ressalva: “aun cuando fuese necesario redimirle [o negro] con la sangre del hombre blanco” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 7). Os autores salientam que, juntamente com Bocaiúva, em comparação pela semelhança tanto ideológica quanto de atuação partidária, Sales pertencia à ala mais radical da nova ideologia, filiado ao Partido Republicano. Sua política presidencial é vista como sucessão de Prudente de Moraes, considerado este o primeiro governo de fato republicano, o “verdadero sistema republicano federal” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 10), em oposição à anterior inclinação militarista de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto. Sob essa observação, os autores cuidam de enfatizar as impressões de Campos Sales, opositor às políticas militaristas no Brasil, quanto ao status militar do então presidente argentino: “uno de los mayores méritos que él encuentra al General roca, como presidente y como político, consiste, precisamente, en el hecho de que, siendo él militar, no haya impuesto el militarismo en el gobierno, y sea jefe de un partido esencialmente civil” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 13). A biografia pessoal de Roca é apresentada pelos de forma coerente com tal ideia: sua participação na defesa armada de seu país se restringia, defendem, a um momento passado de necessidade continental, que não era mais o caso⁸³. Sua primeira

⁸² “[...] así como Laffayette llevó á la Francia el germen de la República, recogido en las guerras por la emancipación de los Estados Unidos, – el principio democrático y la extinción, sin violencias, de la monarquía, fué la obra de los jefes y soldados que combatieron al lado de los argentinos y orientales en las batallas del Paraguay.” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. XIII)

⁸³ Os autores sintetizam sua carreira perpassando pelos seguintes fatos históricos. Roca havia participado ao lado da Confederação Argentina contra os unitaristas de Buenos Aires, na batalha de 1859, e havia construído carreira no exército argentino. Participara da campanha contra o Paraguai e da rebelião de Entre Ríos em ocasião do assassinato de Urquiza, e da revolução estourada em 1874 na Argentina, ao lado do presidente Avellaneda, comandando o exército vitorioso. Finalmente, sua maior vitória militar

presidência, no período de 1880 a 1886, já evidenciava um contexto externo pacificado, e assim Roca pode direcionar ênfase ao desenvolvimento interno, principalmente na área de comunicação e nos projetos de modernização de Buenos Aires. A inclinação à paz que os autores imputam a Roca confirma-se pela apresentação de sua segunda presidência a partir das palavras de Bocaiúva em *O País*, em agosto de 1889, a colocá-lo como presidente essencial à paz no continente, remontando ao recente Tratado com o Chile e a sua política externa geral, atenciosa, ainda segundo Bocaiúva, em reforçar a amizade entre as potências regionais. (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 26).

O exemplar de mais de 500 páginas procura descrever toda a agenda das visitas presidenciais. Trata-se de uma edição de luxo cheia de fotografias, 65 no total, de todas as figuras importantes presentes, dos encontros, das embarcações utilizadas pelas legações, das ruas ornamentadas, dos monumentos construídos, dos presentes (medalhas, diplomas etc.) trocados. As descrições dividem-se em duas partes, a primeira da vinda de Roca ao Brasil e a segunda da contrapartida de Sales na Argentina.

Embora bastante parecidas quanto às recepções e homenagens extremamente calorosas, de ambas as partes, encontramos algumas particularidades em cada visita, a iniciar-se pela descrição das cidades receptoras. Nos dois momentos, as ruas tinham sido preparadas para a recepção, e estavam repletas de monumentos, flores e luzes decorativas. Fica latente na narrativa, no entanto, a superioridade da preparação argentina, parecendo ora vitrine de sua urbanização, e ora maior dedicação de interesse, desproporcional ao que o Brasil havia anteriormente manifestado. Os autores não tinham, no entanto, participado da primeira visita, e recorrem aos textos circulados para constituir o relato⁸⁴. De qualquer maneira, notamos a diferença na intensidade das recepções. Ambas as cidades encontravam-se fartamente decoradas, com flores e luzes, elementos presentes na descrição de qualquer momento das recepções. A iluminação em Buenos Aires, a que se dedica toda a parte III da segunda visita, no entanto, segundo a opinião dos autores, supera a do Brasil em alcance e intensidade. Espalhava-se por toda a cidade, não se restringindo apenas às ruas das passagens oficiais e dos desfiles em homenagem. Buenos Aires conseguira, diferentemente do Brasil, transformar todas as

havia-se dado enquanto ocupava o cargo de ministro da Guerra, em sucessão a Alsina. Trata-se da operação conhecida como “Conquista do deserto”, de maio de 1879, em combate que resultou na expulsão dos índios, “los savages” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 17), do território de la Pampa.

⁸⁴ Explicam eles (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 40) que não foram à capital brasileira e que relataram os encontros a partir dos textos dos jornais que cobriram os eventos. O Jornal do Comércio, principalmente, e outros jornais brasileiros, assim como o jornalista Julio Piquet em missão a mando do jornal *La Nación*, são as fontes a que os autores recorrem para descrever as primeiras cenas de recepção.

suas ruas em palco de recepção. Havia sido expostos na fachada da Intendência Municipal 20 retratos em tamanho real de figuras históricas brasileiras: José Bonifácio, Antônio Carlos de Andrada e Martín Francisco de Andrada, “esta trinidad viril y clarividente, que preparó al Brasil al camino de la independencia”; (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 236), D. Pedro I, D. Pedro II, Tiradentes, os participantes da Tríplice Aliança General Osório, Marquês de Herval, Duque de Caxias, Almirante Tamandaré. Todas elas estavam em tamanho real, fora Campos Sales, em proporção aumentada. Dentre os homenageados, os autores lembram que estavam vivos somente o então presidente e o Barão do Rio Branco, “brasileño antes que partidista”. A prefeitura de Buenos Aires cuidara também de espalhar pela cidade fotografias de Sales, de forma que por onde passasse fosse saudado pela população. Os dias 24 e 25 de outubro foram decretados feriados.

As preparações para a recepção, iniciadas dias antes da chegada dos brasileiros, encontrava-se a cargo do Ministro do Interior Felipe Yofre, e, posteriormente, do Intendente Municipal, Adolfo Bullrich, e do Secretário de Intendência, Jorge N. Williams. O fluxo aumentado de pessoas já era visto dias anteriormente à chegada de Sales, e davam à nova paisagem ornamentada da cidade, um tom cosmopolita (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 227). Calculados em número de 80 mil os turistas, vinham principalmente das demais províncias argentinas e de Montevideu, e, mais próximo ao evento, do Brasil, e conferiam à cidade um tom cosmopolita. No total, os autores inferem a presença de 300 mil pessoas nas festividades, cogitando-se o número de meio milhão ao final. Desejava-se, colocam (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 227), mais do que uma recepção acertada, calorosa, uma definitiva marca de confraternidade e amizade entre as nações, tanto quanto ou maior que as homenagens aos meses anteriores no Brasil.

As embarcações presidenciais e as demais e o estado dos portos de desembarque são tema de grande atenção. Tanto o *Riachuelo* de Sales quanto o *San Martín* de Roca aparecem em fotos nas ilustrações e são longamente descritos. Destaca-se, no entanto, o galeão brasileiro *D. João VI*, embarcação utilizada por Sales para alcançar o *San Martín*, à chegada de Roca na Bahia do Guanabara. A embarcação guardava a particularidade de ter sido construída por D. João, à época de sua chegada ao Brasil, tendo, após o regresso a Portugal, nunca mais sido utilizada (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 36). Em 1899, fora revitalizada especialmente para a presente recepção. O símbolo do seu uso é transcrito a seguir:

Aquella idea de un Presidente de República de recibir al Jefe de un Estado amigo en un leño glorioso como una carabela de Vasco de Gama ó de Cabral, tenía algo de alta y generosísima inspiración filial. El recuerdo de los mayores, el genio mismo de la raza, toda la tradición nacional, parecían unirse al homenaje en aquel bello símbolo y por eso, casi sin que se atinara á saber por qué, no había quien no se sintiese presa de emoción profunda al ver bogar aquella barca, digna de ser tripulada por emperatrices y poetas. (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 34)

Os autores demoram-se bastante na listagem dos nomes dos acompanhantes dos presidentes⁸⁵ e de todos os eventos, isso considerando que frequentemente ocorriam simultaneamente dois ou mais encontros, em geral homenagens particulares concebidas pelos ministérios (da Guerra, das Relações Exteriores) ou por jornais e associações com fins específicos.

As agendas, nos dois casos, perpassam pelas visitas aos principais palácios do governo e pelo banquetes nos ministérios, mas o restante dos passeios apresenta certa distinção. Pela capital brasileira, chamam a atenção as paisagens naturais e os passeios ao ar livre. A legação de Roca visita o Corcovado, faz um “piquenique” na Tijuca, viaja a Petrópolis, visita o Jardim Botânico. Já a Argentina parece mais ocupada em mostrar suas potencialidades econômicas. A primeira visita após as recepções do dia 25 de outubro é às instalações da Sociedade Rural para uma exposição de animais e para o reconhecimento do complexo, no que os autores chamam “la exhibición de la potencia manufacturera del país” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 302).

No Brasil, a presença do jornalismo é mais gritante do que no segundo momento em Buenos Aires. Sobre o almoço oferecido pelos jornalistas do Brasil a seus companheiros de ofício, os autores descrevem: “Fué aquella una amena reunión de intelectuales, en la que especialmente vibraba la nota espiritual, que manejaban llenos de ingenio y de cultura, ya los unos, ya los otros.” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 52).

⁸⁵ Listamos alguns nomes a seguir. Acompanhavam o presidente Roca: o Ministro das Relações Exteriores Amancio Alcorta; o Ministro da Marinha Comodoro D. Martín Rivadavia; o Ministro da Guerra Tenente-General D. Luis María Campos; o Ministro na Itália D. Enrique B. Moreno, representante argentino no Brasil; os senadores do Congresso Nacional Valentín Virasoro, Salvador Maciá, Lorenzo Anadón; o presidente do Departamento Nacional de Higiene, Doctor Eduardo Wilde; o chefe de Polícia da Capital Federal, Francisco J. Beazley; o primeiro secretário das Relações Exteriores Juan S. Gómez; o Tenente de Navio Alfredo Iglesias; e Enrique García Mérou, Diego de Alvear e Héctor C. Quesada. Na legação de Sales, encontravam-se: os Ministros Olyntho de Magalhães (Relações Exteriores) e Pinto da Luz (da Marinha); o Marechal Cantuária, Chefe do Exército; Quintino Bocaiúva; Gomes Pinheiro Machado, Ministro de Obras Públicas; Senador Doctor Bernardino de Campos; o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Lúcio de Mendonça; o Ministro da Justiça Osvaldo Magnasco; o Deputado Eduardo Ramos, dentre outros.

La Nación e *Jornal do Comércio* ocupavam os principais lugares, como os jornais mais antigos de cada país.

No segundo dia, os presidentes ocupam-se de visitar os principais jornais do Rio de Janeiro. Na visita de Sales a Buenos Aires, alguns jornais argentinos fretam particularmente a embarcação e a recepção do corpo jornalístico brasileiro que chega antes. Simultaneamente, representantes da Bolívia e do Peru prestam homenagens na recepção de Sales no Palácio Devoto. Há, nesta recepção, a visita a Sales de um grupo de “negros viejos” “perdidos”, e caracterizados pelo que carregam consigo do Brasil. Julgamos pertinente transcrever a representação do negro a partir da memória de sua antiga terra, pelo espírito romântico que atravessa a visão do negro e de sua relação com sua “pátria” após a “libertação”:

Quizás la nota más conmovedora ele esa recepción, la dieron dos negros viejos, reliquias de la época embrionaria de la organización del Brasil – pues uno de ellos, contaba 110 años de edad – que viven perdidos en la inmensa marea de esta ciudad, traídos desde su patria, el Brasil, nadie sabe en que época, acaso como esclavos para ser vendidos, acaso arrastrados por algún rumor de batallas ó por lazos benditos del corazón.

Ellos fueron, también, con su tez morena y su cabeza blanca, con la sangre agitándose convulsa en las venas, á saludar al ilustre compatriota, á presentar su homenaje al mandatario, que traía entre los pliegues de sus ropas, y entre el polvo de su calzado, algo, como el perfume de la tierra lejana nunca olvidada y entrevista en sus ensueños del hospital ó del asilo, en los que creían oír los rumores de los cantos del *Sabiá* del poeta, trinando á la sombra de las palmeras, quobátan, sobre sus frentes sudorosas, sus amplios abanicos, saturados de los perfumes de las rosas trepadoras que las abrazaban con extraña efusión. (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 298)

Os discursos de homenagem e de agradecimento são incontáveis. Eles ainda demarcam um aparentemente senso comum cordial que se impregnava nas relações, permeado pela recorrência a uma evolução histórica que celebrava a república e a abolição sem condenar D. Pedro. II ou os impactos sociais de um negro liberto marginalizado. O laudo favorável ao Brasil quanto ao território das Missões, embora frequentemente recordado, não é hostilizado. Aliás, aparece como uma conivente cessão por parte da Argentina, em uma forma aceitável de troca: o território pelos laços de amizade. No primeiro discurso de agradecimento, ao banquete do dia 8 de agosto, o presidente Roca ocupa-se em retomar seu histórico pessoal que a obra já apresentara à introdução: a participação enquanto jovem nas forças aliadas contra o Paraguai e sua

boa vontade em resolver a contenda de Missões, juntamente com D. Pedro II, por arbitragem internacional. Sobre o parecer dos Estados Unidos, Roca afirma a continuidade dos seus princípios pacíficos: “Cúmpleme decir aquí con franqueza que aceptamos casi con satisfacción el pacto del arbitro, como si por él conquistásemos lo que vale más que un pedazo de territorio: la simpatía y la amistad del pueblo brasileiro” (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 50).

Achamos pertinente também reproduzir o discurso do Ministro Alcorta em agradecimento ao banquete oferecido a ele pelo Itamaraty. No discurso, ao apontar a união entre Brasil e Argentina “en la Historia y en la Naturaleza”, constrói um esboço de histórica comparada em síntese de algumas recorrências já notadas tanto no nosso acervo quanto no desenvolvimento posterior das ideias sobre as relações bilaterais:

Si la República Argentina luchó por su independencia durante el coloniaje, y después de él, el Brasil resistió á la Inglaterra en las aguas de Santos, á la Francia en las aguas de Río de Janeiro, á la Holanda en los célebres combates de Guararapes; produjo en 1789 el movimiento de la inconfidencia que inmortalizara el nombre de Tiradentes, el de 1817 preparado por la guerra de los mascates, y coronó todos estos sacrificios con el grito inmortal do *Ipiranga*.

Si la República Argentina luchó por su organización constitucional, el Brasil luchó también por ella en 1789, en el movimiento de la inconfidencia á que antes me he referido; en 1821, en la revuelta de los Cabanos, en 1824, en la Federación del Ecuador; en 1848 en la revuelta de las Playas, para terminar, en 1889, en el triunfo de la República, conduciendo, no al cadalso, sino al destierro, al soberano que aceptara en 1831.

Si la República Argentina derramó la sangre generosa de sus hijos por el triunfo de la justicia y del derecho, el Brasil le acompañó en esas luchas, llevando sus valerosos defensores á la tierra Argentina para concluir con la tiranía de Rozas, y á la tierra paraguaya también con la dominación de los López, sin que, ni el Brasil ni la República Argentina, sembraran los odios eternos de la conquista.

Si la República Argentina baña sus costas con las aguas del Atlántico, y riega sus fértiles praderas con las aguas de sus ríos, el Brasil disfruta de lo primero, y entrega lo segundo, con mano generosa, para formar el gran estuario del Plata. (LAINEZ; VARELA, 1901, p. 115-116)

Irrompe aqui a imagem de um Brasil não pacífico que também defendeu pelas armas sua liberdade no momento em que se realizavam as emancipações no continente. O intercâmbio entre a percepção de um país pacífico, que atravessou sem turbulência o

processo de desenvolvimento das instituições democráticas ou o país de exército forte capaz de manter militarmente sua coesão e sua independência. Assim, são conduzidas as impressões sobre o Brasil à história da Argentina, emergindo aspectos ao espelho da nação vizinha quando os fatores de aproximação, como a ausência de competitividade comercial, não são naturalmente evidentes.

Lucas Ayarragaray no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A Imprensa Nacional financiou em 1914 a publicação do discurso de Lucas Ayarragaray ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, proferido em ocasião de seu ingresso como membro. O argentino já havia publicado anteriormente outras quatro obras pela editora Félix Lajouane (*La anarquía Argentina y el Caudillismo: Estudio psicológico de los Orígenes Nacionales*, 1904; *Estudios Históricos y Políticos*, 1907; *La Constitución Étnica Argentina y sus problemas*, 1910; *Socialismo argentino y legislación obrera*, 1912), todos estudos sociais, políticos ou históricos da Argentina, sem relação com o Brasil. Esse discurso é relativamente breve, a obra tem apenas 34 páginas. Nele, Ayarragaray procura primeiramente salientar a importância das ideias na construção da sociedade, e identificar historicamente os precursores dessa opinião a eivar as relações práticas da sociedade com o conhecimento, o saber, a erudição. A aristocracia intelectual de um país seria, na opinião do autor, responsável por isso.

No Brasil, o espírito intelectual ia já avançado. O argentino relembra a solidez intelectual que o regime imperial, sob a liderança de D. Pedro II, “un Emperador de pensadores”, promoveu em conservação da unidade do país:

Este centro de alta investigación revela una intensa vida intelectual y es, por si mismo, el exponente más brillante y el más noble ornamento del Brasil. Vuestro país tuvo desde antiguo la vida espiritual mejor organizada de América. Recordad, que hace más de setenta años, que, mientras la semi barbarie desgarraba las democracias demagógicas y mestizas del Continente, en vuestro país, um régimen culto por excelência, erigía este Instituto y otorgaba en consecuencia al pensamiento, el lugar que ocupaba en los repúblicas vicinas la fuerza y la turbulência. Hubo entonces, un emperador, miembro y protector de este instituto que realizaba como Marco Aurélio y Antonino Pío, el sueño fugaz de Platón: un filósofo al frente de su república. Era D. Pedro II aquí, un emperador de pensadores de tal manera fomentaba un movimiento intelectual dignificador, que suscitó clases sapientes y alta cultura cuya influencia propulsó la evolución pacifista, quizás fatal y necesaria, que transmutó el régimen esclavista en régimen de liberación y el

régimen imperial en régimen republicano, porque toda forma de organización política, antes de ser realidad es doctrina; primero patrimonio de los pensadores después de los estadistas. (AYARRAGARAY, 1914, p 14)

O discurso cuida de igualar o progresso intelectual entre as duas nações, embora tenham caminhado de forma diferente devido à distinção do estabelecimento da paz interna. Historicamente, segundo o autor, “En vuestros anales patrios no existe el fondo turbulento, magnífico por la espontánea barbarie, cuando en las repúblicas de origen hispánico, imperaba el tumultu y las fuerzas desencadenadas uma del poema anárquico.” (AYARRAGARAY, 1914, p. 16), apontando a diferença da situação das recentes ex-colônias. O atraso hispânico, no entanto, não é visto com desespero, pois que as lutas sangrentas geraram homens que abraçaram as ideias compartilhadas em construção de uma nação⁸⁶.

Dado isso, procura-se estabelecer um projeto de integração intelectual elitista, promovido pelo que ele agrupa como “aristocracia intelectual”, “aquello que estudia, investiga, medita y trata de cimentar la civilización material sobre la espiritual, y el ideal, es en todos los países, una minoría esclarecida” (AYARRAGARAY, 1914, p. 11).

La opinión vulgar, no siempre atribuye a la idea el papel fundamental que le corresponde, en las modalidades y en los destinos de una civilización; ella busca por el contrario, en las fuerzas positivas en las combinaciones arbitrarias y estériles de la política, el origen de los cambios y de los progresos fundamentales. Es, sin embargo, la civilización espiritual que supedita y orienta la material y es, por su intermedio, que se transmite de edad en edad la simiente, el soplo moral que suscita los pensadores, los visionarios y reformadores que impulsan a la humanidad a hacer la jornada a grandes pasos, como los dioses de la Iliada. Son aquellos, los que descubren e fecundan las regiones desconocidas y inexploradas, a las que llegan jadeantes, después, los hombres de acción a los ejecutores violentos. *Mens agitat molem.* (AYARRAGARAY, 1914, p. 12)

Este seria interessante porque, como já identificado, Argentina e Brasil estavam imersos em desenvolvimentos distintos cujo conhecer pelo outro poderia ser proveitoso para o desenvolvimento geral. Por isso, seu projeto dedica-se às ideias, ao simbólico, e o significado de seu convite a integrar o IHGB evidencia uma tendência institucional

⁸⁶ "De tal manera, que hay, en las mismas tierras que cubrió la lava con sus residuos ígneos, emergen prados tranquilos y visueños, climas serenos, donde el pensamiento pugna por consolidar su imperio y, donde centros de cultura, análogos a vuestro Instituto, desempeñan también misión intelectual y civilizadora." (AYARRAGARAY, 1914, p. 18).

supranacional, pelas instituições culturais, no caminho da integração intelectual⁸⁷. Trata-se de um projeto maior que ele assim explica:

Es menester establecer nuestra fraternidad de pensamiento, con estudios correlacionados con intercambio de conferencistas y profesores y, también con congresos universitarios, panamericanos, que unifiquem la alta cultura del continente. Sen tan profundas nuestras afinidades, que el estudio de cualquier problema nacional es en definitiva un problema general. (AYARRAGARAY, 1914, p. 15)

Este intelectual, do qual o IGHB era reduto, não tinha sua legitimidade na ideia do conhecimento por vocação e pela honestidade, num patente iluminismo ao subentender o conhecimento como forma de elevação pelo esclarecimento⁸⁸. Assim, teorizou o autor em seu discurso uma espécie de projeto messiânico a ser tomado individualmente pelas elites intelectuais. A união entre as duas nações deveria ocorrer pela via das ideias e dos grandes homens, enquanto em nada se ocupa o discurso das formas de interação comerciais ou financeiras ou dos processos passados de aproximação entre Brasil e Argentina.

2. As preocupações internas

O primeiro estudo econômico

Brazilian Exchange: The study of an inconvertible currency, do economista J. P. Wileman é um estudo econômico do Brasil publicado na Argentina, no ano de 1986. A obra é da seguinte forma dedicada da seguinte forma médico e político brasileiro Fernando Abbot: “Minister Plenipotentiary of Brazil in the Argentine Republic to whose sympathy and encouragement the author is deeply indebted”. Consideramos que por iniciativa deste, que chefiou a legação do Brasil na Argentina durante os anos de 1984 a 1987, a obra foi publicada em Buenos Aires, pela editora Galli Bros. Trata-se de um estudo detalhado em busca de compreender os processos de depreciação e

⁸⁷ “Se me entoja que, incorporándome a este centro de estudo, el hecho aparentemente aislado, asume las proporciones de una tendencia y echamos sin apercibirnos, las nases de la solidaridad esperitual, de las correlaciones sistemáticas de todos los centros análogos al Instituto Histórico Brasileiro, existentes, no solo en mi país, sinó en el resto de la América Latina.” (AYARRAGARAY, 1914, p. 26).

⁸⁸ O autor explica da seguinte forma como deveria ser esse intelectual e de onde deveriam partir suas motivações: “Sin embargo, los potencias morales, de donde iban a manar los torrentes, de emociones e ideas que pronto arrasarian, para transformar, la vieja organización del mundo, se ocultaban, como los mantiales del Nilo, en regiones ignotas y rústicas, fuera de los límites de la gran civilización y de la cultura tradicional, en hombres simples, extraños a la sabiduría u al arte clásico, pero arrebatados por una inspiración espontánea, y activa, por la virtualidad de una gigantesca misión de cumplir por la iluminación de una causa expansiva, que encendia en las almas la potencia incommensurable de la idea, cuando a ella se adhiere el ingénuo amor, la visión confusa e quimérica, de una convicción absoluta e una fé integral.” (idem, ibidem, p. 17).

apreciação do câmbio brasileiro, pêndulo este que caracteriza a economia das décadas finais do século XIX. As políticas abolicionistas, juntamente com o massivo crescimento da imigração e da presença de uma mão de obra assalariada, e as políticas de valorização do café haviam acentuado o problema da circulação do papel-moeda, levando o Brasil a sucessivas crises, em um ciclo que as diversas políticas monetárias não conseguiam conter. Wileman (1896, p. III) assim descreve a curiosidade motivadora de sua obra:

A practical acquaintance in the pursuit of my profession with the unsurpassed natural resources of Brazil not only forced upon my conviction the ultimate splendid destiny of such a country, but impresses upon my mind the anomaly presented by the contrast of its individual prosperity and resources with the national economical and financial disorganisation, and originated a lively desire to acquire a positive conception of the causes by which it has been evolved.

Afora o *Jornal do Comércio*, de extremo valor pelos dados estatísticos disponibilizados, uma das dificuldades com que ele se deparou estava na ausência de dados e de informações para a realização de um estudo ideal. Essa ausência acentuava-se, segundo o autor, especialmente na região do Rio Grande, onde se encontrava então. Juntamente com a dificuldade de acesso, veremos no decorrer da obra a imprecisão ou a parcialidade encontrada em alguns dos relatórios apresentados pelo Ministério da Fazenda no período abordado, especificamente os de Rui Barbosa nos anos de sua gestão (WILEMAN, 1986, p. 85; p. 163-164). A imprensa do período, ainda, acentuadamente com o advento da grande crise do ano de 1984, parecia analisar superficialmente a questão, sem levantar as causas empíricas de tamanha desorganização comercial e financeira. O mesmo faziam os economistas e estadistas brasileiros, a quem é atribuída grande parcela da culpa, com suas “considerations of a methaphysical nature” (WILEMAN, 1896, p. III).

O período selecionado para o estudos foram os anos entre 1860 e 1894, 35 anos divididos em seis períodos (1861-1864; 1865-1869; 1870-1875; 1876-1885; 1886-1889; 1890-1892⁸⁹), alternada e respectivamente marcados por uma uniforme valorização ou desvalorização cambial⁹⁰. Com a identificação de certo padrão, o economista pretende

⁸⁹ Não há uma errata apontando a ausência dos anos 1893 e 1894. O ano de 1893 é incluído ao final do estudo, mas os dados macroeconômicos para o ano de 1894 de fato não aparecem na obra.

⁹⁰ A oscilação cambial é devida em grande parte à dinâmica da economia cafeeira e a sua dependência do contexto externo. Para compreender a relação entre a economia cafeeira o câmbio no Brasil, cf. Delfim Netto (2009). O estudo “O problema do café no Brasil” divide a história da economia cafeeira em três

isolar e analisar os fatores que possam ter influenciado as taxas de inflação ou deflação, como valor dos impostos e total arrecadado pelo governo, balanço de pagamentos, capital exportado e importado, empréstimos e investimentos, juros, amortização de empréstimos, públicos e privados, enfim, uma série de dados macroeconômicos que, analisados objetivamente, poderiam, segundo o autor, esclarecer a confusão monetária em que se encontrava o Brasil. A base para análise e determinação da influência de cada variável, ou seja, a variável constante adotada, é a quantidade de papel-moeda em circulação e a quantidade de papel-moeda per capita. Com o conjunto de dados reunidos, mesmo considerando a parcela de indeterminação resultante da impossibilidade de reunir todas as variáveis econômicas e de isolá-las, objetivou o autor determinar as influências e as recorrências de variáveis da economia tanto interna quanto externa. Dessa forma, seria possível estabelecer um padrão para neutralização ou minimização das causas que não poderiam ser totalmente isoladas e controladas para a análise. Embora o grande labor a que o autor se propõe, labor carente, explica (WILEMAN, 1896, p. iv), de um uso heterodoxo das teorias econômicas para analisar fenômenos tão complexos, é somente a própria compreensão desse problema que, em sua opinião, pode se impor como solução.

Organiza-se pois um denso, porém bastante didático, estudo, dividido nas três seguintes partes: “The Dynamics of Exchange”, subdivido entre 31 partes; “Nominal Exchange or the Local Depreciation of the Currency”, subdivido em 7 partes, e “The Dynamycs of Exchange”, contendo uma breve análise financeira e econômica de cada um dos períodos analisados na obra. O autor não acena um público específico a quem a obra, escrita em inglês e publicada na Argentina. No entanto, observando-se os vários exemplos econômicos de que se o autor utiliza para comparação com a situação do Brasil, a Argentina é um dos exemplos mais recorrentes.

A introdução da obra esclarece que uma das maiores dificuldades para se compreender a economia brasileira é a natureza dual do câmbio, com dois fatores distintos que enormemente o influenciam, que são o balanço de pagamentos e a lei da oferta e demanda interna por papel-moeda (WILEMAN, 1896, p. 2). Em Buenos Aires, essa confusão seria melhor entendida, segundo sua comparação, dado que lá ambos os valores eram isoladamente cotados em pence ou francos por dólar-ouro – que era o peso, à época 47% do valor do dólar americano. A fusão desses dois valores em uma

ciclos, um primeiro de 1857 a 1868, um segundo de 1869 a 1885 e um terceiro, de 1885 a 1906. O segundo ciclo do café cobre exatamente um período de ascendência e queda assinalado por Wileman.

única cotação, prática usual no Brasil, obscurecia e confundia as verdadeiras causas da oscilação cambial. Isso porque teoricamente, explica o autor, se o câmbio encontrava-se valorizado, a inflação subia internamente, já que uma valorização externa da moeda causaria, em um país de economia primário-exportadora, dificuldades de exportação e alta dos preços internos.

Para comprovar essa tese, Wileman desenvolve o primeiro capítulo, “International Exchange”, identificando as variáveis que se relacionam diretamente com o câmbio (impostos de exportação e importação, empréstimos internacionais, pagamento de dívidas) e explicando essa relação. Veremos já no primeiro capítulo que o autor começa a evidenciar uma tendência liberal como possível solução para o problema. Para ele, o mercado de moeda tenderia a uma autorregulação se as preocupações e políticas financeiras do governo se alterassem. O subcapítulo “Total National Indebtedness internal and foreign” (WILEMAN, 1896, p. 49), por exemplo, dedica dez páginas à condenação das políticas de emissão e de empréstimos para pagar dívidas internacionais, já que essas políticas desvalorizavam a moeda, o que, contraditoriamente, acentuava o peso das dívidas sobre a economia. Os subcapítulos seguintes da primeira parte dedicam-se a comprovar essa relação com base nos empréstimos para investimentos nas estradas de ferro. O investimento externo e a alta importação de bens de capital e aquisição de empréstimos, ou seja, o atrelamento que se criava entre a dependência externa financeira e a dependência comercial, não são necessariamente indispensáveis à economia. O serviço da dívida externa exigia medidas que geravam problemas internos de instabilidade monetária. O autor resume sua postura sobre o emprego do capital estrangeiro na economia nacional:

Undoubtly, were it is possible to avoid any transfer at all of profits to foreigners or residents abroad, the burden of foreign payments would be relieved, both capital and national wealth would increase more rapidly, and international exchange would improve, just as it would if the payment of interest on the foreign funded debt or guarantee were suspended or repudiated; but though the suspension might create a temporary relief and improve the proportion of the international credit (passivo), the original excess of foreign payments could never have originated in this description of profits. (WILEMAN, 1896, p. 71)

A análise é construída principalmente pela confrontação de dados e aplicação heterodoxa de teorias econômicas para compreensão do quadro econômico brasileiro. O estudo é eivado de tabelas com dados do Brasil ou dados comparativos. Eventualmente,

Wileman recorre a posturas de economistas à guisa de confrontação, como Rodrigues Alves (WILEMAN, 1896, p. 25, p. 69), Rui Barbosa e Ouro Preto (WILEMAN, 1896, p. 71-72, p. 82, p. 244, p. 278, 281), Rabello (WILEMAN, 1896, p. 74). Acontece que, com o desenvolvimento do estudo, e a comprovação da falta de análise científica básica do fenômeno e a consequente recorrência viciosa dos erros de tratamento do problema passam a gozar de críticas diretas do economista norte-americano. Seu principal alvo é Rui Barbosa, responsável pela sequência absurda às políticas de impressão já adotadas no Império por Ouro Preto a descambarem no fenômeno posteriormente conhecido como encilhamento. Sempre lembrado pelo autor como um dos pensadores mais brilhantes do Brasil, é, na mesma medida, criticado pelas suas medidas econômicas. Em relatório de 1890, o qual Wileman tem o cuidado de reproduzir, o ministro havia colocado como um dos problemas econômicos do Brasil a evasão de capital em retorno de investimentos externos. Sabia-se que a economia brasileira encontrava-se boa parte em mão de estrangeiros, e, por causa disso e pela ausência de taxação dessa transferência, perdia-se constantemente ao exterior um excedente produzido pelo trabalho brasileiro. A isso o autor responde:

In this astonishing statement Dr. Ruy Barbosa does not show his usual perspicacity nor his accustomed intelligent appreciation of economical phenomena, and appears to have allowed the chauvinistic element to het the better of his judgment; this is more alarming in a person of his attainments and abilities when proceeds to insinuate the necessity of limiting the compensation of the industry of the foreign section of the population by special and odions taxation.[...]: It appears to have completely scaped the attention of *quasi* reformers of the financial and economical equilibrium that the accumulation of wealth in the pursuit of commerce, as in industrial occupations, demands either labour or capital, or both, and that it is nor gained at the *expense* of the country, but in the development of its resources, to which Commerce contributes none the less because its votaries do not absolutely follow the plugh, nor till the soil with their own hands. (WILEMAN, 1896, p. 72)

No segundo capítulo, o autor torna a crítica mais contundente, e a transfere ao ethos brasileiro. Neste, ele se ocupa do tema por uma perspectiva doméstica, considerando os problemas internos que contribuem para o problema do câmbio. A partir de estudos de Stuart Mill e de brasileiro Albuquerque seu *Manual de Economia Política*, o autor procura explicar (WILEMAN, 1896, p. 141-142) que o valor de uma moeda nada mais é do que o meio de circulação de commodities, ou seja: o valor é

vinculado ao custo de produção e à oferta e demanda das commodities (WILEMAN, 1896, p. 139), contrariamente ao que regia o postulado da equivalência entre papel-moeda e reserva de ouro. Assim, este valor estaria também condicionado às leis de mercado, sendo regido pelo princípio da oferta e da procura. Sua desvalorização estaria assim obviamente entrelaçada ao excesso de oferta, bem como sua valorização ao excesso de demanda. As autoridades podiam imprimir papel-moeda a seu bel-prazer, no entanto, não podiam determinar seu valor, explica o autor (1896, p. 160). Por causa disso, a política papelistas sofria de um problema congênito: a impressão geraria maior demanda, em um círculo que resultaria em imediata desvalorização, alimentando a demanda⁹¹. O fato de tamanha obviedade não ser enxergada no Brasil explode em críticas que parecem se dirigir a um ethos brasileiro identificado pelo autor:

[...] and two eminent statesmen, V. de Ouro Preto and Ruy Barbosa, are both agreed that the quantity of paper-money does not affect the value of the currency; a theory that they have apparently involved from their inner consciousness and from their belief in the enjoyment of exceptional privileges by their country. Why Brazil should be regarded as an exception to the economical laws that rule other countries is not explained. What this dangerous tendency, to regard Brazil as an exceptionally favoured community to which ordinary rules do not apply, very clearly indicates is that Political Economy is either very little understood in this country, or that it is not regarded even by the most advanced thinkers as an exact science, or thought to have yet emerged from the empiric and speculative stage. (WILEMAN, 1896, p. 163)

Wileman dedica algumas páginas à formação do problema internamente. Ele recorre a um texto histórico do *Jornal Rio* para fornecer os dados relativos ao mercado de moeda desde a vinda da família real portuguesa ao Brasil. Esta, completamente pobre, havia esvaído rapidamente o acúmulo de reservas em ouro do Brasil. Assim, a impressão irrestrita de papel-moeda levou ao fato exemplar de, no ano de 1918, haver-se decretado lei a determinar que o papel-moeda tinha, sim, valor de troca.

A expansão artificial era, além de inútil, também prejudicial às classes baixas da sociedade. Havia o efeito colateral de afetar a distribuição de renda pelo crescimento da

⁹¹ That the actual depreciation of the currency is the effect principally of excessive issues of paper money since 1889 is generally admitted, but great difficulty is encountered in attempting to reconcile this theory with the fact that, whatever the quantity may be, it seems to be never sufficient to satisfy the demand for the circulating medium. From this it has been argued that the supply cannot be excessive, or that, if formerly so, it is not any longer; because the demand has grown in a similar ratio. (WILEMAN, 1896, p. 161).

inflação e a desvalorização geral de todos os bens, inclusive do trabalho⁹². Isso significaria apenas uma transferência de moeda em circulação, provavelmente para os detentores dos meios de produção, inclusive a mão de obra, e acentuaria a má distribuição de renda sem que o problema da valorização da moeda fosse resolvido.

Há uma breve terceira parte, que consiste no detalhamento da exposição e interpretação dos dados macroeconômicos de cada um dos seis períodos, antes às considerações finais, em que o autor sintetiza possíveis solução já fundamentada com seu estudo. Wileman (1896, p. 264-265) é de opinião que é mister inicialmente acabar com a origem do problema adotando-se de um valor fixo para a moeda, mantendo-se a paridade ouro. Quanto à determinação do valor, a defesa é por uma paridade baixa. Isso pelos seguintes motivos: o valor cambial baixo poderia aumentar as exportações, compensando os efeitos colaterais das medidas protetivas; reduziria os lucros do capital estrangeiro empregado no país e reduziria os custos dos fatores de produção em geral; tornaria os impostos menos agressivos ao contribuinte. Ao mesmo tempo, apresentaria poucas desvantagens, como o aumento das importações com tendências a desequilibrar o balanço de pagamentos e a redução da arrecadação do Estado, perpetuando déficits, cuja solução se encontraria no aumento das exportações e na elevação da taxa sobre importações.

Juan Alberdi e a crítica ao Brasil imperial

O diplomata argentino Juan Bautista Alberdi (1818-1884) é dos autores mais polêmicos em suas ideias sobre o Brasil, e, como um dos intelectuais mais proeminentes na América do Sul do século XIX, é responsável em alguma medida pelos argumentos a fundamentarem a desconfiança e a distância características do período imperial. Exilado da Argentina no período Rosas, Alberdi havia posteriormente retornado ao país e atuado na vida política como embaixador do General Urquiza no Chile. Ocupa-se em vários de seus estudos às críticas ao Império. Além de um Estado nacional condenável pela própria configuração interna em instituições anacrônicas, considerava o Brasil imperial

⁹²Apart from such considerations, any attempt to artificially raise the value of the currency by means of internal loans, and indeed in a less degree by *all* loans, is open to other and graves objections. [...] The reduction in the volume of the currency reduces the supply, whilst the demand will have been increased precisely by the value of the new loan and its annual interest. Consequently, the paper-money will exchange for more commodities, etc., than before, with the exception of securities and of other property or services that are subject to fixed charges (such as Bonds and fixed incomes), and every other kind of commodity of property or services, including labour, will, therefore, have suffered a corresponding depreciation in proportion to the alteration of the rates of the demand to the supply. (WILEMAN, 1896, p. 226-227).

às margens do Prata uma constante ameaça à integridade da Confederação Argentina. A essa ameaça ele dedica uma vasta produção, em ensaios e estudos que procuram alertar as nações sul-americanas de um perigo iminente.

Publicada em 1869 na França, *El Imperio del Brasil ante la Democracia de América* é uma coleção de artigos sobre a diplomacia no Prata no contexto da Tríplice Aliança. A obra procura, analisando os recentes eventos ao fim da Guerra do Paraguai, e recorrendo também aos diários franceses, evidenciar a grande trama do Império: ao seu ver, a diplomacia obscura aos anos seguintes à guerra nada mais era do que parte de um plano de anexação territorial a oeste do Prata. Na apresentação desta obra, ele procura romper a suposta coesão da Tríplice Aliança vitoriosa ao buscar denunciar uma crise “de que son síntomas y manifestaciones los acontecimientos que tienen por actores al Brasil y a las repúblicas del Plata, y por teatro al Paraguay, de cinco años a esta parte” (ALBERDI, 1919, p. V). Intentava o diplomata deixar claras as pretensões imperialistas do Brasil, ainda no contexto de desenvolvimento do conflito. Ele apresenta brevemente o projeto:

Tal ha sido hasta aquí la razón de ser de estos escritos. Por hoy toda la mira del autor se concentra en una idea: resistir, protestar, oponerse al plan tradicional del Brasil, renovado esta vez con proporciones aterrantas, de reconstruir su imperio en detrimento del pueblo, del suelo y del honor de las repúblicas del Plata. (ALBERDI, 1919, p. V)

El Diálogo, de Assunção, ao final da Primeira Guerra, republicou *El Imperio del Brasil ante la Democracia de América*, com objetivo semelhante ao do autor: denunciar “la voracidad del imperialismo brasileño” (PREFÁCIO in ALBERDI, 1919, p. 186) pela catástrofe que fora a Guerra do Paraguai. A clareza dos fatos pela luz do distanciamento histórico deslocava ao Brasil a culpa pela campanha que resultara na manutenção do combate que arrasara em completo o Paraguai, e caracterizava os soldados mortos como vítimas de uma ação covarde da insistência na caçada a López. Posto isso, colocava-se como um dever moral de *El Diario* de Assunção para com a sociedade evidenciar o grande equívoco na interpretação de tamanha catástrofe como uama vitória do continente contra um ditador. O jornal, justificaram os editores (in ALBERDI, 1919, p. 186), selecionara para isso tal obra, mesmo havendo outros textos sobre o conflito, inclusive de Juan Alberdi, porque, em primeiro lugar, fora escrito no

decorrer da guerra, e, em segundo, pela raridade da obra, que, além de ter tido apenas uma tiragem em 1869, teve sua circulação proibida em Buenos Aires⁹³.

O Paraguai seria, pela perspectiva de Alberdi, apenas o bode expiatório – uma etapa que desviava as atenções dos “verdadeiros” objetivos – para o exercício da supremacia em toda América do Sul. O texto “Cesarismo en Sud-América” (ALBERDI, 1899a, p. 374-521), escrito entre 1865 e 1872 e de publicação póstuma, traz detalhadamente os motivos que despertam o entendimento da ameaça. Caso o governo da família López fosse mesmo um problema, defende, os paraguaios teriam se manifestado ou agido quanto à questão interna, sendo a intervenção imperial uma afronta à soberania da nação. A Argentina, neste esquema, era, nas mãos de Mitre, simples marionete das vontades do Império. Para o autor, ainda, a ditadura de Rosas, da qual era ávido crítico, deixara o terrível legado da presidência de Mitre (à qual logo se juntaria, sob as mesmas críticas, a presidência de Sarmiento, ao final da Guerra do Paraguai), pois que só o extremo de uma ditadura sanguinária deixaria a sociedade fascinada com a mediocridade destas presidências (ALBERDI, 1889a, p. 283). Em notas políticas, também em crítica à política mitrista, ironizava: “Inquietaba al patriotismo de Mitre, que el general Lopez dominase en el Paraguay, pero no le inquieta el que lo domine el Emperador del Brasil” (ALBERDI, 1899b, p. 46). A Guerra foi, assim, reconhecida tanto quanto fruto do imperialismo brasileiro quanto da incompetência do governo argentino⁹⁴.

Em sua obra, embora não se separe o Brasil de seu regime (e Alberdi morreu cinco anos antes da proclamação da República), os ataques se solidificaram em torno especificamente da política externa brasileira e não do regime monárquico em si. Nos escritos póstumos, há, por exemplo, um capítulo concentrado na condenação ao regime republicano e no consequente caos social de sua implantação na América independente. Ao apontar os grandes problemas com “los montoneros, los caudillos y el vandalaje de

⁹³ Além disso, Alberdi, em 1886, foi considerado por Sarmiento traidor da nação, por carta ao ministro paraguaio representante de Solano López ao momento (na ausência de Cândido Barreiro), Gregório Benítez: “Todo lo que yo quiero me lo ha dado ya en parte (el Mariscal López): es hacer pedazos con su grande y heroica resistencia el orden de cosas que formaba la ruina de mi propio país; para lo venidero todo lo que quiero de él es que abrace una política tendiente a buscar con el nuevo orden de cosas que represente los verdaderos intereses argentinos, la seguridad y garantía respectiva de los dos países contra las ambiciones tradicionales del Brasil y Buenos Aires respecto de los países interiores en que hemos nacido él y yo” (ALBERDI, apud SUAREZ, 1918, p. 319).

⁹⁴ “El Brasil debe, á su vez, dos estatuas: una á Rosa y otra Mitre, porque estos dos argentinos le han hecho entrega de las repúblicas del Plata, despedazando, en nombre de la federacion, la sociedad del pueblo argentino que servía de baluarte contra las aspiraciones invasoras y absorbentes del Brasil” (ALBERDI, 1889a, p. 284).

los países de Sud América”, Alberdi, colocando como exceção apenas o Chile, pergunta: “Por qué no hay caudillos en esos tres países de América?” – e responde: “Porque los caudillos no son otros que los Presidentes y gobernadores arbitrarios” (ALBERDI, 1896, p. 173). No mesmo ensaio, a monarquia é aclamada pelos benefícios de um governo centralizado, forte, capaz de manter a ordem e a unidade frágeis dos Estados jovens.

O questão do imperialismo, na visão do autor, estaria, então, relacionada a *como*, e *onde*, ele se desenvolveu. Com problemas sociais básicos, a expansão para o sudoeste seria projeto de iminente necessidade, não de escolha: o Brasil, explica o autor em *El Imperio del Brasil ante la Democracia de América*, estendia-se por uma zona tórrida de difícil habitação, além da haver adotado o regime escravista como base de sua ordem social e a terra produtiva organizada nos moldes feudais, o que necessariamente tornaria a expansão territorial condição de existência e desenvolvimento do Estado. Assim ele resume:

La cuestión para el Brasil no es de forma de gobierno, ni de raza, ni de nacionalidad, ni es cuestión política, ni mucho menos de personas ni de indemnizaciones: es más grave que todo eso, es de seguridad, de subsistencias, de población y de civilización, de vida o muerte para el Brasil. (ALBERDI, 1919, p. 2)

Foi no texto póstumo “Cesarismo en Sud-América” onde desenvolveu a crítica ao imperialismo brasileiro de forma mais consistente. Nele, Alberdi parte de uma comparação entre o Brasil e antigos impérios, particularmente o Império Romano, para acusar a formação europeia de D. Pedro II, inclinando-o às tradicionais práticas de expansão e anexação territorial no momento em que se evidenciasse a saturação das áreas produtivas – o que com certeza ocorreria eventualmente – a sobrepujá-lo a manter as condições de existência do Império. Alberdi usa uma comparação com a África para explicar a irremediável fatalidade da expansão do Brasil:

Baste decir que el Brasil tiene menos territorio habitable por hombres de la Europa, que la República de Chile. Ese Brasil habitable es el que está fuera de la zona tórrida, al Sud del trópico y consta de sus dos provincias de San Pedro y de San Pablo, vecinas ambas de los Estados del Plata. Todo lo demas del imperio, vale tanto como el Africa inter-tropical, que solo es habitable por africanos. A un paso de la Europa, el Africa se mantiene desierta, no tanto por su tiranía. Los emigrados de Europa, que desdeñan al Africa á pesar de su proximidad, habian de preferir el Africa del América por razon de distancia?

Esa es la razon porque el Brasil ha poblado hasta aquí sus territorios ecuatoriales con africanos. (ALBERDI, 1899a, p. 380)

Como o projeto de Roma, que se pretendia imitar na Bacia do Prata, o Brasil almejava uma incorporação dos povos vizinhos como fizeram os romanos, planejada, paciente, sem que o dominado soubesse de sua condição e acabasse espontaneamente tornando-se súdito: “Qué importa, pensaban ellos [os romanos], que un pueblo se titule mi aliado, si en realidad es mi vasallo? Qué importa que se llame libre si en realidad es mi feudo?” (ALBERDI, 1899a, p. 388-389). O projeto justificaria o alerta para as nações latino-americanas, inclusive quanto às boas relações com o vizinho. Na comparação com Roma, Alberdi ataca os fundamentos do imperialismo brasileiro ao fazer entender que a sabedoria na política, e não o militarismo, era responsável pelo engrandecimento do Império Romano, este que se viu em estado de decadência ao se voltar somente ao poderio bélico. Assim era o Brasil, o exato oposto da grande república de Washington e Lincoln (ALBERDI, 1899a, p. 403), como explica:

Es preciso á un imperio, tener al menos la escusa de la fuerza, que obliga á sancionar (¿) [grifo e marca da edição] sus violencias. El Brasil no la tiene. No es un imperio salido de la guerra, ni formado por la espada. No tiene un Cesar, ni un Cronwell, ni un Napoleon al lado de su cuna. Como el imperio chino, pasivo y sedentario, mas bien es hijo de la confusion y de la impotencia. Es el despotismo, sin el poder militar. El Brasil no es soldado, y la prueba es que su arma favorita, es el oro, en que cree mas que en los buques blindados, que compra á la Europa, sin la inteligencia y sin el coraje, que no son mercancías venales. (ALBERDI, p. 404-405)

Mantendo-se a comparação, a justificativa de tamanha discrepância queda na origem dos povos, atribuindo-se ao Brasil uma espécie de síndrome de dominação determinada pelo meio geográfico. Os americanos eram livres porque já eram colônias soberanas. Assim o autor explica a discrepância:

Todo lo contrario [do que aos Estados Unidos] sucede con el imperio del Brasil, que es hoy imperio porque ha sido colonia sin autonomía de un país sin libertad y obligada por su clima á poblarse con salvajes de Africa, reducidos á esclavitud civil y el mejor elemento conservador de la esclavitud. Además de no ser libres, además de ser súbditos y no ciudadanos, son débiles por el estado atrasado de su civilizacion, por la inferioridad de su raza dominante y por su clima destructor. (ALBERDI, 1899, p. 418)

Na terceira parte do texto, Alberdi introduz a ampliação do paralelo: Brasil estaria para Roma, como Buenos Aires para Atenas, a república democrática e liberal na América do Sul sob constante ameaça. A partir dos vários exemplos históricos de

impérios, as primeiras partes de “Cesarismo en Sud-América” procuram esclarecer o expansionismo do Brasil e o equívoco argentino de fechar os olhos a tal projeto. A Guerra do Paraguai era o exemplo mais recente disso. Antes de terminar o conflito, sobre a resistência do Paraguai ao Brasil, Alberdi, ao comparar os exércitos, invocava a supremacia do primeiro. Era em geral um país mais avançado porque nele se produzia uma grande variedade de produtos agrários a sustentarem a demanda interna. Existia também a preeminência do cidadão paraguaio, por uma noção mais orgânica quanto à vida em sociedade. Não havia lá solos inférteis e nem trabalho escravo, opostamente ao quadro geográfico e social brasileiro. Dessa relação do homem com a terra e com seu país advinha a “admirável resistência”⁹⁵ dos soldados de Solano López, superiores aos de D. Pedro II: “El soldado imperial, encargado de dar libertad al ciudadano del Paraguay, no es él mismo un *ciudadano*, es un *súbdito* de un monarca. No es un hombre libre, es un liberto, es decir, un esclavo de la víspera” (ALBERDI, 1899a, p. 436).

Em trecho adiante, já ao término do conflito, Alberdi ironiza algumas notícias do jornal europeu *Revue des Deux Mondes*, que ele considerou resumir a opinião pública geral com que ele tivera contato. Para o jornal, a vitória era um “triunfo moral” contra a barbárie da escravidão civil, e fazia de D’Eu o Lincoln da América do Sul⁹⁶. Ele escreve em resposta: “Es curioso que el Brasil haya gastado dos millares de francos en libertar los esclavos imaginarios del Praguay – y no los haya gastado en rescatar los dos millones de esclavos que conserva en su seno por respeto á la propiedad privada” (ALBERDI, 1899a, p. 452-453). Na página 461, aos escravos se agregam as mulheres: o Brasil libertara as do Paraguai, matando todos os homens, mas manteve escravas as suas próprias. Até o momento, acrescenta, não houvera nenhum ganho ou mudança substancial com o conflito.

⁹⁵ É sabido hoje que, aos anos finais da guerra, López, em sua recusa a aceitar a derrota e entregar-se, recuava pelo território paraguaio reunindo tropas de adolescentes, mulheres, idosos, que, além da pouca experiência, lutavam com armas obsoletas. A recusa a lutar era vista como sinal de traição, punido com pena de morte. López chegou a assinar e torturar, além de civis, irmãos e irmãs dos quais suspeitava traição (DORATIOTO, in MAGNOLI, 2006, p. 278-280).

⁹⁶ Tal visão foi largamente apropriada como exemplo da defesa da liberdade, tornando-se também objeto de interpretações que compunham um conjunto de elogios ao novo Brasil republicano. A primeira produção brasileira sobre o tema da Guerra, *A retirada de Laguna*, de d’Escagnolle Taunay, de 1869, defende a intervenção como uma heróica luta entre civilização e barbárie – que inclusive serviu a propósitos de afirmação da grandeza e do poder militar nacional na República –, para o restabelecimento da paz na América do Sul. O prefácio, dirigido a d. Pedro II, explica a ótica sob a qual o trabalho foi realizado e que perdurou no período imperial: “Ao se render Uruguaiana, inaugurou Vossa Majestade, na América do Sul, a guerra humanitária, a que aos prisioneiros poupa e salva, trata feridos inimigos com os desvelos dispensados aos compatriotas, a que, considerando a efusão de sangue humano deplorável contingência, aos povos apenas impõe os sacrifícios indispensáveis ao solido estabelecimento da paz” (TAUNAY, s/d, p. 3).

Despues que la “Revue” da, en Febrero de 1870, por concluida la guerra del Paraguay, suceden dos cosas: – que el Brasil sigue ocupando el Paraguay – y que Lopez, contra quien fué hecha la guerra, sigue existiendo en el Paraguay, sin que se haya firmado la paz. (ALBERDI, 1899a, p. 453)

Nos trechos já ao fim da guerra, ainda sem nenhum ganho, o questionamento de Alberdi passa a ser por que a escolha de López e por que o Brasil investira 200 mil vidas e 2 milhões de francos nele (ALBERDI, 1899a, p. 456-457). Ressaltando que a Argentina não saiu com os territórios prometidos pelo Tratado da Tríplice Aliança, o diplomata alega o vazio da guerra, cujos únicos resultados eram:

La gloria de haber dejado al Paraguay convertido en un monton de ruinas; la bandera brasilera señoreándose sobre ellos; el Emperador D. Pedro II sustituido al Presidente Lopez, en la dominacion de esa república, y en posesion de un predominio sobre el territorio fluvial argentino, que en doscientos años no hubiera conseguido Lopez no todo el Paraguay. (ALBERDI, 1899a, p. 483)

Estabelece o autor, por fim, uma oposição comparativa entre a Guerra do México e do Paraguai. Na primeira, morreu um príncipe ambicioso e triunfou um presidente que representava a independência do país, a relação oposta entre o vencedor D. Pedro II e o vencido Solano Lopez (ALBERDI, 1899a, p. 459).

A Guerra do Paraguai é tema da historiografia brasileira que passou por um dos maiores revisionismos⁹⁷. No entanto, as percepções afins à de Alberdi tiveram pouca repercussão nos estudos desenvolvidos no Brasil. Júlio José Chiavenatto, ao final na década de 70, publicou a obra *Genocídio Americano* em que, em linhas gerais, defende a agressão do Império à nação paraguaia sob maquinacões inglesas, perspectiva no Brasil que mais se aproximou dos ataques de Alberdi. A visão foi contestada, na década de 90, por Francisco Doratioto, atualmente a principal referência, embora reconhecidamente parcial, aos estudos sobre a guerra.

Tanto nos escritos póstumos quanto em *El Imperio del Brasil ante la democracia de América*, Alberdi, em algum momento, procurou justificar o seu ataque à Tríplice Aliança, o qual não se direcionava à República Argentina, mas ao conclave com o Brasil, que instrumentaliza a primeira, sob fraca presidência, em favor da satisfação dos ensejos expansionistas do segundo (ALBERDI, 1919, p. 127). Insistiu

⁹⁷ Para um estudo aprofundado, ver *Guerra do Paraguai*, de Francisco Doratioto, em *História das Guerras*, organização de Demétrio Magnoli, 2006, p. 257-286; e a síntese de Mário Maestri em “A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]” (2008).

com frequência no fato de a opinião pública da imprensa argentina, pelo menos até o conflituoso encerramento da Guerra, extremamente enganada, ser favorável à Tríplice Aliança e à política de Mitre, postura que, se era uma verdade e não um exagero de Juan Alberdi, mudou consideravelmente nos anos seguintes. Em 1870, a ocupação da região do Chaco pela Argentina, em regiões maiores do que o estabelecido pelo Tratado da Tríplice Aliança, assim como a permanência do Brasil no Paraguai, gerou desconfianças mútuas⁹⁸ e contaminou a opinião pública até a tensão de uma nova guerra entre os dois maiores Aliados.

A Revista Americana

A gestão de Rio Branco cuidou, no começo do século, de trilhar os caminhos da política externa rumo a uma hegemonia regional pela participação maior na dinâmica continental. Os artifícios para expandir sua integração além da posição de fornecedor de matérias primas e receptor da cultura europeia no âmbito global extrapolaram as estratégias políticas e comerciais voltadas às grandes potências e incluíram iniciativas oficiais de formação e valorização de aspectos nacionais face principalmente ao continente, projeto do qual a *Revista Americana* parece ser o primeiro resultado concreto. Anteriormente a este período, as atenções diplomáticas do Império transitavam entre a Inglaterra e os Estados Unidos com vistas a vantagens principalmente econômicas. Assim elas se mantiveram também nos primeiros anos da República, quando o Brasil procurava organizar o projeto de inserção internacional. Além disso, no Império, até as condições físicas de circulação de impressos e a inexistência de um mercado editorial consolidado, condições que se estendiam à Argentina (MERBILHAÁ, 2006, p. 29), dificultavam a difusão de ideias.

A *Revista Americana* é assim o primeiro marco de uma associação oficial entre cultura e política externa do Brasil. Editada do ano 1909 ao de 1919, tinha como objetivo a cooperação intelectual com fins políticos de integração americana. A redação da revista apresenta-a como se segue:

A *Revista Americana*, no intuito de divulgar as diversas manifestações espirituais da América e seguir do mesmo passo, paralelamente, o traçado superior da sua evolução político-econômica, se apresenta especialmente

⁹⁸ Doratioto sintetiza as desconfianças: “O governo Imperial estava convencido de que a Argentina pretendia anexar o Paraguai. A postura de Varela, por sua vez, indica que o governo de Sarmiento temia que o Brasil, valendo-se do Tratado de 1865 e das autoridades provisórias, estabelecesse um protetorado sobre o país guarani”. (DORATIOTO, 2006, p. 216)

como um traço de união entre as figuras representativas da intellectualidade desta parte do mundo. Ella facultará ao historiador e ao geographo, ao politico e ao jornalista, ao artista e ao philosopho, elementos seguros determinantes de uma noção exacta e precisa dos multiplos e parcellados aspectos da nossa vida espiritual. (SENADO FEDERAL, 2001, p. 19)

Atribui-se a fundação da revista à cooperação direta do Barão do Rio Branco, já que o principal idealizador, seguido por Delgado de Carvalho e Joaquim Viana, era então o seu então auxiliar de gabinete, Araújo Jorge. A iniciativa pode ser facilmente percebida como parte do seu projeto geral de inserção internacional, em um momento em que as fronteiras definidas conferiam uma margem de ação maior às práticas *acessórias* da política de Estado, para diminuir a distância brasileira em relação aos países da América do Sul.

À época, os mecanismos diplomáticos tornavam-se mais interessantes à medida que se consolidava na América a discussão sobre a resolução de contendas internacionais, em geral em torno das disputas limítrofes, pela via jurídica da arbitragem internacional. Tanto a Conferência de Washington, um ano após a proclamação da república no Brasil, quanto as Conferências da OEA estimularam a solução pacífica de controvérsias como um dos componentes da paz e da integração continental. A prática, coerentemente defendida e adotada pelo Brasil, havia sido a estratégia que possibilitara as conquistas territoriais de direito que tornaram Rio Branco ícone da diplomacia americana. Assim, a adoção internacional da medida de solução pacífica de controvérsias e o concerto amistoso latino-americano foram, além de assunto constante, principalmente nos primeiros anos de publicação, também um estímulo à circulação da *Revista Americana*. Ela foi lançada em um contexto de maximização da política externa do Brasil de Rio Branco, e os principais articulistas brasileiros se associavam a essa rede discursiva política oficial, sob conceitos da diplomacia do Itamaraty.

As inclinações rumo à supremacia na América do Sul certamente nortearam a seleção de publicações da revista, sem, no entanto, ferir certo acordo tácito de formação e afirmação de um espírito americano comum, sob a luz do latino-americanismo. Pioneira no Brasil, a *Revista Americana*, embora com peculiaridades nacionais, se relacionava a projetos afins já existentes. O *Mundial Magazine*, sob direção de Ruben Darío, e *La Revista de América*, de García Calderón, surgiram na primeira década do século XX, articulando pensadores interessados na definição identitária latino-americana e na situação social da América. Estes periódicos, porém, tiveram uma

circulação principalmente europeia. Seus autores, julga José Veríssimo (1985, p. 33), “apenas são americanos de nascimento, porventura de estirpe e mormente de vontade”, cuja produção seria mero “latino-americanismo longínquo”. Embora não tenha sido pioneira em concepção, a *Revista Americana* é a primeira a se desenvolver no seio da América do Sul, por iniciativas e interesses sul-americanos próprios, embora subjugados a questões políticas. Além disso, é a primeira iniciativa nacional de uma publicação voltada ao cenário internacional pela articulação de interesses políticos e culturais. Nesse sentido, podemos afirmar o lançamento do periódico como marco da diplomacia cultural no Brasil. “A América conhecemo-la aos fragmentos”, escreve Araújo Jorge no prefácio à primeira edição. Ele apresenta, como se segue, o projeto:

A *Revista Americana*, no intuito de divulgar as diversas manifestações espirituais da América e seguir do mesmo passo, paralelamente, o traçado superior da sua evolução político-econômica, se apresenta especialmente como um traço de união entre as figuras representativas da intelectualidade desta parte do mundo. Ela facultará ao historiador e ao geógrafo, ao político e ao jornalista, ao artista e ao filósofo, elementos seguros determinantes de uma noção exata e precisa dos múltiplos e parcellados aspectos da nossa vida espiritual. (SENADO FEDERAL, 2001, p. 19)

Sua existência durou dez anos, de 1909 a 1919, e nesse período houve uma grande interrupção na impressão, em abril de 1912, devido, explica Araújo Jorge no prefácio à edição de janeiro de 1913 (*REVISTA AMERICANA*, 1913, p. IX), ao incêndio na Imprensa Nacional. Além disso, a morte do Barão do Rio Branco havia ocorrido poucos meses antes, em fevereiro de 1912, o que possivelmente contribuiu com a interrupção.

Embora tenha sido lançada em um contexto de alinhamento estratégico aos EUA, o primeiro volume da revista divide-se entre publicações hispano-americanas e brasileiras, o que será percebido até 1919, somadas a eventuais publicações francesas, inglesas ou alemãs. Sobre os dez anos de existência da revista, pode-se dizer que, no tocante à América Latina, verificadas as óbvias proximidades por interesses mútuos e o desenvolvimento cultural dos países vizinhos, há uma relativa uniformidade na distribuição de publicações de países latino-americanos. Argentina, Uruguai e, secundariamente, México e Chile, detêm os maiores números, principalmente nas matérias de cunho político e histórico. No entanto, verificam-se textos literários de autores de países menores, como Honduras e Guatemala, em divulgação de sua cultura interna.

Na primeira edição, há um texto do ex-Ministro da Fazenda da Argentina, o brasileiro José A. Terry, “La caja de Conversión y nuestra circulación á papel”, e um outro de um autor argentino que particularmente nos interessa. Francisco F. Bayón contribuiu constantemente para a revista e, nessa primeira edição, publicou o texto “Solidaridad intelectual de Hispano-America”, sobre uma cooperação intelectual entre os países da América. Nele, Bayón afirma a importância de uma cooperação intelectual e aponta algumas diretrizes para sua execução: a utilização da mídia, dos livros e das cartas missivas. O autor, então, traça algumas diretrizes para a fluência das relações intelectuais e levanta temas que devem ser tratados, como o Direito Público e Privado, a escola, a justiça, a imigração, a defesa etc., (SENADO FEDERAL, 2001, p. 153); incentiva a produção de revistas sobre a cultura latino-americana para a circulação na América e na Europa; acentua a importância de “visitas que prodrian realizarse entre los intelectuales hispano-americanos, anualmente ó a cada cierto tiempo, á fin de mantener el recuerdo y recoger impresiones” (SENADO FEDERAL, 2001, p. 155). A conclusão do texto sintetiza, enfim, a defesa da “Unión intelectual primero, material después” (SENADO FEDERAL, 2001, p. 161). Na mesma inclinação simbólica, Bayón, em junho de 1910, escreveu sobre a “virtud de una alianza en la Política latino-americana”. Sua participação na revista indica, por parte da Argentina, um discurso em alguma medida já atento à cultura como política. Ele inicia seu texto da seguinte forma:

La civilización es un medio y no un fin para la realización de la justicia y del bien. Multiplicar estos medios es perfeccionarse. Tal es la misión de los hombres en la historia de la humanidad. La diplomacia, la política, la patria, la escuela, el arte, la ciencia, la religión, el matrimonio son medios civilizadores destinados á la perfección y á la integridad de los seres. (SENADO FEDERAL, 2001, p. 142)

Adiante, ao pensar “en las rivalidades de mercados, en las segregaciones de territorios y en los nuevos límites estas traerán” (SENADO FEDERAL, 2001, p. 143), é necessário pensar “los efectos desastrosos de las maquinaciones diplomáticas cuando ésta (sic) se olvide de su misión de cultura” (SENADO FEDERAL, 2001, p. 144). Por isso, Bayón convoca os intelectuais:

Es necesario, entonces, que los intelectuales americanos cooperen á la realización sublime del ideal de solidaridad, buscando en la diplomacia el mejor de los medios de unión y de amor sin que se sacrifiquen ni el honor ni la soberanía nacional. (SENADO FEDERAL, 2001, p. 144)

E completa: “su acción (a do diplomata) no será meramente de política administrativa sino social, científica y educativa” (SENADO FEDERAL, 2001, p. 144-145).

A seleção *sul-americanista* do primeiro volume não será exatamente uma constante da revista; a partir do volume II, do ano 1910, já há a inclusão de autores da América Central, dos Estados Unidos e da Europa. Há textos da Argentina em praticamente todas as edições, embora, no saldo final, a maior ocorrência de contribuição tenha sido uruguaia. São exceções os volumes que não contavam com textos platinos. Bayón, Cárcano são os nomes argentinos mais frequentes na revista.

O volume II é dedicado a Rio Branco, em razão de sua morte: “A *Revista Americana* procura atenuar, se é possível, a dor brasileira colhendo na América, a que Rio Branco tanto serviu, o pensamento de alguns dos seus maiores escritores” (FUNAG, 2002, p. 15). Escreveram Rui Barbosa, Juansilvano Godoi, Clovis Bevilacqua, Carlos de Laet, M. Gorostiaga, Pinto da Rocha, Escragnolle Doria, Manuel Bernárdez, Liberato Bittencourt, Calogeras, Enrique Rodó, João do Rio e Mello Carvalho sobre o diplomata. Nos anos seguintes, os temas culturais aparecem com mais frequência, seguindo-se consistentemente um projeto de intercâmbio simbólico, e proliferam-se as discussões e estudos sobre as belas-artes, as literaturas nacionais, e manifestações artísticas em geral. Aparecem nelas os estudos sobre a história da literatura do Brasil (por Sílvio Romero), da Argentina (por Enrique García Velloso)⁹⁹, do Uruguai (por Hugo Barbagelà).

Em 1918, percebe-se um projeto de troca cultural mais específica no recorte do texto do argentino Adán Quiroga Filho, “El folk-lore argentino (importancia de su estudio)”. No mesmo ano, há outro texto argentino sobre o Brasil, do jurista e historiador Mariano de Vedia y Mitre, intitulado “El Brasil en nuestra organización nacional”. Neste contexto, já havia mais de três anos do início da Primeira Guerra e o Brasil ingressara – outubro de 1917 – na guerra. Há, a partir de 1918, um texto póstumo do Barão do Rio Branco sobre os comentários de Schneider à Guerra do Paraguai¹⁰⁰, provavelmente associado aos discursos militares em voga. Mas especificamente sobre a corrente guerra, escreveram Hildebrando Accioly sobre a questão de Alsácia e Lorena,

⁹⁹ Este estudo da literatura argentina, na verdade, inicia-se em 1911, no vol. V, mas sofre uma interrupção e reinicia-se em 1913, no vol. XI.

¹⁰⁰ A partir de 1915, todos os exemplares da revista são iniciados com textos póstumos de Rio Branco. Totalizam três até o ano de 1919: um sobre a história militar do Brasil (“Primeiras lutas”); uma biografia de seu pai, o Visconde do Rio Branco, e o texto “Comentários à *Historia da Guerra do Paraguay* de Schneider”.

no ano de 1917, e sobre a resistência alemã, em 1919; Gerogino Avelino escreveu “Nossa Guerra (Seus fins políticos e seus efeitos sociaes)”, em 1918. No entanto, há dois textos dedicados à postura do Brasil: a publicação da conferência de Hector Díaz Leguizamón em Buenos Aires, intitulada “A diplomacia do Brasil sobre a Guerra”, e, no mesmo volume, um comentário desta conferência por José Leon Suárez.

Leguizamón, na conferência de 1 de outubro de 1917, no curso de Direito Diplomático da Faculdade de Direito e Ciências Sociais (SENADO FEDERAL, 2001, p. 553-573), elogiou a diplomacia do Brasil, da qual, segundo ele, nem os principais oponentes do império e da república poderiam negar o valor, a coesão, a moralidade de princípios. A participação na guerra, segundo Leguizamón, não era mais do que a manifestação dessa diplomacia calcada no direito dos povos à liberdade e à democracia, ameaçadas pelas ações alemãs. Os documentos trocados entre a legação argentina e brasileira (a conferência inicia-se com nota do presidente Wenceslau Braz às potências amigas na qual aconselhava a revogação da neutralidade na guerra); assim como notas oficiais, notas de periódicos e falas de diplomatas e intelectuais brasileiros proeminentes, como Rui Barbosa, Nabuco, Helio Lobo, durante o processo da revogação da neutralidade até a declaração de guerra, são a base para Leguizamón defender a posição do Brasil, sob os mais elevados valores doutrinários, políticos, diplomáticos e morais.

A Revista Americana apresenta, em síntese de seus dez anos de existência, o papel do intelectual intermediário entre os valores europeus e a realidade local. Na cultura, na literatura, tanto quanto na diplomacia, interessa a este intelectual a tensão de uma organização institucional e ideológica das repúblicas latino-americanas, porém sob a tensão de submeter-se a moldes externos e alheios a ela. Este projeto, por vários caminhos que a revista apresenta, pensa sempre uma maior integração entre os países vizinhos como meio realizável para sustentar esse ideal.

Nuestras Fronteras

La República de los Estados Unidos del Brasil (Su poder militar; importância económica – riquezas – industrias), do autor Major Eugenio Ramirez, foi publicada em Buenos Aires ao ano de 1917 é a primeira publicação de uma série chamada *Nuestras fronteras*. De acordo com o editorial, o segundo estudo da coleção estava a ser publicado, seria sobre as fronteiras com o Chile. Não encontramos, contudo, registro do exemplar. O autor propõe também, no prefácio, que este primeiro estudo seja seguido de

outros relativos ao Uruguai, à Bolívia e ao Paraguai. Coloca Ramirez que procura apreciar, nesta obra, as riquezas naturais, as indústrias e o estado econômico do Brasil, em seus aspectos gerais de interesse argentino e que, para isso, deve-se conhecer primeiro a terra e a organização política. Detém-se, explica no prefácio (RAMIREZ, 1917, s/p.), particularmente no poder militar do Brasil, sob a opinião de que um Estado com um exército forte e organizado é um Estado capaz de manter a ordem interna e a paz com os vizinhos.

Na verdade, o projeto do autor é bastante simples, e faltante nas pretensões declaradas de Ramirez. Consiste em um estudo apenas informativo, desprovido de autoria, e definitivamente sem impressões diretas. Basicamente, é uma listagem de informações e dados pouco comentados, sem interpretação ou disposição em uma narrativa histórica. O autor não menciona uma viagem ao Brasil – embora se ocupe da descrição de algumas paisagens especialmente sob o estado alvo de seu maior interesse, o Rio Grande do Sul – e constrói seus estudos a partir da seguinte bibliografia listada ao fim da obra: “Annuaire de Brésil Économique; Decreto n. 11.397 sobre a reorganização do Exército do Brasil; “Chorographia do Brasil”, de Alfredo Moreira Pinto; Constituição dos Estados Unidos do Brasil; Relatório do Ministério da Guerra do Brasil; O Exército brasileiro atual, publicação do exército; O Rio Grande do Sul, Ernesto Antonio L. Cunha; La frontera Argentino-Brasilera, documento oficial; Le Brésil Meridional, de Delgado de Carvalho; Taschenbuch der Kriegsflotten, B. Weyer.

Os estudos parecem um resumo da obra do Major Crespo em relação à seleção e à ênfase temática. Inicia as primeiras páginas (RAMIREZ, 1917, p. 1-14) com a caracterização geográfica e política geral do Brasil, informando suas fronteiras, sua capital, sua organização institucional, sua divisão administrativa e detidamente as bacias hidrográficas. O autor ocupa-se também da listagem em tabelas das unidades federativas, e suas respectivas capitais, superfície e população; clima, hidrografia. Dedicar três páginas à imigração (RAMIREZ, 1917, p. 15-18), em números de imigrantes europeus, sem pensar impactos da imigração, ocupação territorial, ou formação étnica do Brasil – o negro e o índio não são mencionados na obra.

O autor de fato dedica metade desta compilação de dados à organização militar do Brasil (RAMIREZ, 1917, p. 10-71). Demora-se bastante no exército, expondo sua organização, a carreira militar, as divisões, os quartéis e brigadas, a hierarquia das patentes, os uniformes, os efetivos para o ano anterior de 1916, as instituições vinculadas ao exército, como os hospitais e as escolas militares. Em seguida, descreve todo o

arsenal da marinha do Brasil, com os nomes dos navios, o peso e ano de aquisição/início do serviço. Depois, explica como ocorre a comunicação territorial e novamente faz um extenso trabalho de listagem de todas as vias ferroviárias e as cidades por elas interligadas, organizadas por estados. A partir da página 85, inicia a listagem do serviços de telégrafos e das regiões por eles conectadas.

A partir da página 97, enumera, por estado, as principais atividades econômicas e a concentração industrial. A partir da página 115, realiza exatamente o mesmo percurso com as informações do Brasil, desde as características geográficas básicas à organização militar e às atividades econômicas, sobre o Rio Grande do Sul, sem explicar ao leitor o porquê da separação ou da ênfase no estado em particular ou qualquer modelo de relação dele ou do Brasil com a Argentina.

O silêncio e a falta de profundidade da obra tanto apontam para a importância do tema em detrimento da importância do conteúdo, quanto para a proeminência da organização institucional (e, principalmente, estratégica) do país vizinho, bem à frente de aspectos simbólicos e sociais.

3. A tradução do Brasil ao Centenário da Independência

O Centenário da Independência e a Semana de Arte Moderna no ano de 1922 convergiam com um projeto de exposição de um Rio de Janeiro – e, em sinédoque, o Brasil – modernizado e cosmopolita, a fim de impor no campo das artes a superação das antigas instituições na correspondência urbana à nova hegemonia política¹⁰¹. O Brasil que então já havia participava da moda das exposições mundiais, ia dando à aparência interna também o ar cosmopolita em dois ápices nas reformas urbanas, distinguidos por Sevcenko (2003) a inauguração da Avenida Central e o estabelecimento da obrigatoriedade da vacina no começo do século pelas políticas de Sampaio, e a comemoração do Centenário da Independência, que se festejou no Brasil também como exemplo de uma exposição internacional.

Na política externa, a grandeza da comemoração de 1922 corresponde bem ao período de projeção internacional do Brasil, pela participação na Primeira Guerra ao

¹⁰¹ Na tentativa de superar o que era visível ainda das antigas instituições e do subdesenvolvimento do Brasil, como as doenças tropicais, a transformação do espaço público se regeu pelo que Nicolau Sevcenko categoriza em quatro princípios: “a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rígoosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense” (SEVCENKO, 2003, p. 43).

lado dos vencedores e a consequente participação na Liga das Nações, embora, no contexto regional, as primeiras décadas do século XX, com a exceção das hostilidades com a Argentina, fossem de uma distância estável. Na compreensão da história diplomática, tanto Brasil quanto Argentina concentraram-se, neste momento, no cenário mundial em detrimento do regional, com foco na Primeira Guerra e na posterior crise econômica de 1929. Na V Conferência Internacional Americana, em 1923, o Brasil sintetiza quase um século de política externa, declarando-se “prestigiado na Europa, mas isolado no seu continente” (CERVO; BUENO, 2008, p. 202).

O Centenário é, pois, importante pela convergência tanto de um empenho em projeção do Brasil quanto por evidenciar o interesse argentino em sua forma de acolhimento. Pelo lado do Brasil, para a comemoração na cidade do Rio de Janeiro, foi organizada uma feira no recém demolido Morro do Castelo, com construções dadas por diversos países. A revista *La Nación* (1922, p. 243) assim descreve os monumentos e homenagens: “Quien entra por la puerta de la Avenida, o sea por el portón principal de la Exposición y atraviesa la Avenida de las Naciones, encuena a la izquierda el Pabellón Argentino, al que siguen los de Uruguay, Estados Unidos y Japón” (LA NACIÓN, 1922, p. 243). Pelo pequeno mapa do evento desenhado no jornal, os primeiros pavilhões são os dos países a homenagear o centenário e, em seguida, os palácios dos estados, das indústrias, e demais setores da exposição. A construção argentina, de Alejandro Christophersen, ocupa uma área de mil metros quadrados, com uma construção temporária (é desmontável, vindo quase todo o material de construção da Argentina) dedicada a fornecer aspectos da cultura argentina aos visitantes. Variam nos três pisos do edifício a circulação de comidas e bebidas típicas, bem como seções de indústria, colonização, economia, educação, e aspectos gerais da vida principalmente de Buenos Aires (LA NACIÓN, 1922, p. 244).

Como marco da data, o jornal *La Nación* lançou uma edição comemorativa, de 335 páginas: *Un homenaje al Brasil en la fecha de su primer centenario*, que é a homenagem impressa mais importante da Argentina à ocasião. A obra tem o tamanho A3, 40cm x 25 cm. A capa traz o nome do jornal e uma ilustração do caricaturista peruano Malaga Granet. Na contracapa, a apresentação da edição: “Um homenaje al Brasil en la fecha de su primer centenario – 1822 – 7 de Septiembre – 1922”.

À exceção da parte dedicada à homenagem, o exemplar é uma coleção de propagandas de empresas, em sua maioria brasileiras. A comemoração do Centenário inicia-se de fato na página 65 e vai até a 247, sem os intervalos com as longas

propagandas. Ela é introduzida com um texto de Jorge A. Mitre, então editor-chefe do jornal, seguido de três discursos históricos proferidos por Bartolomé Mitre, dois sobre a abolição da escravidão e um em ocasião da visita de Campos Sales ao Brasil. Em seguida, há um texto de Joaquín González sobre o Centenário e a evolução do Brasil ao contexto da comemoração de setembro. A partir daí, há uma série de textos sobre o Brasil, cada um sob uma perspectiva, a fim de apresentar os principais aspectos do país. Uma segunda parte é reservada à apresentação de cada estado da federação.

Jorge A. Mitre, diretor de *La Nación* por 20 anos, escreve sobre “una realización interamericana”, que consiste na relação que, contrariamente à abstração do pan-americanismo ou monroísmo, surge “por una obra cotidiana de acercamiento de sus hombres e sus actividades” (LA NACIÓN, 1922, p. 65). Tanto o pan-americanismo quanto o monroísmo eram doutrinas que, na opinião do autor, não conseguiam abarcar a multiplicidade das expressões de integração, solidariedade e cooperação entre as ex-colônias europeias. A primeira falhava por ser uma doutrina essencialmente norte-americana, que, mesmo com o componente altruísta de estender-se a uma proteção das liberdades americanas, subordinava-se às demandas unilaterais dos Estados Unidos, ficando no âmbito essencialmente político. Era, enfim, arma responsável pela liberdade na América e pela construção da ideologia de liberdade. O pan-americanismo sofria do problema de restringir-se ao âmbito institucional, fechado às realizações práticas. Era assunto das chancelarias e governanças de Estado, sem que houvesse caminhos para uma irradiação aos outros âmbitos – culturais, sociais – das sociedades. As duas doutrinas não eram, pois, suficientes para se falar em uma integração substancial entre os vizinhos. Para, então, falar dos vínculos mais profundos que unem os países da América, principalmente agora Brasil e Argentina, ele elenca uma série de semelhanças das quais se destaca a primeira, por sua recorrência no nosso corpo documental:

Climas diferentes los hacen complementarios nos de otros en su producción, y ayer, no más, veíamos en Buenos Aires los telares del Brasil en circunstancias en que nuestros vinos empezaban a atraer ese mercado. [...] Una musa evoca por su propia figura la belleza fluminense en nuestra capital, y de su personalidad sugerente se desdoblán la poesía y la escultura nativas, en una triunfante apoteosis de arte. (LA NACIÓN, 1922, p. 65)

Mas a recente assinatura do Tratado de Ancón confirma que o novo continente, ao contrário da Europa, que caiu em devastadora guerra, está pronto para a paz. “Las armas de la Argentina y del Brasil, en las dos últimas y lejanas ocasiones en que se han juntado, ha sido para cruzadas de libertad.” (LA NACIÓN, 1922, p. 65)

Na página seguinte, transcrevem-se três discursos de Bartolomé Mitre, fundador do jornal, sobre os temas do fim da escravidão e da monarquia. Tal seleção representa uma recorrente divisão em um antes e depois, entre a barbárie e a civilização, ruptura esta, segundo o pensamento dos autores, completamente finalizada ao 1888, no âmbito social, e ao 1889, no âmbito político. A queda da primeira instituição retrógrada é vista, nos discursos de Mitre¹⁰², como um processo gradual antigo, sugerido primeiro por Saraiva na década de 60, e em continuidade pelo Visconde do Rio Branco na década de 70. Este diplomata, vinculado à representação do Brasil na Guerra do Paraguai e nas desavenças diplomáticas quanto às políticas do pós-guerra para o Paraguai, expõe em discurso a que Mitre remonta para ilustrar as críticas e o olhar negativo que a instituição gerava face ao estrangeiro. Sobre o processo, Mitre também assinala várias decisões que corroboraram para um consenso tácito quanto à liberdade dos escravos. Foram eles a libertação oficial por parte da política de D. Pedro II; o surgimento do que se tornou o costume do senhor de escravos dar sua liberdade em sua herança; e as prévias leis sobre o assunto. Dessa forma, ocorreu no Brasil a libertação pacífica.

Todas las emancipaciones de esclavos se han operado en medio de grandes crisis o luchas sangrientas. El Brasil, como Inglaterra, lo há hecho pacíficamente, guiado por um instinto sano de conservación y de progreso, obedeciendo a um sentimiento deliberadi de sus deberes para com sus semejantes. (LA NACIÓN, 1922, p. 66)

No segundo discurso sobre o tema, Mitre resgata alguns desses traços históricos e propõe um paralelo entre as homônimas Isabel, a Católica – responsável pela emancipação do indígena no século XVI – e a Princesa Isabel, a Redentora, pela assinatura da Lei Áurea. O terceiro discurso de 1900 é, por fim, em banquete oferecido pelos jornalistas em homenagem à visita de Campos Sales, e nele Mitre insiste no papel emancipador das instituições jornalísticas.

A homenagem dedicada ao Brasil é bastante extensa. A apresentação de Jorge Mitre e os três discursos de Bartolomé Mitre são seguidos pelo texto “El centenario do Brasil”, de Joaquín González. Este procura perpassar por um estudo histórico crítico do Brasil, e vemos nele os clichês históricos estruturados para explicar, mais em tom estratégico do que elogioso, a evolução histórica do Brasil e de suas instituições.

¹⁰² A pedido de Comissão Popular presidida por Mitre, a Argentina decretou feriado nacional no dia 17 de maio de 1888, a marcar vários dias de comemoração em que o Ministro do Brasil na Argentina, e Barão de Alencar, e a imprensa brasileira, representada por Dermeval da Fonseca, Fernando Méndez de Almeida, Sequeira Cavalcanti, Perdeneira, foi homenageada. (SUÁREZ, 1918, p. 422-424).

[...] en realidad su primer ciclo histórico poco se diferencia en sus líneas generales del de aquéllas [as nações hispano-americanas], salvo en algunas modalidades hijas del medio geográfico, de los rasgos distintivos de las razas autóctonas, en un territorio y clima dominados por poderosos factores naturales, como sus gigantescos ríos, bosques y montañas, que dan a la región su inmenso valor económico, y su belleza insuperable entre todas las de la tierra. Así, su período colonial bajo la soberanía portuguesa no puede tener para nosotros, del punto de vista de la formación celular de las instituciones políticas, que el que nos ofrecen las colonias de nuestro propio origen, sometidas a las más imponentes fuerzas de modelación de la época: la monarquía absoluta como forma de gobierno, la religión católica como regulador moral y espiritual, y los monopolios y los contrabandos como fórmula inevitable de manifestación de las energías oprimidas de la vida económica natural, siempre que un bosquejo de organización presenta las líneas primarias de un Estado político. (LA NACIÓN, 1922, p. 67)

O Brasil, assim como as demais colônias, foi formado por uma miscigenação étnica. No entanto, afirma o autor, com frequência a heterogeneidade se esvai em uma etnia predominante. Embora no caso do Brasil o índio fosse o elemento mais numeroso, a história comprovava que o elemento branco imigrante havia perdurado. Para isso, o autor cita uma fonte indeterminada: “en todo caso y cualitativamente el elemento blanco tiende a predominar con la internación y la eliminación progresivas del indio, con la extinción del tráfico de africanos, y con la inmigración europea que promete continuar” (LA NACIÓN, 1922, p. 67). O meio geográfico montanhoso e no litoral, isolando um centro despovoado e desconhecido, assim como o clima, criava no colonizador uma vida de dupla luta: “contra la naturaleza y población autóctona, que someten a su potencia superior, y contra el desierto virgen, que, erigido en propiedad de los señores, constituye el latifundio”. (LA NACIÓN, 1922, p. 67) A preponderância do europeu justificaria seu valor específico e suas potencialidades. Além da luta contra o meio, a dificuldade no Brasil de surgir um “povo”, de se arraigar a questão da nacionalidade é, na opinião do autor, conflito herdado da colonização ibérica. Portugal e Espanha, segundo ele, nada mais fizeram do que transplantar à América suas antigas rivalidades e suas ânsias de dominação e expansão. Como dizer sobre a origem de um povo assim? Os componentes de nacionalidade seriam o que fugia disso: as inspirações revolucionárias dos Estados Unidos e da França, algumas influências difusas e a insistências nas instituições democráticas que, no entanto, recém-criadas, ainda encontravam-se bastante conturbadas.

La Nación brasileña no ha pasado, es cierto, por esas dolorosas alternativas que tanto han perturbado la infancia y ljuventud de sus hermanas de América; y si la lenta sucesión de sus regímenes colonial, real, imperial y republicano ha podido ralentar el ritmo de su crecimiento y caracterización democráticos, en cambio ha tenido la suerte de realizar la evolucióneconómica y cultural bajo los auspicios de una paz unalterable, sabiamente mantenida por una clase gobernante la persistencia de instituciones regresvas como la esclavitud y las mismas formas monárquicas, hasta muy avanzadas el siglo XIX, el de las conquistas democráticas. (LA NACIÓN, 1922, p. 67)

Ainda, o autor salienta, tal instituição, assim como a formação com tendências monarquistas da elite brasileira, levaria a diplomacia e a foça armada, as duas vias de expansão territorial, à vontade de conquista – também herança de Portugal e Espanha – principalmente na Bacia do Prata¹⁰³. Ele cita o diplomata Helio Lobo para confirmar sua tese. Nas palavras do autor, a conquista incessante de territórios de que o Brasil sequer daria conta de anexar à pátria, como Cisplatina ou Cayena, por exemplo, expressavam mais “un desahogo en tierras americanas, de agravarios europeos, que, de parte del país, el ánimo frío de la conquista” (LA NACIÓN, 1922, p. 67). Partindo da impressão imperialista e de sua desconstrução pelo jovem diplomata, González reconhece o seguinte:

[...] las causas de enemistad entre las Naciones vinculadas a la cuenca platense nunca fueron substanciales ni esenciales a la evolución histórc que transforma las causas mismas, y de nacimiento a nuevos puntos de vista, que sólo son nuevas y más sólidas bases de convivencia, de inteligencia y solidaridad de los presuntos enemigos. (LA NACIÓN, 1922, p. 67)

Assim, a história dos dois países era marcada até então por uma trajetória de dissidências, que, segundo o autor, tenderiam a desaparecer; e de coincidências, que tenderiam a aumentar, até “marcar una sola dirección inconfundible en el tiempo futuro” (LA NACIÓN, 1922, p. 67). As alianças de 1851 – exemplo curioso, já que parte da política imperial bem antes do enfraquecimento do regime monárquico – e 1865 eram a prova disso (LA NACIÓN, 1922, p. 68), pois haviam de fato derrubado o que restava de ditaduras na América do Sul, “sin que ninguno de los aliados vencedores hubiese reclamado para sí ni un palmo de territorio como consecuencia de la guerra” (LA NACIÓN, 1922, p. 68). A questão rio-plantense, envolvendo a Guerra do Paraguai

¹⁰³ Assim explica: “Solo ésta que volvemos a llamar obsesión monárquica e imperialista, puede explicar la insistencia con que la política portuguesa primero e imperial brasileña después persistía en su sueño de dominación de la margen oriental del estuario platense, apartando la mirada de las inmensas soledades desiertas que la conquista le había dado en patrimonio hacia el occidente, hacia el norte, en la vasta zona ribereña, y aun hacia el sur hasta el límite de las posesiones españolas.” (LA NACIÓN, 1922, p. 67).

e os atritos após a vitória dos aliados, resolve-se definitivamente, segundo o autor, com o encontro de Mitre e D. Pedro II. Para isso, o autor reproduz as palavras de D. Pedro II na ocasião do encontro:

[...] el Brasil es demasiado grande en extensión territorial, y lo que le falta es poblar sus vastos desiertos, teniendo dentro de sus límites un campo vasto para ejercitar la ambición y la actividad del patriotismo en bien propio, y sin herir el derecho de sus limítrofes. La República Argentina se halla en las mismas condiciones. (LA NACIÓN, 1922, p. 68)

A resolução da questão do Paraguai, assim como a mudança institucional atravessada pelo Brasil ao fim da década de 80, havia possibilitado seu avançado grau de desenvolvimento, devido em parte às riquezas naturais e em parte à diplomacia consistente da República. O autor lembra que, afora as exceções de 1851 e 1865, todos os territórios adquiridos pelo Brasil haviam sido pela via de uma consistente cultura jurídica “puesta al servicio de una diplomacia experta, ilustrada, vigilante y continuada” (LA NACIÓN, 1922, p. 68). A queda das antigas instituições e o desenvolvimento já observado na recente república levam o autor a concluir a ausência de motivos para a bandeira da rivalidade¹⁰⁴.

Após, há vários textos apresentando o Brasil em seus mais diversos aspectos. Esta homenagem é a publicação mais longa que temos no nosso corpus, com mais de 30 textos extremamente detalhados sobre o Brasil. Apresentam-se a história colonial, a diplomacia, a educação, o exército, o jornalismo, o comércio, as atividades econômicas, enfim, vários aspectos, em uma parte, e em uma parte distinta, espécie de “miolo” da primeira, dedicada à apresentação separada de cada província da União, listadas após o Distrito Federal em ordem alfabética¹⁰⁵. Apesar da minúcia e do detalhamento da

¹⁰⁴ Assim ele explica: “y de unos y otros hemos adquirido la profunda convicción, exteriorizada por compatriotas eminentes, de que el Brasil de hoy, y en una gran medida el Brasil de todos los tiempos, ha sido y es una Nación conductora, inspiradora de nobles acciones colectivas, y de fe y confianza en la solidaridad que trae el culto de la justicia y de la quidad en las relaciones con grandes y pequeños. Hemos demostrado que ni el pasado ni el presente autorizan a ninguno de sus vecinos a considerarlo como una amenaza ni siquiera como una causa de inquietud”. (LA NACIÓN, 1922, p. 68).

¹⁰⁵ Eis, em sequência, os textos e seus autores: “La independencia del Brasil”, de Affonso Celso; “Una Síntesis Histórica” do Brasil, que é o maior da homenagem, com 13 páginas, de Rocha Pombo; “El Brasil Político y Social”, de Assis Chateaubriand; “Un siglo de diplomacia”, de Arturo Pinto da Rocha; “Finanzas y Financeros”, de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada; “Organización Bancaria del Brasil”, de José Maria Whitaker (então presidente do Banco do Brasil); “Una ojeada sobre la instrucción publica”, de Mauricio de Medeiros; “El exercito brasileño”, de Joaquín Marques da Cunha; “La marina de guerra”, de Octavio Mangabeira; “Evolución científica medica”, de Antonio Austregesilo Rodriguez Lima; “La literatura brasileña y el desenvolvimiento mental del Brasil”, de Gilberto Amado; “Las bellas artes en el Brasil”, de Laudelino Freire; “El periodismo Brasileño”, de Antonio Jose de Azevedo Amaral; e um texto sobre as imigrações, de Carlos Penafiel. Após a apresentação de cada um dos estados federativos, há novamente textos sobre aspectos do Brasil, voltados principalmente à economia. “El Comercio”, de Carlos Augusto de Miranda Jordão, é o primeiro. Após, inicia-se uma parte como um subcapítulo, “Las

homenagem – talvez causa dela –, todos os textos são produzidos por brasileiros e traduzidos ao espanhol para a edição, e constituem todos uma espécie de organização histórica do desenvolvimento de cada aspecto. O “miolo” que interrompe a descrição dos aspectos gerais separa um primeiro momento de textos de periodistas, vinculadas às áreas gerais do Brasil, e o segundo inaugura temas essencialmente econômicos, mas essa divisão é genérica, relativamente desnecessária enquanto construção de sentido pela organização temática.

Os textos são largamente ilustrados. Onde quer que se mencionem as figuras públicas proeminentes do Brasil, lá estão ilustrações de seus bustos, juntamente com nomes. Quaisquer imagens mencionadas são acrescentadas à obra, como os mapas de cada região, ou fotos dos prédios e gabinetes públicos. Permeiam também as páginas da homenagem várias ilustrações das paisagens do Rio de Janeiro, desenhadas pelo cartunista Bryan de Grineau. Além disso, todos os textos aparecem com quadro à direita da folha em apresentação biográfica dos autores brasileiros, considerando aspectos gerais como formação, filiação, produção intelectual, carreira de atuação, em geral pouco coincidente com a formação.

Os textos pretendem-se expositivos e informativos. A partir de vários aspectos do Brasil, fazem uma abordagem essencialmente histórica, evolutiva. As construções textuais são detalhadas, mas mais factuais do que interpretativas, sempre considerando as principais figuras públicas atuantes e transformadoras da sociedade brasileira e definitivamente inscritas em um projeto propagandístico, mas realista, de defesa da evolução institucional interna e da cordialidade continental externa. O teor republicano, liberal, juntamente com a tentativa de lançar ao Brasil um olhar de nação forte faz com que os textos procurem evidenciar os aspectos nacionais e as lutas contra tudo o que historicamente fugisse a esses novos ideais. Assim, tanto como condenações às velhas instituições, há um revisionismo lançado à história com tendências a colocar também o povo brasileiro como guerreiro.

fuentes de producción y los transportes”, com os seguintes textos e autores: “El desarrollo de la agricultura”, de Arthur Magarinos Torres Filho; “Las industrias de productos de origen animal”, de Franklin de Almeida; “El café – su pasado – su presente – su porvenir”, de Rafael A. Sampaio Vidal; “La ganadería brasileña”, de Alcides da Rocha Miranda; “La producción de caucho em el Brasil”, de Bento José de Miranda; “Los transportes ferroviarios en el Brasil”, de Mattoso Sampaio Correa; “A Marina mercante brasileña”, de Federuci Cesar Burlamaqui; “La siderurgia en el Brasil”, de Luis Felipe Gonzaga de Campos, dois textos sobre os esportes, de Oswald Gomes e de Deodato Vilella dos Santos; “Páginas de la historia comercial de la República Argentina en sus relaciones con la del Brasil”, e, por último, uma descrição da estrutura da feira em comemoração do Centenário, por Hebert Moses.

Os dois primeiros textos procuram fazer algumas desconstruções históricas e esboçar a visão do Brasil sobre os seus próprios processos de colonização e emancipação. O primeiro texto, “La independencia del Brasil”, por Conde Affonso Celso (LA NACIÓN, 1922, p. 69) é dedicado a desconstruir o que ele considera uma postura desonesta e descompromissada com a verdade, a afirmar que a independência do Brasil foi pacífica e sequer indicou um processo de ruptura com a metrópole. Em 1808, explica, as instituições e o governo português estabeleceram-se no Brasil e em 1815 este já era nação soberana, na categoria de reino, com os mesmo direitos de Portugal, ou seja, já independente. O que se deu em 1822 foi a tentativa de retomada da relação metropolitana, que o Brasil obviamente não aceitou. A emancipação de 1822 foi, por essa perspectiva, sangrenta, exemplificada por vários focos de revolta que o autor procura exemplificar, como nas províncias do Maranhão, de Piauí, da Bahia, do Pará, de Montevideu. Se elas não foram tão sangrentas quanto fora o exemplo dos vizinhos hispânicos, isto se deveu mais pela falta de resistência do inimigo do que pela anemia de uma sociedade pouco combativa pelos seus direitos. Em “Una síntesis histórica”, por José Francisco Rocha Pombo (LA NACIÓN, 1922, p. 70-83), dividido em várias partes sobre distintos períodos do Brasil, o autor insiste inicialmente em colocar Portugal em um estágio de avanço de navegações semelhante ao da Espanha. Embora tenha sido esta a descobrir a América, por parte do equivocado Colombo, que morreu na ignorância da descoberta, Portugal então já encontrava à época o caminho para as Índias utilizado até a reabertura da navegação pelo Mediterrâneo. O Tratado de Tordesilhas seria a prova desta paridade. No período colonial, versa sobre as tentativas de governo e ocupação estabelecidas, como a divisão da terra em capitanias e depois a centralização do governo geral em Salvador. Quase um terço da narrativa histórica dedica-se às ocupações francesas no Maranhão e na Bahía do Guanabara, e principalmente às invasões holandesas, juntamente com longo trecho dedicado a Nassau. No centro do estudo, há uma grande reprodução do quadro *O grito do Ipiranga* de Pedro Américo. Há, juntamente com as imagens do Palácio Antigo da família real, o Monumento ao Ipiranga.

O texto de Rocha Pombo é bastante detalhado, sendo o mais longo de toda a homenagem. São narrados com detalhes os processos históricos mais significativos para a caracterização do estado atual do Brasil. Com a isenção expositiva e didática que Pombal prefere imprimir ao seu texto, a indignação com o governo monárquico é especialmente notável na exposição. Primeiramente, o autor afirma como o povo se

manifestava tanto contra o estabelecimento da monarquia quanto com as decisões de D. Pedro I e do governo regente e como os levantes eram reprimidos. Era absurdo que, após o retorno a Portugal de D. Pedro I ele houvesse deixado o filho para continuar o governo. Segundo o autor (LA NACIÓN, 1922, p. 78), A lamentável guerra a que sucedeu o reconhecimento do Uruguai não tinha sido mais do que uma prática absurda e dispendiosa ao Império, por motivação hereditária, D. Pedro II procurando dar continuidade do legado de seu pai na política platense.

Além disso, a tomada de posse do Imperador D. Pedro II como estratégia de amenização para os conflitos internos que se desenrolaram ao período regencial tensionou a política no Prata, na campanha contra Rosas nos anos 50 e na Guerra do Paraguai. Sobre esta, o autor detém-se nas principais batalhas da campanha, bem mais do que nas relações entre os aliados ou nos atritos resultantes da vitória. Em relação de consequência, a abolição da escravatura é apresentada como parte de um programa de reformas – incluídas as reformas das Câmaras Municipais, do ensino público, das companhias de crédito, das políticas de fomento e produção da indústria – após o fim da Guerra do Paraguai, quando o governo volta-se às questões internas. Rocha Pomba tem o trabalho de expor as primeiras políticas, datadas da década de 30, vinculadas à pressão externa, em favor da contenção do sistema escravista no Brasil. Para o autor, apesar do contexto, é o Visconde do Rio Branco que desfere o golpe de misericórdia à instituição já decadente. Ele fora responsável, assim que retornou do Paraguai, pela Lei do Ventre Livre, aprovada pelo congresso ao maio de 1871. A partir disso, com a fuga em massa dos escravos das fazendas e a falta de política para contenção, passou a ser questão apenas de institucionalização o fim da escravidão. A questão do sistema de governo agravou-se pelo debate gerado pelas reformas públicas e pela libertação dos escravos, em um conjunto de fatores que Pomba chama de “tendencia americana” (p. 81), marcando um período de fim das antigas instituições, a afetar obviamente o regime monárquico. Salienta o vacilo do Marechal Deodoro da Fonseca em assumir o governo provisório militar, dado seu respeito a D. Pedro II e à monarquia. No entanto, o rumo dos fatos era outro. Até o estabelecimento da república, o Brasil passou por várias questões internas, como a decisão pelo federalismo ou unitarismo, e várias lutas armadas que surgiam pelo território e pela nova organização institucional. No entanto, a parcela de pacifismo que encobria a transição é colocada como uma das heranças monárquicas:

La monarquía fué para nosotros, sin embargo, un expediente del destino: nos servió de nexo entre la colonia y la República, ablandándonos, por así decirlo, o moldeándonos para la fase en que no debíamos entrar de golpe al salir del período colonial. Sen el intersticio imperial, probablemente nuestra historia no sería lo que está siendo bajo el nuevo régimen. (LA NACIÓN, 1922, p. 83)

Sobre a monarquia, o texto seguinte, "El Brasil político y social", escrito por Assis Chateaubriand, salienta outro foco de revisionismo, mas em caminho oposto a desvendar uma das boas consequências do advento tardio da república, ou, ao menos, uma leitura distinta do que se considerava inteiramente uma instituição atrasada ou retrógrada, conferindo-lhe parcela de responsabilidade pela manutenção territorial do Brasil após a independência. O regime monárquico mantivera, na opinião do autor, a unidade do país após as independências. "La presencia del monarca portugués en Río de Janeiro consigue pra el Brasil lo que no obtuvo ninguno de los libertadores hispano-americanos: ni Bolívar, ni San Martín." (LA NACIÓN, 1922, p. 87). O autor insere-se a partir disso nos debates sobre a configuração da recente instaurada república, expondo os principais polos ideológicos. O federalismo estaria, segundo o autor, nas raízes históricas do Brasil, a exemplo das capitanias hereditárias. Mais do que o embate entre império e república, o texto procura apontar como questão principal a organização da república. A Constituição necessitava então de reformas, e este era o maior problema do Brasil. Os assuntos de maior urgência eram, na opinião do autor, a legislação para os estrangeiros, o habeas corpus e os direitos individuais, liberdade de contratos e de ação por parte dos estados da União.

Pombo dedica as últimas partes de seu texto a apresentar os últimos anos, de progresso, da república. Sobre Campos Sales, o autor salienta sua política econômica e a tentativa de reorganização pelo "funding loan", e a sua política exterior moderada e legitimamente republicana, a procurar estreitar os laços continentais. Em 1902, sucedeu-lhe Rodrigues Alves. Foi o ano de início da gestão do Rio Branco, notável figura a quem se deviam as resoluções dos conflitos fronteiriços do Brasil. Destas, a mais complicada era a do Acre, resolvida pelo Tratado de Petrópolis de 1903. Foi um governo também de avanços em diversas áreas, com políticas de saneamento, construção de portos e ferrovias, enfim. Alfonso Penna incrementou a imigração e melhorou a política interna. Além disso, ampliou a esquadra, com aquisição das unidades de Minas Gerais e São Paulo. Durante este governo, no ano de 1909 há fato a ser lembrado, que foi a cessão espontânea por Tratado dos territórios da Lagoa de

Mirim e do rio Yaguarón. O falecimento de Rio Branco no governo de Hermes da Fonseca também é lembrado.

Embora de muita riqueza de detalhes, aspectos essencialmente sociais são pouco discutidos. A escravidão é vista como um entrave que, inteiramente abolida, possibilitou o maior vínculo entre as nações. Suas implicações sociais não são discutidas. Aliás, são camufladas. Assis Chateaubriand divide o Brasil geograficamente em dois, da seguinte forma:

el del litoral y zonas adyacentes, que recibió el influjo de la civilización europea y la asimiló en parte, y el Brasil del interior, poblado de razas más próximas al hombre primitivo, el Brasil “sertanejo”, “bandeirante”, que develó el hinterland y lo dominó. Este es habitado por el caudillo, por el individuo todavía refractario a la tutela legal, en lucha abierta o latente contra la civilización de la costa, que trata de refrenarlo con el fuerte blindaje del estado organizado. (LA NACIÓN, 1922, p. 84)

Essa é, na opinião do autor, a verdadeira oposição social que o Brasil sofre. A inversão marota da divisão social em termos geográficos e não sociais informa o leitor de que no Brasil havia uma igualdade de tratamento social, marcada por um ethos brasileiro de amizade, cordialidade, proximidade. A “gente de color” era bem tratada. Os escravos que serviam dentro de casa, explica, passavam toda a vida com a família, tornando-se parte dela. Tal tratamento foi notado pelo presidente norte-americano Roosevelt em vinda ao Brasil, como uma evolução maior que a dos Estados Unidos. Isso porque, o autor cuida em explicar, na América do Norte houve um trabalho de segregação, sob a simbólica sugestão de que os negros da sociedade deveriam retornar à África. O Brasil, na contrapartida, pela reprodução e imigração, havia sido bem sucedido na assimilação do elemento negro – o autor não fala dos processos de exclusão – em processo de branqueamento racial. A narrativa histórica de Chateaubriand é das mais elogiosas do conjunto em homenagem.

A diplomacia do Brasil, também apresentada nas primeiras páginas da homenagem, é vista com destaque. Arturo Pinto da Rocha (LA NACIÓN, 1922, p. 88) coloca-a como a mais expressiva do continente. Sua leitura atém-se à história, com considerações individuais sobre figuras de destaque. Com eminentes diplomatas desde a independência, da qual cuidaram Filiberto Caldeira Brant e Gameiro Pessoa, a diplomacia do Brasil sempre, distingue o autor, calçou suas práticas nos mais altos princípios do direito internacional em desmistificação das impressões conhecidas sobre o Império. “[...] aun siendo un Imperio con raíces en un pueblo conquistadores, su

política exterior nunca se caracterizó por el ansia del imperialismo”, coloca (LA NACIÓN, 1922, p. 88), embora ressaltando que sempre esteve a política exterior voltada especialmente à dinâmica das relações no Prata, que o jurista procura então pormenorizar. À questão Christie, opondo Saraiva e Christie (LA NACIÓN, 1922, p. 90), é, na opinião do autor, exemplo dessa alta diplomacia com princípios liberais. A primeira opôs, mesmo o Brasil tendo seguido os princípios do Direito Internacional face às demandas britânicas, Christie e Saraiva. “Saraiva era un estadista: Christie era un funcionario; el brasileño era una conciencia ilustre; el inglés era un instrumento vulgar” (LA NACIÓN, 1922, p. 90). Além disso, no mesmo tópico, o brasileiro lembra também a diplomacia platina do gabinete Pimenta Bueno, confessando o componente estratégico e o condicionamento das relações bilaterais com a Argentina às ações para a América do Sul. O diplomata havia alimentado as pretensões de Carlos López em contrabalanço ao poder de Rosas e acabara por proporcionar o contexto para a ditadura de Solano. “Realmente, lo que inspiraba la diplomacia de Pimenta Bueno era el mismo pensamiento que constituía el fondo histórico de toda la acción diplomática brasileña: tornar imposible la reconstitución del Virreinato de Buenos Aires.” (LA NACIÓN, 1922, p. 90).

Após a queda da monarquia, em chegada de tempos de uma política pacífica para com os vizinhos, o autor identifica as políticas de arbitragem internacional para solução de controvérsias. O princípio de arbitragem obrigatória antes de declarações de guerra estabelecido pela Constituição Federal de 1889 possibilitara, na opinião do autor, a resolução pacífica das questões fronteiriças e, mais que isso, as conquistas territoriais do Brasil que consolidaram no Direito Internacional do continente o princípio do *uti possidetis de facto*.

“Finanzas e Financiero”, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (LA NACIÓN, 1922, p. 92) é um tratamento histórico, dividido em quatro períodos, da questão econômica do Brasil desde o período colonial. Nos quatro períodos, o autor preocupa-se em apontar as principais medidas (em geral restrições financeiras) tomadas e suas consequências para a economia. O primeiro período é marcado pela revisão dos acordos de Nação mais favorecida, antes voltadas apenas à Inglaterra. As facilidades aduaneiras culminaram no excesso de gastos e no desequilíbrio financeiro resultando em mais empréstimos. Andrada não se detém, por exemplo, na abolição da escravidão ou na imigração europeia, mudanças sociais que interferiram diretamente nos problemas de circulação da moeda. A análise queda nas políticas financeiras do Estado e nos impactos

externos como a Guerra do Paraguai e a Primeira Guerra. O encilhamento e os funding loan de 1898 e 1914. Os últimos anos antes de 1922 são marcados por uma balança comercial favorável e por uma relativa estabilidade econômica, segundo Andrada. O desequilíbrio financeiro, marcado pela aquisição de empréstimos e pela lamentável impressão de papel moeda são, ainda na opinião do autor, apenas características comuns a países de economia jovem, ansiosos pelo progresso e pela solidez estrutural. As problemáticas políticas financeiras não seriam, assim, mais do que o “exceso de patriotismo” (LA NACIÓN, 1922, p. 96) de grandes economistas e estadistas, rumo à grandeza econômica.

Mas o comércio, as indústrias e a produção econômica em geral do Brasil são vistas com bons olhos, especialmente devido às riquezas naturais, a promoverem tanto matéria-prima quanto energia para a produção. Falta ainda ao país uma organização e sistematização das diversas atividades econômicas. Um dos empecilhos encontrados é o da pouca integração ferroviária, apontada tanto Mattoso Sampaio Correa (LA NACIÓN, 1922, 222) quanto por Carlos Augusto de Miranda Jordão (LA NACIÓN, 1922, p. 203). Sobre os transportes, Matosso explica, a primeira lei de regulação da construção e exploração das ferrovias foi criada em 1835, pelo regente Feijó, sob a compreensão de que eram as comunicação que venciam o federalismo extremo que resvalava no Brasil nos conflitos civis internos. A lei, que o autor do texto faz questão de transcrever, regulava os contratos de concessão do governo e as obrigações que as empresas ferroviárias deveriam ter na construção. No entanto, somente em 52 o Visconde de Mauá tomara iniciativa de uso dessa lei para a construção de ferrovia. Andrés Rebouças foi outro idealizador das melhorias. No entanto, a malha ferroviária ainda era insuficiente para a grandeza do Brasil. A descontinuidade das vias devia-se todos às crises econômicas resultadas da guerra do paraguai, do câmbio de governo, da crise de 1991 a 1994, da Primeira Guerra. Somente nos últimos anos houvera-se estabelecido uma paz propícia para o desenvolvimento, que o autor previa ocorrerem.

“Evolución científica médica” (LA NACIÓN, 1922, p. 114-117) é escrito pelo médico, escritor e deputado pernambucano Antonio Austregesilo Rodriguez Lima. Para um panorama, o autor procura descrever a situação atual das ciências médicas, da engenharia e do direito no Brasil no século de independências, embora vá se focar apenas na área da saúde. Como histórico, aponta as primeiras iniciativas médicas pelo Brasil, nas viagens realizadas com o objetivo de verificação da questão geral da saúde no Brasil. São em geral médicos do Nordeste a viajarem e catalogarem doenças

tropicais. Maurício de Nassau é lembrado por promover as viagens científicas, trazendo médicos intelectuais ao Brasil. Já na virada do século XVIII para o XIX, surgem os autores, Francisco Mello Franco e Manuel Silveira da Silva, preocupados com a situação do clima do Rio de Janeiro.

O estado atual das ciências no Brasil é visto como avançado. Inegavelmente, afirma o autor (LA NACIÓN, 1922, p. 114), o processo de colonização portuguesa havia sido o mais grandioso, a isso somando também as riquezas naturais do Brasil. O estágio de avanço poderia ser observado pelo aspecto da limpeza urbana “Fué, sin embargo, en el demonio médico, y sobre todo higiénico, que en estos últimos años nuestro país apareció como capaz de campañas brillantes y victoriosas” (LA NACIÓN, 1922, p. 115). Sobre os institutos médicos e científicos, o instituto Osvaldo Cruz – anterior Instituto de Manguinhos –, na Bahia de Guanabara, é o de maior destaque, a tratar das doenças tropicais endêmicas no período. O instituto era então dirigido pelo sucessor de Osvaldo Cruz, Carlos Chaga, lembrado pelo seu feito de ter categorizado a tripanomíase, ou doença de Chagas. Não fala sobre as políticas de higienização do instituto. Além de mencionar as várias construções e o resultado dos investimentos governamentais na saúde popular, o autor dá especial atenção ao vínculo estabelecido entre os médicos do Brasil e os círculos letrados. Lembra que dos 40 membros atuais da Academia Brasileira de Letras, quatro eram médicos, Miguel Couto, Afrânio Peixoto, Aloísio de Castro, ressaltando a intelectualidade do meio científico.

Em seguida, ao campo das artes, dedica-se tratamento às artes visuais, especificamente pinturas, e à literatura. Ambas são analisadas pela presença de elementos essencialmente nacionais como critério de valor. Procura-se expor o que de fato caracteriza o Brasil nos movimentos artísticos a partir de elementos próprios, que basicamente são as riquezas naturais e o exotismo étnico.

Para falar da literatura do Brasil, em “La literatura brasileña y el desenvolvimiento mental del Brasil” (LA NACIÓN, 1922, p. 118-120), o escritor Gilberto transcreve trecho de Ronald de Carvalho a partir do qual fundamenta sua opinião de que a literatura brasileira começou a desenvolver-se no período de abertura dos portos e da chegada da família real no Brasil, culminando na independência, que instaurou inequivocamente o espírito brasileiro. Isso pela influência intelectual advinda das grandes bibliotecas e do pensamento europeu, estimulados com a presença da corte portuguesa. Após a independência, no entanto, o processo de construção de uma arte

nacional continuava, já que os autores ainda mantinham-se vinculados a seus professores de Coimbra e da Europa.

Por su originalidad personal, uno que otro espíritu ligra comunicaba a sus escritos una nota más viva, más saliente. Pero no se percibía aún en sus obras ninguno de los cálidos rayos del sol americano, ninguno de los matices ardientes del cielo ecuatorial. Todo era, en los versos y en las frases, reminiscencias edulcoradas de Grecia y de Roma, erudición galante, devaneos bucólicos, graciosas pastorales, églogas risueñas y insípidas y misticismos lúbricos e ingenuos. (LA NACIÓN, 1922, p. 118).

São Salvador (Escola Baiana) e Vila Rica (Escola Mineira), nos séculos XVII e XVIII foram o “oásis de poesia” original, com foco em Gregório de Mattos. O único trecho transcrito, e em português, no ensaio¹⁰⁶, faz parte do que o autor assim considera: “Mas lo que de él perduró realmente fué el perfil agresivo del panfletario sublevado, en cuya verba audaz estalla por primera vez en tono autorizado el sentimiento nativista contra el dominio y la explotación del colonizador” (LA NACIÓN, 1922, p. 118). Já da escola mineira – “movimiento de humanistas y trovadores” – o autor lembra Basílio da Gama e seu Uruguay, Santa Rita Durão e Caramuru, “epopeya imitada de Camoens” (LA NACIÓN, 1922, p. 118), Claudio Manoel da Costa, Romão Antonio Gonzaga, Ignacio José de Alvarenga Peixoto e Manuel Ignacio da Silva Alvarenga. Sobre as características gerais da literatura, os traços distintivos da nacionalidade são determinados pelas condições climáticas e de povoamento do Brasil. Assim ele coloca: “No es posible precisar en qué y por qué se advierte eso; pero el hecho es que, en sus trocas, revélanse aquí y allí el sentir y el latir del corazón ansioso de libertad y la sensualidad suelta, y la imaginación colorida del hombre tropical” (LA NACIÓN, 1922, p. 118). A contradição, para o autor, é clara. Não há exatamente como caracterizar os elementos que tornam a literatura mais ou menos brasileira neste período, o que, porém, é ainda mais claro para os brasileiros. Por isso, relembra que vários destes autores da Escola Mineira participaram da Inconfidência Mineira, sapientes da necessidade de desvincular-se da coroa portuguesa em estabelecimento de um modo de vida que dissesse respeito à verdadeira realidade nacional.

A mesma perspectiva temporal, a relacionar uma ruptura na história do desenvolvimento artístico com a transição de regimes, é adotada por Laudelino Freire para falar de “Las Bellas Artes en el Brasil”. A arte da pintura se divide, segundo o

¹⁰⁶ “Que os Brasileiros são bestas / E estão sempre a trabalhar / Toda a vida por manter / Manganos de Portugal”.

autor, em duas fases bem relacionadas ao sistema colonial do Brasil. Uma anterior à presença da família real, marcada por visitas esporádicas de pintores que procuravam representar o Brasil em diversos aspectos, assistematicamente. Sem organização e sem continuidade, o período é marcado “ora por un arte eventual y peregrino, ora conventual e insignificante” (LA NACIÓN, 1922, p. 121), representadas pelos pintores holandeses e pelo pintor Ricardo del Pilar. A fase orgânica, iniciada em 1816 pelos mestres franceses chegados ao Brasil para o ensino das Belas Artes. Os precursores, que de fato construíram influências foram José Joaquín da Rocha e seus discípulos Veríssimo de Sousa Freitas, Manuel José de Souza Coutinho, Antonio Pinto e mais alguns da Bahia e, no Rio de Janeiro, José de Oliveira, Juan de Sousa, Manuel da Cunha, Leandro Joaquim, Raymundo da Costa e Silva, José Leandro de Carvalho, Manuel Dias de Oliveira Brasiliense e Francisco Solano. O ano de 1816 marca exatamente nas artes visuais, devido a chegada ao Brasil de figuras específicas, o que na literatura é justificado pelas condições sociais. Laudelino Freire explica um contexto que serve a ambas:

Las condiciones mesológicas del Brasil colonial no permitieron la aparición de un arte superior. En el seno de la sociedad que se formara por un conjunto de elementos heterogéneos cuya materia prima eran los condenados, judíos deportados, criminales que se ocultaban después de cometidos sus delitos, indios esclavizados, negros de la Guinea, dirigidos por hombres subordinados a los peores preconceptos de la Edad Media, e igualmente aprovechados y explotados por la ganancia, crueldad, intriga y fiereza de la época, sería inadmisibile la existencia de grandes artistas. El arte que entonces nacía de un medio tan desprovisto de condiciones propicias no podía dejar de ser mezquino, inferior, huérfano de inspiración y repitiéndose en desagradable esterilidad. Forzoso es reconocer, pues, que las obras que nos legaron los representantes del arte colonial bahiano, como asimismo del arte colonial fluminense, fueron ppor lo general asaz mediocres. (LA NACIÓN, 1922, p. 121).

Não existiu, segundo o autor, pintor capaz de desvincular-se da influência estéril europeia a resultar em “mediocres pinturas religiosas” e passar a observar a riqueza visual da paisagem brasileira e transmiti-la em tela. E ainda se o meio social não fosse tão disperso.

O século XIX marca o início das “brasilidades”. No entanto, é o final do século que marca a transformação nas artes induzida pela educação pública, em um contexto assim descrito por Laudelino:

En la filosofía, el vizconde del Río Grande dió a la publicidad l primer trabajo basado en las corrientes del naturalismo darwinista, oponiéndose al impenitente espiritualismo. En la ciencia, ampliados los nuevos cursos profesionales de las cátedras referentes a las ciencias físicas y naturales, surgen los estudios originales de antropología, arqueología, etnografía e historia natural, hechos por los sabios Laceda, Ladislao Netto, Rodrigues Peixoto, Ferreira Penna, Orville Derby, Hart, Fritz Muller. Ruy Barbosa aparece en el escenario del pensamiento brasileño, asombrándonos ya con la amplitud de su cultura, en la introducción de su “Papa y Concilio”. En la política, el ideal republicano se consubstanció en um manifiesto y se concretó en un partido. La mancha indeleble de la esclavitud recibió el primer golpe con la paurea “lei do ventre livre”. En la novela, Machado de Assis, seguido de Taunay y Franklin Tavora son los sucesores de Alencar. En la poesía, a los últimos y geniales representantes del romanticismo, Castro Alves, Fagundes Varela y Tobías, suceden los primeros cultores del parnasianismo francés, que fueron: Luis Guimarães y Machad de Assis. El cantor inmortal del Guarany, se afirma en los centelleos de su genio musical. (LA NACIÓN, 1922, p. 123)

Na literatura, o Romantismo – termo imitado do movimento europeu -- sob a influência de Byron, Lamartine e Victor Hugo. (LA NACIÓN, 1922, p. 119) -- a substituir os cavaleiros e castelos por índios e florestas, segundo o autor – inaugura a “independencia mental”. Com expoentes Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre. O indianismo, “aurora de la literatura brasileña” foi inaugurado por Magalhães. Sob o julgamento de que o autor ainda trabalha a forma e a estética portuguesa com temas e paisagens do Brasil, ele coloca em José Alencar o título de primeiro grande escritor do Brasil – “el hombre destinado a promover nuestra formación literaria contemporánea” (LA NACIÓN, 1922, p. 119), comparando-o a Chateaubriand na França. O autor é da opinião de que não há influências portuguesas na literatura genuinamente brasileira de Alencar, que, descreve o prodígio a partir da perspectiva étnica:

Con sus maravillosas invenciones creó para la imaginación brasileña un escenario indescritiblemente fascinador; transformó niestras selvas lóbregass y feroces en amenass y festivas estancias de bondad, de agasajo y de alegría. Y colocando en media de ellas lass tres razas formadoras de nuestra nacionalidad – el indio, el portugués y el negro – dió a cada una su fisionomía particular, colocándolas en las gradaciones de su fantasía indulgente. (LA NACIÓN, 1922, p. 119)

A literatura genuinamente nacional formar-se-ia, no entanto, em Pernambuco, com matriz na Faculdade de Direito. Tobías Barreto. Coincide com seu ingresso na Faculdade de Direito o movimento intelectual que caracterizou o Brasil a partir do ano de 1865, segundo o autor. “Tobías Barreto puede ser considerado, por la obra que dejó, el único filósofo que ha tenido el Brasil”. (LA NACIÓN, 1922, p. 119). Comparando-o a Geroge Brandés na Escandinávia, o autor faz uma série de elogios. Apenas pela limitação da língua materna, reconhece, Tobías não ficou conhecido como contribuição importante, em nível global, à filosofia do século XIX. Ele “fué el creador del espíritu crítico en el Brasil, el precursor de todos los debates intelectuales, el mayor de nuestros juristas, el mayor de nuestros publicistas, el más soriginal de nuestros pensadores. (LA NACIÓN, 1922, p. 119). Na poesia, Tobías Barreto encontra um par em Castro Alves.

O componente étnico e a mistura, característica única do Brasil, é um aspectos de valorização da literatura brasileira, para Gilberto Amado. A síntese conseguida por José de Alencar, e na poesia por Castro Alves das três etnias como característica própria das artes nacionais.

“Y si algo pudiésemos destacar para representar ante el extranjero las cualidades más características de nuestra idealización en lo que ella tiene de particular, de producto de razas cruzadas, probando el poder del sentimiento, de expresión y de vigor mental del mestizo brasileño, en Castro Alves habría que ir a buscarlo. (LA NACIÓN, 1922, p. 119).

Do Romantismo também distingue Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, Junqueira Freire, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu, Teixeira de Mello, Luis Guimarães Júnior. Luis Delfino também atravessa essa geração filiando-se, assim como Machado de Assis e Teófilo Dias, às vanguardas republicanas, com expoente em Cruz e Souza, Raimundo Correa, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac, Luis Murat. Sobre Cruz e Souza, representante do simbolismo no Brasil, o autor escreve o que pretendia um elogio, a evidenciar na verdade como o negro participa da formação social. O poeta, figura semelhante a Anthero de Quental em Portugal, ou seja, uma figura literária de exceção, pouco aceita na sua distância às correntes artísticas, era, na opinião do autor:

Era un negro, negrísimo, delgado, delicadísimo de maneas, solitario, austero de constumbres, puro, casto, sin ninguno delos defectos en general heredados del africano, esto es, la afectación melindrosa, la excesiva blandura de ánimo de raya en pasividad, la índole fácil y abierta, la sensualidad inmediata y grosera. (LA NACIÓN, 1922, p. 119)

Finalmente, Gilberto Amado confessa que o que de mais avançado está na intelectualidade do Brasil não está na literatura de ficção ou na poesia, mas sim no jornalismo, e isso principalmente por uma questão de valorização e remuneração do trabalho no Brasil (LA NACIÓN, 1922, p. 120). Escreve sobre a imprensa no Brasil, do qual o maior expoente é Rui Barbosa, “hoy nuestro mayor escritor”. Deste lugar, expõe nomes proeminentes desde o Império, Juan Francisco Lisboa, Torres Homem, Francisco Octaviano, Abreu Lima, Joaquín Serra. Na República, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, Alcindo Guanabara, Medeiros e Albuquerque, Carlos de Laët (comparado a León Bloy). Satírico, nunca escreveu um livro, polemista, leigo, mas fino. Tal é a postura é afirmada por Azevedo Amaral em “El periodismo brasileño”. A importância do jornalismo no Brasil é exposta nas primeiras linhas, determinando a influência das tendências políticas no seio dos jornais Amaral, no entanto, prefere uma abordagem pessoal de alguns dos principais expoentes, ao invés de tratar panoramicamente a influência apenas mencionada.

Para ele, o jornalismo no Brasil destacava-se a partir da intelectualidade individual de seus principais contribuintes, que eram também figuras que dedicavam atenção às questões sociais de maior interesse do público leitor. Coloca primeiramente Evaristo da Veiga como patriarca do jornalismo brasileiro, em seguida elencado o nome de Ferreira de Araújo, fundador da Gazeta de Notícias. A Gazeta, na opinião do autor (LA NACIÓN, 1922, p. 124) funda o jornalismo moderno, diário, a alcance do leitor geral e em discussão das questões políticas no Brasil. José do Patrocínio caracteriza o jornalista no Brasil. Ele não era primeiramente jornalista, mas homem de Estado, ator político, a usar das colunas semanais como trincheiras para suas lutas pela cidade do Rio de Janeiro Ele é marcadamente o opositor no jornal da escravidão negra e da luta em favor da abolição, assim como Quintino Bocaiúva, que fizera o mesmo em relação ao regime republicano, utilizando-se do jornalismo (LA NACIÓN, 1922, p. 125).

A visão geral que se tem do Brasil a partir dos textos brasileiros é elogiosa, no sentido de uma constante observação rumo ao futuro, ao progresso. Quando não elogiosa, atenta ao menos aos recentes avanços em promessa de um porvenir. O texto final da homenagem, de Herbert Moses, ao descrever o resultado da organização para a Exposição mundial, traz em coincidência com a oposição frequentemente utilizada para se descrever a superação que o Brasil atravessava rumo a um futuro grande, uma final conciliação entre homem a natureza:

El hombre y la naturaleza se aliaron para ofrecer esta impresión especial desde la primera vista, levantando aquél el palco de su orgullo en torno de los escenarios en que ella se compació en su obra de maravillas, puesto que la Exposición de Río de Janeiro está contorneada por la más bella bahías del mundo entero, que es obra de la naturaleza, como es obra del ingenio brasileño el plan y la construcción de sus jardines y alamedas, de sus palacios y pabellones. (LA NACIÓN, 1922, p. 234)

Concluídos os textos, percebemos o processo de formação, a partir da tentativa de “forjar” impressões aos vizinhos, o esforço narrativo dos intelectuais que então narravam um Brasil que se mantinha nos altos princípios liberais e democráticos inspirados nas antigas metrópoles. O conjunto de traduções nos mostra tanto o que deveria ser lembrado (o passado escravista e monárquico, por exemplo) quanto o que deveria ser silenciado (a situação atual dos negros e dos jogos oligárquicos), quando o Brasil olhava para seus vizinhos.

Conclusões do capítulo

A reunião de estudos e discursos neste capítulo possibilita a compreensão de como se formou na Argentina um conjunto de formulações sobre o Brasil sem o “auxílio” do deslocamento. Nas análises realizadas, compreendemos que os textos “secundários” polarizam de formas distintas a cordialidade observada nos discursos dos viajantes. Por um lado, o conjunto das quatro homenagens compõe-se por narrativas e discursos elogiosos que contornam ou rememoram em tom celebrativo quaisquer desvios morais representados pelas antigas instituições, inclusive releendo-os em favor de observações amistosas. Por outro lado, temos um rol de interesses dispersos dos autores que formaram impressões sobre o Brasil como um meio, e não como objetivo, de um projeto específico, a exemplo dos projetos historiográficos sobre a Argentina, a incluir as guerras, como na obra de Juan Alberdi; a participação da Argentina com textos jurídicos e históricos na *Revista Americana*; ou a tentativa de compreender um funcionamento atípico da moeda e do câmbio de um país em Wileman. As obras agregadas neste segundo caso evidenciam a especificidade de um tratamento bem menos interessado na política da boa vizinhança – interesse suplantado pelas pretensões próprias de cada projeto – e, conseqüentemente, formador de um discurso mais permissivo com as críticas ao Brasil.

A cordialidade e o pronto formato que se percebem nas homenagens possibilitam que se aproximem mais as visões da Argentina e as visões do próprio

Brasil sobre si. A tentativa de acercamento acrítico estabelece-se nestas publicações em um consenso que ciclicamente – formação de si e do outro – vai se manifestando pela concordância do que o Brasil diz sobre si e do que dizem as representações argentinas. Na viagem de Bocaiúva, por exemplo, a Argentina sauda o novo governo e o acordo que então se desenrola com uma desconfiança mínima, como em um novo momento de aproximação que os rumos republicanos desejavam inaugurar. O mesmo para a visita de Campos Sales, presidente que há pouco se recusara a participar da Conferência de Haia sobre o tema do desarmamento (CERVO; BUENO, 2008, p. 169), mas cuja recepção era notada como exemplo do fim do antigo espírito de rivalidade. Neste sentido ainda, todo o discurso de Ayarragaray é voltado à fundamentação da equidade intelectual entre as duas nações, mesmo que por desenvolvimentos distintos. E, neste caso específico, partido exatamente da instituição a representar a emancipação política pela ilustração a inventar uma memória nacional (SCHWARCZ, 2012, P. 33-34).

A publicação do Centenário foge à lógica deste formato de homenagem. Financiada pelo *La Nación*, ela não descreve uma troca de visitas, de forma que não menciona, fora a homenagem presente no pavilhão de exposição, trocas de visitas de legações diplomáticas. Ela ocupa-se de algumas homenagens em discursos, como os de Bartolomé Mitre proferidos havia mais de 30 anos, e de uma breve descrição das características atuais do Brasil e da comemoração, com Jorge de Mitre e Hebert Moses. Compõe-se, no entanto, de uma coletânea de estudos separados em aspectos distintos, e realizado por brasileiros, sem a descrição da agenda da comemoração, ou, no plano da editoração, sem a explicação da forma de encomenda dos textos para a organização da coletânea, inclusive em relação ao nome dos tradutores.

Mesmo verificada essa distinção, no entanto, percebemos nos discursos de homenagem, com o reforço de uma nova imagem republicana e o consequente distanciamento dos motivos de rivalidade, a absorção de algumas reformulações históricas para se tentar criar uma imagem de Brasil mais adequada ao status de progresso que este buscava conferir a si. Nesse sentido, a homenagem do *La Nación* é particularmente interessante por articular um largo estudo composto por textos de intelectuais brasileiros. Nela, observam-se alguns mecanismos de releitura por parte dos autores do que a história poderia já ter enraizado como conhecimento sobre o Brasil, a fim de adequar a projeção nacional que se vinha construindo à recepção argentina.

Neste conjunto de textos, a história da Proclamação da Independência, por exemplo, recebe novos contornos. Surge a imagem de um exército brasileiro forte,

integrado, totalmente capaz de defender as liberdades individuais e a nova organização republicana. O discurso de Alcorta na visita de Roca ou o texto “La independencia del Brasil” de Affonso Celso exploram as lutas já atravessadas no estabelecimento da democracia. Dessa forma, rompe-se com o discurso da pacificidade com que o Brasil atravessara as grandes rupturas, rupturas estas ora como recurso para a aproximação entre as duas repúblicas – ambas havia defendido sua liberdade pelas armas –, ora para evidenciação estratégica de um exército forte capaz de exercer bem seu contrapeso na balança de poder do Prata.

Já a contrapartida de absorver o Brasil como um objeto “indireto”, ou seja, como fonte para outras observações de interesse distinto do “conhecer”, permite abordagens que descartem – ou requeiem ao silêncio, nos casos de Wileman e Ramirez – a importância das boas relações. Juan Alberdi, com a particularidade de ser um autor com publicações póstumas sobre o Brasil imperial quando já era república, encabeça o exemplo disso no acervo que reunimos, com o pior argumento sobre o Brasil. É na voz dele que se dá a maior teorização e fundamentação sobre a relevância da desconfiança em relação à diplomacia imperial, em um projeto do autor voltado aos benefícios pela precaução estratégica, e não pela integração.

Juan Alberdi, como historiador polemista, é também o que mais se aprofunda na tarefa de explicar os motivos por que o Brasil era uma ameaça, e o faz utilizando-se de algumas características fundamentais da nação: o território pobre, a raça lânguida; a inclinação expansionista inerente ao regime imperial e a educação europeia de D. Pedro II. O que não conseguia ser substanciado pelos motivos antigos nas ideias de Alberdi – uma teoria que antecedia a prática – o foi com a Guerra do Paraguai e seus desdobramentos para as relações no Prata. A diplomacia do Brasil nesse sentido comprovava, segundo Alberdi, todas as denúncias de pretensões imperialistas e dominadoras que ele já havia se dedicado a apontar, sendo que, na sua opinião, toda a confirmação de um Brasil imperialista fora ainda enfatizada com a recepção desleixada à visita de Mitre ao Rio de Janeiro com objetivo de verificar diretamente, enquanto ministro plenipotenciário argentino, o que ocorria. A má recepção verificada pela comunicação oficial com a Argentina, disponibilizada pelo *La Nación*, pouco ou nada condicionou as percepções posteriores de que havia *de fato* motivo para a perpetuação ou o agravaram. A voz de Alberdi fica solitária após a independência, enquanto a Guerra do Paraguai finca raízes em uma leitura de união dos exércitos pela defesa da liberdade na América do Sul.

As obras com teor mais imediatamente informativo também vincula-se ao interesse estratégico, agregando temas de tratamento material, como em Wileman e em Ramirez, embora o primeiro consista em um estudo documental interpretativo e o segundo em apenas uma acumulação de dados. Assim, encontramos uma produção representativa que, afora a presença dos viajantes no lugar, com uma recepção pelo círculo intelectual brasileiro correspondente e o deslumbramento imediato, e afora o formato das homenagens, há a clareza da demanda por informação, mas não pela constituição de vínculos de amizade e cooperação.

SÍNTESE CONCLUSIVA

No nosso acervo documental, os estudos sobre o Brasil iniciam-se com uma publicação em 200 exemplares de luxo e termina com uma edição especial do jornal mais popular da Argentina, indicando, pela linha temporal, um grau de difusão do tema entre a população argentina visivelmente maior. Se considerarmos a linearidade de um possível percurso de crescimento progressivo da abordagem e da atenção voltadas ao Brasil, veremos, no entanto, pelos períodos das edições, que elas não são determinadas por um projeto prévio que vai se realizando e, mais, não pretendem seguir a lógica de formação de um conjunto, embora advoguem em favor disso. Além disso, elas não se retomam e nem dialogam entre si em uma continuidade interior a estes projetos, na reafirmação constante de que faltam produções com a temática do Brasil. Confirmamos, assim, a hipótese da pertinência de um método atento mais à interioridade do nosso acervo do que sua compreensão em uma narrativa histórica a priori. Ao nosso ver, isso fica tão mais evidente no primeiro capítulo, com os diversos viajantes com seus argumentos – seu *habitus* – próprios e com tarefas e percursos condicionados mais à suas possibilidades idiossincráticas de produção, como a disponibilidade para viajar e para dedicar-se à escrita. Tratando-se destes viajantes, o Brasil como objeto de estudo é delimitado por uma classe de intelectuais que pode descrevê-lo em aspectos que individualmente julgam pertinentes ao público argentino.

A segunda parte do trabalho nos mostra a atenção institucional da Argentina em vincular-se ao Brasil, utilizando-se das datas comemorativas que poderiam ser compartilhadas em proveito das homenagens e da publicidade das boas relações. Por outro lado, esta segunda parte acusa-nos também a atenção que naturalmente se dedica a um vizinho que é parte das políticas estratégicas da Argentina, em termos de análise conjuntural dos eventos no Prata, como faz o diplomata Juan Alberdi, ou em estudos econômicos pelo interesse em explorar uma realidade totalmente distinta, como no caso da publicação *Brazilian Exchange*. As publicações desvinculadas de viagens e de homenagens trazem informações e impressões de cunho essencialmente estratégico, não nos sendo possível identificar, por exemplo, à exceção da rica coletânea de textos da homenagem do *La Nación*, mais estudos sobre aspectos da sociedade ou da cultura brasileira.

O Brasil é de forma geral tomado como objeto para suprir um alegado déficit de conhecimento. E quem o coloca como objeto são os intelectuais, e, semelhantemente ao

caso brasileiro, intelectuais com vinculação política, o que imprime à produção o respaldo de se tratar de fato de um conhecimento ainda não tido, mas que se *deve* ter, inclusive considerando-se o bem-estar e o progresso da própria nação argentina. A importância do conhecer o vizinho é colocada por este campo produtor de forma equivalente ao pressuposto de aquisição de qualquer saber: conhecendo-se, pode-se agir melhor em direção (ou oposição) ao próprio objeto de conhecimento. No caso específico do Brasil, reafirma-se uma lacuna acentuada pela distância histórica – a escravidão, a língua portuguesa, a monarquia. É este o argumento pela perspectiva estratégica de Crespo e de Ramirez, pela intelectual de García Mérou, pela socioeconômica de Bernárdez, etc. No caso específico das homenagens, o objeto Brasil é delimitado pelo próprio formato discursivo da homenagem e sua intenção celebrativa fica restrita a manifestações oficiais amistosas.

À exceção do financiamento de algumas homenagens, o Estado argentino ainda não assume a tarefa de construir uma leitura do Brasil, de forma que ela é majoritariamente relegada a iniciativas particulares de viajantes, de jornais e, em menor medida, de instituições públicas do Brasil, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as universidades, a Sociedade Nacional de Agricultura. Esta é, ao nosso ver, pela recepção de intelectuais e de missões argentinas, a instituição que mais se aproveitou do que a intelectualidade dos dois países defendia: a integração pelas ideias e suas possibilidades de realização técnica. Em relação à Argentina, não temos ainda uma instituição ou um processo de editoração específico sobre qualquer questão da relação bilateral. O jornal *La Nación* é, nesse sentido, a instituição de maior destaque: por sua iniciativa publicaram-se os arquivos de Mitre, fartamente utilizados para leituras posteriores do Brasil; o acervo literário da coleção Biblioteca de La Nación, que publicou pelo menos cinco traduções de autores brasileiros; a *Homenagen al Brasil*, com definitivamente a coletânea mais extensa e diversa de traduções com informações sobre os aspectos do Brasil. A figura pessoal de seu fundador, Bartolomé Mitre, inclusive, é constantemente celebrada como símbolo da amizade entre as nações, como nenhum outro estadista, inclusive brasileiro, é. Sua vinda ao Brasil em 1872 sofreu, percebemos pelas homenagens prestadas a Bocaiúva e Campos Sales e pelas menções em García Mérou e León Suárez, uma ressignificação com a Proclamação da República, especialmente pelo fato de ter-se mantido o argentino engajado nas boas relações com o Brasil mesmo com os problemas evidenciados na recepção pelo imperador D. Pedro II e pela diplomacia ambígua do Brasil posteriormente à guerra. Mitre passa, após a ruptura

com o velho regime, a ser objeto de comparação com Sarmiento, sendo os dois os presidentes argentinos que conheceram pessoalmente D. Pedro II, e que reuniram a impressão pessoal do imperador enquanto figura extremamente culta, retrógrada apenas no contexto monárquico, e não nas ideias. Essa mudança de perspectiva quanto a Mitre é o que leva Campos Sales a visita pessoal a sua residência em 1900, imprimindo-lhe um destaque maior talvez do que Roca durante a visita à capital argentina.

A liberdade hipotética em uma produção discursiva que atende a um projeto particular de um autor, e não a uma restrição pré-estabelecida por um mandante, tem o contrabalanço já salientado de que a produção do nosso acervo esteve vinculada também ao campo político. Por causa disso, no Brasil, a intelectualidade argentina via-se e era vista como representante de seu país, como sinédoque das relações pessoais que estabeleciam com o campo semelhante no Brasil para indicar as relações entre os dois Estados. Isso implicou em restrições em diversos níveis. Um deles é o *habitus* do viajante ou autor preocupado com os costumes cordiais que caracteriza seu círculo, e que resulta em uma segunda restrição, interna ao texto e presente no tratamento de questões polêmicas, que é o condicionamento da representação do outro aos planos de vínculos que se procurava estabelecer. Os escritores que vêm ao Brasil procuram relacionar-se com seus semelhantes, pela participação em eventos, pelas visitas, pelas discussões em jornais, ao mesmo tempo em que são recebidos pela intelectualidade do Brasil, pelas homenagens concedidas e pelas notas na imprensa, uma confluência de fatores a estimularem pareceres positivos. A experiência se dá pela vida pública e, no texto, isso reflete na cordialidade dos discursos. Assim, temas de desconforto adquirem um tratamento cuidadoso, enquanto o foco se dá por perspectivas otimistas em contrução conjunta de uma boa imagem.

Marcadamente o pressuposto da rivalidade é ora lembrado ou afirmado como herança colonial remota, ora negado apenas como parte de um imaginário que não tinha razões objetivas para existir. Importa, no entanto, que ele é largamente constitutivo das introduções que procuram apresentar o tema Brasil. Essa rivalidade, no texto, emerge de diferentes formas em cada campo produtor de impressões tanto pela insistência em que ele deve ser um paradigma abandonado – a situação não é mais de império ou de escravidão, por exemplo –, ou negado, já que não há objetivamente motivos para qualquer disputa. A contrapartida dessa percepção, a que os autores recorrem com frequência, é a defesa dos laços de amizade em uma narrativa elogiosa, selencionando de forma recorrente alguns aspectos semelhantes – a riqueza econômica, o passado

colonial, a proximidade geográfica, a luta nas mesmas guerras – para a construção de uma imagem positiva que enseje a proximidade natural. Ou seja, como solução ao mito da rivalidade, procura-se criar a percepção de uma união embrionária – em aspectos compartilhados ou passíveis de intercâmbio – das “duas repúblicas”. Assim, tanto o polo da rivalidade quanto o polo da convergência irrestrita são defendidos sem problematização dos marcos factuais, utilizados mais como uma mania discursiva do que como um sentido histórico progressivamente fortalecido pela prática.

A definição contida no “fórmula Mérou” de Sorá é a nós especialmente importante por indicar, a partir da identificação em uma repetição discursiva pouco atenta à relativa alta troca bilateral no campo literário, uma espécie de repertório típico para introduzir o tratamento de um tema cujo substrato é dado em um movimento de tensão e distensão. O desconhecimento mútuo alegado é intercalado no acervo com a desmistificação de uma rivalidade mitificada. Essa rivalidade está na imanência, enquanto emerge ao nível do discurso a sua negação, na constante refutação a prioristicamente. Não há de fato um estudo sobre as causas da rivalidade – aliás, mal há a caracterização da rivalidade em algo que não uma sequência unilateral de provocações ou simplesmente uma postura de distância por parte do Brasil. Sugerem-se, quando muito, algumas possibilidades – principalmente as históricas – para a rivalidade, no entanto elas atravessaram nosso conjunto documental em uma suposição que nunca se consubstanciou. Ou seja, a rivalidade sempre foi mais expectativa, tensão a autofomentar-se do que de fato a consequência de uma causa. Aos discursos argentinos defensores da cooperação e críticos da disputa, esse pressuposto torna-se particularmente interessante, pois desloca, dentro do discurso, a imaterialidade de uma suposta desconfiança para a materialidade dos benefícios da cooperação em uma agenda empírica a se realizar pelas propostas de intercâmbio material e imaterial.

A história é campo particularmente fecundo para se observar a abstração da rivalidade. Passíveis de interpretação e apropriação para fins diversos, os fatos são, nos discursos sobre o histórico das relações bilaterais, percebidos da maneira mais conveniente possível às relações bilaterais. Os conflitos de que participaram Argentina e Brasil, fosse do mesmo lado ou de lados separados, são usados como fator de aproximação, e não como de afastamento. É possível, dessa forma, que as guerras que opuseram Brasil e Argentina no Prata, contra Rosas e pelo território do atual Uruguai, sejam compreendidas a partir dos seus resultados à política do continente. Assim, em ambas, o Brasil participou não contra a Argentina, mas em defesa dos ideais de

liberdade do continente, contra a ditadura rosista e em favor da soberania uruguaia, ou seja: mesmo de lados opostos, haviam lutado pela mesma causa. A Tríplice Aliança, que uniu as duas nações em um momento e quase as pôs em guerra depois, manteve-se notada como grande feito contra o autoritarismo de López. A partir da apropriação e da construção das ambiguidades históricas, os discursos dos diplomatas e dos jornalistas parecem-nos os maiores exemplos das profissões dispostas a forjar pela história as vias ontológicas de uma aproximação, assim como esperadamente o fazem de forma mais escancarada as homenagens. No entanto, o discurso estratégico dá outro prumo à leitura das relações e às prioridades de intercâmbio.

No campo militar, os discursos em recepção e homenagem carregam a história dos exércitos como honrosos pilares de ambas as nações, mas, afora isso, o próprio lugar de emergência, ou seja, um lugar de preocupações primordialmente estratégicas, aparece menos interessado na defesa das boas relações. Isso fica bastante claro na observação das informações históricas e geográficas do Brasil, perspectivas habitualmente associadas ao campo da segurança internacional, feita pelos militares. O avanço das duas ciências em determinada sociedade, a história como formadora de uma identidade e a geográfica representada em um território definido e soberano, demonstram tradicionalmente a força de uma sociedade, aos moldes estabelecidos pelas políticas nacionalistas europeias do século XIX. Interessam, pois, especialmente ao âmbito estratégico sugerido pelos diplomatas com formação militar. Tanto os escritos de Crespo quanto a compilação de Ramirez têm função essencialmente informativa, com o frequente recurso à reprodução de documentos, dados estatísticos e representações gráficas. Crespo realizava missão no Brasil ao momento da escrita, e sua obra comporta uma análise mais interpretativa, que constroi uma narrativa a partir dos dados e condicionada em alguma medida por impressões partidas de inferências causais – como, por exemplo, a industrialização como consequência da substituição da mão de obra negra por imigrante. A obra de Ramirez de fato é um recorte de outras fontes, em geral documentos oficiais da organização institucional do Brasil, que o autor vezenquando apresenta brevemente.

É nesse campo de produção também o lugar em que o incentivo ao intercâmbio comercial é exposto pela defesa objetiva dos benefícios materiais das vinculações a comporem habilidades relacionadas ao *hard-power*. Os discursos dos outros campos – da formação diplomática, do jornalismo e do direito, por exemplo – tendem à lógica da cordialidade, e, se consideram a desconfiança, é para negá-la frente a todos os eventos

que compõem as relações bilaterais e que conduzem à amizade. Aliás, é esse tom de cordialidade o largamente presente na produção argentina sobre o Brasil. Dele advém também um olhar condescendente com tudo o que os brasileiros internamente consideravam problemas, como a desordem causada pela troca de regimes. É, assim, um discurso otimista, atento às melhorias possíveis e silenciador dos problemas. As críticas, quando explícitas, dirigem-se mais ao que o presente já superou, e não ao que ele deveria superar.

Na construção sobre impressões do Brasil, a intelectualidade brasileira contribui sobremaneira. O jornalismo torna-se um lugar de grande interesse por ser percebido como o lugar de comunicação das ideias que se tornarão as políticas práticas no Brasil. Os intelectuais, o estadistas, os escritores de ficção e poesia todos encontram-se reunidos pelas publicações, vastamente elogiadas. Rui Barbosa não foi autor de ficção, Joaquin Nabuco aventurou-se apenas ao final da vida, atentando-se os autores argentinos para a diferenciação que surge entre o campo literário e o campo jornalístico na compreensão argentina. A intelectualidade do Brasil está polarizada então no campo jornalístico e irradia-se a partir dele. A diplomacia, outro lugar de especial interesse, aparece no nosso acervo como o único campo não diretamente ligada ao periodismo do Brasil. Dessa forma, além de tema de observações, o jornalismo também fornece o conhecimento mais aprofundado sobre o Brasil, por sua produção, por entrevistas que os visitantes do Brasil fazem, e pelo fato de marcadamente as figuras de poder no Brasil vincularem-se aos principais jornais.

A Proclamação da República é bastante observada a inaugurar um novo período na dinâmica do Prata e possibilitar a aproximação entre as duas repúblicas. Sobre isso, há nuances que se colocam de acordo com as perspectivas dos autores. D. Pedro II frequentemente apareceu como líder esclarecido, inclusive a reconhecer o curso natural da história e permitir uma relativa placidez à transição de regime quando supostamente poderia ter gerado uma guerra interna para se perpetuar no poder. Juan Alberdi, sustentado pela documentação diplomática de Mitre, produz a única distância que identificamos quanto à adoção de uma característica pessoal de D. Pedro II como espécie de atenuador cordial ou contrapeso às críticas à monarquia. O diplomata argentino vai ao encontro desse modelo na denúncia de possuir o monarca uma educação retrógrada – e não erudita –, aos moldes dominadores oitocentistas. Perdura no acervo, apesar da significativa obra de Alberdi, o tom diplomático, que vê na figura do imperador mera contingência de um atraso geral e que, consciente da situação *sui*

generis do Brasil, abre mão do poder pacificamente com as primeiras pressões sociais por mudança. Ainda, exceção a todo esse modelo de críticas ao regime é contrapartida de a monarquia ter viabilizado a conservação da unidade territorial, e da paz que permitiu inclusive o desenvolvimento da intelectualidade brasileira. A relação entre a ordem e a monarquia, aliás, atravessa nosso conjunto documental, emergindo tanto na percepção de Mérou quanto na homenagem do Centenário.

Essa noção de um Estado ordenado, forte pela sua enorme coesão interna, não se transmuta imediatamente para as primeiras impressões sobre a república brasileira, embora a acusação do caos republicano pelas guerras civis no restante do continente não se torne paradigma para a análise da nova república. Assim, a ordem e a unidade permanecem como realização do regime monárquico. Em contrapartida, a desordem instaurada na transição do regime aparece com mais clareza somente na comemoração do Centenário. As comemorações por parte da Argentina, tanto individuais quanto populares nas homenagens publicadas, superam a leitura das dificuldades políticas que o Brasil atravessava. Quando muito, alguns conflitos internos significam apenas a normal turbulência de um processo de transição. À época do câmbio de regimes, o Brasil era então o último a ingressar na ordem republicana e democrática liderada pelos Estados Unidos no continente, e essa ordem era vista tanto como uma tendência óbvia, e única, para o caminho da paz continental, que apenas nas potencialidades positivas dessa mudança apresenta-se a ênfase do nosso acervo. Além disso, quando observada, como na tradução de Affonso Celso, a turbulência civil do período era antes colocada como um conflito entre os saudosos monarquistas, ou os portugueses – elementos estrangeiros em geral – contra a unidade nacional/nativa, obviamente republicana. A dicotomia emerge no lugar da complexa rede em que pelejavam unitaristas e federalistas ou as antigas camadas oligárquicas e a nova elite urbana nas disputas políticas pela polarização das influências na nova configuração estatal. Mesmo que evidentemente a monarquia atravessasse um processo de decadência iniciado com a Guerra do Paraguai e acentuado com a abolição e os recentes avanços industriais, o que se mantém nas representações argentinas é uma espécie de escolha de avanço histórico, que determina um novo momento nascido mais pela determinação da liderança republicana do que pelas contingências. O que se tem é a construção da oposição entre um Brasil retrógrado e um Brasil moderno, e, logo, um Brasil antes distante e que agora poderia participar dos sistemas continental.

Quanto ao correlato social da monarquia enquanto modelo anacrônico, o regime escravista, não há discursos que se dispuseram a tratar das desigualdades sociais intrínsecas ao modelo de organização produtiva, tanto na lógica monárquica da escravidão quanto no sistema oligárquico republicano, o qual evidenciou as perturbações sociais deixadas pela abolição. Os problemas sociais concernentes à pobreza, à marginalização, são abordados pela perspectiva étnica positivista, pelo viés já teorizado pela intelectualidade brasileira sobre as misturas das raças e sobre os prejuízos do componente negro. O antigo sistema escravista a inserir forçadamente o negro na sociedade havia, segundo tal opinião, retardado o desenvolvimento material e moral da sociedade. Não se pensa a escravidão a partir de um problema ético a atacar a liberdade individual da pessoa do escravo, tangenciando-se, por exemplo, a injustiça social ou um dever histórico com a etnia negra. Consensualmente, o silêncio sobre isso perpassa todo o conjunto de obras para, quando se toca no assunto, tratá-lo sob a perspectiva pragmática das implicações gerais da instituição, a retardarem a economia e comprometerem a beleza da paisagem do Brasil. Tanto que, embora a abolição tenha sido largamente comemorada, as consequências de uma massa negra desempregada e tendente à exclusão e marginalização foram silenciadas.

A partir das consequências gerais de sua presença no conjunto dos diversos aspectos de manifestação cultural brasileira, a figura do negro liberto é dualmente percebida. Os elogios à miscigenação enquanto marco característico da brasilidade fica a cargo do discurso das belas-artes, tanto visuais quanto na poesia, especialmente quando se incorpora a necessidade de criar uma tipicidade do Brasil sob o cunho de nacionalismo. Se as artes já avançavam rumo ao 1922 com o índio adotado como modelo do exotismo, a presença do negro também atravessou essas discussões pela formação do caboclo. Assim, as críticas de arte encarregam-se de formar a impressão de que, embora seja um dos componentes formadores da nação, a gerar inclusive uma mistura interessante pela reprodução, o negro imprime, se puro, uma imagem pejorativa à nação como um todo. É da via da intelectualidade brasileira reproduzida em García Mérou e largamente lembrada quando se toca o tema que surge a solução do enbranquecimento da população.

A condenação da presença do elemento negro na sociedade reproduz-se nos discursos posteriores argentinos sobre a paisagem urbana, a partir dos elogios à limpeza racial realizada na cidade do Rio de Janeiro, e à expansão da economia industrial, a partir de sua vinculação ao crescimento do fluxo imigratório após a escravidão. Há,

dessa forma, perpetuação do critério cientificista da segunda metade do século XIX para se observar o progresso socioeconômico alcançado no decorrer das seguintes décadas. O negro, ora direta ora indiretamente, e mesmo quando elogiado por sua beleza ou alguma boa característica, carrega geneticamente a preguiça e a indisposição ao trabalho, ou, em pretensão amena, de languidez, obstáculos ao progresso civil. Sobre a sociedade brasileira, não há estudos sobre os costumes e as tradições, e isso computando tanto indígenas, negros ou europeus, em evidência no Brasil, salvo uma ou outra breve menção em Mérou e um ou outro artigo na Revista Americana. A política de saneamento e reconstrução urbana do Rio de Janeiro rumo à apresentação de um Brasil moderno após cem anos de independência não são mais do que a resolução discursiva do problema da desorganização social ainda a reinar na cidade. O negro é, pois, lembrado por essas reformas urbanas, ele é notado por sua ausência. A derrubada dos barracões e a marginalização de pobres e negros juntamente com a Revolta da Vacina não se tornaram objeto de observação, em detrimento dos avanços urbanísticos e da economia industrial.

Os problemas advindos das políticas imigratórias também são silenciados na defesa da limpeza social pela supressão do negro. Os índios pouco se mencionam, já que os debates em torno da coexistência já vinham se resolvendo, e eles não constituíam fonte de atenção. Parecia já dado como elemento exótico e distante, nem integrado e nem discriminante da população brasileira, prescindível por não atuar diretamente na circulação econômica, mas interessantes o suficiente para manterem-se como exemplo da miscigenação típica da nação. Como herói nacional, ocupava lugar mais importante na definição dos elementos característicos brasileiros, mas é apenas mencionado nos estudos sobre as artes. Na sociedade ou nas ideias jurídicas, pouca diferença faziam e não são mencionados.

O progresso econômico que o Brasil consolidava na primeira década do século XX é, assim, interpretado pelos argentinos mais como suplantação das heranças coloniais do que como uma continuidade delas. O fim da escravidão e da monarquia, como exemplo dos recentes avanços, era analisado sob uma perspectiva histórica evolutiva, pressupondo os padrões atingidos pelo exemplo dos Estados Unidos – somando-se com o Brasil a semelhança das sociedades escravistas –, e em seguida pelas ex-colônias hispânicas. O auge desse progresso, pela tentativa de inserir-se à Belle Époque com os preparativos para a exposição do centenário criaram uma convergência na imagem que o Brasil procurava passar com a percebida, na proeminência de uma

elite que de fato conseguiu transmitir sobre si as impressões que tentavam imitar do modo de vida europeu.

O imaginário de grandeza, riqueza, de país do futuro, organismo sempre em avanço diz respeito a vários modelos discursivos. Seja o mito bandeirante da ilha Brasil ou a constatação de um futuro brilhante pela riqueza e diversidade natural, transmutou-se no reconhecimento argentino como um discurso que de fato aguarda a evolução do Brasil, por um lado, mas, por outro, aceita tacitamente os pressupostos de grandeza e a marcha para o progresso. A evolução dos aspectos urbanos do Rio de Janeiro também integra essa lógica, elogiada a partir da política de revitalização e alargamento das ruas e de higienização.

Observamos texto que hipotetizamos de interesse aos diálogos Brasil-Argentina pouco presentes no nosso acervo documental. A Primeira Guerra foi assunto da Revista Americana, foi ocasião comentada por León Suárez e a polêmica pública dos intercâmbios acadêmicos. Partiam do discurso jurídico para enfatizar os novos princípios que regiam as relações na América do Sul. Os outros lugares de emergência, como o campo militar, não discutem a postura e o contexto do Brasil durante a guerra. Segundo o olhar jurídico, o exemplo do que ocorria então na Europa coroava as tentativas de dispersão de climas de rivalidade e de imperialismo no Prata, já que o caso germânico aparecia como exemplo do que a falta de cooperação e atenção aos princípios jurídicos de paz continental poderiam gerar. Em termos de observação da economia do Brasil, considerando as finanças, as indústrias, as trocas comerciais, a Guerra é vista como mera interrupção de um progresso que já vinha ocorrendo, especialmente a partir das reformas do governo de Rodrigues Alves. Ao final da Guerra, então, o que se observa é a recuperação econômica do Brasil, em retorno ao crescimento antes já observado.

Largamente mencionados, mesmo que sem as diretrizes específicas, os projetos de integração defendidos em geral são bem parecidos no seguinte aspeco: eles se dão pela troca, seja comercial, turística, intelectual. Não identificamos nos componentes de integração matrizes ou espiritualistas, ou raciais, ou territoriais. As formações étnicas são distintas, e não se tornam objeto de comparação – a menos que seja para relembrar a escravidão negra – e menos ainda de união. O projeto de integração tocante ao território ou à soberania de um Estado, que é o tipo mais comum na América do Sul pelos exemplos do bolivarismo e do monroísmo, também não é diretamente levantado. No máximo, sugere-se em tom elogioso a proeminência do Brasil no continente

considerando suas potencialidades, como com frequência denuncia o deslumbre dos viajantes. Há parcamente mencionado em Bernárdez um “espírito americano” com ênfase à literariedade da expressão ou uma espécie de objetivo transcendental ou revelador na integração bilateral. A esta percepção, a associação aos Estados Unidos pela via da doutrina Monroe é natural, como defente este autor, sob a defesa da proteção às liberdades do continente, mas ainda assim limitada, de forma também a não se verificar a ausência de um relativo poder em contrapeso na América do Sul. Assim, não são pensados projetos em matrizes essencialistas.

O único resquício teleológico às propostas de integração é a apropriação do discurso histórico para mostrar uma proximidade natural, originária sob a ordem de um desenvolvimento histórico semelhante, calcado na condição de ex-colônia ibérica. A isso, a História serviu, como vimos, particularmente bem, por possibilitar uma margem larga de interpretações em favor das confirmações apriorísticas da proximidade entre Brasil e Argentina. Por esse viés, as duas nações não são vistas como uma realidade cultural ou social única, mas são passíveis de formulação de uma consciência histórica compartilhada pelo intercâmbio intelectual. È exatamente esta ideia que Lucas Ayarragaray defende em seu discurso no IHGB. Enfatizamos ainda neste conjunto Manuel Bernárdez, que é o principal entusiasta a defender a diversidade das formas de integração pelas trocas materiais ou imateriais, com sugestões diversas de intercâmbios comerciais, esportivos, técnicos, jurídicos. De resto, os intelectuais regularmente sugerem possíveis caminhos à integração pelas áreas em que estão concentrados os seus estudos.

Em síntese, o que percebemos foi a reprodução tanto de uma ideia prévia de rivalidade quanto a defesa da ausência de motivos para a rivalidade em uma dialética que caracteriza as iniciativas argentinas de aproximação pelo intercâmbio material e imaterial. A Proclamação da República e a Lei Áurea são os grandes exemplos de mais uma esperança de futuro do que de fato de marcos definitivos de uma ruptura com o passado. Ambas ficaram no imaginário argentino como uma nova possibilidade para uma integração, que, enquanto processo, se ocorreu, ocorreu mais por um fator conjuntural – como aumento natural dos fluxos de pessoas e de ideias pela rapidez dos transportes e da comunicação, por exemplo – do que de fato por uma compreensão da diplomacia brasileira também como um reflexo da política interna. Assim, as obras com a temática do Brasil, especialmente as homenagens, versam mais sobre uma análise sincrônica do estado das relações bilaterais e do Brasil do que sobre uma noção de

integração progressiva a eliminar as oscilações. Tanto que o clima de rivalidade perdurou no desenvolvimento histórico manifestando-se em discordâncias e desatenções aos vizinhos vinculadas a outras disputas por poder, inclusive no balanço regional, como a breve corrida armamentista na primeira década do século XX. Manteve-se o desconhecimento sobre o Brasil na defesa, tão cortês quanto abstrata, da necessidade do conhecimento mútuo.

Nas décadas seguintes aos dois símbolos de 1888 e 1889, a sensação de queda das barreiras e os louvores às novas instituições, assim como a cordialidade discursiva com fins a laços mais fortes, apagaram as novas contradições internas do Brasil, que não são alvo de questionamento. A política monetária de Rui Barbosa, o saudosismo de Nabuco pelo Império; os problemas imigratórios e os conflitos à consolidação da república; toda a gama complexa de relações que colocaram o Brasil em problemas como o encilhamento na economia; a marginalização e favelização do negro; a perpetuação do poder oligárquico nas novas engrenagens estatais e uma série de outras questões a entravarem o desenvolvimento do Brasil foram ignorados, ou mencionados sem nenhuma relação de continuidade com o que foi colocado como pilar histórico das desconfianças. Embora as desconfianças tenham perdurado.

A integração pela cultura nunca foi realmente um atenuador dessa dinâmica da rivalidade. De fato, o que encontramos na nossa pesquisa foi uma predominância do tratamento estratégico dos mais diversos aspectos. O conjunto do que chamamos cultura é pouco notado para além do lugar comum de seu uso discursivo como aproximador das nações. Isso se atrela ao campo produtor das ideias sobre o Brasil. A elite intelectual argentina acaba por encontrar figuras e ideias dignas de interesse na classe semelhante no Brasil. Assim, as impressões partidas deste lugar específico diziam sobre estem mesmo lugar, e como consequência temos, no pouco que se fala da cultura no Brasil, a caracterização da alta cultura, uma parcela da cultura geral. Se há na literatura argentina, por um lado, alguma considerável menção a intelectuais e estadistas brasileiros – títulos que, percebemos no nosso corpus, caminham com frequência juntos – não se fala da cultura popular.

Os benefícios defendidos pelos laços Brasil-Argentina no nível social entre as nações divergem do pequeno alcance que o tratamento elitista das questões proporciona. Os discursos sobre a economia, a política, a geografia do Brasil ocupam, então, os lugares de trânsito imaterial que os autores ora estudados procuraram construir. Confirmamos, portanto, o parco alcance da cultura no conjunto das obras, assim como o

papel “intermediário” do intelectual entre as ideias das metrópoles para as ex-colônias na construção da nação. Menções à literatura, ao jornalismo, ao pensamento intelectual do Brasil em geral versam sobre uma alta cultura como cultura nacional. Que constantemente se lembre a importância da amizade, o que temos é uma observação de aspectos da geografia física; da evolução na economia pecuária; de grandes eventos históricos; ou, quando muito, do turismo: enfim, de uma série de componentes – que se pretende reduzir à noção de Brasil. Nesse sentido, concluímos pela literatura analisada que, por mais que, em maior ou menor medida, a integração cultural tenha sido defendida no nosso corpus, ela se mantém como horizonte por um período analisado de três décadas. É tratada sempre como uma novidade, como algo por se iniciar, sem que de fato se inicie e consolide.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERDI, Juan Bautista. *El Imperio del Brasil ante la Democracia de América*. Assunção: El Diario, 1919.

_____. *Escritos póstumos: Del gobierno en Sud-América segun las miras de su revolución fundamental, Tomo IV*. Buenos Aires: Imprenta Europea, 1896. Disponível em

<<http://www.archive.org/stream/escritospstumos18albegoog#page/n12/mode/2up>> Acesso: ago. 2013

_____. *Escritos póstumos: Sobre la sociedad, los hombres y las cosas de Sud-América, Tomo IX*. Buenos Aires: Imp. Cruz Hermanos, Diaz-Yeliz, 1899a. Disponível em: <<http://archive.org/stream/escritospstumos00albegoog#page/n376/mode/2up>>. Acesso: ago. 2013

_____. *Escritos póstumos: Sobre la sociedad, los hombres y las cosas de Sud-América, Tomo X*. Buenos Aires: Imp. Cruz Hermanos, Diaz-Yeliz, 1899b. Disponível em: <<http://archive.org/stream/escritospstumos10albegoog#page/n6/mode/2up>> Acesso: ago. 2013

ALMEIDA, Paulo Roberto. “O desenvolvimento do Mercosul: progerssos e limitações.” Brasília, s/e, 2011. Disponível em <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2258MSulDesenvHist.pdf>> Acesso: dez. 2013

_____. “Problemas conjunturais e estruturais da integração da América do Sul: a trajetória do Mercosul desde suas origens até 2006”. Brasília: s/e, 2006. Disponível em <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1549mercosul15anos.pdf>> Acesso: dez. 2013

AMADO, André. *Por dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata*. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Por-dentro-do-Itamaraty-CORRIGIDO.pdf>>. Acesso: ago. 2013

ARARIPE JR. *Obra crítica de Araripe Júnior. Vol. III.* BOSI, Alfredo (org). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Casa de Rui Barbosa, 1963.

_____. *Teoria, crítica e história literária.* Seleção e apresentação de Alfredo Bosi. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Edusp, 1978.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AYARRAGARAY, Lucas. *Discurso leído en el “Instituto Histórico Brasileiro” Por el doctor Lucas Ayarragaray en su recepción como socio correspondiente y contestación al discurso del Dr. Ayarragaray por el socio del mismo exmo. Sr. Barón Ramiz Galvão Sesión del 1º de junho de 1914.* Buenos Aires: Imprensa Nacional, de Lajouane & cia, 1914.

BALDRICH, Amadeo. *Historia de la Guerra del Brasil: contribución al estudio razonado de la historia militar argentina.* Buenos Aires: La Harlem, 1905. Disponível em <<https://archive.org/details/historiadelaque00baldgoog>> Acesso: dec.13.

BANDEIRA, Moniz. “As relações regionais no Cone Sul: iniciativas de integração”. In CERVO, Amado Luiz. RAPOPORT, Mario (orgs). *História do Cone Sul.* Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003).* Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1954).* São Paulo: Loyola, 1999.

BERNÁRDEZ, Manuel. *El Brasil: su vida, su trabajo, su futuro.* s/e: Buenos Aires, 1908.

_____. *O Gigante Deitado: Notas e actos de doze annos de vida no Brasil, Vol. I.* Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922a.

_____. *O Gigante Deitado: Notas e actos de doze annos de vida no Brasil, Vol. II*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1922b.

BOTTO, Mercedes; TUSSIE, Diana. “De la rivalidad a la cooperación: límites y desafíos de um contacto creciente”. In *La percepción de Brasil em el contexto internacional: perspectivas y desafíos*. HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco; SÓLIS, Luis Guillermo (org.). Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007. (p. 41-80).

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand-Brasil, 2004.

BUENO, Clodoaldo. “A proclamação da República no Brasil e seus Efeitos nas Relações com a Argentina: um interlúdio na rivalidade”. In *A visão do outro: Seminário Brasil-Argentina*. Brasília: FUNAG, 2000.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CRESPO, Jorge B. *Geografía Económica del Brasil*. Buenos Aires: Talleres Gráficos del Instituto Geográfico Militar, 1919.

CANÉ, Miguel. *En viaje (1881-1882)*. Buenos Aires: Biblioteca de La Nación, 1907

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3a Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

_____. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

CORREA, Luiz Felipe Seixas. “O Brasil e os seus Vizinhos: uma aproximação histórica” in *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: Funag, 2000. (p. 29-43).

DORATIOTO, Francisco F. M. “Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX”. In CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. Guerra do Paraguai. In: MAGNOLI, Demétrio. *História das guerras*, organizador. 3. ed. São Paulo : Contexto, 2006. p. 254-286.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2011.

EVEN-ZOHAR, Itamar. *Polysystem studies*. 1990.
<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf> Acesso set. 2013

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

FERES JR, João. *A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FUNAG - CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos: Série de artigos publicados pela Revista Americana, em abril de 1913*. Funag: Brasília, 2002.

GARMENDIA, José Ignacio. *Del Brasil, Chile y Paraguay: gratas reminiscencias*. La Facultad: Buenos Aires, 1915.

_____, José Ignacio. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Casa editora, 1889.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

INTENDENCIA MUNICIPAL. *Tratado de Misiones 1889-90*. Buenos Aires: A. Sommaruga y Cia Editores, 1890.

JACK, Nilda; MACHADO; Márcia B.; MÜLLER, Karla. *Hermanos, pero no mucho: el periodismo narra la paradoja de la fraternidad y rivalidad entre Brasil y Argentina*. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

JORGE, Araújo. *Revista Americana*, Tomo I, Fasc. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 1994.

LA NACIÓN. *Un homenaje al Brasil en la fecha de su primer centenario*. Buenos Aires: La Nación, 1922.

_____. *Arquivo del General Mitre: La Misión al Brasil, año 1872*, Tomo XXVIII. Buenos Aires: Biblioteca de La Nación, 1914.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *O olhar do outro*. Revista de estudos pós-graduados em História, 2001, v. 23. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10718>> Acesso dec. 2013

LÉVI-STRAUSS, Claude; ERIBON, Didier. *De perto e de longe*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. Weiszflog Irmãos: São Paulo e Rio de Janeiro, 1920.

MAESTRI, Mário. “A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica (1871-2002)”. in *Nuevo Mundo Mundos*

Nuevos, *Coloquios*, 2008. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/55579>>. Acesso em: 11 set. 2013.

MARTINS, Estêvão R. M.. *Relações internacionais: cultura e poder*. Brasília: IBRI, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Um ‘País Novo’: a formação da identidade brasileira e a visão da Argentina” in *A visão do outro: seminário Brasil-Argentina*. Brasília: Funag, 2000. (p. 57-95).

MENDONÇA, Renato. *História da política exterior do Brasil: do Período Colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825)*. Brasília: Funag, 2013. [http://funag.gov.br/loja/download/1071-historia da politica exterior do brasil.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1071-historia-da-politica-exterior-do-brasil.pdf)
Acesso jan. 2014

MERBILHÁA, Margarita. “La época de organización del espacio editorial”. In DIEGO, José Luis de (org.). *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

MÉROU, Garcia. *El Brasil Intelectual*. Buenos Aires: Félix Lajouane, 1900.

NORTON, Edgar. *Para entender al Brasil: Un país gigante, intrigante, desconcertante y, generalmente, un vecino incómodo*. Victoria, Trafford, 2005

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2008.

PALOMEQUE, Alberto. *El general Rivera y la Campaña de Misiones (1828)*. Buenos Aires: Arturo E. López, 1914. Disponível em <<http://bookprep.com/book/mdp.39015059548985>> Acesso jan. 2014

RAMIREZ, Eugenio. *Nuestras Fronteras: La República de los Estados Unidos del Brasil - Su poder militar (Importancia económica - riquezas industriais)*. Buenos Aires: s/e, 1917. [<http://www.bookprep.com/read/uc1.b3115783>].

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0512_DCultural.pdf>. Acesso set. 2013.

SARMIENTO, Domingo F. *Viajes I: De Valparaíso a París. Buenos Aires*. Vaccaro, 1922. Disponível em <<https://archive.org/details/viajesconunaintr01sarm>>. Acesso nov. 2013.

SCENNA, Miguel Angel. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilla, 1975.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SENADO FEDERAL. *Revista Americana: Uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909-1919)* Senado Federal: Brasília, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura comomissão: tensões sociais e criação cultural na Primeira república*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: Una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

SUARÉZ, José León. *Diplomacia universitária americana argentina em el Brasil*. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y cía, 1918.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador e a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VERÍSSIMO, José. *Cultura, Literatura e Política na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *A retirada da Laguna – Episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Ediouro. (Prestígio). Disponível em <<http://portugues.free-ebooks.net/ebook/Retirada-da-Laguna/pdf/view>>. Acesso set. 2013.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011.

YÚDICE, George. *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.